



O DESCONFORTO DA GOVERNABILIDADE

*Guerra, administração e cotidiano
no Brasil holandês (1630-1644)*

O DESCONFORTO DA GOVERNABILIDADE

*Guerra, administração e cotidiano
no Brasil holandês (1630-1644)*

Rômulo Luiz Xavier do Nascimento



RECIFE
2020

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Alfredo Macedo Gomes

Vice-Reitor: Moacyr Cunha de Araújo Filho

Editora UFPE

Diretor: Diogo Cesar Fernandes

Vice-Diretor: Junot Cornélio Matos

Editor: Artur Almeida de Ataíde

Comissão Editorial

Alex Sandro Gomes

Amilcar Almeida Bezerra

Carlos Newton de Souza Lima Júnior

George Félix Cabral de Souza

Gisélia Alves Pontes da Silva

Juliana Souza Oliveira

Marcus André Barreto Campelo de Melo

Editoração

Revisão de texto: o autor

Projeto gráfico: Adele Pereira

Imagem da capa: Frans Hogenberg

Catálogo na fonte:

Biblioteca Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

N244d Nascimento, Rômulo Luiz Xavier.

O desconforto da governabilidade [recurso eletrônico] : guerra, administração e cotidiano no Brasil holandês (1630-1644) / Rômulo Luiz Xavier do Nascimento. – Recife : Ed. UFPE, 2020.

Originalmente apresentada como tese do autor (doutorado – UFF. História, 2008) sob o mesmo título.

Inclui referências.

ISBN 978-65-86732-29-0 (online)

1. Nassau, Maurício de, 1604-1679. 2. Brasil – História – Domínio holandês, 1624-1654. 3. Brasil – Condições sociais – 1624-1654. 4. Brasil – Condições econômicas – Sec. XVII. I. Título.

981.03

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2020-055)

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.



Série Ars Historica

A Série *Ars Historica* foi concebida com o intuito de promover uma mais ampla divulgação da produção científica na área da História junto à sociedade, ao disponibilizar para estudantes, professores e pesquisadores obras de consistente valor acadêmico, resultado de recentes pesquisas realizadas no campo historiográfico, e textos clássicos já esgotados repropostos em edições revisadas e atualizadas. Todos os volumes da Série são produzidos em formato digital e disponibilizados gratuitamente.

Marília de Azambuja Ribeiro Machel

Diretora da Série Ars Historica

Siglas

AHU

Arquivo Histórico Ultramarino

LAPEH

Laboratório de Pesquisa e Ensino de História

RIAHGP

Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico
Pernambucano

WIC

West Indische Compagnie

VOC

Vereinigde Oost-Indische Compagnie

Sumário

Prefácio 7

Introdução 8

CAPÍTULO I

Brasil Holandês: uma história do Atlântico 26

Experiências ibéricas e neerlandesas 26

A diáspora sefardita e o Brasil holandês 58

Pernambuco: os portos e o Atlântico 66

A Companhia das Índias Ocidentais 77

CAPÍTULO II

Pernambuco Pré-nassoviano: a procura da ordem 96

Maurício de Nassau na história 96

O pequeno comércio e os “*kleine profijten*” III

O papel da navegação: entre a guerra e a boa ordem 165

Nordeste e o Caribe: uma ligação possível 189

CAPÍTULO III

O problema do abastecimento 196

A escassez de víveres 196

Uma herança problemática: a produção de farinha
de mandioca no governo nassoviano 215

CAPÍTULO IV

O poder local 247

Os escabinos 247

Aspectos e conflitos nos poderes locais 273

Considerações finais 329

Referências 332

Anexos 348

Prefácio

Rômulo Xavier Nascimento, autor de *O desconforto da governabilidade*, tem plena razão ao escrever que a história do Brasil holandês é campo “que sempre será visitado”. A pesquisa sobre o Brasil holandês é tema clássico que possuiu dois autores canônicos: José Antônio Gonsalves de Mello e Evaldo Cabral de Mello. Mas, nas últimas décadas, surgiu uma geração de historiadores universitários muito inovadores, alguns com domínio da língua neerlandesa. Nosso autor está entre eles, adotando enfoque original em seu livro: o problema da governabilidade no Pernambuco ocupado. O autor põe em cena aspectos menos conhecidos: os pequenos comerciantes, o abastecimento, o escabinato. Articula conflitos gerais com disputas políticas locais. Inova, portanto, como historiador. Obra muito bem-vinda para a nossa bibliografia.

Ronaldo Vainfas, 2020

Introdução

“... *les serviteurs enfideles sont la ruine de la Companie*”.¹ Com esta simples afirmação, o predicante calvinista Vicente Soler, em dezembro de 1637, expressou o seu descontentamento com a Companhia das Índias Ocidentais (WIC) que, havia sete anos, fincara o pé em Pernambuco. Esta mesma companhia, que no ano acima citado completava dezesseis anos de sua fundação, colhia na América portuguesa os infortúnios e sucessos de uma administração conturbada. Por mais paradoxal que possa parecer, tal binômio infortúnio/sucesso acompanhou boa parte da presença holandesa no Brasil. Quem poderiam ser os “servidores infieis” aos quais se referiu Vicente Soler? Seriam os católicos luso-brasileiros, que estiveram quase sempre à beira de uma sedição? Seriam os judeus sefarditas, que se enfrontaram na economia do Brasil holandês a ponto de provocar a insatisfação de calvinistas e católicos? Ou seriam os próprios funcionários da Companhia das Índias Ocidentais, por vezes partícipes de atos de corrupção no seio do governo batavo? Ou, finalmente, seria um

¹ Coleção José Higino. *Brieven em Papieren uit Brasilië*. IAHGP. Na transcrição, optou-se por não “atualizar” a escrita para as normas ortográficas contemporâneas da língua francesa.

pouco de tudo isso? Seja como for, este livro tentará desvendar, sem talvez responder de todo a essa pergunta, alguns aspectos dos anos anteriores à presença de Maurício de Nassau no Brasil (sobretudo os anos de 1634-35-36) assim como durante a administração do mesmo (1637-1644).

Desde já, cumpre esclarecer ao leitor que o livro é resultado de uma tese de doutoramento defendida na Universidade Federal Fluminense em 2008. De lá para cá, alguns estudos se somaram ao tema e serão, na medida do possível, inseridos nessa discussão.

O tema “Brasil holandês”, à parte os modismos que as comemorações do nascimento de Maurício de Nassau e da Batalha dos Guararapes sucitaram na primeira metade dos anos 2000, é e sempre será visitado. Pois é dessa forma que o historiador (re) inventa o passado, produzindo narrativas que possam nos mostrar novos personagens que nunca “falaram” ao público leitor. Esse foi o caso, por exemplo, do padre Manuel Moraes, desenterrado de seu contexto seiscentista por Ronaldo Vainfas.² O próprio título de seu trabalho intitulado “Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês e processado pela Inquisição” trouxe à tona a questão fidelidade/infidelidade proposta na declaração do predicante Soler.³ A alternância entre estes dois pólos (fidelidade/infidelidade) era muito comum num constante clima de tensão vivenciado num contexto de guerra. Assim, o padre Manuel Moraes, como propôs Vainfas, faria parte de um grupo que poderia incluir João Fernandes Vieira e Domingos Fernandes Calabar, para não citarmos muitos outros sobre os quais nada ou pouco conhecemos. Até mesmo figuras bem conhecidas, como o próprio Maurício de Nassau, abrirão sempre brechas a uma nova interpretação do passado, ainda que esse ‘passado’ nos dê sempre a impressão de ter sido

2 VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês e processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

3 *Idem*.

totalmente contado. A própria biografia do nobre alemão, revisitada por Evaldo Cabral de Mello em 2006, tem nos mostrado como a figura de Maurício de Nassau é atual. Sobretudo quando nos mostra um Brasil “que poderia ter sido”. Assim, muito embora a consistente produção até então existente sobre o tema “Brasil holandês” tenda a nos conduzir à acomodação, é aí mesmo que a necessidade em se “atualizar o passado” se apresenta. Muitas vezes para nos mostrar uma história “que não poderia ter sido”. Ou melhor, um presente quase que totalmente vinculado a um passado idílico. Cabral de Mello mostrou isso ao registrar que Nassau, ainda que humanista e sensato nas questões de governo, apoiou as suas práticas administrativas na plantação da cana-de-açúcar e no comércio de escravos. Práticas que não apontavam de forma alguma para uma alternativa ao *status quo ante* da colonização portuguesa, em que as instituições republicanas dos Países Baixos não tiveram vez.⁴ É mais ou menos sob essa perspectiva que este trabalho se situa.

A idéia de administração proposta constantemente ao longo deste trabalho vai além das meras descrições funcionais dos conselhos e do frio tratamento dado a alguns setores do governo neerlandês. Pelo contrário, leva em consideração a presença de um clima de guerra que se mistura ao da própria política-administrativa da Companhia das Índias Ocidentais (wic). Longe de antagonizar as práticas administrativas da wic e a luso-brasileira, procuraremos interpretar um quadro de convivência e, se isso for possível considerar, de acomodação entre as partes envolvidas. Entendemos que o cotidiano da administração e o da conquista militar se misturam. Os limites entre guerrilha e administração serão, para o escopo deste trabalho, imprecisos. Nesse sentido, não entendemos a presença holandesa no Brasil como havendo comportado períodos de paz e guerra

4 MELLO, Evaldo Cabral de. Nassau: Governador do Brasil holandês. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

separadamente. O termo “acomodação” entre portugueses e neerlandeses talvez seja o que mais se aproxime de nossa perspectiva de administração. Portanto, tratamos sobremodo de administração-holandesa-no-Brasil. Finalmente, ao tratar da política-administrativa holandesa no Brasil, faremos uso ao que propôs Antônio Manuel Hespanha acerca da nova história social, que forneceu, segundo ele, “um rosto à história política”. Assim, ao apontarmos, ao longo do trabalho, “rostos” e “pessoas” no caminhar da administração da wic no Brasil, teremos em mente a proximidade da política com o “quotidiano do poder vivido” (expressão do autor).⁵

-
- 5 HESPANHA, Antônio Manuel. Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites. In: *Modos de Governar: Idéias e praticas políticas no império português*. Maria Fernanda Bicalho/Vera Lúcia Amaral Ferlini (orgs). São Paulo: Alameda, 2005, p. 29. A discussão sobre política-administrativa passa evidentemente por uma discussão do conceito de poder que, segundo Hespanha, “se tem diversificado e atomizado”. O mesmo tem justificado essa proposição sob o argumento de que “como se tem desdoberto uma microfísica do poder, que se infiltra molecularmente e todos os nichos do tecido social. Como o parente não-exercício do poder (como no exemplo paradigmático do liberalismo) é sempre uma devolução de poderes para outras instâncias (sejam elas a ciência, os agentes econômicos, as elites culturais, os fazedores de opinião). Quando o poder se capilariza, as suas manifestações, a legitimidade para mandar e a disponibilidade para obedecer, passam a ser outras. O poder interpersonaliza-se, depende dos factores moles que movem o interior de nós mesmos – os afectos, os poderes de sedução, as hegemonias e dependências emocionais, os encantamentos e os aborrecimentos de toda a espécie, beleza e fealdade”. Contrariamente a perspectiva de Hespanha, Laura de Mello e Souza argumentou que à despeito da crescente utilização da obra deste historiador nos trabalhos acadêmicos brasileiros nos últimos anos, devemos ter cuidado ao fazer uso indiscriminado de sua análise para o caso brasileiro “primeiro, porque a corrente à qual se filia – dos estudos da historiografia constitucional alemã à discussão mais contemporânea, voltada para a revisão daquilo que se convencionou chamar de Estado Moderno – tem por objetivo as manifestações eminentemente européias do fenômeno”. Ver. SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp.52-53.

Outro esclarecimento que é preciso ser feito diz respeito ao uso da palavra ‘cidadão’ ou *borgelijck* (como aparece nas fontes neerlandesas) algumas vezes freqüente no texto. O ‘cidadão’ deste estudo não é ainda aquele que surgirá com a Revolução Francesa. O ‘cidadão’ sobre o qual trataremos é o mesmo a quem José Antônio Gonsalves de Mello se referiu: apenas “burgueses ricos” ou “comerciantes-livres” (*vrijeluiden*). Essas expressões diziam respeito sobretudo aos “que não estavam à serviço da Companhia”.⁶ Essa mesma idéia de ‘cidadão-livre’ foi respeitada por Charles Boxer em *Os Holandeses no Brasil*.⁷ Por fim, “cidadãos” também assume, nesse trabalho, um sentido geográfico, significando mais um “*Einwohner einer Stadt*” (morador de uma cidade) do que qualquer outra coisa.⁸

O leitor talvez estranhe o pouco enfoque que será dado à questão religiosa da administração do Brasil pela WIC. Sabe-se, no entanto, que a religião corria de mãos dadas com o cotidiano da administração. Não é à toa que os holandeses identificavam os portugueses como *papisten* (papistas), em sua maioria, e sabiam muito bem quem eram os *jooden* (judeus) que moravam nos limites de sua conquista. Ocorre que, tratar de questões religiosas no Brasil holandês é terefa que requer por si só grande esforço que significaria um estudo à parte. Ainda mais quando temos à disposição trabalhos como o de Frans Leonard Schalckwijck [Igreja e Estado no Brasil Holandês], o clássico estudo de José Antônio Gonsalves de Mello [Gente

6 MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1987. O autor deixa claro que a categoria dos “cidadãos-livres” não se refere apenas àqueles que deixaram de ser funcionários (*bedinaer*) da Companhia das Índias Ocidentais para ser tornarem comerciantes, mas também artesãos, taverneiros, etc. Enfatizou Gonsalves de Mello que “tão rapidamente cresceu esse número [de cidadãos-livres] que, já em começo de 1634, podia-se arregimentar, somente no Recife, duas companhias de burgueses, com efetivo de oitenta homens cada uma.

7 BOXER, Charles. *Os holandeses no Brasil*. Recife: CEPE, 2004, p. 183.

8 Langenscheidts *Grosswoerterbuch*, 1998.

da Nação] e outros mais recentes sobre cristãos-novos. Essa lacuna, infelizmente, vai permanecer. Há, entretanto, uma referência mais geral ao aspecto religioso no primeiro capítulo, do qual trataremos mais adiante. Também no último, ao tratarmos dos ‘podres locais’, tocaremos de algum modo em questões religiosas.⁹

Apenas dois bons motivos para destacarmos o papel da religião no tema *Brasil holandês*. São eles: a destruição de imagens do Convento dos Jesuítas (Olinda) quando da invasão em 1630 e a aclamação de João Fernandes Vieira como líder português na luta “pela liberdade divina” no processo de expulsão dos holandeses em 1645. Também é importante não deixar de fora as disputas religiosas no seio da política-administrativa da Companhia das Índias Ocidentais entre facções gomaristas (protestantes mais radicais) e arminianos (protestantes menos radicais). A própria ascensão econômica dos Países Baixos no século XVII esteve relacionada a perspectivas religiosas nas visões de estudiosos como Karl Marx, Max Weber e Werner Sombart.¹⁰

9 Essas primeiras justificativas têm a finalidade de atender às proposições feitas por parte da banca quando da qualificação da tese em outubro de 2007. Outras sugestões terão vez ao longo do texto. Ressalta-se que, naquela ocasião, o trabalho contava com apenas dois capítulos, apesar de ter as suas diretrizes já assentadas.

10 Resume bem a relação entre capitalismo e religião o historiador Hugh Trevor-Roper da seguinte maneira; “Karl Marx via o protestantismo como a ideologia do capitalismo, o epifenômeno religioso de um fenômeno econômico. Max Weber e Werner Sombart inverteram a fórmula. Julgando que o espírito precedia a letra, postulavam um espírito criativo, “o espírito do capitalismo”. Weber e Sombart, como Marx, situavam a ascensão do capitalismo moderno no século XVI, e, portanto, ambos buscavam a origem do novo “espírito do capitalismo” nos acontecimentos desse século. Weber, seguido por Ernest Troeltsch, encontrou-a na Reforma: o espírito do capitalismo, dizia ele, surgiu como consequência direta da nova “ética protestante”, tal como ensinada não por Lutero, mas por Calvino. Sombart rejeitou a tese de Weber e de fato lhe aplicou alguns pesados e eficazes golpes. Mas, quando fez uma sugestão positiva, produziu uma tese muito mais vulnerável. Sugeriu que os criadores do moderno capitalismo eram os judeus sefarditas que, no século XVI, fugiram de Lisboa e Sevilha para Hamburgo e

Finalmente, o apelo religioso do tema proposto encontra justificativa num discurso provocativo de Padre Antônio Vieira, quando o mesmo incitava os fiéis católicos a pensarem as razões divinas no inferno vivido no Brasil. Diz um trecho do *Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal Contra as de Holanda*:

“Se determináveis dar estas mesmas terras aos Piratas de Holanda, porque lhas não destes enquanto eram agrestes e incultas, senão agora? Tantos serviços vos tem feito essa gente pervertida e apóstata, que nos mandastes primeiro cá por seus aposentadores, para lhe lavrarmos as terras, para lhe edificarmos as Cidades, e depois de cultivadas e enriquecidas lhas entregares? Assim se hão de lograr os hereges, e inimigos da Fé dos trabalhos Portugueses e dos suores Católicos?”¹¹

Do lado neerlandês, Johan Baers, testemunha da invasão a Pernambuco, fez a seguinte prédica em favor da wic:

“[...] peço a Deus Onipotente que continue a abençoar muito a Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, e secundá-la na sua boa intenção com a Sua divina graça e assitência, assim como já obteve e tomou, por Sua divina graça, por sua grande vantagem e proveito a praça de Olinda, donde brevemente poderá tornar-se senhora de toda a costa do Brasil. [...] ela [a wic] pretende a propagação da Vossa palavra, para que, segundo a Vossa Divina vontade, seja ensinada e pregada pela força por todo o mundo”.

Logo, a partir de relatos como os de Vieira e Baers, temos uma conjuntura em que as disputas religiosas tomavam parte nas questões temporais.

Amsterdã; e remontou o “espírito do capitalismo” à ética judaica do Talmude”. Ref. TREVOR-ROPER, Hugh. *A Crise do Século XVII: Religião, a Reforma & Mudança Social*. Topbooks: Rio de Janeiro, 2007, p. 28.

11 “Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal Contra as de Holanda” Ref. VIEIRA, Antônio. *Sermões*. São Paulo: Hedra, 2000, pp. 443-462.

Um outro dado que não poderíamos deixar de mencionar diz respeito aos limites geográficos da pesquisa. Afora o primeiro capítulo, em que a escala geográfica alcançará principalmente o Atlântico, notadamente a sua porção sul, ao tratarmos diretamente do Brasil holandês, a nossa escala se reduzirá a Pernambuco e Paraíba. Outra observação é que nem todos os órgãos da administração holandesa serão contemplados neste estudo. Para ser mais preciso, priorizamos o Conselho Político, o Alto e Secreto Conselho e os Escabinos, estes últimos na esfera do poder local das freguesias.¹²

O corte temporal é o período que se situa entre a conquista (1630) e o último ano de Maurício de Nassau no Brasil (1644), ainda que as primeiras páginas nos tragam ao debate o período em torno da presença neerlandesa em Pernambuco, ou seja, a primeira metade do século XVII.



Tomando como exemplo a obra clássica de Charles Boxer, *The Dutch Seaborne Empire*, partimos da idéia de que a ocupação do Brasil pela Companhia das Índias Ocidentais se inscreveu no que ele mesmo chamou de uma verdadeira “guerra mundial”. A afamada luta dos neerlandeses contra a coroa de Castela provocou efeitos em escala mundial. Johnathan Israel descreveu bem esse quadro em artigo intitulado *A Conflict of Empires: Spain and the Netherlands 1618-1648*, no qual são deslindadas as origens e conseqüências do

12 Para um entendimento preliminar e bastante claro de quais instituições atuaram no Brasil holandês ver: BOXER, Charles. Os holandeses no Brasil, WAETJEN, Hermann. O império colonial holandês no Brasil e MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a história do Brasil holandês. Tomo II: A administração da conquista. Sobretudo, neste último trabalho, há uma parte introdutória que resume muito bem os órgãos da Companhia das Índias Ocidentais instituídos no Brasil tais quais o Conselho Político, o Alto e Secreto Conselho, a Diretoria Delegada, o Conselho de Finanças, os Escabinos e Escoltetos, etc.

luta entre a Espanha dos Filipes e os Países Baixos da plutocracia de Amsterdam.¹³ O mesmo viu, sobretudo na “Trégua dos Onze Anos”, entre a Espanha e os Países Baixos, o momento decisivo para a ascensão batava, concluindo que a mesma “removeu todos os obstáculos a navegação neerlandesa com Espanha e Portugal” e que “os anos de trégua coincidiram com a transformação da relação castelhano-neerlandesa em desvantagem para a Espanha”.¹⁴ E é nesse quadro maior, melhor dizendo, nessa “escala maior” que se localiza o tema da presença holandesa no Brasil. Para uma “escala mundial” não faltam estudos importantes como os de Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein. Ambos não resistiram à “tentação” de dedicar partes de seus estudos à ascensão dos Países Baixos à condição de potência europeia na primeira metade do século XVII.¹⁵

Apesar de transitar pela escala mundial, o primeiro capítulo será dedicado às dimensões atlânticas do império holandês. Portanto o seu título *Brasil holandês: uma história do Atlântico* reforçará da idéia de que a presença holandesa em Pernambuco não está circunscrita à história apenas da antiga capitania de Pernambuco ou da América portuguesa, mas à história do Atlântico sul. É bem verdade que, nos últimos vinte anos, têm estado em voga alguns trabalhos incluindo o Atlântico como espaço de análise. No caso da história do Brasil, chame-se a atenção para o estudo quase pioneiro de Luiz Filipe de Alencastro, intitulado *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico sul*. Muito embora este autor tenha tratado do que ele

13 ISRAEL, J. I. A Conflict of Empires: Spain and Netherlands 1618-1648. In: Past and Present, No. 76, 1977, pp.34-74.

14 Ibid, p. 37. ainda segundo o autor: “ Clearly the truce years were a period of dramatic expansion in Dutch navigation and trade and Philip III’s ministers were inclined to link the two phenomena as cause and effect”.

15 Cito aqui os respectivos trabalhos *Economia, Sociedade e Capitalismo* (Braudel) e *O Sistema Mundial Moderno* (Wallerstein).

mesmo chamou de um “arquipélago lusófono composto dos enclaves da América portuguesa e das feitorias de Angola”, separados e ao mesmo tempo unidos pelo Atlântico, não dispensou o mesmo uma análise do impacto que os holandeses provocaram nesse quinhão precioso do Império português.¹⁶ Também não podemos esquecer que os neerlandeses, sobretudo no caso do Brasil, passaram a interferir em algumas “redes governativas no Atlântico Sul”, sobre as quais trabalhou Maria de Fátima Gouvêa. Para esta historiadora, a administração portuguesa no Atlântico encontrou nos casamentos e nas relações de confiança e amizade em geral a tônica para a “estruturação do campo econômico, via o político e o social”.¹⁷ Afinal de contas, a invasão holandesa atingiu em cheio o comércio transatlântico que ligava Portugal, Pernambuco e Angola através do açúcar, pau-brasil e escravos. Evidentemente, isso afetou as redes comerciais que interligavam esses três pontos do Atlântico. Essa referência ao espaço Atlântico é presente sobretudo em trabalhos relativos ao comércio de escravos.¹⁸ Nessa perspectiva, Pieter Emmer foi outro autor que desenvolveu bem a expansão neerlandesa no Atlântico.

16 ALENCASTRO, Luis Filipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Especificamente o capítulo VI, intitulado “as guerras pelos mercados de escravos”.

17 GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e em Angola (c. 1680-1730). In: Modos de Governar ... p. 179.

18 Sobre os clássicos trabalhos acerca da escravidão no Atlântico veja-se: BOOGAART, Ernest van den. The trade between Western Africa and the Atlantic World, 1660-90. In: Journal of African History, 1992, pp. 353-75; BOOGAART, Ernest van den e EMMER, Pieter C. The Dutch participation in the Atlantic slave trade 1596-1650. In: J. Hogendorn e H. Gemery. The uncommon market, Nova York, 1979, pp. 353-375. DUNN, Richard. Sugar and Slaves – The rise of the planter class in the English West Indies, 1623-1713, Londres, 1972; ELTIS, David. Economic growth and the ending of the transatlantic slave trade. Nova York, 1987. Idem, The relative importance of slaves and commodities in the Atlantic trade of seventeenth century Africa. In: Journal of African History, vol. 35, 1994, pp. 237-249; EMMER, Pieter. The Dutch and the making of the second Atlantic system. In: Barbara L. Solow (org). Slavery and the rise of the Atlantic system. Nova York, 1991, pp.71-95; FAGE,

O ponto central do capítulo serão as experiências luso-neerlandesas no Atlântico, destacando a expansão holandesa na África e no Brasil. Merece destaque o caráter Atlântico da guerra de resistência em Pernambuco, tendo como exemplo os deslocamento de tropas e o abastecimento das tropas pernambucanas. Merece destaque também o fato de que a ocupação de Pernambuco mexia com a geopolítica das coroas ibéricas com relação a possível ocupação holandesa, a partir de Pernambuco, de outras partes do Brasil como Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão e Pará.¹⁹ Convém não esquecer que a preocupação com a porção norte do Brasil se deu em função da proximidade com o Caribe, região por onde era escoada oficialmente a prata vinda de Potosi. Preocupação, ressalte-se, mais para a Espanha a esse respeito.

Para o historiador holandês Pieter Emmer, o Atlântico sobre o qual falamos oferecia aos holandeses uma boa possibilidade para os mesmos “se beneficiarem de sua economia”, diferenciando-se dos

J. D. African societies and the Atlantic slave trade. In: *Past and Present*, No 125, 1989, pp. 97-115; KLEIN, Herbert S. O tráfico de escravos no Atlântico. Ribeirão Preto, SP: FUNTEC Editora, 2004; Idem, Recent trends in the study of Atlantic slave trade. In: *História y Sociedad*, vol. I, No 1, Porto Rico, 1988; KLEIN, Martin. The impacts of the Atlantic slave trade on the societies of Western Sudan.. In: *The Atlantic slave trade – effects on economies, societies, and peoples in Africa, the Americas and Europe*. Londres, 1992; MILLER, Joseph. Mortality in the Atlantic slave trade – Statistical evidence on causality. In: *Journal of Interdisciplinary History*, 1981, pp. 385-423; POSTMA, J. M. The Dutch in the Atlantic slave trade (1600-1815). New York, 1980.; idem, The dispersal of African slaves in the West by Dutch slave traders. In: J. E. Inikori e S. L. Engerman. *The Atlantic slave trade – effects on economies, societies, and peoples in África, the Americas and Europe*. Londres, 1992; RUSSEL-WOOD, A. J. R. Iberian expansion and the issue of Black slavery – Changing Portuguese attitudes 1440-1770. In: *The American Historical Review*, Vol. 83, No 1, 1978, pp.16-42.

19 Para esta parte do trabalho foram importantes algumas fontes portuguesas acerca da capitania de Pernambuco e colhidas no Projeto Resgate. Inclusive mostrando qual era o estado dessa capitania nos anos que precederam a invasão em fevereiro de 1630. Isso tem como objetivo maior mostrar o “mundo” (já em plena formação) que os holandeses encontraram.

modos de colonização espanhola.²⁰ Passaram a utilizar, a partir da ocupação do Nordeste, entrando com tudo nos “cultivos comerciais” (expressão do autor) do açúcar baseado em mão-de-obra africana. Os neerlandeses tornaram-se, portanto, “a primeira potência do norte da Europa a controlar um complexo agrícola”.²¹ Como influência direta da natureza das terras tropicais, lugares como Barbados, Jamaica e Pernambuco apresentavam fatores favoráveis à atividade canieira tais quais: clima, fácil acesso para as embarcações e “ventos aliseos para fazer funcionar os moinhos e um bom solo”.²²

No carrossel Atlântico sul, o Nordeste esteve no centro desse “Atlântico holandês”, uma vez que serviu de ponte para a conquista de importantes portos da África centro-ocidental como São Jorge da Mina e Luanda. Mas a ocupação e conquista de parte do litoral do que se conhece atualmente como Nordeste se deu em meio a muita guerrilha, sendo acelerada pela queda do Arraial Velho do Bom Jesus (1635). Nos anos de 1635 e 1636, que precederam à vinda de Maurício de Nassau, a Companhia das Índias Ocidentais começou a aliciar, em maior quantidade, “aliados” luso-brasileiros que não se retiraram para a Bahia. Este será o assunto do terceiro capítulo, que terá como objetivo principal contar que, antes da chegada de Nassau, nem tudo era guerrilha. Esboçava-se, nesse curto período, o que as fontes chamam de *kleine profijten* (pequenos lucros ou proveitos).

20 EMMER, Pieter. Los holandeses y el reto Atlántico em el siglo xvii. In: PÉREZ, José Manuel Santos; SOUZA, George Felix Cabral de (org). El Desafío holandés al dominio ibérico em Brasil em el siglo xvii. Salamanca: Aquilafuente, 2066, p. 22. As principais características da colonização ibérica, sobretudo espanhola, eram: papel importante do assentamento, investimento de grande soma de dinheiro na América tropical e exploração de metais preciosos mediante trabalho indígena (cada vez mais em desuso nos fins do século xvii).

21 Ibid. p. 23.

22 Idem. Segundo o autor, “en las plantaciones situadas cerca de águas com muchas mareas se podían aprovechar las subidas e bajadas de estas mareas para hacer funcionar los ingenios de azúcar”.

Neste período, estive à frente da administração, em nome da WIC, o Conselho Político. Os seus membros, por sua vez, infiltraram-se cada vez mais da malha hidrográfica nordestina e deram vez a uma administração que se desenvolveu primeiramente entre o Recife, Goiana e Itamaracá. Para tal, utilizaram-se de pequenos iates e chalupas na incursão de vários cursos d'água como o Capibaribe, Goiana, Ipojuca, entre outros. Rios que, no dizer quase literário de Gilberto Freyre, se prestaram bem a “colonização agrária da região”. Rios, portanto, “do açúcar”.²³ Assim, as mesmas embarcações que transportavam soldados e armas, transportavam também os administradores da conquista e protagonizavam um clima de relativa paz com os luso-brasileiros. Temos, então, nos anos que antecedem à presença de Nassau no Brasil, um princípio de administração mais estável ainda que num contexto de guerra. É nessa fase da ocupação que o binômio guerra/administração caminham lado-a-lado.

Se há perspectiva de uma administração holandesa quase inexistente em função de um clima de constante guerrilha, isto se deve sobretudo à narrativas produzidas pelos cronistas da guerra holandesa como Diogo Lopes Santiago e Duarte de Albuquerque Coelho. Naturalmente, no intento de reforçar o calor da resistência hispano-luso-brasileira, esses cronistas-militares não tocaram no assunto “governo”, o que era de se esperar.²⁴ Soma-se o fato de que o trabalho de Lopes Santiago, *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*, adquiriu um tom claramente panegírico à figura de João Fernandes Vieira, um dos mais importantes líderes do movimento da Restauração Pernambucana.

Considerar esse espraiamento e consolidação da navegação fluvial na administração da WIC no Brasil nos fornecerá argumentos

23 FREYRE, Gilberto. Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. São Paulo: Global, 2004, p. 58.

24 COELHO, Duarte de Albuquerque. Memórias diárias da guerra do Brasil. São Paulo: Beca, 2003. SANTIAGO, Diogo Lopes. História da guerra de Pernambuco. Recife: CEPE, 2004.

para admitir que Mauricio de Nassau, ao chegar em 1637, já se beneficiou desse sistema montado, em que a própria noção territorial que os neerlandeses tinham do Nordeste tornara-se bem mais precisa que em 1630, ano da invasão.

O terceiro capítulo emprestará à política-administrativa nassoviana (1637-1644) um clima de constante crise. É dessa forma que procuraremos tratar da frequente crise de abastecimento da *conquesten* batava, sobretudo de farinha de mandioca. Assim, paralelo a um clima de franca recuperação da economia açucareira, afastada a fase dos engenhos destruídos pela “guerra velha”, a deficiência de abastecimento das tropas corroeu a governabilidade do “príncipe humanista”. Portanto, o que poderia ser visto como uma “administração bem sucedida”, por um lado, pode ser visto como uma administração a um passo do colapso. Vemos então um grave problema na *pax nassoviana*. Merecerá também destaque a forma como Maurício de Nassau é apresentado na história do Brasil, conquanto essa reflexão já tenha sido feita com vagar e competência por Evaldo Cabral de Mello.²⁵ O ponto-chave deste capítulo é o fato de que a fase de maior conquista territorial da Companhia das Índias Ocidentais no Atlântico sul foi afetada por crises como a de abastecimento e a da instalação dos poderes locais através das câmaras de escabinos, que serão vistos no capítulo final.

Por último, os poderes locais. Através da análise do cotidiano das câmaras dos escabinos no Brasil holandês, como representantes do poder local nas diversas freguesias da coquista, procuraremos ver mais um obstáculo à administração nassoviana. A prática revelou-se bem diferente da idéia. José Antônio Gonaslves de Mello e Charles Boxer comparam as câmaras dos escabinos (juizes de primeira instância) às câmaras no mundo português. Seriam, pois, o equivalente

25 Ver MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. Principalmente o capítulo intitulado “Nostalgia nassoviana”.

lusitano do poder local. Mário Neme, ao contrário, apresentou diversas diferenças entre ambas instituições.²⁶

Como visto, não foram apenas as redes comerciais do Atlântico Sul (que passavam pelo porto do Recife) que foram atingidas pela invasão holandesa, mas também a estruturas político-administrativas locais. Nesse sentido, a câmaras de Olinda, Goiana e da Paraíba, para não citarmos outras de menor expressão, deram lugar a uma conformação de poder local em que os escabinos representavam uma espécie de tribunal menor a serviço da administração superior da WIC no Brasil.

Essa estrutura de poderes locais, que teve curso na administração de Maurício de Nassau, será vista, na prática, como um modelo problemático em meio a desconfianças por parte dos batavos. Assim, em plena administração nassoviana, período tido como o de maior expressão da presença neerlandesa no Brasil, veremos como os poderes locais se apresentavam como problemáticos. Período em que a guerrilha constante havia arrefecido, a fase nassoviana amargou uma administração em constante crise. Assim, à parte os “grandes lucros” (*grote profijten*) auferidos pela WIC nessa fase (1637-1644), a administração do Brasil holandês se apresentava como frágil. Essa perspectiva parece contrastar bastante com o que considerou José Higino Pereira mais de cem anos atrás quando afirmou, numa sessão do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano que “entre o período da conquista e a guerra da restauração houve um intervalo de paz com os moradores, durante o qual um príncipe ilustre da casa de Nassau organizou a colônia holandesa, introduzindo os costumes e as instituições nacionais”.²⁷

26 Ver MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a História do Brasil Holandês; BOXER, Charles. Os holandeses no Brasil. NEME, Mário. Fórmulas Políticas no Brasil holandês. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1971.

27 Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Sessão especial de 9 de maio de 1885. p.8 In: Revista do IAHGP, Nos 29-30. Reedição fac-similar. Recife, 1977.

Em linhas gerais, este livro mostrará que, no período pré-nassoviano, ainda que marcado pela guerrilha, havia administração da wic no Brasil, enquanto que, na fase nassoviana, reputada por boa parte da historiografia do tema como sendo o apogeu daquela administração, a governabilidade estava por um fio. Trabalharemos, pois, com uma inversão de perspectivas face a uma visão clássica do período.



Algumas considerações devemos fazer sobre as fontes neerlandesas utilizadas ao longo desse trabalho. Trata-se, em geral, da Coleção José Hygino e se encontra no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP). A mando do governo da Província de Pernambuco e por iniciativa do Instituto Arqueológico, José Hygino Duarte Pereira (1847-1901), empreendeu pesquisas nos Arquivos dos Estados Gerais e no da Companhia das Índias Ocidentais nos anos de 1885 e 1886.²⁸

28 Ambos os fundos documentais passaram, a partir de 1856, a fazer parte do Arquivo Geral do Reino dos Países Baixos de Haia. Ref. Guia de fontes para a história do Brasil holandês: acervo de manuscritos em arquivos holandeses. (orgs) Marcos Galindo e Lodewijk Hulsman. Parte das fontes utilizadas na tese foram traduzidas pelo projeto *Munumenta Higinea*, levado a cabo pelo professor e biblioteconomista Marcos Galindo a partir de 2004. A tradução de algumas fontes da coleção José Higino (as Dagelijckse Notulen dos anos de 1635 e 36) ficou a cargo de Pablo Bruins e Anne Blockland. Nas restantes, a responsabilidade é toda do autor do presente trabalho. Na introdução de *Tempo dos Flamengos*, José Antônio Gonsalves de Mello fez questão de destacar que a Coleção José Hygino era “a mais completa coleção existente, fora da Holanda, de documentos sobre o período da dominação neerlandesa do nordeste brasileiro. Nem sobre outra documentação é que se baseou-o, sob certo aspecto, melhor trabalho sobre o assunto: o livro do professor da Universidade de Munster Dr. Hermann Waetjen, *Das hollaendische Kolonialreich in Brasilien* [nesta tese utilizaremos a versão em português intitulado *O Império Colonial holandês no Brasil*]. Ref. MELLO, op. cit., p. 22. O autor ainda chama atenção para o fato de que a sobredita coleção comporta

Mais especificamente, a Coleção José Hygino comporta fontes extraídas do arquivo da Câmara da Zelândia (uma das que formavam a Companhia das Índias Ocidentais). Trata-se de dois grupos documentais expressivos: as *Brieven en Papiren uit Brazilie* (Cartas e papéis do Brasil) e as *Dagelijkse Notulen* (Notas Diárias ou atas do Governo holandês no Brasil). A principal diferença entre o primeiro e o segundo grupo de fontes é que, enquanto as *Brieven* assumem o caráter de cartas emitidas por elementos ligados ou não aos diretores da wic e instâncias governativas dos Países Baixos, as *Notulen* são extratos de reuniões passados à administração superior da Companhia (o Conselho dos xix) ou os Estados Gerais pelos administradores da conquista. Soma-se o fato de que algumas *Brieven* podem chegar a conter mais de duas dezenas de páginas, sendo, em geral, bem mais extensas do que as *Notulen* ou atas.

Dado o seu caráter mais cotidiano da administração neerlandesa no Brasil, as *Dagelijkse Notulen* nos fornecem mais riquezas de detalhe do dia-a-dia da vida na *conquesten* batava. Sobre isso se expressou o autor de *Tempo dos Flamengos* ao ter confidenciado que

“incontestavelmente, a coleção *Dagelijkse Notulen* constitui um repositório de dados a que poucas épocas da vida colonial brasileira podem se equiparar em riqueza de documentação. Se se disser que aí estão referidos, dia por dia, todas as questões levadas à decisão do Conselho Político, a princípio (1630-1636), do Alto e Secreto Conselho (1637-1646) e do Governo

“volumes de documentos que hoje [1947] não se sabe se serão ainda encontrados na Holanda, talvez tendo tido o fim de tanta coisa valiosa, durante esta segunda grande guerra”. Também ressaltou Leonardo Dantas Silva, sobre a Coleção José Hygino, que foi “graças a tão importante acervo documental, pôde Alfredo de Carvalho (1870-1916) e Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923) publicar, na Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, algumas traduções de documentos preciosos bem como vários ensaios sobre o Brasil holandês sem a necessidade do Brasil; o mesmo acontecendo nos anos quarenta deste século com José Antônio Gonsalves de Mello”. Ref. Fontes, op. cit., p. xxxiii.

Supremo (1647-1654) compreender-se-á a importância dessa coleção de Mss.”²⁹

Não é à toa que, ainda em consonância com o que afirmou José Antônio Gonsalves de Mello na passagem acima, as *Notulen* nos serão de grande utilidade quando abordarmos a questão dos pequenos lucros, das pequenas embarcações e do dia-a-dia do poder local no Brasil holandês.

As fontes neerlandesas nos fornecem, em última instância, um bom manancial para a história do Atlântico sul. Em meio a esse espaço, o Recife adquiriu um papel importante como ponto de convergência das cartas que noticiavam os sucessos e revezes da Companhia das Índias Ocidentais. Outras notícias dos próprios Países Baixos chegavam a Pernambuco dando novidades da guerra que se travava entre protestantes e católicos.

Por fim, podemos estabelecer algumas comparações entre as fontes neerlandesas e as fontes luso-brasileiras que serão utilizadas no curso desse trabalho. É que estas últimas, notadamente as procedentes do Arquivo Histórico Ultramarino, expressam, cada qual, uma ‘tema’ ou assunto específico (decretos, provisões, etc) enquanto que as *Notulen*, pela sua própria natureza, condensam uma série de referências as mais díspares possíveis. Se atentarmos, mais uma vez, para as fontes neerlandesas, veremos que elas contêm informações por vezes ignoradas (propositadamente ou não) nos cronistas portugueses. Assim é que apenas nas fontes neerlandesas podemos ter a noção mais clara da penetração da *wic* e do seu corpo administrativo nos rios do Nordeste. As crônicas luso-brasileiras, pelo contrário, preocupadas mais em contar o heroísmo do processo de resistência dos “da terra”, realçou mais o constante clima da guerrilha bem como das “vexações” porque passava a população do interior das capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte.

29 MELLO, op. cit., p.24.

CAPÍTULO I

Brasil Holandês: uma história do Atlântico

Experiências ibéricas e neerlandesas

Eis um trecho de uma descrição portuguesa da região de Serra Leoa, por volta de 1625:

“A verdadeira Serra Leoa, que se pode povoar e aproveitar, são umas montanhas que estão entre o Nijota Garim, que fica ao norte, e a angra de Bagara Bomba, que fica ao sudeste e sul; pela banda do ocidente, tem as ilhas Bravas e o mar oceano etiópico [...] Cabo Ledo que está a oito graus da banda no norte e o Cabo Rapado, que está indo para Bagara Bomba em sete graus e meio, onde ficam de frente as Ilhas Bravas, bem perto da terra, as quais estão desertas por serem pequenas, mas povoadas de sidras, laranjas, limões, bananas e outras frutas, que a natureza cria; [...] O principal lugar em que se pode povoar é em duas partes a saber, na aguada onde haverá muito grosso trato por mar e terra, mas é necessário fortaleza por causa dos inimigos piratas holandeses e outras nações...”¹

¹ Monumenta Missionária Africana. África Ocidental (1623-1650). Segunda Série. Vol. V. P. 91 e 95. Trata-se do *Memorial de André Donelha a Francisco Vasconcelos da Cunha (7-11-1625)*. Este último, por sua vez, fora nomeado há pouco, Governador de Cabo Verde.

Eis, também, um trecho de uma descrição holandesa da Capitania de Pernambuco, feita pouco depois da invasão de 1630:

“Em primeiro lugar, a jurisdição de Pernambuco estende-se até o Rio São Francisco, cerca de 40 milhas para o sul; nesta região os poucos habitantes, quase todos pastores, vivem unicamente de bois e vacas, para a criação dos quais a terra se presta muito. [...] Das Curcuranas à cidade de Pernambuco [Olinda] há umas cinco milhas também para o interior, notam-se ainda outros lugares: os Guararapes, Jaboatão, Muribara, Camassarim e Várzea do Capibaribe; deve haver em todos esses lugares bem 24 ou 26 engenhos, dos quais 13 ou 14 numa bela planície denominada Várzea do Capibaribe, a 2 ou 3 milhas da cidade. [...]”²

Ambas as descrições remetem, entre outros, a um ponto: a presença holandesa no Brasil resulta, pois, de uma espacialidade maior. Assim, portugueses na África Ocidental “de olho” na natureza, nas pessoas, nos “inimigos” do Velho Mundo, etc. Da mesma forma, no Brasil, holandeses tentando descobrir um mundo que ambicionavam ocupar. E, de fato, o fizeram em grande medida. Na prática, um mundo de olho no outro, iam criando, cada qual a seu modo, impressões de como o outro geria as suas conquistas. No caso de Pernambuco, foi um belga, Adrien Verdonk um dos primeiros a descrever com acuidade a costa da Capitania de Pernambuco aos holandeses. Relatos estes, em sua maioria, com informações pretensiosamente precisas. Os de Cabo Verde também não ficariam para trás.

A presença da Companhia das Índias Ocidentais em Pernambuco e em outras partes do Nordeste não é tema apenas pertencente única

2 MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a história do Brasil Holandês. Tomo I: A economia açucareira. MEC/SPHAN/Fundação Pro-Memória. Recife, 1981. PP. 35 e 39. Trata-se da *Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande segundo o que eu, Adrien Verdonk, posso me recordar. Escrita em 20 de maio de 1630.*

e exclusivamente à história de Pernambuco ou mesmo do Brasil. Trata-se de uma história do Atlântico. Pode até chegar a ser mundial, como propôs Charles Boxer num de seus célebres estudos acerca do Império português. A história do Brasil Holandês é a que envolve três mundos: o espanhol, o português e, é claro, o dos Países Baixos.

A fim de exemplificar as conexões desse vasto mundo atlântico poderíamos citar dois casos: um primeiro seria o fato de que muitos escravos levados para Manhattan, pelos holandeses, vinham de Angola, levavam nomes portugueses e, na viagem atlântica, eram capturados por navios holandeses. Em Pernambuco, no primeiro quartel do século XVII, podemos encontrar um caso em que um agente da Coroa (espanhola) pediu para ocupar um cargo administrativo nesta capitania em troca de serviços prestados em Tânger e Angola. Assim transitavam nesse espaço os homens (livres ou não), comerciantes, religiosos, militares, burocratas, escravos.³

Neste trabalho não pretendemos analisar a Companhia das Índias Ocidentais (WIC) no universo atlântico em profundidade, tarefa essa impossível em um só estudo e que soaria como pretensão. Contudo, ao não relacionarmos a presença batava em Pernambuco com uma escala maior de análise, estaríamos tapando os olhos ao que tem em comum (ou incomum) os Países Baixos e o mundo ibérico na primeira metade do século XVII. Tampouco se trata aqui de fazermos uma história comparativa desses dois mundos. Veremos tão somente as vicissitudes da administração holandesa no Brasil, sobretudo durante a administração nassoviana. O título escolhido para representá-la *O desconforto da governabilidade*⁴, parafraseando o

3 Neste caso em específico, a transferência de militares dá-se pelos serviços prestados à coroa através de um sistema de nobilitação quer seja por descendência nobre ou mesmo por serviços prestados ao rei. Sobre isso, podemos citar o trabalho de Maria Beatriz Nizza da Silva, *Ser Nobre na Colônia*.

4 SCHAMA, Simon. *O Desconforto da Riqueza: A cultura holandesa na Época de Ouro, uma interpretação*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

reconhecido estudo do historiador Simon Schama acerca da cultura holandesa na sua idade de ouro, talvez seja o que melhor represente os problemas daquela administração e, até mesmo, o próprio século XVII. Sobre isso escreveu sabiamente Eduardo D'Oliveira França, quando denominou este século como sendo o de *“procura de ordem”*. Segundo França, “século dominado pela preocupação de impor ordem. Ordem política. Ordem social. Ordem econômica. Ordem religiosa. Ordem no pensamento. Ordem na arte. Na linguagem. Nas relações internacionais”.⁵

Num plano geral, as lutas atlânticas que envolveram o Brasil e os Países Baixos tiveram como pano de fundo

“a vida religiosa arrepiada pela Reforma Protestante. As concepções filosóficas renovadas pelo humanismo. A visão material do mundo desmesurada pelas descobertas. A ordem política refeita pela centralização monarca. [...] as sangrias demográficas da colonização e as profundas alterações da vida cotidiana de cada um em consequência de tudo isso”⁶.

O fato de, nesse estudo, a questão administrativa ganhar maior relevo, não quer dizer que desconsideramos os embates religiosos entre papistas e protestantes. Nas próprias fontes holandesas, as dissensões religiosas ocupam páginas importantes.⁷

Nesse mundo atlântico se insere a Capitania de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande (do Norte), Ceará e Maranhão. Foram estes os espaços ocupados pela Companhia das Índias

5 FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. Portugal na Época da Restauração. São Paulo: Editora Hucitec, 1997, p.35.

6 Ibid.

7 Para maior compreensão dos problemas religiosos no Brasil Holandês, ver o clássico estudo do historiador Frans Leonard Schalkwijk. (Igreja e Estado no Brasil Holandês, 1630-1654. São Paulo: Cultura Crista, 2004) Sobre a questão judaica é importante, entre outros, o clássico trabalho de José Antonio Gonsalves de Mello (Gente da nação. Recife: Massangana, 1978)

Ocidentais tendo como capital o Recife. Por isso, a presença mais intensa de batavos no Brasil se deu em Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. A partir daqui, alcançaram São Jorge da Mina (1637) e Luanda (1641). Coroava-se aí um “plano atlântico” da companhia batava. O *tenebroso*, como era chamado o Atlântico, passava a ser também neerlandês.

Os diretores da wic, com relação ao comércio, aconselharam a Nassau, quando de sua administração, e ao Alto Conselho, que todos os navios vindos da Holanda aportassem diretamente no Recife, pelo fato de aí ser o lugar “*onde as mais altas autoridades residem*”.⁸ Com isso, transformavam esta cidade no único centro comercial do Brasil holandês. Com relação a esta atitude da Companhia, reforçou Luís da Câmara Cascudo a posição do Recife e da Cidade Maurícia como o centro único do comércio da wic no Brasil. Segundo ele, isto tem a ver com uma prática adotada na Europa do Norte. Ali, nas observações de Câmara Cascudo, se determinavam “*as feiras, os pontos centrais e únicos de concentração e traficância*”.⁹

Evidentemente, na medida em que os Países Baixos se firmavam nesse espaço outrora praticamente dominado pelas coroas ibéricas, tentativas fracassadas ocuparam um espaço importante nessa ascensão neerlandesa. Chegaram vagarosamente à costa africana desde fins do século XVI e início do XVII. Ocuparam Salvador por um ano (1624-25).¹⁰ Aprisionaram o carregamento espanhol de prata em Cuba (1628). Estes são alguns exemplos de conquistas. Contudo, muitos são os de fracassos. Talvez o maior deles tenha sido com relação ao clima, tropical, quente e úmido, que envolvia e fazia adoecer as tropas da wic com seus soldados neerlandeses, poloneses,

8 Coleção José Hygino. IAHGP. Dagelische Notulen (02/06/1637).

9 CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia do Brasil Holandês*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1956.

10 MAGALHÃES, Pablo Antônio, *Equus Rusus. A Igreja católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624-1654)*. Tese de Doutorado, UFBA, 2010.

alemães, belgas e ingleses. Fugiam do inferno da Guerra dos Trinta Anos para o mundo das doenças tropicais. As mesmas não podiam deixar de afetar a lenta adaptação daqueles soldados às matas do Brasil. Disso nos dá testemunho o diário de guerra escrito por Ambrósio Rischoffer, soldado a serviço da wic em Pernambuco.

Do recrutamento na Europa às matas do Nordeste brasileiro, as adversidades se colocavam entre as fantasias que alimentavam aqueles soldados, quase sempre de origem pobre, e o que os mesmos teriam que enfrentar no cotidiano da guerrilha.¹¹ Na Holanda, o desejo de melhorar de vida através do serviço de três anos na Companhia. No Brasil, o desejo de sobrevivência ao inferno que a guerrilha os propiciava. Logo se veria a wic na difícil tarefa de conquistar um espaço ao mesmo tempo em que administrava infortúnios. Sobre o destino daqueles soldados, muitas vezes as decisões em servir e para quem servir eram tomadas no calor do momento. No caso do Rischoffer, natural de Strassburgo, temos a seguinte prova desta situação:

“A nossa intenção era seguirmos para a Índia Oriental, mas, como não se nos oferecesse ocasião para fazê-lo, e a Companhia das Índias Ocidentais estivesse recrutando fortemente, fiz-me alistar junto com o meu camarada Filipe de Haus, por oito florins holandeses mensais ...”¹²

Ambrósio Rischoffer, ainda em abril de 1629, a partir da feira de Frankfurt, desejou se lançar à vida de soldado mercenário, navegou pelo Reno até a Holanda, de onde embarcou para o Brasil a partir do porto de Texel, na Holanda. Ele veio na armada que

11 MIRANDA, Bruno R. F. *Gente de Guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Tese de Doutorado. Universidade de Leiden, 2011. Importante estudo acerca do cotidiano militar no Brasil holandês.

12 RICHSHOFFER, Ambrosio. *Diário de um soldado*. Recife: CEPE, 2004. P. 7.

conquistou Pernambuco. A sua sorte foi a de muitos outros que, meio por acaso, entraram nesse labirinto atlântico. A sua “experiência atlântica”, segundo o mapa de sua viagem, levou-o a Lisboa, Açores, Canárias, Cabo Verde, Fernando de Noronha, Pernambuco, Haiti e Cuba, antes de retornar ao mesmo porto de onde partira nos Países Baixos.

Essa experiência não se limitou aos soldados, mas se estendeu aos outros oficiais superiores, sargentos, ‘cabos de guerra’, burocratas civis, cidadãos. Da mesma forma, do lado português, não foram raros os casos em que homens saíam do Lamego, Trás-os-Montes e, do porto de Viana, ganhavam o mar em direção à *guerra de Pernambuco*¹³ após a invasão batava em fevereiro de 1630.

Acompanhando a circulação dos homens vinha, inevitavelmente, a dos produtos. Comércio e abastecimento de tropas coexistiam e faziam da ocupação holandesa do Brasil um acontecimento que produziu conseqüências internacionais. Basta citar um caso de remessa de tropas e dois galeões espanhóis que se abasteciam de trigo, vinho e carne de porco na Andaluzia pelo fato de “lá serem estes bens mais baratos e em conta”. Isto se deu já pela altura de 1635, na agonia da refrega que empreendiam os batavos na conquista do Arraial Velho do Bom Jesus. Navios municiados com arcabuzes e mosquetes embarcados pelo porto de Biscaia; soldados e marinheiros vindos de diversas comarcas portuguesas, todos com destino a algum porto da Capitania de Pernambuco para abastecer a *gente de guerra* na sua resistência renhida.

Os holandeses, por sua vez, mesmo em Pernambuco, tinham notícias da guerra que os Países Baixos empreendiam contra a Espanha. Assim foi que, numa Ata do Conselho Político Holandês, de meados de 1635, ficaram sabendo no Recife da vitória das

13 Expressão frequentemente encontrada em fontes coêvas para designar a primeira fase da resistência luso-brasileira aos holandeses de 1630 a 1636.

tropas comandadas pelo Príncipe de Orange nas praças de Landen, Thienen, Wahlen e Brussel. Essa notícia foi trazida pelos tripulantes do navio *Elckmaer*, que aportou no Recife no dia 30 de agosto daquele ano.¹⁴

A simples iminência da guerra cria naturalmente um clima de medo, confirmando o conhecido trabalho de Jean Delumeau. Foi durante a ocupação holandesa em Salvador, em 1624, que a coroa ibérica ficou de sobreaviso para que o “inimigo herege” não se espalhasse pelas outras capitanias. Em julho desse mesmo ano, numa consulta do Conselho da Fazenda ao rei Filipe III, é dito que se pague a pólvora que deve ir para a Capitania de Pernambuco sendo descontado o montante com o dinheiro que devia o Consulado da Casa da Índia aos celeiros de trigo de Serpa e Moura, em Portugal.¹⁵ Notamos, portanto, não apenas o caminho físico das provisões, mas, sobretudo o caminho burocrático. A situação de Portugal, subordinado à coroa de Castela, poderia aumentar o tempo de espera por alguma decisão contrária. Dez anos depois, essa demora custaria muito aos luso-brasileiros que defendiam Pernambuco.

Sobre o comércio de pau-brasil, temos a entender um pouco sobre o funcionamento do frete. Na década anterior a ocupação de Pernambuco pela WIC, são vários os casos relatados pelas fontes em que o almoxarifado desta Capitania informava ao rei acerca do pagamento do frete de pau-brasil que se envia ao reino com o dinheiro dos “direitos do contrato dos escravos de Angola”. Renda dos contratos de transporte e comercialização de escravos de Angola pagando aos mestres dos navios que transportavam pau-brasil para a Europa. Só num semestre, de 400 a 500 quintais¹⁶ da madeira saíram de

14 IAHGP. Coleção José Hygino. Dagelijckse Notulen (30/08/1635)

15 LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. AHU_ACL_CU_015, Cx.2, D. 100.

16 Um quintal equivale a mais ou menos 50 quilos.

Pernambuco dessa forma. Vale dizer que se solicitava o pagamento através da Fazenda Real.¹⁷

Esses exemplos nos fornecem os bastidores da ‘opulenta’ capitania fundada por Duarte Coelho e gente de sua cepa, assim referida pelo Frei Manuel Calado às vésperas de ser invadida pelos holandeses. Foi esse o mundo que os holandeses encontraram. É bem verdade que, do ponto de vista do frei, as coisas tivessem se dado mais em função de um castigo divino, visão essa muito própria de um século barroco, do que mesmo por injunções meramente temporais. A invasão holandesa a Pernambuco era, pois, um castigo divino. Em suas palavras, era a reprimenda a uma terra onde “as usuras, onzenas, e ganhos ilícitos era cousa ordinária, os amancebamentos públicos sem emenda alguma, porque o dinheiro fazia suspender o castigo, as ladroices, e roubos sem carapuça de rebuço...”¹⁸ Enfim, são muitas as comparações que Calado faz de Olinda a Sodoma e Gomorra de forma a justificar as vicissitudes temporais dentro de um plano divino.

Outra relação a “escala atlântica” do problema que pretendemos discutir seria a que liga a crise da produção açucareira em Pernambuco, na segunda década do século xvii, e uma crise conjuntural da própria economia atlântica. Essa relação foi evidenciada, para o estudo do Brasil holandês, por Evaldo Cabral de Mello, baseado nos trabalhos de Pierre Chaunnu e Frédéric Mauro. Sobre isso, afirmou Cabral de Mello:

“As conclusões a que chegou Frédéric Mauro apontam na mesma direção [das conclusões de Chaunnu]: a uma fase de

17 Verificando os meses de janeiro, fevereiro e março de 1624, podemos computar nove casos desse tipo, perfazendo um pouco mais de 400 quintais de pau-brasil. Ref. LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. AHU_ACL_CU_015, Cx.2, Docs. 87/88/89/90/91/92/93 e 96.

18 CALADO, Manoel, [1584-1654] O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade. 5.ed. Recife. CEPE, 2004. V.l., p. 39.

expansão da economia açucareira até cerca de 1600, caracterizada pelo crescimento da produção e pelo aumento dos preços, suceder-se-á uma fase de estabilização que se prolongará até pelas alturas de 1625”.¹⁹

Podemos perceber que, pelo menos do ponto de vista da economia açucareira, o contexto de ocupação holandesa na Bahia (1624) e em Pernambuco (1630), era mesmo o de crise do açúcar. A ocupação obedecia também a outros móveis. Prova disto é o que podemos encontrar na documentação holandesa referente a Pernambuco. Aqui, não são menos importantes os interesses da WIC no comércio de madeira, de escravos e, não raro, a insistência em encontrar ouro e prata no Novo Mundo.

Sobre o interesse neerlandês em metais preciosos, uma questão: teriam eles, através do Brasil, a franca intenção de “cercar” a América espanhola e estarem mais próximos da prata de Potosí. Talvez sim, dado que a expedição feita ao Chile pelo Capitão Browser, a partir do Recife, em 1643, reforça essa intenção. Evidentemente, não desmereçamos o papel do açúcar neste jogo.²⁰

Assim como os portugueses, os holandeses tinham as suas superstições. Quando de um eclipse solar ocorrido em dezembro de 1640, contou Gaspar Baléus que algumas pessoas “interpretando esta privação da luz celeste como o ocaso do desaparecimento do esplendor hispânico nas terras do Ocidente, exaltavam ao Conde [Maurício de Nassau] por quem pôde ser empanado o intenso

19 MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. PP. 52-53. Semelhantemente, a análise de Pierre Chaunu diz que a fase de expansão da economia açucareira no Brasil teria ido até próximo de 1610, se estabilizando até quase 1630.

20 A documentação a qual nos referimos é a Coleção José Higino, que utilizaremos fartamente ao longo deste trabalho. Aqui, ao logo de suas quase 12 mil páginas, podemos encontrar várias referências ao comércio de pau-brasil e também à insistência das autoridades neerlandesas em promover *expeditien* (expedições) ao interior com o fim de encontrar ouro e prata.

fulgor do poderio real”. Este é um sinal de superstição bastante cartesiana, já que foi bem estudado pelos astrônomos holandeses da época. A exposição de seus efeitos foi percebida, ainda segundo as crônicas de Gaspar Barléus, em diversas partes do Atlântico e segundo “aspectos diversos conforme os países onde era [o eclipse] visível, em razão das diferenças de longitude e latitude da esfera celeste”. Assim, apareceu nas crônicas de Barléus o Atlântico que pôde contemplar este “eclipse premonitório” através da menção a lugares como Nicarágua, Cartagena, Porto Seguro, Angola e Rio da Prata.²¹

O Atlântico também circulava através dos nomes. O próprio iate que tomou Ambrósio Rishchoffer para regressar à Europa levava o nome de ‘Itamaracá’ e freqüentava assiduamente o Caribe. Por outro lado, em Itamaracá [Pernambuco], imprimiu-se uma marca holandesa ao se colocar como nome de uma fortificação um membro da família Orange-Nassau. Nome brasileiro, de origem tupi, em embarcação batava. Nome holandês em fortificação construída no Brasil. Tal a experiência das trocas. Mais exemplos: no Recife, edificou-se um pequeno mundo criado pelos invasores que deram nome aos espaços. Desta forma, temos uma *wijnstraaten* (rua do vinho), *joodenstraaten* (rua dos judeus), entre outros. Todos locais designados numa gramática estranha ao universo ibérico, uma ‘pequena Amsterdam’, ao mesmo tempo provinciana e cosmopolita, na Capitania de Pernambuco.

Entre a África, Portugal e o Brasil estava o mundo atlântico ibérico, que cederia espaço aos holandeses. Portanto, um mundo que pré-existia a invasão de 1630, com as suas bases culturais e socioeconômicas totais relativamente formadas. Os holandeses não criaram um novo Brasil, mas transformaram ou tentaram transformar

21 BARLÉUS, Gaspar. História dos fatos recentemente praticados durante oito anos no Brasil. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974, p. 205.

uma estrutura anterior sendo, em alguns casos, bem sucedidos. Administrativamente, já existia em Pernambuco uma estrutura burocrática com todas as suas práticas e vícios. Era preciso aos recém chegados entender esse *status quo ante*, dominar os códigos daquela sociedade e, só assim, implantar a sua política administrativa.

Estamos falando aqui de uma confluência de dois modelos administrativos distintos dentro de um mesmo espaço e época. Poderiam existir pontos em comum nessas duas formas de gerir um território colonizado? Talvez sim. Nesse sentido, tentaremos discutir ao longo desse trabalho as possíveis diferenças e, porque não, as possíveis zonas de acomodação, de entendimento. Nos vinte quatro anos de ocupação nem tudo era guerrilha e emboscadas. Era também entendimento, negócios em comum, acordos de paz.

Certamente, um momento propício para descortinarmos a convivência destes dois mundos seja o da administração nassoviana, de 1637 a 1644. Período ao mesmo de trégua entre Portugal e Holanda e “guerra fria” entre brasílicos e holandeses. A aparente e relativa tranqüilidade do governo de Mauricio de Nassau escondia o gérmen da revolta luso-brasileira que veio a se revelar em 1645 com o nome de *Guerra Pela Liberdade Divina*.²² É sobretudo nesse momento, em pouco mais de sete anos, que devemos entender a convivência desses dois mundos.

22 Diogo Lopes Santiago vincula a Restauração Pernambucana à passagens bíblicas em que a Providência Divina atuou nos momentos de maior sofrimento do “povo de Israel”. Ao justificar a aclamação de Fernandes Vieira para líder da guerra da “liberdade Divina”, ressaltou: “ Este Pernambuco, que chamam Nova Lusitânia ou novo Portugal, teve um homem (e tem hoje) com o nome venturoso de João, que na língua hebraica significa boa graça, o qual com sua bondade, boa graça, afabilidade, liberdade e outras virtudes morais de que foi dotado, veio a ser o impulsor e origem desta venturosa liberdade quando os moradores estavam em tão ínfimo grau de miséria, tão derrocados, tão oprimidos, com tão pouco ânimo e tão vexado da tirania holandesa, tão atribulados com imaginações, tão carregados de de tributos e tão faltos do necessário [...] Ref. SANTIAGO, Diogo Lopes. História da Guerra de Pernambuco. Recife: CEPE, 2004, p. 172.

O tema proposto para este capítulo, *Uma História do Atlântico*, pode nos remeter grande modo a uma discussão sobre a ideia de Império português no Antigo Regime. Esta reflexão é muito importante porque foi neste mundo que se infiltraram os Países Baixos. Trata-se aqui, sobretudo, de entender a história do Brasil com os holandeses e não apenas a história dos holandeses no Brasil.

É mesmo Evaldo C. de Mello quem vai colocar essa dimensão atlântica da presença holandesa no Brasil. Num dos primeiros capítulos de *Olinda Restaurada*, Cabral de Mello analisa como a resistência luso-brasileira financiou a guerra através do açúcar produzido pelos engenhos que ainda não haviam sido alcançados pelos holandeses. Os portos por onde era escoada aquela produção minguavam à medida que a *wic* os ocupava. Pode-se afirmar que a ocupação do porto de Nazaré (Cabo de Santo Agostinho) dificultou bastante a comunicação entre o Arraial Velho do Bom Jesus e a Europa. A partir de meados de 1635, os portos de Portugal e Espanha ficavam mais distantes. Até então, eram pelos portos mais próximos do Recife que chegava o apoio logístico para a resistência. As condições de desembarque de tropas e logística eram bem conhecidas em Espanha e Portugal. As *escápuas do açúcar* (como enfatizou Evaldo Cabral de Mello) eram, ao mesmo tempo, portos e portas de entrada para qualquer reforço externo.²³

Enquanto os holandeses tentavam expulsar as tropas de Matias de Albuquerque para a Bahia, o comércio português continuava (ou tentava continuar) como sempre foi. Assim é que, em agosto de 1636, trazia-se vinho e tecidos de linho da Ilhas Atlânticas para serem vendidos na Bahia. O frete ficaria por conta da Fazenda Real e o dinheiro das transações deveria ir para os agentes do serviço Real.²⁴ Alguns anos mais tarde, esse comércio transatlântico ficaria

23 MELLO, *Olinda Restaurada*, p.58.

24 LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. AHU_ACL_CU_005, Cx1, D. 20.

seriamente ameaçado pelas conquistas holandesas de Angola. Não é à toa que, numa *brievien* holandesa, Nassau e o Alto Conselho escreviam aos diretores da WIC acerca da conquistas de Sergipe, Maranhão, São Tomé e Angola como sendo “lugares de grande importância para nosso Estado”.²⁵

Numa escala maior que a de Pernambuco, temos uma discussão atinente aos portos do Atlântico. Assim, Biscaia e Cádis na Espanha, Viana e Lisboa em Portugal e Nazaré (este ao sul do Recife) figuram no mesmo contexto. Armas e munições que vinham da Andaluzia, *gente de mar e de terra*²⁶ que eram recrutados por várias comarcas portuguesas, carne de porco e trigo que provinham de várias outras partes da Península Ibérica. Tudo isso aproximou esses espaços, que a guerra não raro tentava separar. Conforme a situação momentânea das tropas em contenda, os espaços de influência Ibérica e holandesa iam se alterando. Essa mesma distância entre os portos foi aumentada pela burocracia na organização e despacho do que se pretendia enviar para o socorro de Pernambuco. Da Andaluzia ao Arraial do Bom Jesus, as ordens de provisões esbarravam muitas vezes na falta de recursos das alfândegas, almoxarifados, e outras instâncias da administração. A ordem, partindo de Madri, atinge Portugal pouco preparado para cumpri-las.²⁷ Em uma consulta do

25 IAHGP. Coleção José Higino. Brieven en papieren uit Brasilie. Missiva de Nassau e do Alto Conselho ao Conselho dos XIX. 30/04/1642. Onde se lê: De extensie van dês Compagnies limiten van tijt tot tijt sôo serienslijcken bij V. Ed. gecom-mendeert hebben wij ter eerster bequame gelegentheijt nos doenlijck sijnde, nier aleene met groot ijner behartigt maer door Godes zegen daertoe genracht dat de capitania van Sergippe del Rey, het rijcke van Angola, de eylanden St Thomé ende Maranhoon onder Udl. Gehoorsaemckeyt gebracht ende dese conquesten sijn geaxeert, plaetsen van soodanige consideratien voor onser staet van de welcke wij ons verseeckert hebben [...]

26 Colocou-se em itálico para se reproduzir como se apresenta na documentação coêva.

27 LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. AHU_ACL_CU_015, Cx.2, D.158.

Conselho da Fazenda ao Rei (D. Filipe III), discute-se um memorial do então Vedor Geral da Armada de Mar e Oceano, D. Antônio de Ortega y Camudio, em que se solicita que a coroa portuguesa forneça recursos para se equipar dois galeões espanhóis que sairiam da Baía de Cádiz e iria socorrer o Arraial do Bom Jesus. Diz um trecho da dita consulta:

“E visto neste Conselho que este Memorial pareceu representar a Vossa Magestade que a fazenda da dita Coroa se acha tão exaurida, que não há cabedal com que se possa aqui para a armada com a brevidade que se pretendem. E achando-se as coisas em aperto, não é possível previneirem-se os bastimentos de que se tratam para os dois galeões da Coroa de Castela por empréstimo e que não tem lugar quando faltem o dinheiro necessário para acudir as persistas necessidades deste Reino [...] que os mantimentos se façam em Cádiz e Sevilha porque lá é o trigo mais barato e melhor, e nesta cidade [Cádiz] se compram os trigos de Andaluzia com maiores despesas, e os vinhos são lá melhores e de mais acomodado preço, e as carnes de porco de muito boa qualidade pelo que nenhuma coisa pode ser mais certa e conveniente que trazerem de Cádiz os galeões que se acham neste porto...”²⁸

Não teríamos aí, necessariamente, uma situação de ‘desinteresse’ (como quiseram alguns cronistas portugueses para atacarem a coroa espanhola) da Casa de Madri. O prejuízo era sentido pelos campanhistas abrigados no Arraial Velho do Bom Jesus no cotidiano da guerrilha. No tempo desta Consulta, restavam apenas quatro meses para o Arraial cair em poder dos holandeses. Vale ressaltar a relação de compra dos bens acima requeridos com a região da Andaluzia. Para o século XVI, traçou o historiador Fernand Braudel um quadro bem positivo desta região ao tratar da relação entre as regiões baixas da Espanha e o comércio intercontinental. Nesse

28 Idem.

sentido, a região onde se assentam as cidades de Córdoba e Sevilha, viu-se na condição de “celeiro da Espanha”. Para Braudel, “foi a sua própria riqueza que estimulou – se não mesmo forçou – a Andaluzia a extravasar os seus limites geográficos”.²⁹ Parece que o alto custo do trigo naquela região deve-se ao fato de, já no século xvi, as planícies andaluzas dependiam do abastecimento do Norte da África.³⁰ Ao tratar especificamente de Sevilha, o autor de *O Mediterrâneo* refere-se ao fato de que esta cidade foi beneficiada pelo monopólio de recebimento da prata proveniente do México e do Peru, já que “a rota da América está condicionada pelos ventos alíseos, e Sevilha é a base naval mais próxima da área de passagem desses ventos”. Finalmente, Fernand Braudel não tarda a estabelecer uma relação entre os Países Baixos e a Andaluzia quando afirma que:

“Os barcos do Norte, bretões, ingleses, zelandeses ou holandeses, afluem a Sevilha sobretudo em busca de azeite e vinho, e de forma alguma apenas de sal de San Lucar – sem rival para a salga do bacalhau – ou dos produtos das Índias”.³¹

Podemos ter um outro exemplo desta “conjuntura atlântica” que envolveu as coroas ibéricas e os Países Baixos através de um pedido

29 BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*. Vol. I. Martins Fontes, 1983, p.99.

30 Sobre as planícies da Andaluzia, coloca Braudel: “Exportadoras de azeite, de uvas, de vinhos, e também de tecidos e de objetos manufacturados, as cidades andaluzas vivem do trigo do Norte da Africa, e quem domina esse trigo tem-nas de certo modo à mercê”. Prossegue Fernand Braudel: “... no século xvi, essa grandeza ainda persiste, embora tenha sido necessário que cicatrizassem as feridas causadas pela reconquista cristã do século xiii. [...] De qualquer modo, a Andaluzia continua a ser uma região magnífica, “celeiro, pomar, adega e estábulo da Espanha” (APUD. G. Botero, p.8), destinatária habitual dos elogios dos embaixadores venezianos nas suas *Relazioni* ...” Op. Cit. p.98.

31 Idem, p.99.

do então Capitão-Mor de Pernambuco, Matias de Albuquerque, para que se reforçasse militarmente a Capitania. Já em 1624, expressa a Consulta do Conselho da fazenda ao rei [Filipe III]:

“Pede [Matias de Albuquerque] que se lhe mande algumas pessoas praticas em milícias. E pareceu se lhe devem mandar. Alguns artilheiros. Pareceu que dos que houverem se lhe mandem. Seis ou oito mil arcabuzes de Biscaia. [...] muito chumbo feito em pelouros. Pareceu que se lhe devem mandar quarenta quintais, parte feitos em munição e parte e falta [?] Muito murrão. [...] Piques. [...] Pás de ferro. [...] Enxadas. [...] peças de artilharia de bronze [...]”.³²

Além da lista de necessidades elencadas por Matias de Albuquerque, temos também um pedido de remessa de galinhas, vinho e azeite. Lembrou o dito Capitão ao rei “para estas coisas não faltarem em Pernambuco”. Quanto aos arcabuzes, parece que o pedido não foi aceito, visto que muitos deles seriam enviados, de outras partes de Castela, para a capitania de Pernambuco. O que importa nesta Consulta é a relação entre Biscaia e Pernambuco, entre a Coroa de Castela e o aprovisionamento desta parte da América portuguesa. Por esse tempo, agosto de 1624, os holandeses estavam bem perto de Pernambuco, na Bahia. Daí a preocupação de Matias de Albuquerque. Muito do que foi pedido foi enviado pela coroa de Castela, com o fim de manter, no dizer do historiador Fernand Braudel, o “compósito Império espanhol”.³³ Alguns meses antes desta carta de Matias de Albuquerque, o ex-Governador Geral do Brasil, Gaspar de Souza, informava ao rei da dificuldade de se consolidar a conquista do Maranhão pela escassez de recursos, que deveriam vir “dos rendimentos da Capitania de Pernambuco”. Justificavam os oficiais da câmara de Olinda a falta de recursos em

32 LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. Ref. AHU_ACL_CU_015, cx.2, doc. 101.

33 BRAUDEL, Fernand. Op. Cit. Ppx.... (verificar)

razão da construção de obras públicas. Gaspar de Souza fechou a discussão considerando que “vista a ditta imposição não poder servir para o intento da conquista [do maranhão] o Rendimento dos Dízimos ser tão limitado [...]”³⁴ O mesmo sugeriu que o rei completasse com as despesas da conquista. Eis apresentados alguns exemplos das vicissitudes do mundo ibérico no Atlântico sul no contexto da invasão holandesa.

Do outro lado do Atlântico, precisamente na África centro-ocidental (Costa da Guiné)³⁵, os holandeses já haviam se inserido nas conquistas portuguesas. Não apenas os holandeses, mas ingleses e franceses figuravam nos relatórios que eram remetidos ao reino. Num deles, do ano de 1624, consta que “do Cabo Verde a Brezigui-xhe averá quatro ou sinco legoas, adonde o olandez tem huã fortaleza com prezidio de soldados, com muita fazenda, com que fazem seu comercio”.³⁶ No porto de Ioala, por exemplo, holandeses, franceses e ingleses comerciavam às largas couro, marfim, cera, âmbar, ouro e escravos. Nessa região, os holandeses se faziam conhecedores de muitos cursos d’água como o Rio do Ouro, o Gâmbia e o de São Domingos. Deste último, para se ter uma idéia, os holandeses remetiam alguns escravos para Cartagena.

Evidentemente, reconstruir uma história do Atlântico através da presença neerlandesa no Brasil é tarefa impossível, já que esse corte

34 LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. Ref. AHU_ACL_CU_015, cx.2, doc. 94.

35 De fato, a presença holandesa na costa da Guiné já se fazia desde antes de 1617, quando decidiram construir, próximo à El-Mina, uma pequena fortificação. o Forte Nassau, em Mori. Na descrição do historiador J. Bato'ora Mewuda, “En réalité, le petit fort Guillaume-de-Nassau de Mori, abrite en 1617, une garnison de quatre-vingt personnes; et cette année-là les Hollandais décident d’améliorer les défenses de leur château en le transformant en une forteresse inexpugnable et en aménageant par conséquent de boulevards de tout côtés, un puits intérieur pour le cas où aucun secours ne peut leur venir par la mer.” Ref. NEWUDA, opus. cit., pp.474.

36 Roteiro da Costa da Guine (1635). BNM., Ms. 3015, fls. 189-201 v. In: Monumenta Missionaria Africana (1623-1650). Vl. V. pp. 287-293.

especial abarca um período bem maior que os vinte e quatro anos da wic em Pernambuco. Contudo, podemos entrever tal presença à luz de um contexto menos hemisférico, menos unilateral. Assim, torna-se importante perceber a chegada batava como que “encaixada” numa estrutura mental e político-administrativa pré-existentes. Havia, então, um Império ibérico, com seus problemas e descaminhos, mas, ainda assim, um Império. Mesmo durante a ocupação holandesa, as coroas ibéricas mantinham, paralelamente, um olho no que ainda remanesca sob seus domínios, e outro na tentativa de reaver os territórios conquistados.³⁷

Antes mesmo do *tempo dos flamengos*, o Atlântico sul ibérico pode ser entendido também pelo viés da ocupação de cargos. Assim foi o caso, dentre muitos, de um Bartolomeu Ferraz de Meneses que, através de Requerimento³⁸, em setembro de 1626, pedia ao Rei para exercer o cargo de Provedor Mor da Fazenda de Pernambuco “em remuneração de serviços prestados em Angola”. Ocorre que o suplicante havia, poucos anos antes, fugido da cidade do Porto por ocasião da invasão do Prior do Crato e recebido, por parte do rei, o comando da fortaleza de Massangano, em Angola. Parece que a estada em Angola não agradou nem um pouco ao Bartolomeu Ferraz de Meneses, uma vez que “a fortaleza de Massangano não é a que podia esperar da grandeza de Vossa Magestade por haver sido seu pai das pessoas principais da cidade do Porto e seu avô o coronel Bartolomeu Ferraz de Andrade...”. Completando os feitos do avô de Bartolomeu Meneses, temos:

37 O máximo que a expansão holandesa, através da Companhia das Índias Ocidentais, atingiu foi, no Brasil, um território que ia da foz do Rio São Francisco (fronteira sul) até São Luís do Maranhão (fronteira norte). Na África, os portos de Benguela, Luanda, São Jorge da Mina e a Ilha São Tomé também foram arrebatadas aos holandeses.

38 LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. Ref. AHU_ACL_CU_015, Cx.2, doc. 119.

“...pessoa que serviu os reis passados na Ordenança da Milícia da Comarca de Porta Alegre, Castelo da Vide, Arronches, ensinando os capitães, soldados e mestres daquela Comarca, servindo também em diligências de importância...servindo muitos outros anos em Tanger...”.³⁹

As relações de parentesco podiam entrar no jogo e mudar, a qualquer momento, a sorte de um burocrata na estrutura do Império. Pernambuco, como já se disse, dispunha de portos bem frequentados pelo comércio legal e ilegal. Juntamente com a opulência da Vila de Olinda, largamente ressaltada por cronistas como Duarte de Albuquerque Coelho e Frei Manuel Calado na década que anteceder a invasão a Pernambuco, temos a corrupção de agentes dessa mesma burocracia.⁴⁰

Retomando os anos que antecederam a invasão de Pernambuco, podemos citar um exemplo de “infiltração” neerlandesa no império luso-espanhol. Em maio de 1623, uma pequena esquadra saída de Pernambuco obteve informações “de um forte eu os holandeses lá tinham, com outros dois e negros da Guiné, a uma roça de plantar tabaco e era prático em aquele grão rio [Amazonas]”.⁴¹ Aliás, essa região do Amazonas era frequentada por navios holandeses *pari passu* a presença batava em Pernambuco. Tratava-se ali de mercados não alinhados e submetidos à *wic*. Esse estado de coisas nos dá, por si só, uma noção de projetos coloniais paralelos, como evidenciou um estudo do historiador Diogo Ramada Curto de forma muito competente para o caso português.⁴² No caso holandês,

39 Idem.

40 ROMEIRO, Adriana. Corrupção de poder no Brasil: uma história, séculos XVI a XVIII. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

41 SALVADOR, Frei Vicente, op. cit. p. 356.

42 CURTO, Diogo Ramada. Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.

temos que a sua visão também se encaixaria. Isto serve para nos mostrar que, nos Países Baixos, como no Império português, as estruturas de poder não seriam monolíticas. Pelo contrário, nesses espaços vários grupos agiam em sintonia (ou não) uns com os outros ou com o Estado.

A preocupação com a entrada do Amazonas era uma constante nessa fase que antecedeu a chegada dos holandeses em Pernambuco. Frei Vicente do Salvador justificou tal preocupação da seguinte maneira: “por dizerem que por ali podia tirar a sua prata do Potuci [Potosí] com menos gasto”.⁴³ Para uma pequena armada que partiu em direção ao Pará, o rei espanhol proveu a Bento Maciel Parente a função de comandante da expedição mediante ajuda dos capitães de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão e Pará. O de Pernambuco, Matias de Albuquerque, contribuiu com “uma lancha com dezesete soldados e o piloto Antônio Vicente, mui experimentado em aquela navegação, e lhe carregou, na caravela oito mil cruzados de diversas ordens de fazendas”.⁴⁴

Essas passagens de Frei Vicente do Salvador ratificam duas situações. A primeira é a relação de anterioridade entre portugueses e batavos na costa brasileira, especificamente no estuário do Amazonas. A segunda é a ação coordenada das capitanias sob a coroa ibérica em termos de ajuda a uma expedição. Dessa vez, os holandeses se colocaram mais diretamente contra os interesses de Castela pelo fato de ameaçar o eixo da economia espanhola nas Américas: a prata de Potosi. Esta ação coordenada entre as capitanias, que empresta ao tema *Brasil holandês* uma dimensão extra-capitania de Pernambuco, tem outro exemplo numa carta régia de 1635, em que Filipe III dava ordens para que se contivesse os ânimos dos índios e portugueses da Paraíba que estavam sob o domínio neerlandês e que a Bahia

43 Idem. SALVADOR.

44 Idem p. 355.

e as capitanias do sul se reforçassem com homens e munições.⁴⁵ Percebemos então que situações como essas quebram o paradigma quase feudal de isolamento das capitanias como propôs uma historiografia clássica.

Sobre a situação do Pará mencionada anteriormente, antes mesmo das apreciações de Frei Vicente do Salvador, o seu Capitão-mor Manuel de Souza de Eça fez saber ao rei, através de uma Consulta do Conselho da Fazenda da necessidade de se enviar padres jesuítas e da ordem de Santo Antônio para doutrinação dos índios e contenção das “heresias estrangeiras”.⁴⁶ No mesmo ano em que os holandeses ocuparam Salvador, 1624, ouviu-se em Madri a notícia de que a WIC intentava ocupar a capitania do Pará com quatro naus.⁴⁷ Mesmo após a ocupação do Nordeste pelos neerlandeses, a preocupação com a “ameaça batava” persistia nesta capitania. Em duas ocasiões, no ano de 1638, o então Capitão-mor Manuel Madeira, pedia ao rei que enviasse presos sentenciados e degredados do Brasil para combater os “rebeldes holandeses” naquela capitania.⁴⁸

O medo de uma invasão holandesa foi também presente no Maranhão alguns anos antes da ocupação de Pernambuco. Em dezembro de 1619, Diogo da Costa Machado alertava ao rei da necessidade de construção de engenhos, fabrico *in loco* de navios e, sobretudo, envio de armas e munições.⁴⁹ Alguns anos depois, em 1624, o seu sucessor, o Capitão-mor Antônio Muniz Barreiros, ante a ocupação de Salvador pela WIC, pedia ao reino mais urgência no envio de munições e defesa da capitania, incluindo a manutenção

45 LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. AHU_ ACL_CU_014, cx. 1, Doc. 25.

46 LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. AHU_ ACL_CU_013_, Cx 1, doc. 20.

47 LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. AHU_ ACL_CU_013_, Cx 1, doc. 28.

48 LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. AHU_ ACL_CU_013_, Cx 1, doc. 48.

49 LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. AHU_ ACL_CU_009_, Cx 1, doc. 35.

de fortificações já existentes.⁵⁰ Também nesse contexto da invasão neerlandesa de Salvador, o Governador do Maranhão reclamava da pouca atenção dada por Matias de Albuquerque a defesa desta capitania. Quase quinze anos depois, o Maranhão viria a cair em mãos da Companhia das Índias Ocidentais.⁵¹

Vale ressaltar que a tardia ocupação das capitanias do Grão-Pará e Maranhão pela coroa ibérica apresentava, na segunda década do século XVII, um quadro problemático no qual se confrontavam portugueses e indígenas. No meio dessa querela estavam algumas ordens religiosas. No Maranhão, por exemplo, a presença dos carmelitas foi fundamental na “conversão dos gentios” durante o processo de conquista.⁵² No Pará, em 1619, o rei foi avisado, por dois capuchinhos, freis Cristóvão de São José e Antônio de Merceana, de um levantamento contra os nativos por ordem de um capitão local.⁵³ Por fim, ainda nesse mesmo ano de 1619, índios da aldeia de Baqueriubu promoveram ataque ao povoado de São Luís.⁵⁴ Todo esse clima de instabilidade nas praças ibéricas do Norte apresentou-se como terreno fértil à política agressiva da WIC. Tanto que a conquista do Maranhão se deu de forma bem mais rápida do que em Pernambuco e Paraíba.

Parece que esta estrutura atlântica luso-espanhola foi bem compreendida pelos neerlandeses. Isso se confirma pelo estratagema da Companhia das Índias Ocidentais em, conjuntamente, ocupar, primeiro, Pernambuco (1630) e, depois, Angola (1641). Os holandeses procuraram fechar essas duas importantes portas do Atlântico sul da mesma forma que fizeram no Oriente com Ormuz e Málaca. Era a continuação de uma guerra que havia começado na Europa,

50 LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. AHU_ ACL_CU_009, Cx 1, doc. 75.

51 LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. AHU_ ACL_CU_009, Cx 1, doc. 90.

52 LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. AHU_ ACL_CU_009, Cx 1, doc. 19.

53 AHU_ ACL_CU_009, Cx 1, doc. 25.

54 AHU_ ACL_CU_009, Cx 1, doc. 31.

se estendido pela Ásia e, com igual força, atingido o espaço Atlântico Sul. Nesse espaço, Recife e Angola existiam numa relação de contigüidade econômica, era uma *voorland* da outra e vice-versa.⁵⁵ Na teia do Império português ambos os espaços estavam ligados diretamente por atividades comerciais, entre outras. Como vimos anteriormente, muito do que se arrecadava com o direito de comércio de escravos de Luanda servia para financiar o frete de pau-brasil embarcado do porto do Recife ao reino. Era esta uma prática comum bem antes dos holandeses chegarem a Pernambuco.

A relação do Brasil com Angola já ficou, diga-se de passagem, bem evidenciada num clássico estudo de Luís Filipe de Alencastro. No seu ponto de vista, aquela relação se resume na seguinte assertiva: “O Brasil tinha continuidade fora das fronteiras americanas, em Angola”.⁵⁶ O autor conclui o seu pensamento acerca da estreita e imprescindível relação Brasil-Angola ao considerar que “Cartas régias, provisões, contratos da Coroa, atas dos conselhos palatinos, difundem o postulado enunciado na guerra anti-holandesa: Angola sustenta o Brasil, o qual sustenta Portugal”.⁵⁷ De fato, o autor do *Trato dos Viventes* evidenciou as exportações comerciais do Brasil para a África à luz das rotas e correntes do Atlântico Sul. Assim, dentre as diversas combinações de rotas que envolviam Portugal, Brasil, Angola e a região do Rio da Prata, havia aquela que fazia o caminho

55 O termo *vorland* é emprestado da geografia pelo historiador Russel-Wood. O mesmo utiliza-o para tratar a questão do que é *periferia* no Império português. Diz o autor: “Vorland refere-se a localidades que não têm contigüidade territorial com o *núcleo*, mas em relação às quais o *núcleo* tem uma intensa conexão [...] Os portos aparecem dentro desta categoria”. RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808. Revista Brasileira de História. V.18 n.36. São Paulo, 1998. Juntamente à categoria de *vorland*, temos também as de *hinterland* e *umland*.

56 ALENCASTRO, Luís Filipe de. O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 247.

57 Idem.

Brasil-Angola-Brasil.⁵⁸ Os produtos brasílicos (termo bastante difundido pelo autor) que alcançavam as feiras angolanas eram sobretudo a farinha de mandioca⁵⁹ e, em seguida, a cachaça. Esta última teve nos engenhos fluminenses um de seus maiores fornecedores.

As trocas comerciais no império português mereceram do historiador inglês Russell-Wood um quadro abrangente das *commodities* comercializadas entre diversos pontos em escala mundial. No seu livro *The Portuguese Empire*, Russel-Wood discrimina num quadro geral, inclusive, trocas comerciais entre o Brasil e a África, onde bens como ouro, prata, tabaco, além de escravos, evidentemente, eram permutados.⁶⁰

No que se refere a dimensão atlântica da luta entre as coroas ibéricas e a wic, merece menção o trabalho de Charles Boxer, “Os Holandeses no Brasil”. Já no segundo capítulo, intitulado “A luta pela posse de Pernambuco”, Boxer teve o cuidado de avaliar a tomada de Olinda e Recife e o seu impacto em Madri e Lisboa. O historiador inglês colocou a questão holandesa nos dois lados do Atlântico, na medida em que se valeu de um número expressivo de fontes em arquivos portugueses.⁶¹ Aliás, a perspectiva de Império português já era presente em sua obra de referência *O Império Marítimo Português*,

58 Idem, p. 248. As outras rotas especificadas pelo autor eram: 1) Portugal-Angola-Brasil-Portugal; 2) Potugal-Brasil-Angola-Portugal; 3) Potugal-Brasil-Angola-Brasil-Portugal; 4) Portugal-Brasil-Angola-Prata-Portugal.

59 Sobre a farinha de mandioca brasileira na África, considerou Luis Filipe de Alencastro que alguns cronistas, entre eles o frei Vicente do Salvador e Ambrósio Fernandes Brandão, “ressaltaram esse ‘ciclo’ da mandioca”, ignorado pela historiografia, cujo pico teve lugar nos anos 1590-1630, gerando novidades nas duas margens do Atlântico”. Idem, p. 251.

60 RUSSELL-WOOD, A. J. R. Manchester: Johns Ropkins, 1992.

61 As observações de Boxer sobre a presença neerlandesa no Brasil se baseiam-se em obras que destacam fontes coêvas em Portugal. Dentre elas, *Elementos para a história do município de Lisboa*, publicada em 1887 por Freire de Oliveira e a *Collecção Chronológica, 1627-1633*, documentos publicados por Andrade e Silva. Ref. BOXER, C. R. Os Holandeses no Brasil. Recife: CEPE, 2004.

onde o mesmo avaliou como sendo mundial a guerra entre As coroas ibéricas e os Países Baixos. É também nesse quadro mais amplo que se coloca a ocupação do Brasil pelos holandeses.

Se olharmos atentamente, e considerando que os holandeses brigavam sobretudo contra a coroa de Castela, as pretensões batavas davam a volta na América do Sul e atingiam os vice-reinados da América espanhola. A expedição a Calhau de Lima, comandada pelo Capitão Browser em 1643, evidencia o estratagema holandês ao sul do Equador. Os neerlandeses não deixaram de, inclusive no Brasil, adentrar o território em conquista atrás de ouro e prata. Seguiam principalmente informações fornecidas por nativos e colonos, confirmando o pensamento de Sergio Buarque de Holanda acerca da “geografia fantástica” da América.⁶² Não são raras as referências nas fontes holandesas em que os administradores da *conquesten* indagam a população local acerca de possíveis minas de ouro e de prata.⁶³

À parte a visão “arquetípica” que alimentou a mente do homem europeu, segundo Buarque de Holanda, acrescentemos a “visão objetiva” ou pragmática, que dizia respeito ao real conhecimento do espaço ocupado ou a expandir. Não era novidade, já nas primeiras décadas do século XVII, que o porto do Recife recebia navios de diversas partes do mundo sul e norte Atlântico, assim como do

62 Sergio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso*, p.67: “A geografia fantástica do Brasil, como do restante da América, se tem como fundamento, em grande parte, as narrativas que os conquistadores ouviram ou quiseram ouvir dos indígenas, achou-se além disso contaminada, desde cedo, por determinados motivos que, sem grande exagero, se podem chamar arquetípicos”.

63 Procurando mostrar um caráter mais internacional da invasão holandesa a Pernambuco, Charles Boxer cita as instruções dadas ao Almirante Lonck pouco antes de seu desembarque. Nesse documento, o dito Almirante foi designado para, tão logo conquistar o Nordeste, conquistar também a Bahia, Rio de Janeiro e Buenos Aires. Aliás, já Jose Antônio G. de Mello, havia, segundo Boxer, feito uso desse documento em seu livro *Tempo dos Flamengos*.

mundo Índico. José Antônio Gonsalves de Mello descreveu bem as várias visitas de navios hamburgueses e flamengos ao porto do Recife.⁶⁴ Este, situado em posição estratégica no Atlântico, era ponto de parada de navios em longo trânsito. Uma vez atracados, sofriam reparos, descarregavam escravos vindos de Guiné e Angola, carregavam-se de madeira e, sobretudo, faziam contrabando de ouro e prata de Potosí. A atividade de contrabando ligava Pernambuco a região do Prata, por onde descia o carregamento desviado do Peru. Assim, podemos ver também essas duas regiões como *vorland* uma da outra. Neste caso, diga-se de passagem, transgredindo as relações com o centro. Teríamos então uma '*anti-vorland*', já que a relação de *vorland* só tem sentido em relação a um núcleo, no caso, Madri ou Lisboa.

O conhecimento holandês acerca do Brasil não era ingênuo, ainda que incompleto e restrito principalmente aos portos e barras e as relações econômicas mais importantes. A produção de açúcar, por exemplo, de grande interesse às refinarias dos Países Baixos, já era rastreada pelos holandeses através de contatos estabelecidos e Pernambuco. Um ano antes da invasão a Salvador, sabia-se aproximadamente a produção anual dos engenhos de Pernambuco. Na Holanda, os *panfleten* circulavam entre a gente comum a tentar convencê-los da aposta nas ações da wic. Pequenos e médios burgueses entraram nessa empresa. Uma destes panfletos, denominado *Lista do que o Brasil pode produzir anualmente*, que circulou nos Países Baixos em 1923, calculava que a Companhia poderia obter anualmente 4.800.000 florins ao ano com o negócio do açúcar.⁶⁵ Um

64 MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Urcas hamburguesas no porto de Pernambuco*. PP.... (completar referência)

65 Neste mesmo ano, 1623, há um outro *panfleten* denominado *Uma relação dos engenhos de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba em 1623*. As informações teriam sido fornecidas aos Estados Gerais por um cristão novo chamado José Israel da Costa. O mesmo teria vivido na Bahia antes da invasão em 1623. Sobre isso ver.

outro documento, chamado *Açúcares que fizeram os engenhos de Pernambuco, Ilha de Itamaracá e Paraíba*, discrimina os donos de cada engenho e quantas arrobas produziam.⁶⁶

Esses vários panfletos que circulavam nos Países Baixos, difundidos sobretudo a partir de informações irradiadas do porto de Amsterdam, eram importantes para os acionistas (pequenos ou grandes) da Companhia das Índias Ocidentais. Em trabalho recente, o historiador holandês Michiel van Groesen nos mostra que muitas dessas informações (verídicas ou manipuladas) ajudaram os holandeses a ter uma visão menos fantástica e mais pragmática do Atlântico. Assim, a experiência holandesa de Pernambuco fora fundamental para uma certa representação de Atlântico em Amsterdam. Representação essa, por sinal, tida como inédita pelo autor.⁶⁷

As informações colhidas pela Companhia antes da invasão foram fornecidas principalmente por moradores locais em contato com mercadores neerlandeses. Informações valiosas ofereceu o belga Adrien Verdonck, residente em Pernambuco desde 1618. A *memoire* oferecida pelo brabantino em 1630, ainda no início da presença holandesa em Pernambuco, talvez tenha sido um dos mais detalhados documentos acerca da nova conquista. Nele, Verdonck vai além da simples menção a produção açucareira e descreve o curso dos rios (sobre o que discutiremos no capítulo seguinte ao tratar da navegação no Brasil pré-nassoviano), a criação de pequeno gado, roças, pescado e, inclusive, minas de prata.⁶⁸ Uma vez sediada no Recife,

José Antônio Gonsalves de Mello, *Fontes para a História do Brasil Holandês: A administração da conquista*. IPHAN/MEC: Recife, 1981.

66 Ibidem.

67 GROESEN, Michiel van. *Amsterdam's Atlantic: Print Culture and the making of Dutch Brazil*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017. Já na introdução, intitulada *Amsterdam, Dutch Brazil and the Atlantic World*, o autor já evidencia a força da presença holandesa em Pernambuco na composição desse imaginário.

68 Começando a sua descrição a partir do Rio São Francisco, Adrien Verdonck afirma haver ali, milhas adentro, minas de prata que teriam sido exploradas

a wic detinha uma espécie de “posto avançado” para lidar com o Atlântico Sul. As informações de campanhas que davam notícias acerca da *geleenthijt* (situação; ocasião) de, por exemplo, Curaçau e outros pontos do Caribe passavam muitas vezes por Pernambuco.

Na escala atlântica, pelo menos para os holandeses, a importância do nordeste do Brasil reside sobretudo no fato de, a partir deste território, ter a proximidade de outros. Ao tempo do Governo Nassoviano, por exemplo, será posto em prática o estratagema sul atlântico da Companhia das Índias Ocidentais através da relação de Pernambuco com São Tomé, São Jorge da Mina e Angola. Relação que já existia antes com os portugueses, mas que agora passava a existir sob o domínio Batavo.

Evidentemente, a permanência holandesa no Brasil não seguiu uma política-administrativa homogênea, monolítica, como poderia supor uma perspectiva teleológica. Pelo contrário, seguiu caminhos ínvios, incertos e cheios de dúvidas por parte dos dirigentes e burocratas da Companhia. Sobre os três primeiros anos basta que nos atenhamos a algumas considerações feitas por José Antônio Gonsalves de Mello, para termos uma idéia desses “*anos terribillis*”. Ainda encurralados no Recife, tal era a vida dos holandeses:

“A situação alimentar chegou a extremos terríveis; durante três longos anos os documentos estão cheios de suplicas e queixas. [...] Alguns soldados com escorbuto que receberam limões vindos de Olinda ‘atribuíram a sua cura a eles, abaixo de Deus’.”⁶⁹

por volta de 1620. À época, o rei da Espanha teria proibido a exploração da mesma. Mais tarde, iriam os holandeses empreender expedições São Francisco adentro.

69 MELLO, Jose Antonio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1987, pp. 41 e 42. Aqui, o autor se utiliza de informações fornecidas pelo Conselho Político, sediado no Recife, ao Conselho dos XIX na Holanda.

Ao mesmo tempo em que problemas dessa ordem eram experimentados, guardava-se certo otimismo com a inicial conquista de Olinda, tendo o Recife como porto. Já no primeiro mês em Pernambuco, a posição da recente conquista denunciava a perspectiva neerlandesa de uma conquista em grande escala. Nesse sentido, afirmou o então primeiro *gouverneur* do Brasil Holandês, o Coronel Diedrich Wanderburch:

“Não tenho a menor dúvida de que os senhores diretores nos auxiliarão nesta vitória, a fim de que possam, dentro em breve, colher-lhe os frutos. [...] uma cidade mediante o domínio da qual todo o Brasil poderá ser dominado [...] por intermédio dela, todo o Brasil poderá ser subjugado e submetido com poucas despesas, e toda a navegação costeira será inteiramente perturbada e arruinada, único meio de privar deste comércio o inimigo comum e de reduzir os habitantes a uma recíproca amizade e a uma aliança confederada”.⁷⁰

Mais uma vez aqui, podemos perceber o plano da *wic* para além de Pernambuco, tendo Olinda e Recife como bases. Aliás, além mesmo do Brasil, tal plano para o Atlântico Sul por parte da Companhia das Índias Ocidentais se apresenta, segundo o historiador britânico A. J. Russell-Wood, como tema a ser mais explorado.⁷¹ No caso do

70 Missiva do Coronel D. van Veerderburch aos Estados Gerais. In: Documentos Holandeses. Ministério da Educação e Saúde. Vol.I, 1945, p.30.

71 Segundo Russell-Wood: “raramente os historiadores da Companhia Holandesa Oriental se debruçam sobre as atividades da Companhia Holandesa Ocidental. [...] Em geral os historiadores têm focalizado seja o Brasil e a presença portuguesa nos dois lados do Atlântico, seja o Estado da Índia”. Ref. O Antigo regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI e XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 15 e 16. No prefácio deste livro, Russell-Wood considera que os únicos responsáveis por esse estudo sistemático da Companhia das Índias Ocidentais foram Charles Boxer e Amaral Lapa. Contudo, foi notável a pesquisa empreendida pelo historiador alemão Hermann Wartjen, *Das Holländische Kolonialreich in Brasilien* (O Império Colonial Holandês no Brasil)

Atlântico Norte existe um cem número de trabalhos acerca da wic naquelas partes, sobretudo em Nova York. Para o caso de Nova York e Ásia, a Companhia das Índias Orientais, “irmã mais velha” da wic, interessa mais ao estudo de historiadores principalmente neerlandeses talvez pelo fato de ter sido mais exitosa em suas empreitadas no espaço colonial ibérico.

Esse Atlântico, ao mesmo tempo ibérico e holandês, tinha como ponto de confluência o Recife, transformado numa espécie de quartel-general das operações da wic no Hemisfério Sul. Favorecido pela posição geográfica e pelo regime dos ventos e correntes atlânticas, o Recife adquiriu importância antes mesmo na condição de porto do que na de vila. Partia de seu cais boa parte do açúcar consumido na Europa. Desde fins do século xvi e início do xvii, notadamente na primeira década deste último, vários foram os navios que descansaram em seu porto, vindos do norte da Europa, para serem pejados de açúcar. Por volta de 1590, temos em torno de 20 urcas e, quinze anos depois, mais de 70 navios anuais.⁷² Neste mesmo período, temos que a disputa entre as coroas ibéricas e os Países do Norte da Europa, deixando o Atlântico mais para a condição de *mare liberum*, levou os neerlandeses a atacarem as possessões portuguesas. Os desvios do pau-brasil e do açúcar produzido em Pernambuco trouxeram a esta capitania, em 1607, o Desembargador Sebastião de Carvalho, com a finalidade de fiscalizar o comércio entre Pernambuco e o Reino. Ao analisar os “*Livros de saídas de urcas do Porto do Recife*”, entre os anos de 1595 e 1605, José Antônio Gonsalves de Mello constatou a grande quantidade de açúcar que tomava o rumo dos portos de Flandres em vez dos de Portugal. Sem contar os navios que eram aprisionados

72 MELLO, Jose Antônio Gonsalves de. Os Livros das Saídas das Urcas do Porto do Recife, 1595-1605. In: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Vol. LVIII. Recife, 1993, pp.21-85. Entre os anos acima citados, temos que a maior parte dos navios que arribavam em Pernambuco eram urcas provenientes de Hamburgo, algumas da Antuérpia e umas poucas de Lubeck.

por piratas ingleses e holandeses, que navegavam próximos às ilhas Açores e Madeira e atacavam, em média, 15 a 20 navios portugueses por ano. Só entre os anos 1589 e 1591 foram 34 navios.⁷³

Há, em meio a isso tudo, uma questão técnica. Portugal, muitas vezes, passou a aceitar que o açúcar fosse transportado por navios alemães e neerlandeses, as ditas urcas (Hulk em holandês e alemão arcaico). Tratava-se de um tipo de barco forte e que poderia ser bem artilhado, além de suportar muita carga. As caravelas portuguesas, ao contrário, tornavam-se presas fáceis aos corsários, de tal forma que o Padre Antônio Vieira chegou a chamá-las de “escolas de fugir”.⁷⁴ A urca, tipo de navio que transitava mais no comércio da Europa setentrional, passou a ser utilizada com frequência ao sul do Equador. Nessa fase de expansão da economia açucareira, até pouco antes da invasão a Pernambuco, em 1630, os holandeses teriam desviado “mais da metade do cultivo anual de açúcar infiltrando-se no comércio e transportando a mercadoria entre Portugal e Brasil”, como observou o historiador holandês Pieter Emmer.⁷⁵

De uma forma geral, a união das coroas espanhola e portuguesa levou, em diversos pontos do Atlântico, comerciantes portugueses a estabelecerem representações comerciais em diversas partes da América espanhola como México, Cartagena, Sevilha e Buenos Aires. Não é toa que “A prata do Potosí circulava correntemente no

73 O prejuízo que o desvio de cargas para portos do norte da Europa acarretava era que os impostos da Sisa e a Dizima, sobre a mercadoria transportada e comercializada, não iam para os portos portugueses. De diversas formas a coroa portuguesa tentou resolver este problema. Uma delas foi fazendo com que as taxas passassem a ser cobradas já no Brasil. A sisa, por exemplo, passou a ser cobrada, por algum tempo, nas alfândegas.

74 MELLO, Idem. P.26.

75 EMMER, Pieter. Los Holandeses y el Reto Atlántico en el Siglo XVII. In: El Desafío Holandés al Dominio Ibérico em Brasil em el Siglo XVII. Ediciones Universidad Salamanca, 2006, p.27. APUD. SCHWARTZ, S. B. Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society. Bahia, 1550-1845. Cambridge: University Press, 1985, p. 168.

Brasil do século xvii”⁷⁶, inclusive em Pernambuco. Com a invasão holandesa essa rede foi, de alguma forma, atingida. Entretanto, para não perdermos as simultaneidades das coisas, vale salientar que, no mesmo ano em que Nassau conquistou São Jorge da Mina, 1637, os portugueses conseguiram romper com a linha de Tordesilhas ao chegar a margem norte do Amazonas. Belém havia sido fundada vinte anos antes. Um ano depois, Pedro Teixeira percorreu o Amazonas até atingir Quito e mostrar aos espanhóis a importância daquele quinhão do Novo Mundo.⁷⁷ As operações da wic no Atlântico, a partir de Pernambuco, corriam lado a lado com a consolidação da presença portuguesa no Norte.

A diáspora sefardita e o Brasil holandês

Outro fator de grande importância na inserção do Brasil Holandês na *História do Atlântico* é o que se refere às redes comerciais familiares, principalmente sefarditas. A diáspora sefardita, tema que vem sendo bem freqüentado nos últimos vinte anos, perpassa em cheio a presença holandesa no Brasil. Desde que muitos deles tomaram o rumo dos Países Baixos no final do século xvi, criaram comunidades principalmente em Amsterdam.

A adaptação à língua neerlandesa foi inicialmente fator limitante a expansão de seus negócios numa cidade que acolhia, por razões religiosas ou econômicas, gente da Turquia, França, Moscou e Polônia. Foi mesmo a trégua entre a Espanha e os Países Baixos, a partir de 1609, que permitiu àquelas comunidades sefarditas pôr em prática todo o seu *background* no comércio colonial português. O desenvolvimento dessa empreitada não se deu repentinamente. Como bem afirmou Miriam Bodiam, “What had began as a small nucleus of

76 BERNARD, Carmen; GRUZINSKI, Serge. *História do Novo Mundo 2: As Mestiçagens*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 517.

77 *Ibidem*.

merchant families had developed by 1639 into a relatively conspicuous community of well over a thousand persons”.⁷⁸ É bom lembrar que, em 1635, vários judeus migraram para o Recife após a queda do Arraial Velho do Bom Jesus em busca de oportunidades. Neste caso, eram em sua maioria famílias modestas. Contudo, vieram no rastro da ocupação holandesa, que permitiu um trânsito considerável de sefarditas no espaço Atlântico.

Para o período que antecede a invasão a Pernambuco, há também razões para supor que a Trégua dos Doze Anos (1609-1621), entre Espanha e Países Baixos tenha sido talvez mais importante para os emigrados sefarditas do que mesmo para os holandeses de Amsterdam. Isso se deveu ao fato de que, segundo o historiador Pieter Emer, “o transporte, o comércio e a finalização do açúcar brasileiro durante a trégua com a Espanha (1609-1621) foram, todavia, realizados com companheiros portugueses e com cristãos novos e judeus sefarditas”.⁷⁹ Os holandeses sofriam, enquanto compradores do açúcar brasileiro, a concorrência das cidades alemãs, da Inglaterra e da França.

Ainda segundo Miriam Bodian, os sefarditas que emigraram para Amsterdam bem poderiam ter ido para outras comunidades como Veneza, Livorno ou Constantinopla. A escolha de Amsterdam não pode ser atribuída diretamente a questões religiosas, uma vez que, mesmo aqui, o judaísmo não era tolerado oficialmente. Também poderiam ter ido para Hamburgo, Londres ou França,

78 BODIAN, Miriam. *Hebrews of the Portuguese Nation: Conversos and Community in early Modern Amsterdam*. Indiana University Press: 1997, p.5. Ao tratar da formação de uma nova identidade sefardita em Amsterdam, a autora considera a situação dos judeus portugueses frente ao calvinismo holandês e, sobretudo, ao judaísmo rabínico, do qual encontravam-se afastados à algumas gerações. Sobre isso, considera que: “When conversos left the Península after generations of isolation from traditional jewish life, they brought with them notions of Judaism that were anomalous and rudimentary”. (p.18).

79 EMMER, Idem.

mas preferiram a cidade mais importante da Holanda. Portanto, a emigração sefardita de Portugal para a Holanda aceita mais a justificativa econômica, segundo a qual Amsterdam tornava-se interessante enquanto centro comercial emergente de produtos coloniais no Atlântico.⁸⁰

A cidade que cresceu em volta do dique de Amstel possuía, na altura de 1610, a bolsa de valores mais importante da Europa.⁸¹ Muito embora, antes mesmo da bolsa de Amsterdam, tivesse existido na Europa outros mercados de valores, o de Amsterdam tornou-se singular pelo “volume, a fluidez, a publicidade, a liberdade especulativa das transações”, como disse Fernand Braudel.⁸² Na bolsa de Amsterdam eram especulados produtos como o açúcar, o pau-brasil, o fumo, entre vários outros. Assim, não seria difícil percebermos que a situação da lavoura canavieira em poder da wic no Brasil interessava sobremaneira aos especuladores daquela praça. Uma guerra prolongada poderia significar baixa nas ações das *commodities* tropicais. As possibilidades deste mercado de ações atraíram, sem dúvida, a recém chegada elite marrana portuguesa, interessada que estava nos comércios de açúcar e, posteriormente, de escravos. Também desta forma, estão interligadas diversas partes do Atlântico no período atinente à presença batava no Brasil,

80 Idem, pp. 25-26.

81 Um bom compêndio da história de Amsterdam é o de Geerk Mak. Ref. MAK, Geert. Een kleine geschiedenis van Amsterdam. Amsterdam/Antwerpen: Atlas, 1995.

82 BRAUDEL, Fernand. Civilização Material, Economia e Capitalismo (Séculos xv-xviii): Os Jogos da Troca. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p.82. Sobre a anterioridade de outros mercados de valores afirma Braudel: “ Os títulos da dívida pública do Estado começaram muito cedo a ser negociados em Veneza, em Florença mesmo antes de 1328, em Gênova, onde há um mercado ativo de *luoghi* e *paghe* da *Casa de San Giorgio*, para não falar nas *Kuxen*, as ações das minas alemães cotadas desde o século xv nas feiras de Leipzig, dos *juros* espanhóis, das obrigações francesas emitidas pelo Paço Municipal de Paris (1522) ou do mercado das obrigações das cidades asiáticas, já no século xv”. (p.82)

em diversos ramos da atividade econômica. Notícias do Brasil, por exemplo, que eram transmitidas pelos *pamfleten* de Amsterdam, como mencionamos anteriormente, suscitavam apostas sobre o desfecho de qualquer fato relevante na luta entre as tropas da wic e o exército luso-brasileiro em Pernambuco. Essa situação ficou bem registrada na pesquisa de José Antônio Gonsalves de Mello sobre a “gente da nação”.⁸³

O interesse econômico dos judeus portugueses em migrarem para os Países Baixos foi a tônica do pensamento do historiador João Lúcio de Azevedo, para o qual “os judeus escolheram como refúgio a Holanda por ser mais opulento, do que sustentar que deles proveio essa opulência”.⁸⁴ Azevedo reforça que, das primeiras migrações para os Países Baixos em fins do século xvi, “na Holanda encontravam-se muitos destituídos de cabedal”.⁸⁵ Parece que a Holanda como “terra das oportunidades” para os sefarditas portugueses foi a mais próxima e viável possibilidade de fuga. Com relação a participação dos judeus na fundação das Companhias das Índias Orientais e Ocidentais, conclui Azevedo:

“Mas nenhum deles [judeus] exerceu lugar primacial nessas instituições, nem em parte alguma aparecem provas de haver contribuído de modo notável a acção destes adventícios para a extraordinária expansão das forças vitais de uma nacionalidade, que gloriosamente afirmava o seu direito à existência”.⁸⁶

83 MELLO, José Antônio Gonsalves de. A Nação Judaica do Brasil Holandês. In: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Vol. XLVIII. Recife: 1976, p.229. Ao investigar fontes de tabeliães de Amsterdam, Gonsalves de Mello demonstrou diversas apostas acerca de situações vividas na guerra holandesa em Pernambuco, tal qual a queda (ou não) do Forte de Nazaré (Cabo de Santo Agostinho) antes ou depois de determinado período, etc.

84 AZEVEDO, João Lúcio de. História dos Cristãos-Novos Portugueses. Clássica Editora: Lisboa, 1989, p. 29.

85 Idem.

86 Idem.

A importância econômica que os Países baixos tiveram para os judeus também pode ser vista no quadro de uma rede de comércio que ligava, não raro, o Oriente Médio a Europa Ocidental. Aliás, redes longas de comércio que traziam até Amsterdam mercadores de diversas nacionalidades, inclusive armênios. Mas foi a diáspora sefardita do início da Era Moderna que contribuiu para dar impulso à nascente província calvinista. Nas palavras de Fernand Braudel, “Amsterdam, Hamburgo são os pontos de chegada privilegiados de mercadores já ricos ou que depressa enriquecem de novo. Não há dúvida de que contribuíram para a expansão comercial da Holanda ...”.⁸⁷

É bom não esquecermos que, aliadas as questões identitárias da formação destes grupos de “judeus novos” frente aos calvinistas e o próprio judaísmo rabínico, as relações econômicas tiveram um outro rumo a partir da presença destes grupos no Recife. Em diversos pontos da atividade econômica a participação judaica esteve presente. A relação da *gente da nação* com a Companhia das Índias Ocidentais nem sempre era amistosa, de forma que a sua presença em diversas partes da conquista holandesa gerava, não raro, problemas nos quais, quase sempre, a religião servia como pretexto de perseguições de caráter econômico. Vale salientar, como já foi dito, que os judeus tiveram participação, ainda que modesta, no capital subscrito para a fundação da wic.

A importância de Amsterdam para os judeus emigrados para o Brasil era grande, uma vez que vários pedidos de emigração foram

87 BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo* (Séculos xv a xviii): Os Jogos das Trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p.134. O autor ressalta, a partir da diáspora sefardita da época moderna, um incremento das redes de comércio judias tanto em direção à Península Ibérica como em direção a partes do Mediterrâneo, tais quais Veneza, Mântua, Ferrara e Livorno. Sobre as migrações atlânticas, afirma que “não há dúvidas de que estejam [os judeus] também entre os obreiros das primeiras grandezas coloniais da América, especialmente no que diz respeito à expansão da cana e ao comércio de açúcar no Brasil e nas Antilhas”.

apresentados à própria Câmara de Amsterdam. Desta forma, em setembro de 1635, já vencida a resistência luso-brasileira do Arraial do Bom Jesus, vários foram os pedidos de famílias marranas, entre ricos e pobres, para virem residir no Brasil.⁸⁸

Um outro ponto que envolve a relação entre judeus sefarditas, cristãos-novos e Brasil Holandês diz respeito as informações que instigaram a vinda da wic para Pernambuco. Cristãos-novos que residiam nesta capitania teriam, possivelmente, instigado a invasão holandesa. De modo um pouco diverso a esta suposição, José Antônio Gonsalves de Mello considerou que “elementos estrangeiros residentes no Brasil ou aqui conservados como prisioneiros, revelaram notícias valiosas sobre o país”.⁸⁹ Tal o caso de Ge-deon Morris de Jonge, Dierick Ruiters e Johan Maxwell. O próprio Adrien Verdonck, mercador residente no Recife ao tempo da invasão, serviu de informante à wic, como se vê em sua *memoire*, citada no início deste capítulo. Por outro lado, não é menos verdade que, uma vez em Pernambuco, muitos cristãos-novos se reconverteram à Lei Mosaica.⁹⁰

Em se tratando especificamente da atividade açucareira, a participação judaica já se fazia desde a fase das plantações de açúcar nas ilhas do Atlântico. Como observou Stuart Schwartz, esses financiamentos davam-se, sobretudo, entre negociantes e agentes comerciais genoveses e judeus. Tudo indica que muitos destes

88 Idem, MELLO, pp. 230-233.

89 MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. Editora Massangana: Recife, 1987, pp.230-231. Para justificar a influencia dos cristãos-novos que residiam no Brasil na invasão holandesa, o autor recorreu à peça teatral contemporânea de Lope de Vega, *El Brasil Restituído*.

90 Idem. O autor lançou mão de Frei Manuel Calado para mostrar algumas das famílias de cristãos-novos de Pernambuco que se converteram ao judaísmo quando da invasão holandesa. São eles Gaspar Francisco da Costa, Baltasar da Fonsaca, Vasco Fernandes, Manoel Rodrigues Mendes, Simão do Vale, etc.

comerciantes judeus acompanharam o êxito da empresa açucareira da Ilha da Madeira, laboratório do que viria a ser feito em Pernambuco na segunda metade do século XVI.⁹¹

No Brasil, a primeira visitação do Santo Ofício (1501-1595) permitiu, segundo Evaldo Cabral de Mello, a que tivéssemos uma primeira noção acerca da “açucarocracia” do Recôncavo baiano e de Pernambuco. Assim, pudemos saber mais sobre “a estrutura social das grandes áreas de produção açucareira da América Portuguesa”.⁹² Ao analisar os extratos que compunham a sociedade açucareira que antecedeu à invasão holandesa, considerou Cabral de Mello que

“a acucarocracia ante-bellum compreendia um segundo extrato, também de origem urbana, os mercadores cristãos-novos, certamente o segmento mais dinâmico dela, uma espécie de cunha do grande comércio colonial na etapa produtiva da economia açucareira”.⁹³

Vale esclarecer que, ainda segundo Evaldo Cabral de Mello, o primeiro extrato da sociedade açucareira *ante-bellum* era formado “não por rurículas afidalgados do imaginário nativista mas por cidadãos, entenda-se, indivíduos procedentes das grandes cidades marítimas (Lisboa, Porto, Viana, Aveiro); ou de médias e pequenas vilas do interior de Portugal”.⁹⁴ Também é fato que muitos deles enxergavam os seus engenhos como extensão ou mesmo “prolongamento lucrativo das suas lojas de Olinda e Salvador”.⁹⁵ Temos,

91 SCHWARTZ, Stuart. Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 25.

92 MELLO, Evaldo Cabral de. Os Alecrins no Canavial: A acucarocracia Pernambucana no Ante-Bellum (1570-1630). Revista do Instituto, Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Vol. LVII. Recife, 1984, p. 145.

93 Idem, p.152. O autor afirma que este extrato cristão-novo tinha uma situação financeira “mais sólida do que os cristãos-velhos”.

94 Idem, p. 150.

95 Idem.

então, já em Pernambuco, a presença de cristãos-novos nas redes ou “dinastias comerciais”, como observou E. Cabral de Mello, no Atlântico pré-invasão.

No início da colonização, ainda no século xvi, a coroa portuguesa, através da Casa da Índia, fazia contratos com diversos grupos comerciais. Alguns deles eram, não raro, de cristãos-novos.⁹⁶ Finalmente, ao avaliar as relações entre sefarditas e a wic no comércio do açúcar, considerou Philip Curtin que a migração atlântica da produção de açúcar para o Caribe, após a Restauração, foi obra de cristãos-novos “sob a bandeira holandesa”. Conclui Curtin que “many important Sephardic Jewish families of the Caribbean today trace their presence to this migration”.⁹⁷

Contudo, não convém generalizar esta inserção dos judeus ou cristãos-novos nas atividades coloniais sob pena de incorrerem em precipitações ou conceitos mal averiguados. Como já se observou, a ‘recriação’ de um judaísmo rabínico fora da Península Ibérica foi um processo traumático para aqueles já há algumas gerações afastados das práticas tradicionais. Na Holanda, por exemplo, o processo de transformação de cristãos-novos em ‘judeus-novos’ não foi linear e sempre exitoso. Pelo contrário, muitos dos sefarditas que migraram para os Países Baixos traziam em suas identidades atitudes próprias da Península Ibérica (iberismos). A convivência com grupos *ashkenazitas* também não resultou tão simples. Do ponto de vista específico das relações de identidade, a dubiedade de cristãos-novos portugueses deve ser levada em consideração. Principalmente aquelas gerações afastadas do período da conversão forçada a que

96 CURTIN, Philip D. Curtin. *The Rise and Fall of the Plantation Complex: Essays in Atlantic History*. Cambridge University Press: 1990, p.49. Sobre os primeiros comerciantes no Brasil considera o autor: “...some were not even portuguese – The crown being less nationalistic about Brazil than about more obviously valuable overseas territories. Anyone could trade, so long as the crown received its determined share”.

97 Idem, p. 82.

foram submetidos em Portugal e na Espanha. Como afirmou Charles Boxer:

“Muitos, talvez a maioria, desses ‘cristãos-novos’ oscilavam entre as duas religiões, e praticavam ora uma, ora outra, às vezes as duas simultaneamente. E a razão disso era uma genuína incerteza ou indecisão sobre qual delas era a verdadeira religião, ou se, na prática, era possível concilia-las”.⁹⁸

A dubiedade na afiliação religiosa pode ter levado, não raro, a uma certa dúvida nas opções políticas. Em se tratando da adesão de cristãos-novos de Pernambuco aos invasores holandeses, nem todos se colocaram ao lado ou *van dienst* (a serviço) da Companhia das Índias Ocidentais. Criar uma relação necessária entre cristãos-novos e a invasão batava pode ser, de alguma forma, algo precipitado. Tal foi o caso, por exemplo, de Manoel Gomes Chacon (Chacão), cristão-novo que se converteu ao judaísmo rabínico no Brasil Holandês e, no limiar do início do movimento de Restauração, voltou a professar a fé católica. O seu caso foi particularmente analisado por Ronaldo Vainfas. Para ele, o lavrador de canas de Itamaracá, que passou a frequentar a sinagoga do Recife, se sentiu entre a família que havia deixado e os negócios com os judeus de Maurícia que haveria de deixar às vésperas da Restauração. Chacon foi preso, enviado à Bahia, julgado pelo auto-de-fé de 1647, mas não foi ‘relaxado ao braço secular’.⁹⁹

Pernambuco: os portos e o Atlântico

No dia 17 de dezembro de 1642, partiu do porto do Recife os navios St. Pieter, Buyeman e Dolphin em direção a Barbados. Em seguida,

98 BOXER, Charles R. A Igreja Militante e a Expansão Ibérica (1440-1770). São Paulo: Companhia da Letras, 2007, p.110.

99 VAINFAS, RONALDO. Identidade Fragmentada: dilemas de um cristão-novo no Recife holandês. In: Marina Ertoque (org). Historia e sensibilidades. Universidade Católica de Goiás (no prelo, a sair em 2005)

as embarcações seguiriam para os Países Baixos levando, certamente, as novidades acerca da recém conquistada Companhia das Índias Ocidentais: o Maranhão. Essa conexão direta Recife-Barbados, oferecia a Maurício de Nassau e ao Conselho que o assessorava um maior raio de ação além da escala nordestina. Estava o Recife inserido numa *weltwirtschaft* (economia-mundo denominada por Immanuel Wallerstein) holandesa que, pela época acima, já contava com a participação direta de Angola. Viagens como esta se tornaram comuns porquanto durou a presença nassoviana no Brasil.¹⁰⁰

Já mencionamos na primeira secção deste capítulo a importância que teve o porto do Recife enquanto ponto geo-estratégico no Atlântico. Certamente, ao intentarem a ocupação de Pernambuco, esse fato não passou despercebido aos neerlandeses. Também não podemos associar a vinda da Companhia das Índias Ocidentais para o Brasil apenas a este prisma. Se assim tivesse sido, a estada batava em Salvador anos antes não teria acontecido. Sendo mais claro, procuraremos nesta secção perceber a importância do porto do Recife não apenas enquanto local de desembarque do açúcar que abastecia boa parte dos países da Europa ocidental na segunda metade do século XVI, mas sobretudo o porto do Recife como um meio, uma passagem, para outros pontos do Atlântico.

No caso do Recife, primeiro, veio o porto, depois, a cidade. É fato que o litoral nordestino, principalmente entre Natal e Salvador, oferece boas condições de aportagem e também serve de via de acesso a outros pontos do Atlântico. Contudo, a importância do Recife se deve a muitas vantagens associadas. Em Pernambuco mesmo, os portos de Pau Amarelo e Nazaré, este último ao sul do Recife, representaram alternativas de aportagem ao Recife. O porto de Nazaré, por exemplo, bem que serviu aos luso-brasileiros como uma das

100 IAHGP. Coleção José Higino. Brieven em Paieren uit brasilie. Carta de Nassau e do Alto Conselho ao Conselho dos XIX. 08/04/1642.

“escáfulas do açúcar” (expressão de Evaldo Cabral de Mello) enquanto os holandeses não se assenhoreavam dos engenhos do litoral sul de Pernambuco.

A invasão holandesa a Pernambuco em 1630 veio a mudar a frequência de embarcações dos portos próximos a esta capitania, e mesmo nela. Observou Evaldo Cabral de Mello que

“antes de 1630, os pequenos portos ao norte e ao sul do Recife eram utilizados com frequência durante os meses de verão. Só no Recife e na Paraíba, os senhores de engenho e comerciantes de açúcar dispunham de transporte para o Reino Unido durante todo o ano. A queda do Recife em 1630 determinou uma redistribuição da navegação em favor da Paraíba e também dos portos menores, especialmente o do Cabo de Santo Agostinho, os quais passaram a ser mais procurados, escotando em conjunto mais açúcar do que o porto da Paraíba”.¹⁰¹

A existência de portos é fundamental nas condições de ocupação de um território, sobretudo numa época em que a tecnologia ainda não havia compensado as rudezas da navegação transatlântica. Regime dos ventos, correntes, conhecimento de acidentes geográficos, tudo isso era fundamental às aventuras ou desventuras marítimas. Em Pernambuco, o Cabo de Santo Agostinho (ao sul do Recife) nos serve como um exemplo de acidente geográfico – referência na “plância líquida” (a expressão é de Fernand Braudel) que é o Atlântico. O Cabo de Santo Agostinho era, para os navegadores do século XVI, uma efeméride na navegação do Atlântico sul.¹⁰² É certo, portanto,

¹⁰¹ MELLO, op. cit., p59.

¹⁰² [apud]. “a corrente equatorial que vem da África se bifurca no Cabo de São Roque e uma de suas bifurcações segue a costa Norte do Brasil e das Guianas e chega às Antilhas, enquanto a outra segue até o sul, paralela à costa Brasileira e constitui a corrente do Brasil; nos meses de junho a setembro, que era quando os barcos que saíam da Península Ibérica chegavam ao Brasil, as correntes nas imediações do Cabo de São Roque se dirigem a NW e se a sua ação se junta à das monções do Sul, que alcançam então sua maior identidade, se compreende

que, quem quer que estivesse na carreira das Índias Orientais, sabia muito bem precisar o Cabo (como é popularmente conhecido atualmente), na Capitania de Pernambuco. Segundo Ulysses Pernambucano de Mello, “era o Cabo de Santo Agostinho e suas proximidades o lugar para onde se dirigiam os navios dispersos que cruzavam o atlântico sul, constituindo-se no local de mais fácil identificação para os que vinham do Hemisfério Norte”.¹⁰³ Esses pormenores da navegação sul-atlântica já foram bem explorados por Luis Filipe de Alencastro, que observou:

“Na altura do Cabo de Santo Agostinho (Pernambuco) a corrente Subequatorial se bifurca, dando lugar à corrente das Guianas, que deriva costa acima até o Caribe, e à corrente do Brasil, descendo costa abaixo. Fenômeno que explica o interesse dos holandeses, durante sua ofensiva na América do Sul, em ganhar o controle do arquipélago de Fernando de Noronha, entrada de duas rotas estratégicas para os ataques contra o Império Filipino: a das Antilhas e a que descia pela costa brasileira”.¹⁰⁴

Ao norte do Recife, a praia de Pau Amarelo (como fora acima observado) oferecia boas condições de aportagem. Não é à toa que foi

facilmente que aos barcos a vela era sumamente difícil vencer esses obstáculos para dirigir-se ao Sul, sendo muitas vezes arrastados até as Antilhas. Em troca, alcançando-se o Cabo de Santo Agostinho se cai dentro da corrente do Brasil e é fácil prosseguir a viagem para o sul. A eleição do Cabo de Santo Agostinho como ponto que satisfaz plenamente as condições indicadas supõe viagens anteriores que impuseram o conhecimento dessas características, impossíveis de se obter de uma única vez em navegação” In: MELLO, Ulysses Pernambucano de. O Cabo de Santo agostinho e a Baía de Suape. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano: Vol. LIII. Recife, 1981, p. 38.

103 Idem. O autor considera que o Cabo já aparece bem representado em cartas náuticas do início do século XVI, como as de Caverio, Magiollo (1504), A. Vesputio (1505), Kustmann II, Waldseemuller (1508) e Ruysch (1508).

104 ALENCASTRO, Luis Filipe de. O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 57-58.

lá que desembarcaram mais de vinte navios das tropas da Companhia das Índias Ocidentais em 1630. A outra metade estacionou no porto do Recife. O próprio nome ‘Pernambuco’, que significa algo como ‘pedra vazada’ em tupi-guarani, deve a sua origem a uma barreira de arrecifes que, como era vazada, permitia a passagem de embarcações que ficavam protegidas por sua barra. Localizava-se esta barra nas imediações da Vila de Igarassu (norte do Recife). Logo, surgiu o topônimo Pernambuco a partir de um porto.¹⁰⁵

Com o início da economia açucareira em Pernambuco e o seu desenvolvimento na segundo metade do século xvi, tais portos passaram a ter, na prática, uma função a mais do que oferecer boas condições de aportagem. A expansão da economia açucareira, aliada a extração de pau-brasil, aumentou a importância dos portos do Nordeste do Brasil. Como em Pernambuco se produzia a maior parte do açúcar consumido na Europa, já no último quartel do século xvi, teve no porto do Recife a sua mais importante porta de saída daquele produto. A partir de então os navios passaram a frequentar o Nordeste não apenas para se afastar da cabotagem ao longo da África, e sim para fazer comércio.¹⁰⁶

Mas estes portos eram também, e muitas vezes, de contrabando. Vejam-se os casos do Porto dos Franceses (Alagoas) e Pitimbu (norte de Pernambuco), fartamente utilizados pelos franceses para

105 MEDEIROS, Guilherme de Souza. *Cruzando o Tenebroso: A Arte da Navegação no Início do Século xvi em Pernambuco*. Dissertação de Mestrado defendida em 2000 (UFPE).

106 Acerca da navegação no litoral do Nordeste, escreveu Philip Curtin: “Brazil was, first and foremost, a place the Portuguese had to pass on the way to India. Once past the bulge of Africa and the doldrums, the most direct route to the Cape of the Good Hope was in the teeth of the southeast trade winds. To avoid this, mariners sailed as close to the trade as possible – just as they headed back toward Europe took a detour away from the Saharan coast of Africa. As a result, they passed very close to the northeastern bulge of Brazil. Ref. CURTIN, Philip D. *The Rise and Fall of the Plantation Complex: Essays in Atlantic History*. Cambridge University Press, 1990, p. 48.

desviar açúcar e madeira das capitanias de Pernambuco e Itamaracá.¹⁰⁷ O próprio porto do Recife protagonizou um comércio ilegal de madeira, açúcar e, inclusive, prata de Potosí desviada pelo Rio da Prata. Nas relações atlânticas, o contrabando esteve presente e precisou sobremodo de lugares ermos para o seu êxito.¹⁰⁸

O interesse da wic na prata espanhola era evidente. Uma vez estabelecidos no Caribe, os holandeses “cercavam” as saídas da prata do México e do Peru. Por volta de 1630-1640, a produção argentífera daquelas minas ainda se revelava atraente aos batavos. Merece destaque, também, a economia que girava em torno da atividade mineradora, que era o comércio de roupas, vinho da Espanha e escravos africanos que circulava nas vilas mineiras. Todas essas mercadorias eram pagas com grandes quantidades de metal precioso. Certamente os comerciantes ligados a wic quiseram entrar nestes “circuitos econômicos, energizados pela mineração”, como destacou Peter Backwell.¹⁰⁹ No processo de colonização da América desen-

107 Sobre a presença de franceses em Itamaracá e Paraiba, afirmou Capistrano de Abreu: “Os petiguares da serra entretinham boa relação com os colonos; [...] os da praia, sempre amigos dos franceses, faziam com estes bons negócios na Paraiba”. Essa referência é do século xvi (segunda metade), fase em que a presença francesa era constante na costa do Brasil. (Capítulos de História Colonial: 1500-1800. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília, 1976, p. 56)

108 Sobre o contrabando na América do Sul envolvendo Pernambuco, afirmou Fernand Braudel: “Do Brasil para o Rio da Prata, um tráfico contínuo de pequenas naus de umas quarenta toneladas trazia à socapa açúcar, arroz, tecidos, escravos negros, talvez ouro. Regressavam ‘carregados de reaes de prata’. Paralelamente, pelo Rio da Prata, vinham mercadores do Peru com espécies para comprar mercadorias em Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro. Os lucros destes tráficos ilegais, segundo um mercador, Francisco Soares (1597), iam de 100% a 500% e, se acreditarmos no que ele diz, chegavam a 1.000%”. Ref. BRAUDEL, Opus. Cit, p. 135.

109 BAKEWELL, Peter. A Mineração na América Espanhola Colonial. In: História da América Latina: América Latina Colonial, vol. 11/Leslie Bethel (org). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Brasília, 2004, p. 102.

volveu-se desde cedo uma classe social local (os crioulls), os quais colocaram as colônias espanholas, cada vez mais, numa relação de independência da Espanha. Como observou John Lynch:

“By the 1640’s certain sectors of the American economy - ship-building, agriculture, and invest in overseas trade – were far more buoyant than their counterparts in Spain. The economic independence of America, and its superior capital resources, denoted a fundamental shift of balance within the Hispanic world. Economically, at least the dominant partner was now America [...]”¹¹⁰

Essa relativa independência econômica da América espanhola em relação a sua metrópole foi, ainda segundo Lynch, mais prejudicial à Espanha do que mesmo os agravos sofridos por ela por parte dos holandeses através das guerras de independência dos Países Baixos.

Como consequência da atividade mineradora, as cidades passavam a concentrar grandes populações para os padrões da época. Para se ter idéia, a cidade de Lima comportava, em 1610, algo por volta de 25 mil habitantes.¹¹¹ Lima concentrava em torno de si um comércio interessante. Não foi por acaso que os holandeses empreenderam expedições à costa peruana e chilena a partir de Pernambuco. Ao redor das cidades mineradoras se estabeleciam as *haciendas*, fontes constantes de abastecimento de víveres para a população mineradora.

Para a primeira metade do século XVII, podemos considerar a prata e o comércio de gêneros alimentícios como sendo o que mais interessava a Companhia das Índias Ocidentais na América

110 LYNCH, John. Spain under the Habsburgs. Vol II. New York: New York University Press, 1984, p.13.

111 MOERNER, Magnus. A Economia e a Sociedade Rural da América do Sul Espanhola no Período Colonial. In: História da América Latina: América Latina Colonial, vol. II/Leslie Bethel (org). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Brasília, 2004, p. 194.

espanhola. Quanto a venda de escravos para o trabalho nas minas, ainda não seria o momento, uma vez que por essa época os holandeses ainda estavam iniciando diretamente o comércio com a África Centro-Occidental. Além do mais, o aumento da mão-de-obra escrava africana nas minas do Peru e México não se deu ainda no século XVII e sim no XVIII.¹¹²

No início da década de 1640, era mais interessante para a WIC vender escravos para algumas fazendas de açúcar no Caribe que se instalavam ali. Barbados era um desses lugares. De várias maneiras os holandeses cercavam os espanhóis, sendo mais ostensivos em Pernambuco e no litoral brasileiro. O interesse holandês pelos metais preciosos no Brasil foi evidenciado por Hermann Waetjen, que se referiu às expedições realizadas ao interior de Pernambuco e Paraíba em busca de ouro e prata. Tudo isso se deu já no governo de Maurício de Nassau que, segundo Waetjen, “satisfazia [Nassau] o ardente desejo dos seus patrões da Holanda, dos quais grande número esperava ver realizado no Brasil o sonho do ‘el dorado’”.¹¹³

A atuação dos holandeses contra a Espanha data desde bem antes da fundação da Companhia das Índias Ocidentais, em 1621. John Lynch chega a relacionar a crise do comércio da Espanha com as suas colônias na América com os sucessivos ataques de “inimigos estrangeiros”, entre eles, os holandeses. Essa crise do comércio

112 Ibidem. Segundo o autor, “na costa peruana os escravos africanos constituíram parte importante da força de trabalho rural. Em 1767 os jesuítas empregavam 5224 escravos, 62 por cento nas fazendas de cana-de-açúcar, 30 por cento nos vinhedos. Esses escravos muitas vezes recebiam pedaços de terra onde podiam cultivar seus próprios alimentos”. P. 195.

113 WAETJEN, op. cit. p. 209. O autor se refere a duas expedições incentivadas por Nassau no ano de 1637 em “abas de serra de Pernambuco” e a expedição empreendida por Elias Herckmans ao interior. Ambas sem sucesso. No Ceará, uma expedição comandada por Mathias Beck teve mais êxito, tendo encontrado uma mina de prata “aparentemente rica”, mas que não chegou a ser explorada.

transatlântico situa-se já na primeira década do século xvii e esteve na conjuntura de uma crise européia marcada pela inflação que durou quase um século (1550-1650).¹¹⁴

Retomando as ambições da wic no Caribe, e a relação que isto tem com a prata e ouro espanhóis, temos uma passagem do cronista Gaspar Barleus em que o mesmo narra uma tentativa dos holandeses para se apoderarem dos carregamentos para a Europa. Em setembro de 1640, uma expedição comandada pelos almirantes Jol e Lichthart intentou com vinte navios capturar a prata vinda das minas de Potosí a partir do porto de Havana. A operação foi malsucedida. Segundo Barléus:

Frustou-se-lhes, porém, a expectativa. A sede do dinheiro não sofre delongas, e nada se ficou sabendo da outiva sobre a chegada da frota da prata, por mais que se interrogassem a respeito pescadores apanhados aqui e acolá. Cada uma delas efetivamente, por ótimos alvitres e por prudente receio, permaneceu nos seus respectivos portos, não achando razoável expor à ambição armada o ouro e a prata que levavam [...] ¹¹⁵

A importância do Caribe para a Companhia das Índias Ocidentais se deve também ao fato de ficar a meio caminho entre a América do Sul e do Norte. Mais especificamente, a corrente do Gulf Stream permitia a circulação de embarcações entre a Europa, América do Norte e Caribe, como destacaram os historiadores Peter Linebaugh e Marcus Rediker ao tratarem da circularidade de pessoas no Atlântico Norte e Caribe. Como eles mesmos destacaram:

114 LYNCH, John. Spain under the Habsburgs. Vol 11. New York: New York University Press, 1984, p. 11. Segundo o autor, “a crise pode ser datada precisamente entre os anos 1598 e 1620 e se tratou de uma crise de mudança da tendência econômica do século xvi”. Na Espanha, o contexto foi de “empobrecimento da população rural, depopulação e recessão do comércio com as colônias americanas”.

115 BARLÉU, Gaspar. História dos fatos recentemente praticados durante oito anos no Brasil. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974, p. 204.

The planetary currents of the North Atlantic are circular. Europeans pass by Africa to the Caribbean and then to North America. The Gulf Stream then at three knots moves north to the Labrador and Arctic currents, which moves eastward, as the North Atlantic Drift, to temper the climates of northwestern Europe.¹¹⁶

Uma outra forma de atacar o Império espanhol sem ser pelo Caribe foi a ocupação de Angola em 1641. Tomou parte da mesma o Almirante Jol citado acima. Da fracassada expedição a Cuba para a bem sucedida conquista de São Paulo de Luanda, a *wic* atingia a Espanha impedindo que 15.000 negros saíssem de Angola para trabalhar nas minas do Peru e do México.¹¹⁷

O Recife antes da invasão holandesa, enquanto porto da então florescente vila de Olinda, dava a esta um caráter de ‘cidade-etapa’ na economia-mundo do Atlântico. Tendo como ‘cidade-pólo’ Lisboa, passou, após a invasão a girar, de forma direta, na órbita de Amsterdam, o maior empório comercial da primeira metade do século XVII. E foi mesmo durante a presença holandesa que a cidade do Recife deixou a condição de “povo” para a de núcleo urbano com problemas de superpopulação, inclusive. Ao descrever o Recife por volta de 1636, José Antônio Gonsalves de Mello não deixou de mencionar os altíssimos preços de imóveis bem como a circulação constante de gente de diversas partes da Europa. O Recife deixava de ser um

116 LINENBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *The Many-Headed Hydra: sailors, Slaves, Commoners, and the Hidden History of the Revolutionary Atlantic*. Boston: Beacon Press, 2000, p. 1.

117 Barleus, op. cit. p. 214. Segundo o cronista: “Efetivamente, o próprio rei da Espanha se acostumou a levar dali anualmente 15.000 negros, dos quais se utilizava para trabalharem nas minas do Ocidente. É, pois, certo que o rei tentará extremos para recuperar o Reino de Angola, de tanta importância para o império hispânico”.

“burgo triste e sem vida”¹¹⁸ para ser um importante entreposto comercial para os Países Baixos, pelo menos para uma parte da burguesia de Amsterdam.

Evidentemente, não podemos comparar o porto do Recife com os de Amsterdam e Antuérpia, os quais podiam comportar mais de mil embarcações de uma só vez. Nestes ancoradouros existiam diversas embarcações que chegavam do Báltico após pescarem centenas de baleias e aproveitarem seus derivados. Chegavam a lucrar com essa atividade mais de 2 milhões de florins a cada temporada. O maior de todos esses comércios era mesmo o de Arenque, chamado de *moedernegotie*, ou ‘negócio mãe’.

A presença holandesa fez com que o Recife se conectasse mais diretamente ao Caribe. Assim, como veremos em capítulo mais adiante, navios como o *Holandia*, *De Wapen van Hoor* e *Bonte Coe*, bem conhecidos das fontes coêvas, faziam viagens a Curaçau, Barbados, Santa Bárbara e Cuba. Em agosto de 1635, de uma só vez, zarparam do porto do Recife em direção a Cuba os navios *De Zujdsterre*, *Schoop*, *De Meermine* e *Angola* levando vários soldados luso-brasileiros como prisioneiros.¹¹⁹ A queda do Arraial Velho do Bom Jesus, em 1635, terminava com parte de seus soldados nas ilhas do Caribe, que de lá prosseguiam para os Países Baixos.

Retomando a discussão da posição estratégica de Pernambuco, quando não do Nordeste, temos um trecho do relato feito por um administrador holandês em 1633. Diz ele:

118 MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Editora Massangana: Recife, 1987, p. 35. Palavras do autor: “Burgo triste e abandonado [o Recife], que os nobres de Olinda deviam atravessar pisando em ponta de pé, receando os alagados e os mangues; burgo de marinheiros e de gente ligada ao serviço do porto; burgo triste, sem vida própria, para onde até a água tinha de vir de Olinda”.

119 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijkse notulen van de Hooge Raden in Brasilie*. 17/08/1635.

“Esta conquista nos fornece meios para outros empreendimentos importantes, tais como a conquista do Brasil meridional [...], o desvio do comércio de Angola, a anexação do Rio da Prata e a navegação do Chile e de todo o mar do Pacífico; e ao passo que este país seria para nossa Companhia das Índias Ocidentais uma estação de parada cômoda e segura [...]”.¹²⁰

A partir desse relato, podemos perceber a dimensão da *conquesten* holandesa: açambarcar o Nordeste para depois açambarcar outros domínios ibéricos. As intenções holandesas aumentam até a importância que tinha esta parte do Atlântico Sul para a WIC, econômica e geopolítica. Seja como for, eis aqui o gérmen, se não um antecedente da idéia que seria colocada em prática por Maurício de Nassau quando de seu governo (1637-1644), quando o mesmo, a partir do Recife, atacou El Mina, Angola e o Chile.¹²¹ Uma história do Atlântico que se estendeu ao Pacífico. Por enquanto, fiquemos com o Atlântico Sul apenas.

A Companhia das Índias Ocidentais

A ocupação do Brasil pelos holandeses não foi fortuita. Essa observação, apesar de óbvia para quem trabalha este tema, não nos exime

120 Relatório do Conselho político no Brasil Jean de Walbeeck, apresentado aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais a 2 de julho de 1633, lido pelos Estados Gerais à 11 de julho de 1633. In: Documentos Holandeses. Vol. I. Ministério da Educação e Saúde. 1945, pp. 125/126.

121 As intenções flamengas no Nordeste enquanto ponto estratégico no Atlântico Sul evidenciam-se após a tomada de São Jorge da Mina, em 1637, quando os primeiros navios da WIC passaram a trazer escravos diretamente dos portos africanos. Para o ano de 1639, já é possível identificar a chegada de navios das regiões próximas ao Castelo da Mina sobretudo “peças de escravos” (*stuck negers*). Numa ocasião, aportou no Recife os navios *Camel* e *Charitas*, trazendo pouco mais de 300 escravos, sendo 150 provenientes de El Mina e 174 do porto de Ardras. Também trouxeram ouro e uma carta do administrador Willem Willeckems do Cabo Lopez. IAHGP. Coleção José Higino. Birven em Papieren uit brasilie. 29/04/1639.

de uma reflexão acerca do que foram as companhias de comércio do século XVII. Nos Países Baixos, em particular, o processo paulatino de independência do domínio espanhol teve como principal consequência a criação da Companhia das Índias Orientais (voc) e, a sua “irmã mais nova”, a Companhia das Índias Ocidentais (wic). Temos, de antemão, que a primeira exerceu grande influência sobre a segunda.

Evidentemente, o grande cenário para essa discussão é o da ascensão do capitalismo e na forma como ele se expressou entre nações protestantes e católicas. Sobre esse assunto, Hugh Trevor-Hoper expressou que em lugares como Milão e Antuérpia, “o capitalismo independente definhou” e que “os únicos grandes lucros nos negócios eram os lucros do capitalismo de Estado”. Enfim, para a Espanha, a situação era a seguinte:

“A plutocracia genovesa, tolerada como enclave urbano autogovernado, a fim de ser o financiador estatal do império espanhol, e investindo seus lucros em funções, títulos e terras dentro desse império, é típica dessa história”.¹²²

Assim, em oposição ao capitalismo “independente” dos Países Baixos, a influência do império espanhol no “capitalismo de Estado” foi determinante nos Países da Contra-Reforma.¹²³ Mesmo assim, essa dicotomia entre o capitalismo em países da Reforma e da Contra-Reforma não pode ser tão radical, uma vez que mesmo um teórico da república mercantil como Paolo Sarpi, permaneceu no seio da

122 TREVOR-ROPER, Hugh. *A Crise do Século XVII: Religião, a Reforma & Mudança Social*. Topbooks: Rio de Janeiro, 2007, p. 73.

123 O autor tipificou a sociedade espanhola como “feudal”, arcaica, acidentalmente alçada ao poder mundial pela prata da América”. De uma forma geral, também tipificou Trevor-Hoper a forma de capitalismo espanhola, ou “dos estados principescos” como uma regressão econômica e até ironiza ao insinuar que “por volta de 1640, o apoio espanhol podia ser de pouca valia para qualquer um; mas nessa época as sociedades da Europa da Contra-Reforma estavam estabelecidas: estabelecidas em declínio econômico”.

Igreja católica. Só que na república de Sarpi, Veneza, a Igreja se via separada do Estado. Ele não era, pois, a "Igreja desse Estado", como concluiu Trevor-Roper.¹²⁴

Por outro lado, o fato de o capitalismo livre-empresendedorista ter preponderado nos Países protestantes não torna fraco o papel do Estado. Pelo contrário, no caso dos Países Baixos, a aparente ausência do Estado faz parte de uma idéia que foi encampada por muitos historiadores que não entendiam que a riqueza de uma sociedade refletia num Estado mais forte e não necessariamente absolutista.¹²⁵ O pensamento da fragilidade do governo nos Países Baixos pode encontrar eco nas rivalidades que sempre existiram entre a plutocracia da Província da Holanda e o poder dos *Stathouders*, que controlavam as Províncias do interior e eram elementos da casa de Orange-Nassau. No entanto, apesar dessas disputas domésticas, os Países Baixos nunca deixaram de exercer o seu poder externo no século que ficou conhecido como "o século de ouro" para a Holanda: o século XVII. Do que concluímos que o governo sobreviveu às turbulências provinciais.

As companhias holandesas das Índias Orientais e Ocidentais têm origens numa tendência já verificada na Europa Ocidental desde a segunda metade do século XVI. São as chamadas sociedades de capitais, apelidadas pelos ingleses de *Joint Stock Companies* (sociedades por ações).¹²⁶ Na própria Inglaterra, por volta de 1550, formou-

124 TREVOR-ROPER, *idem*, p.80.

125 O historiador Fernand Braudel, apoiado nos estudos de Immanuel Wallerstein, ao considerar que governo e sociedade fazem parte de um mesmo bloco. Ainda segundo Braudel, no centro de qualquer economia-mundo, a figura do Estado é tanto mais "temida e venerada", quanto mais riqueza e dinamismo econômico ele puder trazer para si. Esse foi o caso de Veneza (século XVI), Holanda (século XVII) e Inglaterra (século XVIII). Ref. BRAUDEL, *Civilização Material e Capitalismo*, O Tempo do Mundo, p. 40.

126 Sobre esse assunto, Braudel reitera a anterioridade das "sociedades de ações" à segunda metade do século XVI ao afirmar que "já antes do século XV, os navios

-se a primeira sociedade de ações, a *Moscovy Companie*. Já na França, observou Fernand Braudel, a instituição das sociedades de ações apareceu mais lentamente que na Inglaterra e nos Países Baixos. Contudo, foi mesmo no século xvii que se consolidaram as grandes companhias comerciais, e à sombra de uma condição *sine qua non*, segundo o autor de *O Mediterrâneo*: a de que “só há crescimento significativo da empresa quando há associação com o Estado – o Estado, a mais colossal das empresas modernas que, crescendo sozinho, tem o privilégio de fazer crescer as outras”.¹²⁷ Essa declaração mostra por si só a importância que o Estado, inclusive o dos Países Baixos, possuíam no florescimento de companhias do porte da *voc* e da *wic*. E foi de suas grandes e organizadas companhias de comércio que, ainda segundo Fernand Braudel, “as Províncias Unidas e a Inglaterra se serviram para conquistar o mundo”.¹²⁸

Uma condição para o sucesso das grandes companhias de comércio que concordamos ter sido imprescindível: a concessão de privilégios por parte do Estado. Tal concessão caracterizaria as grandes companhias como estados dentro de estados? Essa questão pode ser apenas retórica, mas vale a pena ser discutida para o caso particular da Companhia das Índias Ocidentais na seção seguinte. De antemão, consideremos que tais sociedades por ações tinham por prática tomar a seu talante áreas de comércio muito distantes de suas sedes. No negócio de longa distância, para tomarmos como exemplo os Países Baixos, uma das companhias que antecedeu a Companhia das Índias Ocidentais chamava-se “Companhias para lugares distantes” (*Compagnie Van Verre*).

do Mediterrâneo são muitas vezes propriedades divididas em ações – chamadas *partes* em Veneza, *luoghi* em Gênova, *carrati* na maior parte das cidades italianas, *quiratz* ou *carats* em Marselha”. Ref. BRAUDEL, *Civilização Material e Capitalismo, Os Jogos das Trocas*, p. 388.

127 Idem, p. 391.

128 Idem, p. 392.

A relação entre capitalismo, estado e comércio de longa distância data desde o século xvi. Nos países ibéricos, a criação da *Carrera de las Indias* (Espanha) e da *Casa da Índia* (Portugal) são exemplos daquela associação. Contudo, nesses países, a coerção e a fiscalização do Estado tendiam a ser enormes, se comparadas aos Países Baixos.¹²⁹

Antes de entrarmos nas grandes companhias de comércio dos Países Baixos, convém lembrar das companhias inglesas do fim do século xv e início do xvi. Eram elas a *Merchant of the Staple* e a *Merchant Adventurers*. A primeira congregava exportadores de lã e a segunda de tecidos. Mais uma vez, Fernand Braudel chama atenção para o fato do caráter quase sempre “aventureiro” dos negociantes destas primeiras companhias de comércio em alusão ao nome desta última companhia acima citada.¹³⁰ Consequentemente, foram fundadas as companhias da Moscóvia (1555), a do Levante (*Levant Company*, em 1585). Finalmente, em 1599, formou-se a *Companhia Inglesa das Índias Orientais*.

Apesar de pouco estudada, como aponta o historiador turco Mehmet Bulut, a presença holandesa no Império Otomano existia desde o século xvi. O mesmo verificou que “Although formal diplomatic relations between the Ottoman Empire and the Dutch Republic were first established in 1612, commercial contacts had already been made by travellers and by merchants engaged in Mediterranean trade before 1600”.¹³¹

129 Idem.

130 Idem, p. 396. No entanto, Braudel considera que a *Merchant Adventurers Company* era administrada como uma “corporação”, em que “os membros da companhia são irmãos entre si, e suas mulheres, irmãs. Os irmãos devem ir todos juntos aos ofícios religiosos, aos enterros. Estão proibidos de se portar mal, de pronunciar palavras grosseiras, de se embriagar, de tornar-se espetáculo para os outros [...]”. Assim reproduziu o autor parte do estatuto da companhia.

131 BULUT, Mehmet. The Role of the Ottomans and Dutch in the Commercial Integration between the Levant and Atlantic in the Seventeenth Century. In: *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, Vol. 45, No. 2 (2002), pp. 197-230.

Em primeiro plano, os olhos dos países capitalistas emergentes no século xvii estavam voltados para o Oriente das especiarias, terreno já bem conhecido pelos países ibéricos, sobretudo Portugal. A inserção portuguesa na Ásia era tal que fez jus à afirmação de Charles Boxer de que

“nada é mais notável do que o modo como os portugueses conseguiram assegurar e manter, por quase todo o século xvi, uma posição dominante no comércio marítimo do oceano Índico e uma parte muito importante no que se fazia a leste do estreito de Malaca”.¹³²

E foi para esse destino que os Países Baixos lançaram os seus olhares através. Primeiro, com a *Compagnie Van Verre*, em fins do século xvi e, no alvorecer do século xvii, com a Companhia das Índias Orientais (voc). A atuação desta última sobretudo no Oceano Índico é que influenciará, alguns anos mais tarde, a criação da Companhia das Índias Ocidentais (wic).

No século xvii as possessões portuguesas no Oriente foram seriamente atingidas pela voc no que diz respeito ao comércio lusitano aí enraizado desde o século anterior. O avanço de Portugal em direção ao Oriente fez parte de um processo (não necessariamente consciente) de expansão, como demonstrou Charles Boxer, mas certamente “surgiram de uma mistura de fatores religiosos, econômicos, estratégicos e políticos, é claro que nem sempre dosados nas mesmas proporções”.¹³³ Também ficou claro que, segundo o autor, o deslanchar de Portugal na colonização ultramarina se deu sob o clima de paz interna que o seu território experimentou ao longo de todo o século xv, enquanto os outros países da Europa Ocidental estavam envolvidos de alguma forma com guerras civis internas

132 BOXER, Charles. O Império Marítimo Português. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 52.

133 Idem, p. 33.

ou ameaças estrangeiras. Finalmente, como fator religioso, mas indubitavelmente, econômico, a conquista de Ceuta aos “infiéis” he-reges agregou mais de um fator para o avanço da coroa portuguesa em território africano.¹³⁴ É forte a tese, ainda segundo Charles Boxer, acerca dos interesses econômicos de Portugal na ocupação daquela praça, uma vez que, a partir dali poderiam estabelecer contatos com o comércio de ouro desde há muito existente nas terras do alto Níger e do rio Senegal. Assim, os portugueses promoveram o carreamento desse comércio de ouro do Sudão ocidental, que se fazia no interior, para o litoral.¹³⁵ Que fique claro, portanto, que a coroa portuguesa procurava manter o monopólio do comércio de ouro, escravos e especiarias em geral, muito embora, em alguns casos isolados, a mesma tenha concedido os direitos de importação de marfim e escravos a alguns indivíduos mediante, é evidente, o pagamento de licença.

No Índico, o império português consolidou-se no grosso trato com as cidades suális da costa oriental da África (Mombaça, Quíloa, Melinde e Pate) que, segundo Charles Boxer, eram “todas possuidoras de alto nível de florescimento cultural e prosperidade comercial”.¹³⁶ O estabelecimento dos portugueses no Índico situou-se entre as cidades acima citadas e o Timor, passando por importantes entrepostos comerciais como Mascate, Ormuz, Diu, Bombaim, Goa, Calecute, Ceilão, Meliapor, Negapatão, Pegu, Sião, Malaca, Macau

134 Boxer, no tocante a tomada de Ceuta, chamou a atenção para o motivo eminentemente econômico da conquista de Ceuta, uma vez que se tratava de um centro comercial florescente à época, dotado de uma boa condição de aportagem que seria fundamental para uma futura expansão portuguesa através do estreito de Gibraltar.

135 Tal empreitada levada a cabo pela coroa portuguesa foi lucrativa, haja vista que, só no reinado de dom. Manuel I (1496-1521), os portugueses trouxeram de São Jorge da Mina, anualmente, 170 mil dobras de ouro a cada ano em média. Ref. BOXER, op. cit. p. 45.

136 Idem, p. 55.

e Ilhas Molucas, para não citarmos outros. Ao longo do século XVII, quase todo esse território foi alvo da Companhia das Índias Orientais. Quando os holandeses partiram para tomar o quinhão ibérico na Ásia, já estavam bem conscientes do que iriam encontrar.

Antes de se “aventurar” no Oriente com uma grande companhia de comércio, as experiências anteriores colhidas pelos neerlandeses mostraram aos empreendedores holandeses e zelandeses que “leurs succès durable exigeait une organisation rigoureuse”, como afirmou o historiador Yves Cazaux.¹³⁷ O mesmo resume o êxito neerlandês no Oriente da seguinte forma:

“L’organisation néerlandaise, qu’il faut examiner avec attention, n’enlève rien de ses qualités aventureuses et même héroïques à l’entreprise, mais par le calcul des risques et grâce à des mécanismes de compensation, elle évite qu’une série de désastres subis ici et là n’entraîne la ruine de l’ensemble. On reconnaît le mélange du réalisme et du rêve qui caractérise les Provinces-Unies”.¹³⁸

137 CAZAUX, op. cit., p. 241.

138 Idem, p. 242. O lastro do sucesso da VOC no Oriente foram, entre outros fatores, a poderosa marinha mercante de que dispunham os neerlandeses (segundo o autor, “encore une autre statistique globale: aux alentours de 1660, les Provinces-Unies posséderont les trois quarts de la flotte de commerce mondiale”), assim como de um arrojado sistema de seguros de cargas tal ponto de organização que “dès le début de la guerre des Trente Ans, elles parviennent à garantir les risques de mer pour une prime de dix pour cent en temps de guerre, de huit pour cent en temps de paix, et même moins cher encore, quand la conjoncture s’améliore. Ces tarifs à Amsterdam sont souvent inférieurs de moitié aux tarifs français correspondants”. Convém lembrar da importância das companhias inglesa e holandesa na Ásia. Em trabalho acerca das grandes companhias de comércio, os historiadores da economia Ann Carlos e Stephen Nicholas enfatizaram que “if one looks at only a fraction of the transactions, the invoicing of goods between the factory at batavia (present-day Jakarta, Indonésia) and the head office of the Dutch East India Company, the volume of transactions filled ‘more than 500 fat volumes from the 17th century’”. “Os autores também observam que este número o volume comercial intra-asiático, nem as transações

Evidentemente, a “dose de realismo” holandês não impediu, no caso da Companhia das Índias Ocidentais, os insucessos que a mesma experimentou no Brasil. Sobre a voc, temos que a partir de sua criação em 1602, não demoraria muito para que algumas das mais importantes possessões portuguesas caíssem em mãos batavas. Dirigindo a sua teia comercial para Bali, Amboina e Molucas, a voc ocupou Jacarta (Batávia) em 1621 e em Malaca (1640) durante a revolta de Portugal contra a Espanha. O ano seguinte, 1641, assistiu à instalação dos holandeses no Ceilão bem como na costa do Coromandel. Vale salientar que os agentes da voc já haviam feito contato com o Japão e, em 1616, obtiveram aí algumas concessões de grosso trato.¹³⁹

Tão logo iniciou o século xvii, e a Companhia das Índias Orientais já empreendiam enfrentamentos aos portugueses instalados no Índico. Tal quadro se estendeu até a assinatura da Paz da Holanda em 1668. Durante todo esse tempo, já à altura das lutas entre portugueses e holandeses no Atlântico-Sul, formou-se um quadro que levou o historiador Charles Boxer a considerar como uma verdadeira guerra mundial à qual já nos referimos na seção anterior. No Oriente, a Companhia das Índias Orientais (voc) e, no Atlântico-Sul, a Companhia das Índias Ocidentais (wic).

Um Historiador indiano, Sanjay Subramanyam, além de seguir os caminhos abertos por Boxer, nos dá bem a medida do conflito luso-neerlandês pelo controle dos entrepostos comerciais do Golfo de Bangala. Aqui, pontos nevrálgicos do comércio do Índico como Négapatão e Paleacate (costa leste da Índia) foram alcançados pelas companhias de comércio neerlandesas, mas com maior autonomia dos

entre feitorias da companhia e mercadores locais no Oriente Médio, Índia, Batávia e Japão. Ref. CARLOS, Ann M. , NICHOLAS, Stephen. In: *The Business History Review*, Vol.62, No. 3 (1988), pp.401.

139 Yves Casaux enfatiza os contatos neerlandeses no extremo Oriente com Osaka, Cantão e Formosa, salientando também que desde 1616 o chá da China já tomava o rumo do entreposto que seria holandês de Batávia.

nativos para negociarem com o invasor. Vale salientar que estas localidades tinham desde há muito, antes mesmo da chegada dos portugueses, um comércio constituído bem como um nível de organização política mais consolidada que o das tribos tupis do litoral brasileiro.¹⁴⁰

Subrahmanyam, ao mesmo tempo em que considera o caráter mundial da luta entre portugueses e holandeses, mergulha na especificidade da administração local que os portugueses instalaram em termos de fixação de câmaras e delimitações de espaços. Deste modo, temos uma perspectiva de um historiador nativo que mergulhou não só em fontes portuguesas como naquelas referentes à Companhia das Índias Orientais em arquivos da Holanda. A chegada dos holandeses nestes espaços, já no início do século xvii, desarticula as relações comerciais de Portugal constituídas com muita persistência pelos prepostos dos reis desde o início do século xvi.¹⁴¹

Se foi verdade que a presença neerlandesa no Oriente produzia histórias fantásticas na mente dos contemporâneos, como bem ressaltou Simon Schama¹⁴², também não foi menos verdade que as questões político-administrativas foram bem relatadas por agentes neerlandeses pertencentes à Companhia das Índias Orientais neste quadrante. Desse modo, o mesmo homem que poderia se delumbrar com as fantasiosas viagens do navio *Botencae* bem como as aventuras de seus marujos, também se decepcionava com uma eventual baixa no valor das ações daquela companhia.

Um caso a ser citado, um ponto de comércio português no Golfo de Bengala: Negapatão. Este, por sua vez, localiza-se na costa Leste

140 SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Guerra e Comércio: A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala (1500-1700)*. Lisboa: Edições 70, 1989.

141 Os portugueses instituíram várias rotas (carreiras) comerciais no Golfo de Bengala. As mais conhecidas e citadas por Subrahmanyam são as que tinham como itinerário Malaca-Paleacate-Malaca, Goa-Paleacate-Malaca-Goa, Malaca-Pegu-Malaca e Goa-Paleacate-Pegu-Goa.

142 SHAMA, Simon, op. cit.

do subcontinente indiano, quase em frente a ilha do Sri Lanka e à poucos quilômetros de Goa, situada na costa Oeste do Malabar.

Em 1642, os holandeses, sob o comando do Almirante Cornelis Leendertszoon Blauw, atacaram a possessão portuguesa de Negapatão. Aqui, negociam uma recompensa de 50.000 patacas de resgate. A empresa malogrou em função da resistência local e a consequência administrativa foi que os Eleitos (administradores portugueses locais) cederiam poder aos portugueses de Goa na governança de Negapatão. O que se seguiu aqui foi a instalação de uma Câmara Municipal para substituir os Eleitos, além de nomeação de um Capitão-Mor e o reforço da fortificação. Tal atitude de defesa militar, por parte da Coroa portuguesa, não fora tomada doze anos antes com relação a Pernambuco que, mesmo após a ocupação de Salvador pelos holandeses (1624-1625) permaneceu mal guarnecido.¹⁴³

Os holandeses na Ásia se beneficiavam das represálias que sofriam os portugueses dos nativos. Narram os holandeses, em depoimento encontrado por Subrahmanyam nas fontes neerlandesas, o ataque que sofreu a povoação portuguesa por parte das forças de Tanjavur, em princípios de 1632, pelo fato da comunidade mercantil aí instalada não ter conseguido o suficiente para pagar os tributos que lhes permitissem fazer o comércio. Em Bengala, pelo menos, os portugueses estavam entre uma poderosa estrutura nativa, os Nayaka¹⁴⁴, e os holandeses. Situação, aliás, diferente da América portuguesa, onde puderam subordinar os ameríndios e impor-lhes uma política hegemônica. Em dado momento, Nayakas e holande-

143 As crônicas de *Brito Freyre* mostram a dificuldade em se treinar um exército de última hora ante uma invasão holandesa a Pernambuco. Outro cronista, *Gabriel Soares de Souza* em 1587, já observara a necessidade de melhor defesa da costa brasileira. A própria presença francesa no litoral brasileiro até fins do século xv, como observou *Capistrano de Abreu*, fornece subsídio a este argumento.

144 Assinala Sanjay Subrahmanyam o governo do chefe Nayaka, Vijayaraghava, que liderou de 1634 até 1637.

ses se “congeminaaram”, no dizer de Subramanyan, para tomar Negapatão aos portugueses.

Por fim, Sanjay Subrahmanyam chama a atenção para o fato de que, em certa medida, a lição que os portugueses, tal como os holandeses, não aprenderam, se resumia a isto: poucos seriam os “*príncipes pagãos ou mouros*” capazes de suportar, de boa vontade, a imposição de verem uma “*aldeia indefesa*” transformada em povoação fortificada...”.¹⁴⁵ Além de frisar bem que, malgrado o controle neerlandês de Negapatão nas décadas de 1650 e 1660, haveria sempre, em outras localidades próximas, um espaço para os comerciantes privados portugueses. Afinal de contas, como tivemos no Brasil os luso-brasileiros a desempenhar um comércio próprio, houve na Índia os “luso-indianos” a fazerem o mesmo.

No Ceilão, a primeira “visita” neerlandesa deu-se já no primeiro ano de existência da voc. Conta-nos um arquivista holandês do início do século passado, o Sr. R. G. Antonisz, que a o primeiro de sua nação a pôr os pés no Ceilão foi o Almirante Joris van Spilbergen, em 1602. O primeiro contato foi bastante positivo, uma vez que

“the kandy king, who was by this time heartily tired of the Portuguese, received him in the most friendly manner, and promised him, in return for assistance against the Portuguese, every facility for trade and for the building of fortresses on the coast”.

Mas a presença efetiva da voc naquele território se deu mesmo em 1637, no mesmo ano em que a WIC, a partir do Recife, conquistava a fortaleza de São Jorge da Mina na África Centro-Occidental. A administração só vingaria a a partir de 1640, restando aos portugueses a ocupação de Colombo, que viriam a perder finalmente em 1656.¹⁴⁶

¹⁴⁵ SUBRAHMANYAM, op. cit. pp. 104.

¹⁴⁶ ANTONISZ, R. G. The Dutch in Ceylon: Glimpses of their life and times. (Lecture). Ceylon Examiner Press, 1905, p. 03.

Assim como no Brasil, onde um governo civil tendeu a sobrepujar o militar, também no Ceilão, a fórmula fora a mesma. Segundo R. G. Antonisz, no Ceilão, a necessidade de se procurar um equilíbrio social veio imediatamente após o estabelecimento de um governo civil.¹⁴⁷ No topo da administração estava um Governador que era aces-sorado por um Conselho Político (Political Concil), composto por dez dos maiores funcionários da voc. Em seguida, abaixo do Governador, vinham os *Comanndeurs* das subregiões de Jafnna e Galé, que tinham o status de Governadores Provinciais (Provincial Governors). Estes, finalmente, eram assessorados por conselhos políticos locais, mas subordinados ao Conselho Político maior. Os *Commandeurs* po-deiam ter assento no Conselho Político do Ceilão (o conselho maior) e, uma vez estando em Colombo (centro administrativo), tinham pre-cedência sobre os outros conselheiros políticos.¹⁴⁸ Esta composição político-administrativa da voc no Ceilão foi copiada pela wic, guar-dada as diferenças de escala, no Brasil. Aqui, inicialmente, existia também um *Gouverneur* acesorado por um Conselho Político civil.

No organograma da voc proposto por R. G. Antonisz, os fun-cionários (*servants*; *dinaer's em neerlandês*) da companhia na admi-nistração do Ceilão dividiam-se em quatro categorias: Política, Na-val, Militar (soldados) e Mecânicos. Curiosamente, na categorias dos servidores políticos se encontravam os mercadores superiores (*oppercoopman*), os mercadores “medianos” (*koopman*) e os sub-mer-cadores (*ondercoopman*).¹⁴⁹ Essa junção de funções político-econô-micas não nos deve ser estranha, dado o caráter eminentemente comercial do empreendimento. No caso da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil, muito embora não tenhamos a nomenclatura,

¹⁴⁷ Idem, p. 4.

¹⁴⁸ Idem, p. 9.

¹⁴⁹ Para o autor, os servidores políticos poderiam ser equiparados aos funcionários públicos de nossos dias.

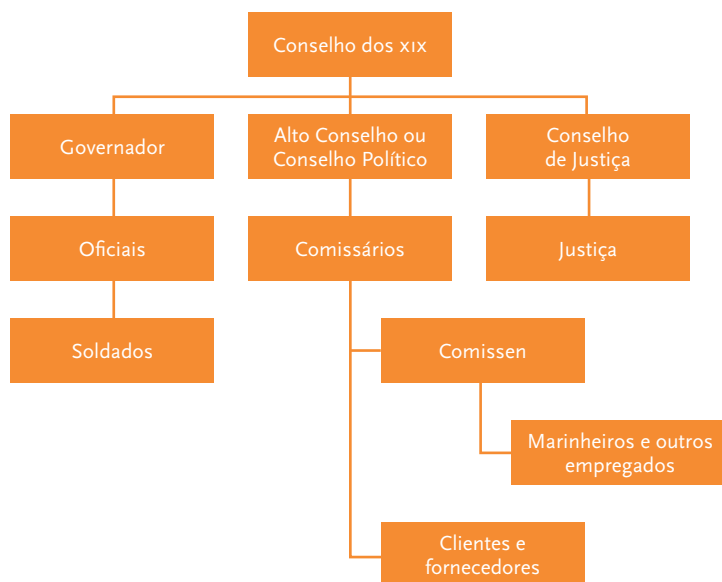
tal qual havia no Ceilão, de “mercadores” para algum funcionário ligado dieratamente à wic, sabemos que o comércio era controlado pelos conselheiros políticos. Estes deveriam, em principio, ser versados também em matéria de comércio. Ao tratarmos, no curso deste trabalho, acerca dos “pequenos proveitos” auferidos pela wic no Nordeste, teremos a oportunidade de perceber a fiscalização do comércio por parte do Conselho Político e dos Diretores Delegados.

Seja como for, as composições político administrativas, tanto da voc como da wic, ainda se situavam em meio a um processo de burocratização do capitalismo, em que determinadas funções não estavam plenamente definidas. Concorre talvez para esse fato a recente formação política dos Países Baixos. Nesse tocante, observou bem Lodewijk Hulsman que “a expansão da república neerlandesa exigiu a fundação de organizações cada vez mais complexas, [...] A República, entretanto, tinha pouca experiência em gerenciamento de grandes organizações [...]”. Mais ainda, este autor registra a anterioridade do *modus operandi* da Companhia das Índias Ocidentais alegando que

“a administração da wic se baseava no modelo desenvolvido por armadores neerlandeses durante o século xvi. Este modelo era dividido em três partes: os acionistas investiam capital na empresa; os empresários, muitas vezes acionistas majoritários, equipavam as embarcações e a diretoria formada pelos empresários registrava o investimento dos acionistas, os contratos de emprego, aluguel de facilidades, gastos de equipagem etc. O comissário e o capitão eram responsáveis pela execução do empreendimento e, no final da viagem, relatavam aos empresários os acontecimentos. O comissário operava registrando os estoques do barco e mantendo o livro de registros dos empregados. Ele era o responsável pelo registro das trocas comerciais enquanto o capitão mantinha o diário de viagem. Esta documentação entrava no arquivo da diretoria, os empresários pagavam a tripulação, vendiam a carga e o barco

e retiravam o lucro de seu investimento. No final, o balanço das atividades era divulgado entre os acionistas e empresários por meio de editais.”¹⁵⁰

Talvez a diferença entre uma companhia deste porte para um empreendimento do século xvi residisse apenas no conteúdo e não na forma. No século xvii, o acúmulo de capital e a capacidade associativa entre os empreendedores certamente era maior que nas sociedades do século anterior. De uma forma sucinta, este é o organograma (formulado por Lodewijk Hulsman) para a Companhia das Índias Ocidentais no Brasil nos primeiros anos de sua permanência no Brasil.



Fonte: HULSMAN, op. cit., p.29.

¹⁵⁰ HUSMAN, Lodewijk. Guia para o estudo das Atas Diárias do Alto Conselho da Companhia das Índias Ocidentais no Recife (1635-1654). In: Monumenta Hygienia. Recife, 2005, p.28 (mimeo)

Evidentemente, esse não é um quadro definitivo. Mais adiante, a nomeação de um Alto e Secreto Conselho e das Câmaras dos Escabinos na administração nassoviana irá modificar este organograma. A referência ao Alto Conselho é sobretudo retórica, mais no sentido de haver um poder colegiado civil acima do poder militar. Este “Alto Conselho” não é o mesmo que será instituído ao tempo de Maurício de Nassau. A posição do “Governador” ao lado do “Conselho Político” não correspondia à prática, já que este era sempre fiscalizado e sobrepujado pelo Conselho Político e, nos anos de 1633-34, pelos Diretores Delegados. Estes últimos eram membros do Conselho dos XIX que vieram a Pernambuco para resolver desavenças entre o então *Gouverneur*, o Coronel Diedrick van Wanderburch e o Conselho Político. Foram eles Mathias van Ceulen (pela Câmara de Amsterdam) e Johan Ghijselin (pela Câmara da Zelândia).¹⁵¹ Este “rearranjo” na administração, por si só, já mudaria o organograma acima. A justiça, por sua vez, poderia ser aplicada pelo Conselho Político.

Apesar da herança seicentista do funcionamento da WIC, como propôs Loudewijk Hulsman, foi no futuro do capitalismo multinacional que uma companhia organizada nos moldes acima influenciou. Nesse sentido, Ann M. Carlos e Stephen Nicholas enfatizaram o argumento de que o crescimento e a expansão de firmas multinacionais não foi necessariamente um “*American phenomenon*” com raízes no período pós-1950. Pelo contrário, eles destacaram que

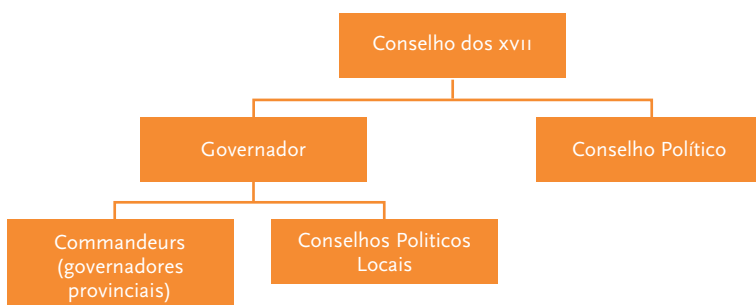
“surprisingly, the early sixteenth- and seventeenth-century trading companies – the English and Dutch East India companies, the Muskovy Company – which traded goods and services across national boundaries and had a geographical reach rivaling today’s largest multinational firms, have been generally ignored.”¹⁵²

151 MELLO, Fontes para a história do Brasil Holandês, p. 11.

152 CARLOS, Ann M., NICHOLAS, Stephen. In: *The Business History Review*, Vol. 62, No. 3 (1988), pp. 398.

Assim como as companhias multinacionais do século xx, as companhias dos séculos xvii e xviii compartilham características semelhantes como o grande volume de transações e os mecanismos de controle administrativo para manter-se bem informadas e reduzir os custos das transações internacionais.¹⁵³

Um organograma para a administração do Ceilão pela Companhia das Índias Orientais, a partir do estudo de R. G. Antonisz seria apresentado da seguinte forma:



Ressalta-se que, no caso do Ceilão, os Commandeurs ou *Provincial Governors* assistiam nas cidades de Jaffna e Galle. A dimensão territorial do território conquistado pelos holandeses no Brasil tornava a administração das localidades mais afastadas do Recife uma tarefa bastante difícil. Ao contrário do que encontraram os administradores da voc em áreas menores como o Ceilão e Batávia (atual Jacarta).

Uma outra característica comum das duas companhias em questão foi o caráter monopolístico do empreendimento. E não poderia ser diferente. Os privilégios concedidos a elas pelos Estados

¹⁵³ Os autores, com esse argumento, concluem que “in these two critical respects, the early trading companies were indeed analogues to the modern multinational”.

Gerais geraram ciúmes nos comerciantes que ficaram de fora do empreendimento. A isso se referiu Fernand Braudel, quando afirmou que

“é espantoso, de fato, que os mercadores holandeses, acosados pela V.O.C. (Vereenigde Oost-Indische Compagnie) e ciosos de seus privilégios, lancem ou sustentem com seus próprios capitais as companhias das Índias rivais, as da Inglaterra, da Dinamarca, da Suécia, da França, até mesmo a Companhia de Ostende”.

O autor ainda chama atenção para a associação entre esses mercadores holandeses, espécie de *outsiders* dos grandes negócios da companhia, e as atividades de corso barbarescos que atuavam no mar do Norte.¹⁵⁴ Percebemos então, que o modelo dessas grandes companhias de comércio não figurava como unanimidade na costelação dos interesses comerciais dos mercadores dos Países Baixos. Isso ficou bastante evidenciado, no caso do Brasil, nos desentendimentos entre os mercadores de Amsterdam e o resto da wic no decorrer da empresa do Brasil.

Um caso emblemático, citado por W. J. Van Hoboken, diz respeito aos irmãos Bicker, ricos mercadores amsterdaneses e co-fundadores da Companhia das Índias Ocidentais. Segundo o historiador neerlandês, tão logo as ações da wic subiram de valor após o apresamento da prata espanhola por Piet Hein em 1629, Cornelis Bicker e o seu irmão trataram de vender suas ações e passaram a rivalizar com a própria wic no comércio do Brasil. Para J. Van Hoboken,

¹⁵⁴ BRAUDEL, op. cit., p. 187. Com isso o autor justifica o caráter, por vezes, contraditório entre os interesses de Estado e os interesses dos comerciantes neerlandeses, lembrando que os holandeses foram expulsos de Pernambuco com armas compradas aos próprios neerlandeses e que foi com armas batavas que Luis XIV atacou os Países Baixos, em 1672. Finalmente, para Braudel, isto se deve ao fato de que, nos Países Baixos, “o mercador é rei e o interesse comercial desempenha na Holanda o papel de razão de Estado”.

“sua atitude era típica da de muitas pessoas dos círculos comerciais de Amsterdam; elas viam mais lucros no comércio livre com as áreas recentemente conquistadas do Brasil do que na manutenção estrita do monopólio da Companhia”.¹⁵⁵

Os sucessos da *wic* influenciaram, por extensão, a fundação da *wic*, na esperança de que esta última obtivesse o mesmo êxito. Contudo, a experiência demonstrou o contrário. A sorte da *wic* conheceu outros ventos dos da sua congênere mais velha. Immanuel Wallerstein ressaltou que a maior diferença entre as duas companhias estava “na base social de apoio de cada uma”. Assim, enquanto a *wic* era controlada por mercadores de Amsterdam, partidários da paz com a Espanha, na *wic* preponderava a “facção da guerra”, calvinistas mais estritos e mais ligados ao grupo orangista.¹⁵⁶

Mesmo guardando diferenças nas suas respectivas composições, as duas companhias caminhavam pelo mesmo princípio: o do lucro pelo comércio mas, se necessário, a guerra. A forma de administrar no ultramar não seria, porém, a mesma em todos os casos e territórios.

155 HOBOKEN, op. cit., pp.319-320.

156 WALLERSTEIN, Immanuel, op. cit., p. 58.

CAPÍTULO II

Pernambuco Pré-nassoviano: a procura da ordem

Maurício de Nassau na história

Num de seus trabalhos sobre o Brasil Holandês, Evaldo Cabral de Mello fez uma importante reflexão acerca do que ele chamou de “memória da guerra holandesa”. Para isso, recorreu habilmente aos cronistas. Duarte de Albuquerque Coelho, Francisco de Brito Freire, Frei Manuel Calado, Diogo Lopes Santiago, entre outros, são analisados em suas perspectivas, coerências ou incoerências. Também não faltou o “panegírico” Gaspar Barléus. Extemporâneo à ocupação, o Frei Jaboatão não escapou às observações de Cabral de Mello. A esse estudo ele denominou “o inventário da memória”.¹

Sobre essa “memória” da ocupação neerlandesa é que se constituiu, digamos assim, uma outra memória, a dos historiadores do século XIX e primeira metade do XX. Se, por um lado, a ocupação do Brasil pela Companhia das Índias Ocidentais ocupa pouco espaço na bibliografia neerlandesa (exceto através de pouquíssimos trabalhos, como o de Groesen citado neste trabalho), por outro, o

1 MELLO, Evaldo Cabral de. Rubro Veio: O Imaginário da Restauração Pernambucana. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

mesmo não pode ser dito com relação ao Brasil.² Não é novidade para ninguém a importância que a ocupação batava ainda guarda no imaginário de muitos historiadores acadêmicos ou na população em geral.

Na “genealogia da memória”, se é que assim podemos falar, temos que um dos principais cronistas a engrandecer a figura de Nassau tenha sido o Frei Manuel Calado. E foi essa memória que se preservou até o século XIX. Evaldo Cabral de Mello percebeu isto quando afirmou que “para o pernambucano da primeira metade do século XIX como para seus pais e avós setecentistas, só escapavam à condenação geral da experiência neerlandesa Nassau e os melhoramentos de que dotara o Brasil Holandês”.³

O mesmo vai mais longe em suas análises, admitindo que “ao Lucideno, deve-se, desde logo, a dicotomia entre a ação do conde, favorável aos luso-brasileiros, e o comportamento sem grandeza dos administradores holandeses, seus subalternos”.⁴ Por fim, considerou Evaldo Cabral de Mello que “na rejeição cultural do neerlandês pelo luso-brasileiro atuavam, além do preconceito religioso, o sentimento monárquico e o orgulho estamental. Uma coisa era servir à realeza, outra bem diferente servir a um governo de comerciantes”.⁵ Esses seriam, na visão de Evaldo Cabral de Mello, os fatores que contavam a favor de Nassau. Este, por seu turno, fazia lembrar aos luso-brasileiros instituições e costumes que lhes eram muito caros. Entre elas, a monarquia.

2 Uma das razões para este fato pode ser o fato de que a WIC, em relação à Companhia das Índias Orientais (VOC), obteve menores êxitos em termos de lucro. Criada em 1602, a Companhia das Índias Orientais lançou-se cedo ao comércio com a Ásia. A Companhia das Índias Ocidentais procurou seguir o seu modelo administrativo.

3 *Idem*, p. 330.

4 *Idem*, p. 331.

5 *Idem*, p. 338.

É natural que toda mudança brusca de conjuntura não só produza futuras “impressões”, como também busque mitos que a suportem. À frente dessa tarefa, principalmente a da criação de mitos, existem os “arquitetos da memória”. Geralmente, são pessoas letradas ligadas a algum grupo social ou político que lideraram o processo de ruptura do *status quo ante*. No processo de formação dos Países Baixos, por exemplo, temos que os seus “arquitetos” recorreram ao período em que a Holanda era ocupada pelos romanos para que se justificasse a nascente república com uma identidade própria. Dessa forma, Simon Schama apontou as influências romanas de Tácito, Plínio e Estrabão nas ideias dos arquitetos da identidade holandesa no século xvii nas pessoas de Vande Vonde, Gijssel e Hugo Grotius.⁶

Na história do Brasil, a figura de Nassau passou intocavelmente por todos esses anos, desde a independência até os dias de hoje. De 1822 até o presente, a historiografia sempre teceu elogios à sua figura como arguto administrador de qualidades superiores aos outros administradores que passaram pelo Brasil Holandês. No início do século xx, o historiador alemão Hermann Waetjen empreendeu uma grande pesquisa documental acerca da presença da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil. Na sua obra *Das Hollandische Kolonialreich in Brasilien* (O Império Colonial Holandês no Brasil), Waetjen apresentou uma visão da administração holandesa pré-nassoviana de uma forma muito negativa. Considerou ele o seguinte:

“A wic precisava cuidar da colônia conquistada de modo muito diferente do adoptado até então; de fazer sacrificios em dinheiro, de realizar reformas na administração, no exercito e no commissariado; se não quiser ver a empresa brasileira resultar num tremendo fiasco”.⁷

6 Ver Simon Schama, O desconforto da riqueza, op. Cit.

7 WAETJEN, Hermann. O Domínio Colonial Holandez no Brasil. Companhia Editora nacional, 1938, p. 135.

Hermann Waetjen prossegue em seu “discurso do demérito” da administração antes de Nassau ao afirmar que “faltava na Colônia uma mão firme para manter a coesão do todo”.⁸ Vale dizer que o discurso de Waetjen contra a administração pré-nassoviana baseou-se, sobretudo, em duas cartas escrita pelo Coronel Artischofscki e dois membros do Conselho Político ao Conselho dos XIX, nas quais se pintava um quadro pessimista da administração holandesa no Brasil. Criou-se, então, uma espécie de “situação necessária” à vinda de Nassau. Aliás, como o próprio Hermann Waetjen colocou, a nomeação de Mauricio de Nassau para governar o Brasil havia começado nos Países Baixos. Dessa forma, enquanto as tropas de Wanderbuch (coronel e primeiro governador do Brasil Holandês⁹) expiavam nas matas de Pernambuco, em 1632, na Holanda, a fama de Nassau se fazia no episódio do cerco a Maarstricht pelas tropas espanholas. Pouco antes de sua vinda ao Brasil, “com a rendição do Forte Schenkenschanz o nome de João Mauricio popularizou-se em todas as partes da Republica”.¹⁰

Muito embora Hermann Waetjen tenha apresentado um Nassau “necessário”, o mesmo não deixou de tratar das outras instâncias da administração como o Alto Conselho (*Hooge Raden*), o Conselho Político (*Politique Raden*) e as Câmaras dos Escabinos (*Schepenen*). Também pesava criticamente as afirmações de Nassau, ao dizer que:

“Quando o Statthalter, na primeira carta que mandou de Pernambuco, manifestou a opinião de que o Brasil

8 Idem, p.136.

9 Apesar do título de *gouverneur*, Diedrich Wnaderburch não tinha poderes além do *Politique Raden* (Conselho Político), este último composto por civis. Segundo Waetjen, o coronel não dispunha de uma posição de *primus inter paris* na administração da conquista. Essa situação gerou em si muita disputa entre autoridades civis e militares no início da ocupação neerlandesa.

10 Idem, p.141.

critériosamente administrado poderia vir a ser melhor fonte de renda para a wic, não fez mais do que exprimir o parecer partilhado por todos os conhecedores da terra”.¹¹

Evidentemente, o “começo” para Nassau, não foi mesmo começo para os primeiros administradores. Numa das primeiras correspondências enviadas de Olinda aos Países Baixos, o Coronel Governador Wanderburch apontou (ainda no início da conquista) a sua frustração em ver que os seus objetivos não haviam sido atingidos plenamente. Ele enfrentava problemas de ordem mais imediata como a necessidade de fortificação do Recife. O primeiro governador do Brasil Holandês reclamava mesmo “dos caminhos sinuosos, moléstias, mortalidade, falta de víveres, lenta esperança de socorros, chuva forte, calor excessivo...” e fechava as reclamações afirmando que estavam “quase todos os elementos contra nós”. Esse, pelo menos, não parece ser um quadro otimista.¹²

A emergência da figura de Maurício de Nassau na história do Brasil vem junto à emergência em se retomar a história do Brasil Holandês no curso do século XIX. Esse foi um processo, como foi dito acima, profundamente ligado a dois fatores. O primeiro, a necessidade em se construir uma “História do Brasil” após a Independência. Segundo, a necessidade em se conhecer a história pela pretensa imparcialidade do positivismo do século XIX. Foi mesmo em 1883 que, a mando do governo da Província de Pernambuco, o jurista e historiador José Higino Duarte Pereira, foi aos Países Baixos e coligiu uma imensa quantidade de documentos acerca do Brasil Holandês. Ao retornar a Pernambuco, teve vez, em uma reunião do Instituto Arqueológico, Geográfico e Histórico Pernambucano, a leitura de sua “prestação de contas” da frutífera viagem aos arquivos

11 Idem, p. 145.

12 Documentos Holandeses. Ministério da Educação e Saúde, 1945, pp. 55/56. Mis-siva do Governador D. Van Weerdenburch, em Olinda, aos Estados Gerais.

neerlandeses. Antes de dar a palavra a Higino, falou o presidente daquela instituição:

“No imenso campo da história toda colheita é vitória de resultados vantajosos para a ciência ; e quando essa história nos interessa de perto, como a da luta esforçada do amor da pátria contra a ambição do estrangeiro invasor, recresce o nosso empenho em investigar tudo quanto fizeram os valentes libertadores do solo Pernambucano”.¹³

Esse discurso congrega os dois elementos, nacionalismo e “conhecimento real do passado”. Talvez não necessariamente um nacionalismo, mas uma questão de “recuperar” a história local, mais provinciana mesmo. Tanto é assim, que o presidente termina o seu intróito afirmando que as pesquisas de Higino “devem contribuir para o lustre e renome de nossa cara província [Pernambuco]”.¹⁴

Em seguida, o discurso de José Higino tem início com a referência aos períodos antes (1630-1636) e depois (1645-1654) de Nassau como sendo tempos difíceis em que “uma resistência tenaz conseguiu ‘rechassar os investidores’”. As armas dos da terra falou mais alto que a dos invasores “hereges”. Contudo, ao se referir ao Governo de Maurício de Nassau (1637-1644), enfatizou o jurista pernambucano:

“Entre o período da conquista e da guerra houve um intervalo de paz com os moradores, durante o qual um príncipe illustre de casa de Nassau organizou a colônia hollandeza, introduzindo os costumes e as instituições nacionaes”.¹⁵

À quais “instituições nacionaes” se referiu Higino? Por suas palavras, passou incólume a críticas o período nassoviano (1637-1644). José Higino também elogiava a própria ascensão dos Países Baixos

13 Revista do IAHGP, Números 29 e 30. Reedição fac-similar. Recife, 1977 [1884], pp. 5 e 6.

14 Idem, p.6.

15 Idem, pp. 8 e 9.

frente aos Habsburgos. Um outro ponto interessante colocado por ele e que justificaria a busca por fontes na Holanda seria, entre outros, os “feitos de guerra”. Nesse ponto, os “brasileiros” sairiam, com a vitória frente às tropas da wic, enaltecidos por terem expulso um exército a serviço de uma potência mundial. Parece que o discurso de Higino era mesmo a favor de sua Província que, afinal de contas, “foi a sede do governo colonial, o centro das operações do inimigo, e cujo solo tantas vezes ensopou o sangue vertido pelos nossos antepassados na luta que travaram com os invasores”.¹⁶ José Higino exaltava os holandeses, quando convinha, para exaltar mais ainda os “pernambucanos” que resistiram e os expulsaram. Não relatava, também quando convinha, a importância dos Países Baixos por puro amor à Província.

Em se tratando dos “feitos de guerra”, as idéias de José Higino lembram bem as de Adolfo de Varnhagem. Este, por sua vez, foi considerado por Higino como “investigador paciente e exato – mas nem sempre historiador imparcial”. Até a ida do historiador pernambucano para os arquivos holandeses, os mais importantes trabalhos baseados em fontes batavas haviam sido os de P. Netscher e o do próprio Varnhagen.¹⁷ Temos, em meio a essa discussão, que, a partir da pesquisa de José Higino nos Países Baixos, não apenas o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tinha um *corpus* documental de fontes neerlandesas. Agora, o Instituto Histórico Pernambucano passava a abrigar fontes não menos importantes. A temática do Brasil holandês teve a sua ‘infância’ em meio a uma rivalidade entre institutos históricos no século XIX.

Quem faz uma reflexão preciosa do livro de Varnhagem acerca das lutas contra os holandeses é o historiador Arno Wehling num

16 Idem, p. 9.

17 Utilizou a documentação colhida na Holanda entre 1850 e 1854 pelo Dr. Joaquim Caetano da Silva.

prefácio. Para Wehling, um dos objetivos de Varnhagen com esta sua obra teria sido “uma estratégia da memória para convencer os seus contemporâneos”, no sentido de lembrar aos brasileiros que estavam havia dois anos na Guerra do Paraguai que, na ocupação holandesa, lutou-se 24 anos contra um inimigo forte.¹⁸ Fica claro que, no caso de José Higino, a luta era de Pernambuco contra a Holanda, enquanto que para Varnhagen, era do Brasil (ainda que colônia no século xvii) contra a Holanda. Varnhagen e Higino, positivistas que eram, viam o passado como exemplo. Mais especificamente, viam a guerra contra os holandeses como um “aprendizado” para o presente. Nessa escolha temática, ou seja, na preferência por “feitos militares”, ficou reduzido o papel de outras áreas da administração da wic no Brasil. Contudo, ao defender a sua “missão” aos arquivos dos Países Baixos, José Higino chamou a atenção para o fato de que as fontes coligidas por ele “vêm lançar muita luz sobre aquilo que nós menos conhecemos – os pormenores da administração, os costumes, o *modus vivendi* da colônia”. O mesmo fecha o seu discurso se referindo à possibilidade de, a partir da coleção que levaria o seu nome, “estudar todas as relações sociaes da colônia Neerlandeza do Brazil”.¹⁹

18 Prefácio do Livro História das Lutas com os Holandeses no Brasil, Francisco A. de Varnhagen. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002, p. 7. O prefaciador destaca um trecho do discurso de Varnhagen, no qual o mesmo afirma: “Achávamos por motivos de serviço publico, no Rio de Janeiro, e acidentalmente em Petrópolis, e ainda estava por decidir a titânica luta que o Brasil sustentou no Paraguai, e nem sequer as armas aliadas haviam vencido o Humaitá e éramos testemunha do desfalecimento de alguns, quando, com o assentimento de vários amigos, nos pareceu que nos deixaria de concorrer a acaroçoar os que já se queixavam de uma guerra de mais de dois anos, a avivar-lhes a lembrança, apresentando-lhes de uma forma conveniente, o exemplo de outra mais antiga, em que o próprio Brasil, ainda então insignificante colônia, havia lutado, durante 24 anos, sem descanso, e por fim vencido, contra uma das nações naquele tempo mais guerreiras da Europa”.

19 Op. Cit., p.15.

Em termos de “afiliação histórica”, parece que José Higino, ao se declarar a favor do estudo das relações sociais, se aproxima do positivismo de Arnold Toynbee. Ao mesmo preocupava o estudo das relações entre as sociedades ou culturas diferentes.²⁰ Segundo o historiador Collingwood, uma das ‘categorias’ do estudo de uma cultura na perspectiva de Toynbee seria a de *interregnum* ou época de crise, que seria, nas palavras de Collingwood, “o período caótico entre a queda duma sociedade e a ascensão duma outra sua descendente”.²¹ Curioso é que, no discurso de ‘prestação de contas’ de José Higino, o mesmo se referiu à necessidade de se buscar novas fontes sobre o passado numa época de decadência econômica da Província de Pernambuco e do “abatimento do espírito público”.²² Para Higino, o resgate do passado poderia redimir o presente de crise de sua Província.

Retomando a perspectiva nassoviana de Varnhagem, temos que o mesmo se referia a ele da seguinte forma: “este chefe era nada menos do que um Príncipe que aos mais qualificados dotes de capitão prestigioso reunia os de prudente juiz e honrado administrador”.²³ Ao analisarmos a expressão “nada menos que um príncipe”, fica claro a preferência de Varnhagen pela nobreza de Mauricio de Nassau, cuja origem contrastava com a de muitos administradores que vieram para o Brasil antes dele. Ocorre que Nassau e Varnhagen pertenciam a um mesmo *stablishment*, para usarmos um termo caro ao sociólogo-historiador Norbert Elias. E é a partir do capítulo

20 Ao se referir a Toynbee, o também historiador inglês C. R. Collingwood afirmou: “O campo de acção do historiador [para Toynbee] oferece-lhes uma variedade infinita de trabalhos, mas, entre estes, os mais importantes dizem respeito à diferenciação destas entidades chamadas sociedades e ao estudo das relações entre elas”. Ref. COLLINGWOOD, C. R. A Idéia de História. Martins Fontes: Lisboa, 1972, p. 204.

21 Idem, pp. 204/205.

22 Op. Cit., p.9.

23 Op. Cit, p.137.

V de sua “Historia das Lutas com os Holandeses no Brasil” que Varnhagen vai começar a tratar do tema da administração. Para ele, o período anterior estava eminentemente mergulhado na guerrilha e na desordem. Mauricio de Nassau viria, pois, para corrigir este estado de coisas.

No aspecto militar, os elogios de Varnhagen às façanhas de Nassau é patente. Quando ele expulsa a resistência luso-brasileira para além do Rio São Francisco, destaca o historiador: “Animado por tão fácil vitória, não podia Nassau dar férias. Preferia aproveitar-se da estrela que tanto para ele brilhava, destacando para o sul, por terra, Sigismundo Schkoppe”.²⁴ Por outro lado, as ‘façanhas’ protagonizadas pelo Almirante Lichthart são adjetivadas. Sobre um ataque empreendido por este último a Ilhéus, refere-se Varnhagen: “...tratou de fazer aos nossos todo o mal que pode”.²⁵ Talvez a passagem de ‘história das lutas’ que mais marque a personalidade administrativa de Nassau, na ótica de Varnhagen, seja a seguinte:

“Na capital [Recife], dedicou-se Nassau com empenho aos assuntos de governo e a fazer prosperar o Estado. Conciliando a severidade com a prudência, conseguiu que todos os magistrados e empregados cumprissem os seus deveres, premian-do os bons, corrigindo e estimulando os tíbios e demitindo os incorrigíveis”.²⁶

Parece que o Nassau de Varnhagen teve mesmo um papel ‘civilizador’, na medida em que reorganizava a economia, distribuía a justiça de forma coerente, construía e reformava as fortificações que fossem necessárias e, sobretudo, preocupava-se com as ‘ciências’ no Novo Mundo. O ilustre historiador do Império nos legou um Nassau que praticamente construiu um Brasil holandês

24 Idem, p. 143.

25 Idem.

26 Idem, p. 144.

O historiador inglês Robert Southey, na sua faustosa “História do Brasil”, dividida em três volumes, referiu-se a Nassau como sendo “homem digno de ter sido o fundador do mais duradouro império”. As “sábias medidas” que Maurício de Nassau tomou após a sua chegada, haviam de ter bom êxito, segundo Southey, devido à “confiança posta nos seus talentos e probabilidade de que o seu nascimento e influência lhe tornaria permanente a autoridade”. O Nassau de Southey não é diferente do de Varnhagen. No trato com os da terra, diz o historiador, “cada colono era olhado como amigo” pelo o conde. Mas essa era inicialmente a política da Companhia e era também o que buscava o governo holandês antes da vinda de Nassau, em janeiro de 1637. Não interessava à companhia a destruição dos engenhos e sim a cooperação com os senhores de engenhos e lavradores. Uma perspectiva “personalista” que granjeou a Nassau o cetro da justiça foi a maneira com que ele lidou com os prisioneiros, com “concessões e generosidades”, o que diminuiu a “aversão que os portugueses votavam aos seus conquistadores”. As opiniões de Robert Southey sobre Nassau estavam baseadas nas crônicas de Gaspar Barléus e Nieouhoff. Naturalmente, em se tratando do primeiro (Barléus), as opiniões acerca de Nassau haveriam de ser as mais positivas possíveis, já que ele se destinou a escrever uma história panegírica sobre o príncipe alemão. Logo, o Nassau de Robert Southey era o mesmo de Barléus.²⁷ Southey evocou a sua principal fonte sobre Nassau da seguinte forma:

“O seu próprio historiador [Barleus] confessa que os peculatos, impiedades, roubos, assassínios e luxuria infrene desta gente a tornara infame. Passava em rifão que nada era pecado daquele lado da linha, e na verdade era como o ditado fosse artigo de fé, tão habituais e atrozes os crimes. Uma rígida justiça depressa conteve esses miseráveis. Nassau, diz Barleus, fez

27 SOUTHEY, Robert. História do Brasil. Vol. I. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, pp. 394/395.

mais homens de bem do que veio achar, e todos faziam agora o seu dever, que porque lhes vovesse a boa vontade, quer porque lhes fizesse sentir a necessidade disso”.²⁸

Por fim, a opinião que Southey, baseado em Barléus, tinha da fase do governo pré-nassoviano era tal que tudo neste período estava mal resolvido, confuso e arbitrário. A administração pré-nassoviana do Conselho Político²⁹ precisava ser corrigida e colocada em bom funcionamento.

Muito embora Southey tenha tido uma visão de Nassau aproximada da que teve Barléus, devemos levar em consideração o lapso de tempo que separam os dois historiadores. Barléus pertencia, na visão de Reinhart Koseleck a um mundo em que as histórias eram “instrumentos recorrentes apropriados para comprovar doutrinas morais, teológicas, jurídicas ou políticas”. No caso dele, principalmente morais e teológicas. Essa referência a como se fazia história no século XVII foi bem expressa pelo teórico alemão.³⁰

Outro historiador novecentista, Heinrich Handelsmann, apontou as vantagens pessoais de Nassau na condução do Brasil Holandês. Assim, para Handelsmann, Maurício de Nassau vinha governar “com

28 Idem.

29 Corpo civil de administradores que respondiam pela administração superior da conquista. Em teoria, este conselho foi concebido para comportar o número de nove membros e os seus representantes deviam entender de questões de justiça, política e comércio. Funcionou de 1630 a 1633, quando foi substituído por uma “Diretoria Delegada”, representada pelos senhores Mathias van ceulen e Johan Gijsseling. Em 1634, o Conselho Político reassumiu a dianteira na administração superior do Brasil holandês, tendo como representantes Serveas Carpentier, Willem Schott, Jacob Stachhouwer, Johan Wijntgis e Ippo Eissens. A partir de 1637, quando da chegada de Maurício de Nassau e o Alto Conselho, o Conselho Político deixou de ser o órgão máximo da administração do Brasil Holandês e passaram a funcionar como um tribunal de segunda instância.

30 KOSELECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC. Rio, 2006, p. 43.

igual zelo e aptidão os grandes problemas como os pequenos”.³¹ Ao se referir à maneira como Maurício de Nassau conduziu o seu governo, Handelsmann expôs que “sob o governo sábio do Conde Moritz de Nassau foi ali efetivamente estabelecido o fundamento para o progresso interno muito prometedo”.³² É curioso como Handelsmann analisa uma proposta de Nassau aos diretores da Companhia (os Heren xix) acerca de se distribuir terras aos soldados no Brasil após o fim de seus serviços militares.³³ O historiador alemão compara tal iniciativa “à medida da antiga Roma”. Também da mesma forma que outros historiadores de seu tempo, H. Handelsmann não deixou de ressaltar as qualidades pessoais de seu conterrâneo, destacando nele “a origem régia, o cavalheirismo e a amável simplicidade”. Nassau seria um sábio nobre que governava para uma república. A sua “origem régia” emprestava aos Países Baixos um colorido especial na condução dos negócios da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil.

Muito embora, na análise de Handelsmann acerca do Brasil Holandês, Maurício de Nassau ocupe um lugar especial, nem por isso o historiador deixou de considerar a importância da administração pré-nassoviana. Ao se referir ao *Conselho Político*, ele afirmou que “quanto à atividade dessa administração, foi ela em geral branda e orientada no sentido de reconciliar os portugueses-brasileiros com a dominação holandesa”.³⁴ Se alguma coisa não funcionou nessa fase pré-nassoviana, ainda segundo Handelsmann, era porque as “auto-

31 HANDELMANN, Heinrich. História do Brasil. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982, p. 182.

32 Idem, p. 192. Nesse momento, o autor se refere aos territórios em poder da WIC após a perda do Maranhão e o Ceará, que eram as capitanias do Rio Grande do Norte, Paraíba, Itamaracá, Pernambuco e Sergipe.

33 Curiosamente, esta mesma proposta havia sido feita em 1634 pelo Conselho Político. Tratava-se, na ocasião, de assentar ex-soldados da WIC na Ilha de Itamaracá e aí plantarem uma diversidade de culturas. (ver nótulas diárias)

34 Idem, p. 180. Handelsmann chama ao Conselho Político de “Conselho dos Cinco”.

ridades subalternas” ao Conselho Político não cooperaram. Ele se referia principalmente aos militares como sendo “mercenários lansquenetes embrutecidos”.

Diferentemente de muitos autores de seu tempo, Handelmann não detratou a administração do Conselho Político. É que ele distingue a administração civil daquela praticada pelos militares. Robert Southey, ao contrário, tratava de “holandeses” de uma forma homogênea. Ao mesmo tempo em que ressalta medidas de pacificação promovidas pelo governo holandês no Brasil, como foi o que se sucedeu na conquista da Paraíba em 1634, Southey ressaltou o “proceder nefando” dos holandeses na capitulação do Arraial Velho do Bom Jesus.³⁵

Tradicionalmente, construiu-se uma periodização da ocupação holandesa, que foi dividida em três fases: A resistência (1630-1636), a fase nassoviana (1637-1644) e a fase da Restauração de Pernambuco (1645-1654). A “construção” da imagem de Nassau, como bem assinalou Evaldo Cabral de Mello, deveu-se sobretudo às crônicas que não deixavam de exaltar a figura dele por motivos que já foram acima colocados.³⁶ Cronistas como Frei Manuel Calado e Francisco de Brito Freire, ao exaltarem as qualidades de bom administrador de Mauricio de Nassau, contribuíram para que a sua figura resumisse uma periodização. Por exclusão, restava o antes e o depois dele.

Problematizando essa periodização clássica da ocupação holandesa, e assim apresentando umas das teses desse estudo, poderíamos perceber a “fase nassoviana” mais como uma continuidade da fase que a precedeu (1635-36) do que mesmo como uma ruptura. Certamente, os historiadores que pensaram essa periodização, pela estrutura de seus estudos e pela importância que deram a diversas questões da ocupação holandesa, foram José Antonio Gonsalves de Mello

35 SOUTHEY, op. cit. pp 372-373.

36 MELLO, op. cit. , p. 339.

e Evaldo Cabral de Mello. Em seus respectivos trabalhos, *Tempo dos Flamengos* e *Olinda Restaurada*, pelo menos aparentemente, some a periodização tradicional do Brasil Holandês. Neles, os capítulos não seguem uma ordenação cronológica que obedeça àquela periodização clássica apontada acima. Até o trabalho de Charles Boxer, que é do ano de 1961, passando pelos de Waetjen, Southey, Handelsmann e Varnhagem, em ordem regressa, a abordagem da História do Brasil Holandês seguia ao “padrão trípico” do antes, durante e depois de Nassau. Vale ressaltar, contudo, que entre Boxer e Varnhagem, existe uma grande diferença nos enfoques e escalas. Enquanto o primeiro emprestou à história do Brasil Holandês a sua perspectiva de “império”, o segundo manteve a sua narrativa na escala brasileira, detalhando principalmente as operações militares. Prova disto é que, no primeiro capítulo de *Os Holandeses no Brasil*, Charles Boxer expõe as divergências entre os Países Baixos e as coroas ibéricas que resultaram na criação da Companhia das Índias Ocidentais.³⁷

Todos estes autores elencados, Varnhagen, Southey e Handelsmann corroboraram para assegurar para a posteridade um Maurício de Nassau como personalidade singular, cujo governo marcou profundamente a presença holandesa no Brasil. Por outro lado, não é nosso objetivo aqui ‘perseguir’ ou mesmo pôr em xeque o Nassau histórico. Toda essa discussão retoma o que foi dito, com bastante propriedade, por Evaldo Cabral de Mello e que está assinalado no início deste capítulo. O que nos interessa é saber até que ponto essa historiografia novecentista e até do século xx isolou o “Brasil Nassoviano” da fase anterior, que praticamente cimentou, em diversos

37 Em *Os Holandeses no Brasil*, as primeiras páginas se destinam a entender de que modo a os holandeses entraram no Atlântico Sul até decidirem pela ocupação da Bahia e Pernambuco. Intitulado *Primeiros Movimentos (1621-1629)*, as primeiras secções do primeiro capítulo são as seguintes: 1. O assalto holandês ao mundo colonial ibérico, 2. Usselinckx e a formação da Companhia das Índias Ocidentais e 3. A trégua dos doze anos e suas repercussões.

aspectos, o teatro de manobra do príncipe alemão. As secções que se seguem procurarão, mais à luz das fontes que do discurso, caracterizar essa fase que antecedeu a vinda de Nassau. Trataremos, fundamentalmente, dos anos de 1635 e 1636.

O pequeno comércio e os “*kleine profjten*”

A administração do Brasil holandês foi pensada de maneira que o poder civil estivesse acima do militar. Dessa forma, instituiu-se, desde o primeiro ano da conquista, um Conselho Político para se sobrepor ao *gouverneur*, cujo poder era, apesar do título, menor que o dos conselheiros políticos.³⁸ O primeiro governador do Brasil holandês foi o Coronel Diedrick van Wanderbuch, que ficou no cargo até 1634. Hermann Waetjen compara a função do Governador no Brasil holandês com a desempenhada nas Índias Orientais da seguinte forma:

Enquanto nas Índias Orientais o Governador, de início, desempenhava as funções de presidente do Colégio dos Conselheiros (ou Junta do Conselho) no Brasil não lhe cabia nem mesmo o privilégio de “*primus inter pares*”.”³⁹

A aplicação da justiça ficava a cargo tanto do Governador como do Conselho Político. Sobre a competência exata do Conselho Político, Hermann Waetjen afirmou que a falta de informações nas fontes dificulta-nos o seu conhecimento detalhado. Entretanto, resumiu, com base em evidências, a sua função como se segue: manter a ordem no território recém conquistado, fiscalizar a aplicação das ordens dos diretores da WIC e castigar as transgressões destas,

38 Segundo Hermann Waetjen: “Apesar, porém, do título pomposo de “governador”, não lhe era conferida plena autoridade senão em matéria militar”. Ref. WAETJEN, op. Cit. p. 292.

39 Idem, pp. 292-293.

cuidar do aprovisionamento das tropas e da remessa de açúcar e pau-brasil para a Holanda. É de Hermann Waetjen o melhor estudo sobre as instâncias administrativas no Brasil Holandês. A ele se referiu José Antônio Gonsalves de Mello ao escrever alguns breves comentários acerca da administração da wic na América portuguesa.⁴⁰ Na estrutura do Conselho Político, os funcionários subalternos aos conselheiros eram o secretário, um escrivão, um auditor, dois oficiais, um carrasco, um ajudante do carrasco e um servente do Conselho.⁴¹

Com o passar dos primeiros anos, os agentes da wic iam se ambientando ao dia-a-dia. A guerrilha constante também oferecia ‘brechas’ à administração. E eram nesses momentos que apareciam os *kleine profijten* (pequenos lucros). Através do pequeno comércio, tentativas esporádicas de bom relacionamento entre a wic e os luso-brasileiros se sucediam. Em muitos casos, funcionários civis que pediam desligamento da Companhia para comercializar diversos produtos passaram a contribuir para uma situação de entendimento entre neerlandeses e luso-brasileiros. Esse primeiro momento de interação entre os agentes da wic e a população local foi bem trabalhado e aprofundado recentemente por Lúcia Xavier.⁴²

Em março de 1635, Johan Wijnants deixou de servir a wic na qualidade de ‘comissário de bens’ para se tornar um ‘*vrijluiden*’ (cidadão livre) e pediu permissão para comprar “5 pipas de vinho e um

40 No livro “Fontes para a História do Brasil Holandês” (p.9), Gonsalves de Mello destaca um capítulo do clássico livro de Hermann Waetjen “O Domínio Colonial Holandês no Brasil”, em que este último trata especificamente sobre o tema.

41 WAETJEN, op. Cit., p. 308.

42 XAVIER, Lúcia F. W. Sociabilidade no Brasil neerlandês (160-1654). Tese de Doutorado. Universidade de Leiden. 2018. A autora argumenta que só uma perspectiva micro pode nos dar conta das “minudências e contradições que caracterizam as vidas dos indivíduos”. Isso ajudaria a explicar as sociabilidades que se dão entre indivíduos de credo e nação distintos.

barril de farinha”⁴³. Wijnants casou-se com a filha de um senhor de engenho de Goiana e via nesta nova condição a oportunidade de recomeçar a vida longe da guerra, ou pelo menos longe do serviço militar. Jacob Duinckercker, capitão do navio ‘O brasão de Hoor’, também tornou-se cidadão-livre e passou a fornecer pau-brasil para a própria Companhia. Duinckercker foi substituído por Claes Jansen na sua antiga função de comandante, que partiu para a Holanda carregando açúcar e pau-brasil. Jacob Duickercker certamente havia percebido as possibilidades particulares de lucro no comércio de madeira em vez de ficar sempre atrelado a sua anterior condição de chefe de embarcação. Basta saber que o pau-brasil era requisitado às largas nos Países Baixos. Em Amsterdam, por exemplo, havia um presídio (*Rasphuis*) que utilizava muito o pau-brasil para o serviço de marcenaria realizado pelos detentos.⁴⁴

Em início de abril de 1635, a chalupa *Duitzendbeen* (A centopéia) trouxe de Itamaracá um cidadão-livre trazendo uma boa quantidade de bananas e cocos para o Recife. Essa mesma embarcação trouxe, dias depois, um carregamento de 320 cocos, dos quais a metade pertencia ao ‘*vrijluiden*’ de nome Bartholomeus. A outra metade ficava com a Companhia. Esta, por sua vez, ofereceu, através de seu comissário (aprovisionador), os cocos a um pequeno comerciante pela soma de 5 stuivers a unidade. No final, ficou mesmo por 4, uma vez que, segundo o comprador, “as pessoas têm muito acesso ao líquido” pelo fato de estar o país “parcialmente aberto para poderem

43 IAHGP. Coleção José Higino. Dageliske Notulen. 27/03/1635.

44 SCHAMA, Simon. O Desconforto da riqueza: A cultura holandesa na época de ouro, uma interpretação. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 29. Destacou o autor: “Em 1599, a cidade concedeu aos supervisores da Tugthuis o monopólio de pau-brasil pulverizado para seus trabalhos de tinturaria, e a partir daí a casa passou a ser chamada coloquialmente Rasphuis (serraria). Pois esse era o regime que deveria transformar ociosos, parasitas, mendigos e os mais diversos inúteis em criaturas sociais trabalhadeiras e responsáveis”.

trafegar”.⁴⁵ Esta informação do “país parcialmente aberto” nos mostra algo interessante. É que, em meio à guerrilha, a circulação de pessoas começava a se normalizar, o que seria melhor para o comércio, mesmo que incipiente. Tanto melhor circulavam as pessoas, tanto mais se dinamizava o pequeno comércio. Isto, é claro, desde que não estivessem em guerra.

A associação dos cidadãos-livres com a Companhia era, em princípio, benéfica. Esses pequenos comerciantes funcionavam como elementos talvez vitais na vida econômica da *conquesten*. Mas poderiam também prejudicá-la. Um *vrijluiden* de nome Jan van Eij-sens foi pego por um auditor ao tentar contrabandear água-ardente utilizando um barco de sua propriedade. Parece que o comércio de água-ardente era mais interessante que o de água-de-coco. O contrabandista foi punido com uma multa de 30 florins.⁴⁶

O problema do contrabando de víveres existia concomitante a organização administrativa. É bom observar que as autoridades, na figura do Conselho Político, não estavam alheias a este problema. Com um olho na guerra e outro no comércio, os conselheiros políticos procuravam coibir os excessos da corrupção. Ocorre que, na medida em que a conquista se expandia, também crescia a necessidade de distribuição de bens de comércio. Até os meses de abril-maio de 1635, os holandeses já haviam ocupado a Várzea do Capibaribe, Goiana, Igarassu, Paraíba e Rio Grande do Norte. Veja-se a frequência de embarcações (ver anexo ao final desse estudo) entre o Recife e estes pontos ao logo dos anos que precederam a vinda de Nassau em 1637. Na proporção em que iam conquistando os vilarejos e povoados, o governo civil ia implantando a ‘normalidade’ através de um pequeno comércio. Começava, através desse expediente, um “relativo” momento de entrendimento entre a *wic* e os moradores.

45 IAHGP. Coleção José Higyno. *Dageliske Notulen*. 13/04/1635.

46 IAHGP. Coleção José Higyno. *Dageliske Notulen*. 21/04/1635.

Diante do exposto, seria justo considerar que o clima de relativa estabilização do Brasil Holandês começou antes mesmo da chegada de Maurício de Nassau. A capilarização do poder batavo procurava nos *kleine profijten* uma forma de ligar a população local aos propósitos da Companhia. Os cidadãos-livres foram figuras importantes nesse aspecto. Aos poucos, a sedimentação do governo batavo se construía nessas relações miúdas, quase invisíveis se comparadas às efemérides militares. Era nesse microcosmo que a história também residia.

Tratando dos comissários de bens, função já referida acima, vale menção uma referência feita a essa categoria de funcionário por uma fonte coeva da seguinte maneira:

“Os comissários são sem exceção pequenos condes; vivem, comem, bebem, vestem e aprontam-se como gente graúda, principalmente os que superintendem, a artilharia, os viveres, as mercadorias e os açúcares da Companhia; tudo são vestidos preciosos, mesa preciosa, cavalos, criados, etc. Onde tudo isto provém, que o medite quem toca”.⁴⁷

Em geral, os comissários eram responsáveis pelos armazéns ou pela guarda de determinados produtos. Havia, pois, os que regulavam os víveres das tropas, o açúcar e as mercadorias para venda.⁴⁸ Esta função de comissários de bens poderia ser então fonte de constantes problemas ao Conselho Político. Responsáveis pelo abastecimento das embarcações, os *'commissaris van goederen'*, como eram chamados, viviam no limite entre a legalidade e a ilegalidade. Eles sabiam os caminhos das mercadorias e, de alguma forma, o controle delas. Um aprovisionador de nome Arnold Venerman, foi preso por não prestar contas à Companhia. O caso foi diligentemente acompanhado por um auditor.⁴⁹

47 APUD, MELLO, Fontes para a História do Brasil Holandês, p. 36.

48 Idem.

49 IAHGP. Coleção José Higino. *Dageliske Notulen*. 25/04/1635.

Por essa época, José Antônio Gonsalves de Mello mencionou, um documento que aponta indícios de corrupção na própria administração superior do Brasil holandês, ou seja, no seio do próprio Conselho Político. Segundo ele “é em relação a este período (1635-36) que ocorreram acusações graves de extorsões, roubos e até morte por parte dos mesmos”.⁵⁰ Apesar de tudo, um pequeno comércio começava a existir.

Na tentativa de um entendimento ‘invasor-invadido’, o pequeno comércio junto aos portugueses era fundamental. Assim foi o caso de Domingos Dias, português, que vendeu à Companhia 85 arrobas de açúcar ao preço de 13 schellings cada. O tesoureiro Willen Schott pagou-lhe a quantia de 348 florins e 19,5 stuivers pelo carregamento completo.⁵¹ Até entre os que estavam sitiados no Arraial Velho do Bom Jesus, como foi o caso de Agostinho de Holanda, podemos encontrar fornecedores de víveres aos holandeses. Agostinho de Holanda foi enforcado pelos seguidores de Matias de Albuquerque. A informação chegou à wic por intermédio de seu servente, que também falou da carência de farinha e carne que existia no Arraial.⁵²

A guerrilha escondia os ‘pequenos negócios’. Em meio a cercos, observações de ambos os lados e espionagens, a tentativa de acordo aparecia no fornecimento clandestino de víveres. Mas esse fornecimento, por vezes, prescindia a uma fiscalização por parte de algum membro do Conselho Político, que chegou até a criar um edital⁵³ em que proibia o recebimento de açúcar ou qualquer provisão dos portugueses sem antes passar por uma fiscalização deles próprios. Quem não seguisse essas ordens teriam os seus bens confiscados. Nesse edital, proibiu-se, inclusive, que os portugueses vendessem

50 MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a História do Brasil holandês, tomo II, p. 12.

51 Idem.

52 IAHGP. Coleção José Higyno. *Dagelische Notulen*. 27/04/1635.

53 IAHGP. Coleção José Higyno. *Dagelische Notulen*. 28/04/1635.

bebidas alcoólicas nas estradas sem antes passarem pela fiscalização do Conselho Político. Para consolidar o controle, montou-se uma feira em frente à residência deste conselho.

Havia, pelo menos em teoria, um esforço do Conselho Político em colocar as coisas em ordem. Os conselheiros políticos não deixaram de confirmar a punição dos infratores “segundo alguns outros artigos relacionados à justiça”.

Durante as incursões ao interior, o pequeno comércio também poderia ser feito entre a companhia e os próprios soldados. Numa mata próxima a Porto Calvo (sul da Capitania de Pernambuco) achou-se 116 caixas de açúcar. Como elas estavam muito pesadas para serem transportadas até o litoral (onde aguardavam os navios), o jeito foi dá-las aos soldados para que os mesmos se sentissem ‘estimulados’ a carregá-las até as embarcações e, depois, vendê-las. O fato é que a própria companhia foi quem comprou o açúcar. Os valores foram pagos pelos comissários de bens. Certamente a *wic* ia revender as 116 caixas por preços mais altos na Europa. Para a soldadesca, o valor pago (de três a quatro soldos por libra de açúcar) aliviava as dificuldades do cotidiano de soldos frequentemente atrasados.⁵⁴

Até meados de 1634, a situação da *wic* no Brasil era muito difícil sob vários aspectos. No entanto, as várias entradas que os militares faziam para o interior faziam com que conhecessem mais outras vilas e lugarejos, principalmente aqueles situados na parte sul da Capitania de Pernambuco. Assim, numa dessas *expeditien*, relataram o seguinte:

“Em Alagoa do Sul, que se estende para o sul atrás de Porto dos Franceses, incendiamos um povoado ou povoação

54 Relatório dos Senhores Delegados no Brasil, M. van Ceulen e Johan Gijsselingh, dirigido aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais a 5 de janeiro de 1634. In: Documentos Holandeses. 1 vol. Ministério da Educação e Saúde, 1945, p. 141)

considerável, chamada Nostre Signore de Conceipcao, que, em extensão e beleza de arquitetura, não era menor que a cidadezinha de Garacu [Igarassu]”.⁵⁵

A comparação do povoado de Nossa Senhora da Conceição com a vila de Igarassu (norte do Recife) denota já um parâmetro local de analogia. Após três anos de ocupação, era possível ter uma ideia mais clara das freguesias locais, principalmente as de Pernambuco. Desde muito cedo, nas fontes holandesas, além da ciência da divisão dos territórios em capitânicas, a WIC já demonstrava o seu conhecimento das subdivisões mais em termos de freguesias do que mesmo em jurisdições alcançadas pelas câmaras locais. Isso será evidenciado mais adiante, quando trataremos das composições das câmaras dos Escabinos.

Houve esforço, por parte do Conselho Político, para pôr em ordem a produção de açúcar. Em início de 1634, a Companhia proveu, entre outros, o ex-soldado Berthlot Bertholtsen, “casado aqui com uma mulher do país”, para que ele pudesse plantar açúcar. Foram-lhe fornecidos, inclusive, “alguns negros e materiais para empregar tudo em proveito da Companhia”.⁵⁶ Outro exemplo de retomada de produção açucareira foi a aliança com senhores de engenho antigos incentivada pelo governo civil. Pouco ao norte do Recife, nos engenhos que margeavam o pequeno rio Araripe, os moradores locais passaram a colaborar com a Companhia, tanto negociando caixas de açúcar, como fornecendo aos holandeses informações acerca dos sitiados no Arraial Velho do Bom Jesus.

Outro ‘colaborador’ da WIC foi Gonsalves de Almeida que, entrando no Recife com duas caixas de açúcar, foi punido por não ter dado satisfação a Companhia. Com relação a esse delito, decidiu o Conselho Político pela advertência e confisco de suas caixas. Nesse

55 Idem.

56 Idem, p. 151.

caso, falou-se em ‘crime capital’, pelo fato do português ter ignorado as ordens da Companhia. Mas prevaleceu o arbítrio, apelando-se para o bom senso. Era dessa forma que se aplicava, na maioria dos casos, o direito no Brasil Holandês. Mais por ‘*arbitria*’ que por ‘*justitia*’. Situações novas requeriam soluções que prescindiam à lei escrita. Não seria de estranhar, pois, que o afamado jurista holandês, Hugo Grótius, que também prestou serviço às grandes companhias de comércio holandesas, optava por um equilíbrio entre a lei escrita e o bom-senso, sobretudo num mundo marcado por brigas religiosas em que o direito deveria ser dessacralizado. Soma-se o fato de que, por essa época, o direito “dessacralizado” neerlandês se encontrava em franca fase formação.⁵⁷

A racionalidade legal batava era refratada por uma prática local anterior. No caso acima citado, era bem normal que a produção de açúcar viesse para o Recife, vindo de qualquer parte da Capitania de Pernambuco. É perfeitamente possível que Gonsalves Almeida realmente ignorasse as ordens da Companhia.⁵⁸

Uma questão merece ser analisada neste caso, e diz respeito mais ao caráter da WIC. Ao se referir que “não se pode permitir que os direitos da Companhia sejam colocados de lado”, temos aí uma questão de soberania enquanto “essência da República”. Este preceito, como esta aqui colocado, foi primeiramente observado por Jean

57 Ver VILLEY, Michel. A formação do pensamento jurídico moderno. São Paulo: Martins Fontes, 2005. O autor chama a atenção para a “ obra composta no cativeiro da fortaleza de Gorkum e muito consultada na Holanda, a *Inleindinge tot de Hollandsche Rechtsgellerdheid*, a introdução ao ensino do direito holandês, publicada em 1631 [...] Ali se encontra a prova de que os horizontes de Grócio estendem-se para além do direito público; de que ele é o continuador de Connan, de Doneau e de Althusius, e um dos artesãos desses direitos *comuns*, meio romanos e meio consuetudinários, que tendem, sob a égide da razão, a substituir os direitos múltiplos da sociedade medieval dos Estados da Europa moderna.”

58 IAHGP. Coleção Jose Higino. *Dagelijckse Notulen*. 29.04.1635.

Bodin. Soberania, diga-se de passagem, da própria Companhia frente aos Estados Gerais dos Países Baixos.⁵⁹

Outro caso de transgressão foi o do comissário Veneman, que ficou preso em sua residência “por causa de sua negligência, quando prestou conta de sua administração e da má organização de suas contas”.⁶⁰ Entretanto, como este quebrou as suas algemas e “continuou os seus atos do mesmo modo”, a punição foi “cavalgar em cavalo de madeira” (tipo de tortura) e não receber mais que um rancho de soldado. Não se fala em pena de morte, mas fica claro que a punição existia como exemplo a futuras atividades ilícitas. Tais punições se nos apresentam como algo que contrasta com a situação pintada por Waetjen antes da vinda de Nassau, como sendo a de uma “completa desordem”.

Varnhagen, por sua vez, admite apenas para a época de Nassau a decisão de que todos os empregados cumpriam com os seus deveres. Como se só a partir de então, o governo passasse a conciliar “a severidade com a prudência”.⁶¹ Nos casos acima citados, parece que estes dois “ingredientes” já estão misturados antes mesmo da vinda do *Stathouder* Maurício de Nassau. Assim, a severidade se encontrava na punição em si, enquanto que a prudência estava na intensidade das penas, que podiam ser abrandadas. Não se podia simplesmente punir com a morte um funcionário da Companhia por qualquer motivo. Nos Países Baixos, as penas de morte eram aplicadas para casos de crimes contra a família ou “contra a ordem sexual ‘natural’ que exigiam a extirpação pela água”.⁶² Assim declarou Simon Schama, um o estudioso da sociedade e cultura holandesa. O mesmo

59 GOYARD-FABRE, Simone. Os Principios Filosóficos do Direito Político Moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 23.

60 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijkse Notulen*. 30/05/1635.

61 VARNHAGEN, F. A. de. História das Lutas com os Holandeses no Brasil, p. 144.

62 SCHAMA, Simon. O Desconforto da Riqueza: A cultura holandesa na Época de Ouro. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 34-35.

observou como as penas eram aplicadas nos Países Baixos. Lá, as mesmas eram aplicadas segundo vários critérios, em que se observavam vários graus de confinamento, desde prisões de três a seis meses até a prisão perpétua. Em caso de homicídio, dependendo da idade do réu, a pena não era capital. Diferentemente da Holanda, cujas penas eram aplicadas, nas cidades, pelos *Schout* (cherife) e auxiliado por um grupo de magistrados (*schepenen*), no Brasil pré-nassoviano a função ficava a cargo do Conselho Político.

Cada espaço da conquista tinha a sua burocracia. No caso dos comissários de bens era interessante exercer essa função em pontos importantes da conquista. Para Goiana, por exemplo, Vincent Drillenburch, que já era Comissário de Bens no Recife, pediu para substituir o anterior Jan Wijnants. Drillenburch foi indicado pelo conselheiro político, o Sr. Ippo Eijssens. A vila de Goiana era, mesmo antes da invasão de 1630, um ponto de comércio importante entre Pernambuco, Paraíba e Itamaracá. Fica, até os dias de hoje, envolta numa interessante rede fluvial. Para que o pequeno comércio funcionasse, devia-se providenciar as embarcações para levar ao Recife os açúcares dos plantadores já ‘aliados’ à Companhia. Um dos conselheiros, Willem Schott, solicitou um barco no Rio da Janagada, para atravessar a produção do engenho de Michel Paes. O pedido não foi satisfeito e o açúcar deveria mesmo vir por terra.⁶³

O sistema de transporte de açúcar, pelo menos dos engenhos situados ao norte e sul do Recife, era, via de regra, fluvial, de forma que os açúcares eram trazidos ao porto desta vila por barcos pequenos. As fontes batavam os denominam *baercqiens* ou *baerquiens*. Eram as mesmas descritas por Gilberto Freyre como *barcaças* que, até início do século passado, traziam “açúcar, sal, madeira e cocos para o Recife”. O autor fez questão de descrevê-las como tendo um “feitio colonial”.⁶⁴

63 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijkse Notulen*. 30. 04. 1635.

64 FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Global, 2004, p. 68.

Na fase inicial da guerra, muitos desses barcos tinham sido destruídos ou mesmo levados para a Bahia pelos luso-brasileiros. Esses barcos pequenos eram peças importantes no processo de deslocamento do produto até o porto. Um transporte mais lento poderia até encarecer o produto. Os menores barcos neerlandeses, as chalupas e os iates, não podiam realizar essa função, uma vez que estavam comprometidos com missões militares. Mesmo assim, sempre que possível, quando estas embarcações traziam ou levavam tropas e armas para certas localidades, transportavam também caixas de açúcar. Soma-se ao fato de que esses iates traziam açúcar através de saques. Um deles, que teve vez no sul da capitania de Pernambuco, trouxe aos armazéns do Recife mais de 2.500 caixas de açúcar.⁶⁵

Se o constante estado de guerrilhas dificultava o transporte do produto por terra, o fato deles passarem a ser transportados pelos rios não era estranho aos batavos já afeitos ao transporte fluvial na própria Holanda. Como observou Fernando Braudel, na Holanda, “*most goods travelled by water*”.⁶⁶ Na *Vaterland*, o comércio de bens quase não se utilizou do “*overland transport*”. Percebemos, pois, que o constante estado de beligerância não impediu a que o Conselho Político iniciasse, ainda que com dissabores, a suas práticas administrativas. Como estratégia de dominação, um modelo administrativo foi sendo adotado na medida em que, timidamente, os holandeses foram obtendo relativa cooperação da população local.

Outro sinal do lento, mas não imperceptível ajustamento⁶⁷ da economia no Brasil Holandês antes do governo nassoviano, foram

65 Relatório dos Senhores Delegados no Brasil, M. van Ceulen e Johan Gijsselingh, dirigido aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais a 5 de janeiro de 1634. In: Documentos Holandeses. 1 vol. Ministério da Educação e Saúde, 1945. (especificar a página)

66 BRAUDEL, Fernand. *Economia e capitalismo*. p. 350.

67 Se compararmos com os três primeiros anos da conquista, percebemos que a partir de 1635 passa a existir um maior interesse, devido ao arrefecimento da guerrilha, no exercício de diversos ofícios no Brasil Holandês.

os pedidos de trabalho, já aceitos na própria Holanda, para determinados ofícios. Só para o ofício de ajudante de padeiro, vieram, em maio de 1635, Dirkson van Bueren, Jan Neeuwburgen, Herman Strucker van Eijssens, Jan Albrechts de Waerden, Jan de Fijn, Gerrit Strijte, Willen Haermens, Hans Conhad van Boeren, Matheus Abrahans e Lambert Everts. Soma-se a esse grupo Jan Barentsen, que foi ser chefe-padeiro na Paraíba recebendo 17 florins por mês.⁶⁸ Esse grupo de homens simples trazia, com os seus ofícios, um ar de vida civil e cotidiana normal ou pelo menos essa intenção.

Apesar desse quadro, Hermann Waetjen observou que “até fins de 1635 poucos foram os pedidos de transporte para a América do Sul que transitaram pelos escritórios do wic” para diversos ofícios. Para ele, que empreendeu uma grande pesquisa nos arquivos da Companhia, os pedidos de emigração só aumentaram consideravelmente após a vinda de Nassau em 1637.⁶⁹

Esse pequeno comércio representava uma grande vitória para uma companhia de acionistas de capital misto (público e privado), sobretudo porque satisfazia a uma das condições de existência de uma companhia dessa natureza. Fernand Braudel, que trabalhou magnificamente a ascensão do capitalismo no ocidente, observou as três condições necessárias para a efetivação do monopólio de uma companhia, que são: “o Estado, mais ou menos eficaz, nunca ausente; o mundo mercantil, isto é, os capitais, o banco, o crédito, os clientes”.⁷⁰ Finalmente, a terceira “condição”: “uma zona de comércio para ser explorada de longe, a qual, por si só, determina muitas coisas”.⁷¹ Essa terceira condição ou “realidade”, como disse Braudel, é a que nos alcança. Em Pernambuco, zona de comércio distante dos Países

68 IAH.P. Coleção José Higinio. *Dagelijkse Notulen*. 01.05.1635.

69 WAETJEN, Hermann. O Domínio Colonial Holandês no Brasil, p. 379.

70 BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, pp. 392-393.

71 Idem.

Baixos, o incipiente contato da wic com os lavradores e senhores de engenho locais, fazia parte dessa terceira “realidade”. É assim que podemos entender um início de “interlúdio de paz” para a wic, através de seus agentes e também para os produtores locais.

Vejamos, pois, pela ótica destes últimos. Pedir empréstimos era uma prática antiga entre os plantadores de cana em Pernambuco. Comprar a prazo também. Assim adquiriam-se, inclusive, escravos. Quando as safras de cana não vingavam, por diversos motivos, as dívidas certamente aumentavam. Nesse sentido, a invasão holandesa veio a livrar muitos senhores de engenho e lavradores de suas dívidas antigas. Dessa forma, os *kleine profijten* foram importantes não apenas para a Companhia (satisfazendo a terceira “condição” do monopólio), mas também para os lavradores que se apartaram da resistência militar e puderam “recomeçar” as suas vidas econômicas.

Em abril de 1634, a companhia já contava com a colaboração de alguns senhores de engenhos e lavradores como Pedro da Rocha Leitão, Gonçalo Novo de Lira, Gaspar Ximenes e Francisco da Costa Brandão. Este último, por sua vez, trouxe consigo alguns outros moradores para ganhar a salvaguarda da Companhia. A partir disso, o Conselho Político considerou que “as pessoas estão retornando aos domínios” da Companhia. Praticamente a um ano da queda do Arraial, muitos moradores, do Cabo de Santo Agostinho até Itamaracá, rendiam-se às garantias oferecidas pelos holandeses. Mais ainda, é bem possível que alguns deles já servissem há mais tempo aos holandeses, visto que, numa *brieven*, há referência de “renovação das salvaguardas”.⁷² Muitos civis aceitaram, sob a condição de garantia de seus bens, a subordinação ao invasor.

72 IAHGP. Coleção José Higino. *Brieven em Papieren uit brasilie*. 18/04/1634. Onde se lê: “soo hebben verscheyden inwoonders versocht vernieuwinge van de salvguardes ende onder anderen eenen signor d’Ingenho Francisco da Costa Brand-aon, die wij onlanghs hebben does affbranden, comt ook het hooft in de schoot

É bem verdade que a manutenção de seus negócios já era assegurada pelo Regimento da wic. Os empréstimos só voltariam a acontecer, grosso modo, na administração de Nassau e do Alto Conselho anos depois. Em Itamaracá, alguns soldados holandeses, passados os três anos de serviço militar, obtiveram a condição de cidadão-livre. Aqui, “muitos colonos começam a se fortalecer, [...] vindo morar na ilha na condição de cidadão-livre e agricultores [...]”. Muitos são provenientes da França, Inglaterra, Alemanha, além da Holanda e Portugal. Estes últimos sendo os que já haviam aceitado a salvaguarda.⁷³

Essa “vitória de Pirro” da Companhia deve ser vista frente a uma escala micro. Evidentemente, até a queda do Arraial, em meados de 1635, e mesmo depois, o grosso da produção açucareira era escoado para Portugal por portos ainda não ocupados pelos holandeses. Eram as “escáfulas” do açúcar sobre o que falou Evaldo Cabral de Mello. Enquanto os holandeses apenas estavam no Recife, bem no início da conquista, saía do porto da Paraíba um navio carregado com 400 caixas de açúcar. E foi esse mesmo navio que comunicou às coroas ibéricas acerca da invasão a Pernambuco.⁷⁴

leegen ende versouckt saveguard, doch is alles affgeslaegen, alsoo wij sien daer niets met is te proffiteren, soodat dit volckie ook al is vertreckende, soodat nu alles van de Cabo aff tot Goyana toe is verlaten.”

73 Idem. Onde se lê: “de coloniers beginnen opt eyland sterck te werden, veele voor desen op St Christoffel ende andere plaetsen, daer colonien sijn gewoont hebbende, nu hier haren tijt uitgedient hebbende sijn opt eylandt gaen woonen om haer als sijnde vrijluiden met het planten te generen, daer sijn alle natien France, engelsche, Duytsche, Nederlanders ende Portugesen, ook eenige Brasilianen stileren haer meest op den maniva ofte mandioca te planten om farinha de pao van te maecken doch het land is soo vol groot mieren met scheeren, [...] dat de farinha geen arbeitsloon sal voortbrengen maer alle andere gewassen ende vruchten als bacovas, bananas, potatos, ananas, pompoenen, meloenen, cocos papayas, boonen ende diergelijcke meer het in overvloed ende soo schoon als ergens in Brasil [...]”

74 Carta dos Diretores da Companhia das Índias Ocidentais de Zelândia aos Estados Gerais. 23 de abril de 1630. In: Documentos Holandeses. 1 vol. Ministério da

E eram por portos ainda não conquistados que passavam os *grootte profijten* (grandes lucros), os quais a WIC só obtinha mediante apreensões.

Voltando ao ‘pequeno comércio’, entendemos a boa receptividade batava ao compararmos com uma conjuntura de quatros anos antes, 1631. Naquele ano, certa vez, as autoridades holandesas chegaram a considerar que “não há esperança de entabular relações de comércio e de negócios aqui”⁷⁵. As dificuldades dos três primeiros anos de ocupação impediam o pequeno comércio por diversos motivos. Para ter acesso aos engenhos da interlândia era necessário, antes de tudo, conhecer os caminhos e pequenos cursos d’água. O Governador Wanderburch, em meados de 1633, desabafava aos diretores da Companhia quando se referiria ao

“pequeno número de embarcações convenientes, mudança de clima, ignorância dos canais e passos pouco examinados pelos marinheiros antes dessa época, falta de bons guias e outras dificuldades pelas quais ótimos empreendimentos tomavam um curso contrário ao que nos havíamos a nós próprios prometido”.⁷⁶

A superação desses problemas seria fundamental para que tivesse curso os “ótimos empreendimentos” da Companhia no Brasil. Por mais que os holandeses estivessem bem informados acerca dos principais portos e vilas do Nordeste, não eram da mesma forma acerca das estradas e pequenos rios. Isso veio com o cotidiano das

Educação e Saúde, 1945, p.37.

75 Missiva do Governador D. Van Weerdenbuch, em Antonio Vaaz, aos Estados Gerais. 03 de agosto de 1631. In: Documentos Holandeses. 1 vol. Ministério da Educação e Saúde, 1945, p. 71. Esses eram os “tempos difíceis” aos quais se referia José Antonio Gonsalves de Mello.

76 Relatório do Governador D. Van Weerdenburch aos Estados Gerais. 11 de julho de 1633. In: Documentos Holandeses. 1 vol. Ministério da Educação e Saúde, 1945, p. 114.

incursões. Essa era ainda uma fase de reconhecimento da *conquesten*. Essa espécie de ‘proto-história’ dos holandeses em Pernambuco, que foram os primeiros três ou quatro anos, talvez não devesse passar incólume na história do Brasil holandês. As incursões ao interior ajudavam a wic a conhecer melhor o mundo entorno dos engenhos e os próprios engenhos. Para que o pequeno comércio de 1635 e 36 passasse a existir era necessário conhecer aquele mundo, que não se encontrava necessariamente muralhas adentro do Recife, ainda que o porto e os armazéns fossem extensões do que se iniciava nas unidades produtivas.⁷⁷

Esse mundo pré-nassoviano, dos ‘tempos difíceis’, é meio obscuro na historiografia do Brasil Holandês do século passado. Não que historiadores como Waetjen, Boxer ou Gonsalves de Mello não tenham visto as minudências desses primeiros anos. Contudo, restringiram mais as suas análises na resistência do Arraial, na fortificação do Recife e na desagregação da produção açucareira (o que de fato se verificou). Do lado luso-brasileiro, os *pequenos lucros* vinham às escondidas. Por portos que não o do Recife, Itamaracá e Santo Agostinho, os navios continuavam a chegar e a desembarcar açúcar e outros bens de comércio. Era uma história que se construía na sombra, nas fimbrias do grande cenário.

Em fins de maio de 1635, os holandeses, a partir de uma *expedition*, souberam por um informante que um senhor de engenho chamado Cristóvão Botelho, que era proprietário em Camaragibe, havia mandado um navio desembarcar açúcar na Ilha Terceira e, de lá, retornado a Pernambuco “algodão, linho e outros bens de

77 Idem. Relato de Wanderburch: “muita incursão na região [entorno de Igarassu] foi por nós feita com nossa pequena tropa; diversos bons engenhos, armazéns e navios com açúcar e fumo (que não sabíamos por segurança de outra forma) foram queimados por nós, diversos açúcares foram tomados por nós nos canais, dos quais trazemos conosco uma boa parte...” .

comércio”.⁷⁸ Em Pernambuco, o navio aportou no rio Santo Antônio, bem ao sul do Recife. Ao norte do Recife, a situação parecia encontrar a sua quase normalidade.

A ligação Recife-Goiana-Paraíba já parecia se consolidar mesmo antes da queda do Arraial. Pouco mais de um mês antes da derrota de Matias de Albuquerque, *jatches* holandeses carregavam açúcar em Goiana para o porto da Paraíba. Assim, a embarcação *De Goutvinck* transportava de Goiana para a Paraíba as quantidades de caixas de açúcar que deveriam encher os navios deste porto.⁷⁹

A importância de Goiana e da Paraíba está evidenciada numa *notulen* que se refere a possível aproximação de tropas luso-brasileiras “indo em direção a Goiana destruirá tudo o que ali se encontra, causando prejuízo à Companhia. Mas também é possível que o inimigo esteja indo em direção à Paraíba para acabar com tudo nesta província”.⁸⁰ O receio da WIC em perder estes pontos de conquista levou o Conselho Político a designar 600 homens para as duas regiões. Esse estado de tensão atingiu a relação entre os cidadãos-livres e os moradores portugueses, em que ficava proibido o comércio entre eles. Situações como estas colocavam em xeque a relação entre a WIC e os moradores luso-brasileiros, abalando a relação de entendimento entre essas duas partes. A companhia tinha motivos para esses “medos de traições”, visto que, por essa mesma época, “alguns portugueses, que estavam sob nossa salvaguarda [salvaguarda ho-

78 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 24/05/1635. De fato, Cristóvão Botelho possuía 2 engenhos nas proximidades de Porto Calvo. O seu nome consta num levantamento sobre o Brasil Holandês, aliás, o primeiro depois da chegada de Maurício de Nassau. Ref. Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a História do Brasil Holandês. Tomo I. MEC/IPHAN/FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA, Recife, 1981, pp. 77-129.

79 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 24/05/1635.

80 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 22/04/1636.

landesa], ajudaram traiçoeiramente o inimigo”. O resultado é que estes “traíçoeiros” à companhia foram mandados presos às Índias Ocidentais.

Era difícil a obtenção da paz.⁸¹ Bastava a aproximação de soldados luso-brasileiros para os moradores ficarem exaltados. Na Paraíba, Eduardo Gomes da Silveira e Simão Soares foram acusados de planejarem “uma traição contra o Estado”, aliciando índios para atacar a vila de Goiana. Entretanto, a conspiração foi delatada pelo primo do próprio Silveira, Domingues da Silveira. A pena para Gomes da Silveira foi o exílio, enquanto que Simão Soares foi torturado para poder fornecer à companhia mais informações acerca de sua participação no plano.⁸² Apesar dessas ameaças, a wic ainda podia contar com ‘colaboradores’ portugueses. A própria navegação na Paraíba era facilitada pelo rio de mesmo nome. Nas crônicas de Frei Vicente do Salvador, o rio Paraíba

“é muito maior porto e capaz de maiores embarcações que o de Pernambuco”. Facilitado pela boa profundidade, o rio Paraíba, mesmo há uma légoa de sua foz, dispunha de boas condições de aportagens e canais “por onde podem navegar grandes caraveloes”.⁸³

Sobre Goiana, um dado importante. Das regiões conquistadas pela wic no Brasil, desde 1630, a de Goiana foi a primeira na qual os luso-brasileiros se organizaram com consentimento do Conselho Político. Um de seus conselheiros, Ippo Eijssens, em janeiro de 1630, informou aos demais administradores que tinha promovido “a eleição de oficiais para a Câmara da Capitania de Goiana”. Haveria alguma relação entre a frequência do comércio com a vila de Goiana

81 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 24/04/1636.

82 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 05/05/1636.

83 SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. Belo Horizonte; Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982, p. 184.

e a reestruturação do poder local, ainda que sob as vistas dos holandeses? Os luso-brasileiros escolhidos foram Gonsalvo Garibaldi, Caldas de Ruiz, Vaz Pinto, Cosmo da Silva, Agostinho Nunes e Conrado de Liz. Os mesmos tiveram que “fazer juramentos” perante a administração Batava.

Essa primeira organização do poder local luso-brasileiro em Goiana pode ser compreendida como um acontecimento a favor do entendimento entre holandeses e população local. Convém lembrar que, nessa mesma época, a resistência luso-brasileira se encontrava há poucas léguas dali, precisamente no sul da capitania de Pernambuco. A referência feita pelos holandeses à “câmara da capitania de Goiana” demonstra, de certa forma, um certo “desconhecimento” territorial anterior, uma vez que a vila era a mais importante da Capitania de Itamaracá antes da invasão. Posteriormente, os neerlandeses irão dividir os territórios conquistados como *jurisditie* (jurisdições). Goiana vai ser entendida como uma dessas jurisdições.⁸⁴

Há poucas léguas dali, soldados da *wic* e tropas volantes luso-brasileiras se atacavam. A interlândia se dividia entre a guerrilha e o comércio. Entre a ordem e a desordem. Soma-se o fato de que as autoridades holandesas consideravam os seus efetivos insuficientes tanto para manter a conquista como para avançar nelas. A essa altura, o Conselho Político e as autoridades militares, expressavam a necessidade de expandir a conquista para o sul, para o lado de “Muribeca, Ipojuca, Porto Calvo e outros lugares com uma grande quantidade de homens ... fazendo, desta maneira, que em todo país se garanta o fornecimento de farinha e animais”.⁸⁵

Por razões óbvias, o maior inimigo dos pequenos lucros da Companhia era a resistência local sediada no Arraial Velho do Bom Jesus. Contudo, uma outra razão um pouco menos óbvia é

84 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijkse Notulen*. 20/01/1636.

85 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijkse Notulen*. 29/05/1635.

que os iates e chalupas holandeses tinham que se dividir entre as operações militares e o transporte de mercadorias entre uma e outra parte da conquista. Esse primeiro alargamento da conquista, do Recife até a Paraíba, já apresentava os seus inconvenientes. Principalmente no que se refere a distribuição dos administradores pelas “jurisdições”. Houve um momento em que, no Recife, só residia um conselheiro político e que era responsável por administrar todas as finanças da conquista bem como “de todos os problemas do Recife”.⁸⁶

Há motivos, entretanto, para crer que esse “pequeno comércio” não estivesse centralizado no Recife. Antes, pelo contrário, dava-se em situações bem circunstanciais. O Conselho Político relatou, certa vez, da necessidade de se proibir a presença de portugueses no Recife

“porque eles vêm espionar a nossa situação, usando o pretexto de comércio. E, visto que nós atualmente não temos bens de comércio, faz com que a vinda deles ao Recife se torne desnecessária”.⁸⁷

No tocante a territorialidade, o Conselho Político obedecia à mesma divisão anterior à conquista. Isso se explica quando, numa ata, vemos uma referência a um membro do mesmo conselho, Ippo Eijssens, que se encontra na função de “Diretor geral da Capitania de Itamaracá”, tendo a vila de Goiana como base de operações. O mesmo Eijssens pediu à companhia que mandasse para Goiana “gente qualificada e com experiência, que pudesse se encarregar das embarcações”.⁸⁸ Mas o comércio dá sinais de estruturação na medida em que soldados passam a condição de cidadão-livre. Isaak Jacobsz van Sas obteve a condição de *vrijluiden* e passou a comprar

86 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijkse Notulen*. 30/05/1635.

87 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijkse Notulen*. 29/05/1635.

88 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijkse Notulen*. 16/05/1635.

e abater animais para a wic. Hendrick van Ent Haecx, deixou a sua condição de assistente de marceneiro pela de cidadão-livre e Dirck Janz, um “empacotador de víveres”, também fez o mesmo.⁸⁹ Vale dizer que, no caso dos soldados, a situação de cidadão-livre só era permitida ao termino de seu “contrato de trabalho”, que durava três anos. Até ex-escravos, que serviram à Companhia na condição de soldados, requereram e ganharam, terminado os três anos de serviço, a condição de cidadão-livre. Esse foi o destino de Manoel de Barros e Gaspar Rodrigues.⁹⁰ De ex-escravo à *vrijluiden*, Barros e Rodrigues serviram à wic na “guerra velha”, só que contra os luso-brasileiros. Ganharam soldo e, estando sujeitos ao mesmo tempo de serviço que os outros soldados europeus, tornaram-se livres para exercerem outras funções.

Ocorre que muitos desses soldados tinham um ofício além da experiência militar. Não podemos esquecer que se tratava de um exército mercenário. Veja-se o caso do soldado Ertman Nuser, que obteve a condição de *vrijluiden* para exercer a sua profissão de ourives.⁹¹ No comércio do pau-brasil, que parecia ser já um bom negócio para os cidadãos-livres, Roeland Carpentier, encarregado de fornecer pau-brasil à Companhia, recebeu de uma só vez a quantia de 1200 florins pela madeira colhida. Sobre o comércio de pau-brasil, em específico, temos que esse produto era muito bem vindo na casa de detenção de Amsterdam, apelidada de Rasphuis (serraria), como já fora dito.⁹²

89 Idem.

90 IAHGP. Coleção José Higinio. *Dagelijckse Notulen*. 05/09/1635.

91 IAHGP. Coleção José Higinio. *Dagelijckse Notulen*. 01/06/1635.

92 Op. Cit. P. 29. Lá, segundo Simon Schama, a cidade concedeu o monopólio de pau-brasil aos supervisores da casa de detenção, conhecida inicialmente pelo nome de *Tugthuis*. Lá, os presos aprendiam o ofício da marcenaria e carpintaria. Para Schama “esse era o regime que deveria transformar ociosos, parasitas, mendigos e os mais diversos inúteis em criaturas sociais trabalhadeiras e responsáveis”.

O cidadão-livre, muitas vezes, fazia por sua conta e risco o trabalho que a Companhia precisava, pois não recebia mais salário desta. Para a wic, era uma maneira de diminuir os gastos com salário. Para os cidadãos-livres, era uma forma de arriscar a sorte. Provavelmente, a experiência de muitos soldados dava-lhes gabarito para exercer determinadas funções, como fornecer madeira e carne à própria wic. Essa espécie de “trabalho indireto” coloca alguns cidadãos-livres numa condição de semi-empregados da Companhia, contrariando um pouco a visão de José Antônio Gonsalves de Mello, segundo o qual estavam completamente desvinculados dela. Mas também é verdade, ainda segundo Gonsalves de Mello, que os *vrijeluiden* não eram necessariamente *dienaeren*, ou seja, servidores da wic.⁹³ Em diversas campanhas ao interior eles tomavam conhecimento dos caminhos, rios, portos e pessoas com quem se informar e até dividir os *kleine profijten*. Estas foram conquistas que se deram numa escala micro e que se afasta um tanto da visão de um Brasil holandês pré-nassoviano mergulhado exclusivamente na guerrilha e no medo constante.

A perspectiva do Brasil holandês pré-nassoviano em meio à guerrilha encontra a sua razão de ser nas crônicas acerca dos primeiros anos da wic no Brasil. Ao trazar do que se sucedeu após a conquista da Paraíba em 1634, Diogo Lopes Santiago registrou:

“Depois que os holandeses tomaram a Paraíba para se congratularem com os moradores e assegurarem em sua amizade, fizeram com eles assento de contrato mui favoráveis, a saber: que lhes concederiam o viverem na pureza de sua fé católica romana com suas igrejas abertas e sacerdotes, e que se não metriam nas cousas tocantes ao eclesiástico, e que concediam aos moradores todas suas fazendas e escravos livremente, e que os conservariam em sua posse, e os defenderiam de toda sorte d’inimigos, e lhe acudiriam com todo gênero de

93 MELLO, José Antonio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1987, p. 52.

mercadorias, e lhe pagariam os frutos da terra por seu justo preço, e lhe guardariam em tudo justiça e liberdade, com pressuposto que lhe pagariam os dízimos e mais tributos que costumavam pagar a seu Rei. Ficaram os moradores da Paraíba um algum tanto consolados com estes e outros mais favoráveis assentos que com eles celebraram, porém pelo tempo emdiante bem experimentaram uantas vezes lhes foram quebrados, assim os eu com eles como com os moradores de Pernambuco fizeram [...]”.⁹⁴

Residente em Pernambuco ao tempo da invasão, em 1630, o mestre em Gramática Diogo Lopes Santiago viveu no meio da guerra e chegou a residir próximo ao Arraial Velho do Bom Jesus e “assim como vizinho tão próximo se informava com muita diligência e escrevia as cousas que iam sucedendo na guerra [...]”.⁹⁵ Mais preocupado em narrar os feitos de João Fernandes Vieira na Restauração Pernambucana, Lopes Santiago dedicou a maior parte de suas crônicas à fase que foi de 1645 a 1654.⁹⁶ Dessa forma, conquanto a sua obra tenha nos apresentado um rico material acerca da luta contra os holandeses, os anos de 1635-36, pelo menos, foram dedicados à narrativa do que se sucedia na parte sul da Capitania de Pernambuco, na qual se encontravam as forças de resistência luso-brasileiras. O que acontecia ao norte do Recife, após a conquista de Goiana, Paraíba e Itamaracá, podemos saber através das atas da *wic* no Brasil utilizadas neste capítulo. Se analisarmos a frequência

94 SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco*. Recife: CEPE, 2004, p. 77.

95 *Idem*, p. 2.

96 *Idem*, p. 3. Segundo José Antônio Gonsalves de Mello, “Santiago oferece seu insubstituível depoimento sobre a insurreição Pernambucana, isto é, sobre os acontecimentos posteriores a 1645. Depoimento que deve sofrer crítica em relação aos louvores à ação desinteressada, segundo ele, de João Fernandes Vieira. Ao autor deve-se a importante descrição dos outeiros dos Guararapes e das suas vizinhanças e minuciosa relação das várias fases das duas batalhas ali travadas”.

de embarcações no porto do Recife ao final deste capítulo nos anos mencionados acima, poderemos perceber os indícios de uma ligação entre esta parte recém-conquistada pela wic.

Os pequenos proveitos obtidos pela wic, sobretudo a partir da derrocada do Arraial Velho, representaram uma reação, ainda que tímida, aos prejuízos causados aos holandeses pela guerra lenta suportada nos primeiros anos. Nas crônicas de Francisco de Brito Freire, sustentavam os representantes do Conselho de Portugal que residiam em Madri que

“continuarmo-la [a guerra] lenta em Pernambuco ficava tão útil e tão fácil aos tesouros preciosos de Espanha como prejudicial e impossível aos cabedais atenuados da Companhia. Que desenganada já dos prometidos interesses, pelos excessivos gastos das contínuas assitências e das largas viagens, havia perdido do grosso com que entrou a sessenta por cento. E como somava a opinião da honra pela conta dos algarismos, fazendo da conquista mercancia, em não excedendo o que adquirisse a espada ao que montasse a pena, obriga-la-ia a deixar o Brasil sua mesma conveniência [...]”.⁹⁷

Essa passagem, que teve vez ainda no calor dos primeiros anos da guerrilha, mostra realmente o paradoxo da wic no Brasil que era a persistência na luta malgrado as perdas financeiras da mesma. Como se sabe ao longo deste capítulo, a persistência da Companhia na sustentação da guerra, atendendo assim mais as expectativas da “facção da guerra” desta empresa semi-privada, coroou-a com a experiência dos *kleine profijten*. Podemos entender o paradoxo acima mencionado considerando também que a guerrilha, ao mesmo tempo em que exauria os recursos da wic, dotava os seus soldados de experiência na guerra-de-mato. E isso logo foi

97 FREIRE, Francisco de Brito. Nova Lusitânia: História da Guerra Brasília. São Paulo: Beca Produções culturais, 2001, pp. 139-140.

percebido pelos portugueses no Reino que observaram que “nem obstava que já a experiência de dois anos houvesse dado algum conhecimento à imperícia estrangeira; porque enquanto aprenderam os holandeses a prática do país, ensinaram aos moradores a disciplina da guerra”.⁹⁸

Retomando a questão dos cidadãos-livres, podia ocorrer destes virem direto dos Países Baixos numa condição que não a de soldados. De uma só vez, o navio “Speeljacht”, da Câmara de Amsterdam, desembarcou no Recife alguns *vrijluiden* especializados em plantação de tabaco e um farmacêutico.⁹⁹

Mais contribuições de moradores. Ainda em agosto de 1635, o comerciante português Aleixo Peres da Mota forneceu à Companhia 231 arrobas de açúcar branco e 46 arrobas de açúcar mascavo. Por isso, recebeu a soma de aproximadamente 900 florins, sendo a arroba do branco vendida a 12 schellings e a do mascavo pela metade.¹⁰⁰ O caso de Peres da Mota é interessante porque ele “adiantou” à Companhia a quantia de 885 florins pelo aluguel de carroças e a aquisição de farinha e animais. Mota, comerciante que era, provavelmente traria aos navios da WIC mais caixas de açúcar perdidas de engenhos do interior. Também é possível que comercializasse a farinha comprada à mesma. Aliás, quanto a farinha, alimento preciosíssimo às tropas em geral, era, não raro, obtido em campanhas no interior e redistribuídos pela tropa. De uma vez só, o *iatche* “De Goutvinck” trouxe do Cabo de Santo Agostinho um carregamento

98 Idem.

99 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 08/08/1635. É possível que determinadas especializações fossem mais bem pagas no Brasil do que nos Países Baixos, dada a reativa escassez de mão-de-obra no Brasil Holandês. Simom Schama, para o caso dos Países Baixos, observou que aqui, ao contrário do que possamos imaginar, “a mão-de-obra não especializada sempre esteve em posição tão boa quanto a de sua contrapartida, ou até melhor, ao longo dos cem anos que se estendem de 1580 a 1680”. Ref. Op. Cit. P. 171.

100 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 06/08/1635.

de 800 alqueires de farinha para ser distribuído “entre os soldados em lugar do pão”.¹⁰¹ Outro português que servia a Companhia era Pedro da Cunha, que recebeu 20 caixas de açúcar que aquela lhe devia. Tais caixas vieram da conquista do Arraial do Bom Jesus como resultado do saque lá feito pelas tropas holandesas.¹⁰²

Muitos outros portugueses prestaram, na condição de comerciantes, serviços para a WIC em lugares distantes de Pernambuco. Esse foi o caso de alguns “barcos portugueses vindos de Porto Calvo”¹⁰³ e cujos donos pediram permissão, mediante juramento a WIC, para irem ao Caribe e de lá trazer produtos de volta para o Recife. A condição para a partida era de que levassem os prisioneiros portugueses capturados na refrega do Arraial Velho e que fossem lá desembarcados. Esse caso figura como uma exceção. Não se sabe se estes navios portugueses retornaram a Pernambuco ou aproveitaram a situação para fugirem dos neerlandeses.

O primeiro historiador a pesquisar com detalhes os anos que precedem a vinda de Nassau, especificamente 1635 e 1636, José Antônio Gonsalves de Mello, mostrou a mudança quase radical do cotidiano do Brasil Holandês após a rendição do Arraial Velho do Bom Jesus (meados de 1635). Nesses dois anos, aumentou bastante o fluxo migratório de colonos neerlandeses e judeus. No Recife e na Ilha de Antônio Vaz, a especulação imobiliária já se fazia presente. Com um pequeno comércio praticamente consolidado, começaram a ser criadas as feiras. Dentre elas, o *vismarket* (mercado de peixe). O dado da existência de um mercado em agosto 1636 nos remete a relações de sociabilidade que aí têm curso. Pelo exposto em reunião do Conselho Político, “foi lido em voz alta os regulamentos relacionados ao mercado de peixe”.¹⁰⁴

101 Idem.

102 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 13/08/1635.

103 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 05/09/1635.

104 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 16/08/1636.

A existência de um mercado ou de uma feira regular nos leva a refletir na existência de um cotidiano que se forma na conquista. No caso do “mercado de peixes” ou “de pescado”, que passou a funcionar no Recife a partir de agosto de 1635, temos aí um mercado especializado. A regularidade do *vismarckt* foi bem notada por Gonsalves de Mello nas documentações.

Talvez seja bom notar a relação da feira com as pessoas que a elas recorrem pela assertiva de Fernand Braudel, segundo o qual “é um centro natural de vida social”.¹⁰⁵ Evidentemente, não tratamos aqui das grandes feiras de Paris e das maiores cidades dos Países Baixos da mesma época. Contudo, na construção da vida urbana do Recife de 1635 e 36, o mercado se junta a outros elementos como a própria urbanização, a fiscalização da limpeza, enfim, a constituição de um espaço público, muito embora tratemos ainda de uma época em que a fronteira entre o público e o privado seja ainda muito tênue e incipiente. José Antônio Gonsalves de Mello foi quem chamou a atenção para a criação de “serviços públicos” nesta fase pré-nassoviana como a divisão do Recife em dois territórios (norte e sul) e a instalação dos serviços de bombeiro (os *brantmeesters*), que deveriam ser pagos pela comunidade e recebiam 18 florins por mês.¹⁰⁶

Os colaboradores vão aparecendo, por vezes anonimamente. Numa carta que o conselheiro Carpentier enviou da Paraíba, o mesmo pedia que do Recife se enviasse uma boa soma de dinheiro “porque a companhia devia muito aos moradores deste local”.¹⁰⁷ Em Pernambuco, dois meses após a queda do Arraial do Bom Jesus, a

105 BRAUDEL, Op. Cit. p. 16. O autor prossegue a sua análise das feiras da seguinte forma: “É nela que as pessoas se encontram, conversam, se insultam, passam das ameaças às vias de fato, é nela que nascem alguns incidentes, depois processos reveladores de cumplicidades, é nela que ocorrem as pouco frequentes intervenções da ronda ... é nela que circulam as novidades políticas e as outras”.

106 MELLO, Op. Cit. P. 56.

107 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 13/08/1635.

preocupação do Conselho Político com a obtenção de açúcar levou os administradores a lidarem com o problema do aprovisionamento do produto nos armazéns. Em afogados e no Recife, os armazéns se encontravam “em mau estado e, na maioria das vezes, só se utiliza a metade da capacidade de armazenamento destes estabelecimentos, o que está gerando uma grande perda para a Companhia e para os portugueses”.¹⁰⁸

A wic tinha já um *comiss* responsável por tomar conta dos armazéns, mas resolveu tirá-lo dessa função e se utilizar dos serviços do *vrijluiden* Duarte Saraiva. Este, por sua vez, “tomará conta dos armazéns, para que ele receba o açúcar e os armazéns gerando proveitos para si mesmo”. A wic não pagava nada a Saraiva, mas este teria a liberdade de ganhar no comércio com os comerciantes privados. O certo é que, a essa altura, a Companhia já dispunha de um comércio com diversos elementos luso-brasileiros. Ao tentar diminuir os gastos com funcionários e ‘delegar’ determinadas funções a cidadãos-livres como Duarte Saraiva, ela tentava racionalizar as finanças e colocar os seus ex-empregados em outras frentes de conquista.

A expansão da conquista exigia alocação de profissionais que fossem capazes de fazer as contas e dar conta mesmo de todo o comércio local. Assim, os comissários de bens eram requisitados em várias partes. Junto a eles, os caixas e tesoureiros. Os fiscais também se faziam presentes. Um deles, De Ridder, foi quem confiscou para a Companhia engenhos em Pernambuco, Paraíba, Itamaracá e Porto Calvo. Como ele não recebeu por isto, a wic decidiu pagar-lhe 50 florins de gratificação.¹⁰⁹

Mas o alargamento da conquista também tinha os seus inconvenientes, principalmente no tocante ao pagamento de salários aos seus *dienaers* (servidores). Esse foi o caso de Jacob Pieterz Tolck,

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 17/09/1635.

mestre de equipamento (*equipage*) no Recife que pediu um aumento de salário alegando que “o serviço está mais difícil atualmente em razão das conquistas no sul e no norte”.¹¹⁰ Nessa situação, os funcionários teriam que atender em diversos pontos e com a requerida diligência. Tolck teve o seu salário aumentado para 140 florins.

Em se tratando do Conselho Político, temos que cada um dos conselheiros tinha autonomia para governar uma parte da *conquesten*. Contudo, a autonomia se dava mais na coordenação das ações que mesmo na decisão delas por apenas um elemento. Assim, na reforma do Forte Orange, os conselheiros políticos decidiram que o responsável pela Capitania de Itamaracá, Ippo Eijssens, coordenaria as atividades.¹¹¹ Até as questões militares eram propostas pelo Conselho. Prima-se pela autoridade civil acima da militar, o que é natural de uma companhia oriunda de um país que, não fazia muito, havia se libertado do absolutismo Habsburgo. Essa revolta dos Países Baixos contra a Espanha teve o seu primeiro capítulo quando da abdicação de Carlos V ao trono em 1555, passando as Províncias Neerlandesas a serem não mais parte de um império, mas parte de um domínio espanhol. Essa situação em si levou a que, segundo John Lynch, os neerlandeses se sentissem como se tivessem perdido o status. Para Lynch, aos olhos dos holandeses, “fazer parte de um império, igual às outras partes, era uma coisa, enquanto que ser um domínio espanhol era outra”.¹¹²

O poder conselhio exercido pelos holandeses tinha os seus dramas na relação centralização-descentralização administrativa, repressão-delegação de autonomia, autoridade sem autoritarismo. Se o autoritarismo fosse a tônica da política administrativa holandesa no Brasil holandês, não fariam diferente do que fez o Duque de

110 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 29/09/1635.

111 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 19/09/1635.

112 LYNCH, John. *Spain under the Habsburgs*. New York: New York University Press, 1984, p. 288.

Alba a mando de Filipe II décadas atrás.¹¹³ Mas como ser prudente e “racionalizar” a administração em tempos de guerra? Paradoxalmente, foi a própria guerrilha que permitiu à WIC um melhor conhecimento do território, do mundo das matas. Foi a guerrilha que permitiu a atualização de mapas holandeses após 1630. Às vésperas da chegada de Nassau, o que os holandeses conheciam do Brasil superava em muito as informações fornecidas por Adrien Verdonck quando da invasão. Uma fonte portuguesa nos deixa entrever a inserção dos holandeses em território de domínio luso-brasileiro. Numa das ajudas de socorro aos sitiados no Arraial velho do Bom Jesus, as autoridades portuguesas estavam cientes que em alguns rios como o Coruripe, Formoso, Camaragibe e Serinhaém, “entram inimigos”.¹¹⁴

Nos Países Baixos, a situação não era fácil. Enquanto o Conselho Político e o corpo militar tentavam expulsar a resistência cada vez mais para o sul, o Príncipe de Orange conquistava as cidades brabantinas de Landen, Wahlen, Diest, Thienen e Aerschott e que continuariam a sua marcha em direção a Brussel e Mechelen. Essas informações foram sabidas no Recife pelo comandante do navio Alckmaer, que aportou a 30 de agosto de 1635.¹¹⁵

A consolidação da conquista do Brasil, muito embora fosse obra de uma companhia organizada, era realizada por cidadãos de uma república jovem. As próprias narrativas de heróis que eram publicadas na Holanda na primeira metade do século XVII, tinham grande

113 Em 1567, o Duque de alba foi enviado aos Países Baixos para reprimir as revoltas que surgiam nessa parte do império espanhol. Sobre esse momento, observou David Lynch o seguinte: “ Philip II’s tiny domination in the north became a gigantic battlefield, the weakest sector of his defenses, consuming his men and money voraciously”.

114 LAPEH (UFPE). AHU. Cód. 24, fl.21. Sobre o Requerimento hão de levar os capitães das caravelas que hão de socorrer ao Brasil, dinheriro em credito, contos particulares.

115 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 30/08/1635.

aceitação do público. Assim, histórias de capitães que se tornavam piratas e heróis de navios naufragados no Caribe ou no Índico tornavam-se facilmente *best sellers*. Temos aí, segundo Simon Schama, a figura dos “cidadãos-heróis numa república jovem que repudiara a aura imperial dos Habsburg”.¹¹⁶ Dessa forma, na administração, a procura de um modelo mais racional e conselho era um desafio, principalmente nos termos de um empreendimento colonial. Por mais que a WIC tivesse informações sobre o Brasil, ainda assim, não imaginariam que fossem encontrar tantos obstáculos à rendição dos luso-brasileiros. Ainda nos primeiros anos, escreveu Wanderburch ao Conselho dos XIX:

“O ponto principal sobre que se baseiam os Senhores Diretores, no tocante à incorporação desta região brasileira, foi acreditarem que, fechando-se bem o país, forçar-se-iam os habitantes, pela falta de provisões e pela suspensão do comércio, a pôr-se de acordo conosco, mas, neste particular, estão inteiramente enganados, porque tal região, que foi possuída durante mais de 70 anos sem guerra nenhuma, tem sido tão cultivada, que, sem falar no vinho e no óleo, pode prover suficientemente às suas próprias necessidades...”¹¹⁷

Parece que as informações colhidas antes da invasão não foram suficientes para uma conquista rápida. Mesmo assim, houve, desde essa fase inicial, indícios de colaboração da população local com os batavos. Foi mesmo Wanderburch que considerou que “se se pode dar crédito aos prisioneiros, os próprios habitantes estariam bem inclinados a entrar em entendimento conosco, se dentro de 6 ou 8 meses o novo socorro da Espanha não viesse aliviá-los.”¹¹⁸

116 SHAMA, Op. Cit. p.40.

117 Missiva do Governador D. van Wanderburch aos Estados Gerais. 03/08/1631. In: Documentos Holandeses. 1 vol. Ministério da Educação e Saúde, 1945, p. 74.

118 Idem. O Socorro espanhol ao qual se refere o documento era a esquadra comandada por Dom Antônio D`Oquendo.

Não podemos exagerar a colocação do governador holandês da fartura da terra “tão cultivada”. Contra a versão da “fartura” da capitania duartina, Evaldo Cabral de Mello que a “prosperidade material já não correspondia à realidade da Nova Lusitânia na segunda e terceira décadas do século xvii”.¹¹⁹ Logo, os neerlandeses chegaram no curso de uma crise econômica. O primeiro Governador do Brasil Holandês, que aliás era militar, mesmo não havendo consolidado a conquista, estava confiante no estabelecimento do comércio entre a wic e a população local. Convém lembrar que as adversidades experimentadas pelos soldados dificultavam mais ainda a conquista nos primeiros três anos. Segundo relatos, eles “não têm outra coisa que comer senão uma alimentação salgada e insuportável, favas e outras coisas semelhantes; além disso, como se não bastasse, tal alimentação é muito ruim...”¹²⁰ Essa mesma alimentação foi motivo de comentário do Marquês de Basto, ressaltada por Evaldo Cabral de Mello na sua obra *Olinda Restaurada*.¹²¹ Ocorre que, a responsabilidade pelo abastecimento das tropas ficava a cargo da própria companhia. Esta chegava ao cúmulo de enviar alimentos estragados tais como carne, pão, trigo mourisco e farinha de cevada.

A exposição da miséria da soldadesca pode nos levar a refletir acerca dos primeiros quatro anos da presença holandesa, em que o maior problema da administração era lidar com a escassez de dinheiro e de alimento. Ao nos depararmos com as diversas missivas enviadas pelo Governador Vanderburch aos Estados Gerais, tomamos ciência do primeiro obstáculo aos *kleine profijten*: o estado de

119 MELLO, Op. Cit. p. 52.

120 Missiva do Governador D. van Wanderburch aos Estados Gerais. 09/11/1631. Ref. Op. Cit. p. 89.

121 Afirmou o Marques de Basto: “estando eles [os holandeses] em terra havia tanto tempo, ainda navegavam, pois não tinham outros mantimentos mais que salgados”. APUD. MELLO, Evaldo cabral de. *Olinda Restaurada*. São Paulo. EDUSP, 1975, p. 45.

debilidade das tropas. Os baixos salários, “o exatamente suficiente para meias e sapatos”, levavam muitos deles a realizarem trabalhos extras. Muitas vezes, dada a debilidade física, chegavam a não agüentar sequer carregar um carrinho de mão. Por fim, Wanderbuch encerrou o problema ao considerar que

“um soldado, mesmo o melhor que se possa imaginar, está sempre inclinado à mudança, crendo sempre que se achará melhor alhures, consoante tive a prova diversas vezes na Itália, Alemanha, Suécia, Hungria e outros lugares, onde, entretanto, tinham em abundância o que comer e o que beber...”¹²²

Vê-se, pois, que a resistência do Arraial não era o único e maior problema a ser enfrentado pelos neerlandeses na conquista de Pernambuco.

O pequeno comércio só apareceria mesmo a partir de 1635 em diante. Não que os problemas com o reforço e aprovisionamento de tropas houvessem terminados. Essa foi sempre uma constante durante a presença holandesa no Brasil. Não podemos, todavia, negar que a expulsão da resistência para o sul, facilitou em muito o acesso da wic a uma série de bens escondidos nas matas ou em poder dos luso-brasileiros. De uma só vez, um iate holandês trouxe uma boa quantidade de farinha das roças do Cabo de Santo Agostinho em agosto de 1635.¹²³ Certamente a farinha estava escondida e, na correria da guerrilha, havia sido largada aos holandeses que a trouxeram para o Recife.

Outro fator que contribuiu para o surgimento dessa nova fase (a dos pequenos lucros), além da derrota do Arraial, foi a dinamização das navegações em rios que levavam ao interior. Por enquanto, temos ainda dos *kleine profijten*.

122 Idem, p. 90.

123 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 06/08/1635.

É também possível que o pequeno comércio se fizesse nas proximidades dos lugares de confronto com finalidade de, além do *pequeno lucro*, angariar a confiança dos portugueses que residiam no entorno. Foi assim que o cruzador Camarivogel transportou para o sul da capitania de Pernambuco, além de víveres e 80 soldados, alguns produtos para serem comercializados.¹²⁴ A essa altura, Matias de Albuquerque estava com a sua tropa nas proximidades de Porto Calvo.

A localização da resistência ao sul de Pernambuco fez com que o tráfego nos poucos caminhos que existiam ficasse menos tenso ao norte do Recife. Assim, era possível se locomover sem que os milicianos luso-brasileiros pudessem alcançar. Foi assim que o conselheiro político Ippo Eissens partiu sozinho, certa vez, para Itamaracá, por terra, coisa essa impensada um ano antes.¹²⁵ Em 22 de outubro, o Coronel Stachhouwer ia também por terra até o sul de Pernambuco a fim de tratar de negócios com o Conselheiro Willem Schott.¹²⁶ Além de cuidar de assuntos militares, Stachhouwer iria também tratar de “negócios”.

O açúcar que se consegue armazenar no Recife era vendido pela Companhia diretamente aos navios de carga que viessem fornecer materiais a ela mesma. Em outubro de 1635, o navio de carga *Speel-jacht* forneceu alguns produtos à WIC tais quais: 13 carrinhos de mão, 3 rodas soltas, pescado dos países nórdicos, 25 estacas de madeira, 3 serrotes, 6 grozas e 40 machados. Tudo isso, segundo a documentação, foi vendido pelo preço que o comandante Jan Maartensz Clo-tendraeijer pagou nos Países Baixos. O capitão comprou, em contrapartida, açúcar pelo preço de 4 stuivers a caixa.¹²⁷ No mesmo dia em

124 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 23/09/1635.

125 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 30/09/1635.

126 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 22/10/1635.

127 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 08/10/1635.

que chegou o navio acima, chegou também um outro da Câmara de Amsterdam, que trouxe, além de mantimentos, bens de comércio para os cidadãos-livres.

É difícil precisar a quantidade, em fins de 1635, de *vrijluiden* ou “comerciantes livres” que viviam no Brasil Holandês. Gonsalves de Mello refere-se a mais ou menos oitenta. Havia os que vinham diretamente da Holanda nesta condição sem antes terem sido empregados da WIC, como foi o caso de Cornelis Danielsz e Nicolaes de Haen.¹²⁸ Estes pediram permissão para dispor de uma casa em Antonio Vaz. No Recife, a situação imobiliária encontrava-se insustentável, com uma população considerável vivendo num curto espaço e tendo que pagar caro pelos aluguéis. Gonsalves de Mello observou que a falta de casas, nos anos de 1635 e 36, no Recife, era um fato sem contestação.¹²⁹

Com a invasão, a Companhia confiscou vários terrenos e casas. Em Nova Amsterdam (Nova York), por volta de 1624/25, o administrador da colônia e o seu conselho era orientado a distribuir terra aos colonos de acordo com o tamanho da família. Antes, porém, considerou uma pesquisadora do tema, Adriana Zwieten, que havia um reconhecimento formal, por parte dos holandeses, da propriedade da terra aos índios, de quem era inicialmente adquirida mediante pagamento.¹³⁰ Reconhecia-se aos nativos americanos o “immediate right of possession to the soil”. No caso do Recife e Antônio Vaz, como muitos donos não voltaram para reclamar as suas propriedades, foram as mesmas confiscadas. Era a política da Companhia o

128 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 12/10/1635.

129 Tempo dos Flamengos, op. Cit.

130 ZWIETEN, Adriana. “Conversisng with each other, among other things of the sale of houses”: Buying and Selling Real Property in New Amsterdam. P. 3. Segundo a autora, essa era uma pratica que se fazia em todos os Países Baixos desde a Idade Média. A transação se dava em frente às autoridades municipais ou magistrados locais, que eram os escabinos (*schepenen*)

reconhecimento da propriedade. Na América potuguesa, o Recife era o lugar onde esses “cidadãos livres” moravam. Em Antônio Vaz ainda se dispunha de espaços vazios para a construção de casas. As construções das mesmas tinham que seguir um padrão e um terreno poderia ser adquirido por 600 florins.¹³¹

Os cidadãos-livres que prosperavam podiam ampliar os seus investimentos em outras atividades que não apenas o comércio. Assim fez Jacques Hack, que pretendeu adquirir um engenho próximo ao Recife e que foi abandonado pelo seu dono na invasão. De início, o tal engenho, que pertenceu a certo Ambrósio Machado, foi adquirido por um fiscal da Companhia pelos seus bons serviços prestados a mesma. A documentação não informa o nome do fiscal, mas podemos afirmar que um *dinaer* (servidor) da wic poderia ser bem recompensado. Alguns dias depois, o mesmo Hack voltou a pedir ao Conselho Político a propriedade de outro engenho confiscado pela companhia e situado na Várzea. Dessa vez ele não encontrou concorrente e foi prontamente atendido.¹³²

A vida econômica e social começava a se refazer na capitania de Pernambuco e, conseqüentemente, fazia-se necessário um incremento na normatização do comércio. Sobre o comércio de grapa (espécie de cachaça feita de cana) e cerveja incidiu uma lei que proibia a venda desses produtos a altos preços, sob pena de quem o fizesse ser “punido pela soma de 50 florins e a confiscação do produto”. A reestruturação econômica após a queda do Arraial do Bom Jesus encontrava uma companhia com pouco dinheiro em caixa, inclusive para que esta pagasse aos cidadãos livres que lhe forneciam produtos. Jacob Duinkercker, que fornecia madeira à wic, pediu um adiantamento em dinheiro para poder pagar aos seus empregados. Visto que a Companhia não dispunha de dinheiro no momento,

131 AHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 31/10/1635.

132 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 18/10/1635.

deu-lhe permissão para adquirir outras cargas de comerciantes livres em nome dela própria.¹³³

É bom entendermos um pouco os limites desse “livre comércio” dos *vrijluiden*. Não se tratava, pois, de uma liberdade de comércio nos termos de um *laissez faire* contemporâneo. Ao contrário, qualquer decisão de caráter comercial, pelo menos em teoria, tinha que passar pelas atas do Conselho Político, elemento de regulação dessas atividades no Brasil. Mesmo assim, é bem possível também que algumas firmas de médio porte estabelecidas no Recife já não ficassem nos “pequenos lucros”. E foi para trabalhar numa dessas firmas que Samuel Gerritz pediu permissão a WIC para deixar a sua função de comiss de víveres na Paraíba e se tornar cidadão-livre a se “ocupar com negócios” na firma de Isaac de Rassiére. É curioso que o mesmo Rassiére é quem, pouco tempo depois, será solicitado pela Companhia a fornecê-la 4000 florins em espécie, já que havia falta de dinheiro em caixa. Em contrapartida, o comerciante livre seria reembolsado com açúcar branco e mascavo fornecido a baixo custo pelos armazéns da Companhia.¹³⁴

O ano de 35 parece ter sido mesmo um marco na presença holandesa no Brasil. Entabulado já um pequeno e médio comércio, grande parte favorecido pela relativa situação de paz, o Conselho Político passou a se preocupar com o recebimento de imigrantes com o fito de fazer comércio na *conquesten*. Dentre os que pediram passagem à Companhia para residirem no Brasil estavam muitos judeus. De dezembro de 1635 até o final de 1636, Gonsalves de Mello anotou trinta e dois pedidos de emigração dos Países Baixos para Pernambuco. Dentre eles, Moisés Neto, Issac Navarro e Matatias Cohen pediram licença para ir ao Brasil na condição de burgueses. Também viria um tal Arão Navarro com as suas mercadorias. Já Benjamin

133 IAHP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 12/10/1635.

134 IAHP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 19/10/1635.

de Pina vinha na condição de particular e correspondente comercial. Até de Hamburgo vinham pessoas, como foi o caso de Daniel Gabilho, que veio servir na firma de Duarte Saraiva, já estabilizado em Pernambuco.

As relações familiares sefarditas continuavam em Pernambuco juntamente com os negócios. Assim, vinham desembarcar no Recife muitos parentes de judeus já estabelecidos a fim de incrementar os negócios. Podíamos, neste caso específico, citar os irmãos Jacob e Moisés Nunes, que, já sendo comerciantes em Amsterdam, pedem para ir com mais um sócio para o Brasil.¹³⁵ Este último, Moisés Nunes, três anos depois de sua chegada ao Recife, passava a ser carregador de diversos navios da WIC, atividade que passou a compartilhar com a compra e venda de escravos nos anos do governo de Maurício de Nassau. Em 1672, tinha a coroa portuguesa como sua credora na quantia de quase 80 mil florins. O seu irmão, Jacob, tornou-se credor de 6 mil florins da mesma coroa naquele mesmo ano.¹³⁶

Seria bom, porém, ressaltar que nem todos os judeus eram comerciantes abastados. Isso se percebe no pedido de Manuel Mendes de Castro para trazer ao Brasil “toda uma nação hebraica de 200 almas, ricos e pobres”.¹³⁷ A vinda ao Brasil de grupos sefarditas veio em boa hora certamente em função da abertura de oportunidades. Muito embora a maneira holandesa de ter acolhido os judeus possa ser vista, segundo Simon Shama, como “o *locus classicus* do pluralismo saudável”, o mundo neerlandês apresentava-lhes restrições em algumas áreas da produção como a de refino de açúcar. Contudo, ainda se faziam presentes no comércio do Báltico e, mais expres-

135 Idem.

136 MELLO, José Antônio Gonsalves de. Gente da Nação: judeus residentes no Brasil holandês, 1630-54. In: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife, 1979, pp. 162-63.

137 Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. N. 48. Recife, 1976, p. 230-233.

sivamente, no processamento de tabaco através de suas “conexões brasileiras”.¹³⁸

Ainda num misto de guerra e estabilização da economia, na medida em que a primeira ia se afastando, a segunda parecia mais provável. Tão logo os holandeses expulsaram as tropas do Conde de Bagnuolo de Porto Calvo, encontraram nos habitantes locais boa acolhida, pois estavam com intenções de comerciar com a wic. Como nessa campanha na parte sul da capitania de Pernambuco faltasse víveres às tropas, foi pedido grande soma em dinheiro para se comprar animais e farinha para as tropas lá estacionadas. Naturalmente esses víveres seriam comprados aos comerciantes locais. O impasse se deu na possibilidade de falta de dinheiro em caixa ou de bens de comércio nos armazéns do Recife, o que realmente veio a acontecer. Para solucionar o caso, a Companhia pediu que um “vrijluiden” chamado Johannes Terwijden fornecesse uma carga de bens de comércio a um valor de 2292 florins, dinheiro que ainda permanecia no caixa da Companhia.¹³⁹ Percebe-se, mais uma vez, a estreita relação entre os cidadãos livres e a wic. Ainda que não fossem funcionários diretos da mesma, sua função de *dienaers* (servidores), ainda que indireto, era tão importante como a de um fiscal ou de um comissário de bens. Dentre os “bens de comércio” fornecido por Terwijden, encontramos tecidos (cetim e veludo), chapéus, meias e camisas de algodão.

Outro exemplo de relação entre companhia e *vrijluiden* podemos verificar no caso da falta de sal. Segundo relatou ao Conselho um capitão de navio que servia à wic, Claez Cornelisz, estava “havendo uma grande falta de sal neste litoral”. O problema seria amenizado com a sua demissão da wic e conseqüente passagem a condição

138 SCHAMA, Op. cit. p. 578/579. O autor enfatiza que “só gradativamente os judeus foram admitidos em algumas guildas”.

139 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijkse Notulen*. 22/10/1635.

de cidadão-livre para comercializar o produto. O Conselho Político considerou a proposta

“caso ele fosse contratado para buscar sal em salinas navegando com seus próprios recursos e levando sua própria tripulação... Em seguida, o sal seria vendido nesta cidade [Recife] ou em algum outro porto, aos habitantes ou a Companhia, que também precisa do produto...”¹⁴⁰

Uma das condições impostas pela wic era a de que ele pagasse, naturalmente, os impostos arbitrados por ela. Mas Claez Cornelisz não ficou por aí, passou também a transportar, por conta própria, para a wic, as caixas de açúcar que os comerciantes livres forneciam à Companhia. Os serviços do capitão, agora na condição de livre-comerciante, faziam com que, no caso do transporte de açúcar, dos armazéns para os navios, não passasse a ser mais feito pelos barcos da própria Companhia. Outro fato a ser observado é que Cornelisz já servia desde o início da invasão no Brasil a ponto de saber das necessidades de sal ao longo do litoral que a conquista alcançava. Este é um exemplo de pequeno comerciante que, ao longo de seu trabalho como “servidor” da Companhia, conseguiu juntar dinheiro para comprar a sua própria embarcação. Certamente um soldo de capitão de navio não era o mesmo de um soldado. Resolvia, pelo menos temporariamente, o problema do escoamento da produção de açúcar da Paraíba e regiões circunvizinhas. Também em Ipojuca, cidadãos livres forneciam pau-brasil à Companhia utilizando-se de barcos da mesma.¹⁴¹

Na falta de dinheiro em espécie, os pagamentos eram feitos com mercadorias que tivessem aceitabilidade na colônia. Os contratadores de pau-brasil da companhia, Roeland Carpentier e Hans Willen

140 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 24/10/1635.

141 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 03/11/1635.

Louissen,¹⁴² receberam vinho como pagamento da madeira fornecida. No caso acima citado, do comércio com moradores de Porto Calvo também se deu o mesmo. Outro caso foi o do comerciante Isaac de Rassiére, que emprestou dinheiro à Companhia para que esta comprasse aos moradores “farinha e animais” para o abastecimento de tropas. Rassiére seria ressarcido com açúcar que, no momento, estava sendo estocado no Cabo de Santo Agostinho ou “que ainda terá que ser recebido”.¹⁴³ Nesse caso, os habitantes, de início, haviam se recusado a fornecer os víveres pelo fato da Companhia não dispor de dinheiro em espécie. Nem por isso eles foram punidos. Pelo contrário, o Conselho Político se esforçava por normalizar a relação com os moradores do interior. Para garantir “farinha e animais” para abastecer as tropas, os cidadãos livres entram mais uma vez como intermediadores. Numa ocasião, a partir de uma constatação do conselheiro político Willem Schott, a Companhia, para adquirir víveres, teve que comprar panos de algodão dos *vrijluiden* para trocar por víveres fornecidos por portugueses que estavam em Muribeca (sul do Recife).¹⁴⁴

Com o arrefecimento da “guerra velha” (1630-37), eram as plantações de açúcar que deveriam voltar a fazer parte do dia-a-dia da conquista. O esforço mais efetivo nesse sentido começou em fins de 1635. Assim é que um engenho às margens do rio Igarassu ficou sob a guarda provisória de Vicente Cerqueira até que a Companhia regularizasse a situação do mesmo. Nove escravos desse engenho foram transferidos para o engenho Massiape.¹⁴⁵ O próprio Governador, Sigismund van Schcoppe, adquiriu um engenho pertencente a João Paes Barreto em sociedade com o fiscal Nicolaas de Ridder.

142 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 06/11/1635.

143 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 17/11/1635. A documentação não especifica o lugar que residiam estes moradores.

144 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 08/01/1636.

145 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 03/11/1635.

Como o açude do dito engenho tinha secado, foi-lhes oferecido um outro engenho chamado Guerra.¹⁴⁶ O Conselho Político também cogitou em preparar, para o ano de 1636, a recuperação do engenho Velho (ou Veloso), situado no Cabo de Santo Agostinho, após um inventário do mesmo. Encontravam-se, muitas vezes, nessas unidades produtivas, muitos escravos que não haviam seguido os seus senhores para a Bahia.

A ocupação desses espaços na interlândia aparecia a essa altura como “prêmios” da guerrilha. Funcionários e militares a serviço da companhia pediam, muitas vezes como “bons serviços” prestados, que se deixasse ocupar esse ou aquele espaço. Em 17 de novembro, o Major pediu permissão para construir uma casa na região dos Afogados e o Comissário de bens Willem Doncker requereu “um certo pedaço de terra, situado na Várzea, que pertenceu a Filipe Monteiro...”¹⁴⁷ A wic concedeu, contanto que obedecesse “às mesmas condições que também foram impostas a outras pessoas”, ou seja, que se pagasse à companhia pela aquisição da terra. Esse já é fato conhecido da historiografia. José Antonio Gonsalves de Mello já evidenciou que

“chefes militares, funcionários civis, inclusive vários conselheiros políticos, afora comerciantes holandeses e alguns judeus fizeram-se senhores de engenho, adquirindo propriedades confiscadas pela Companhia”.¹⁴⁸

A normalidade retorna em forma de problemas. Problemas de viveres das tropas, na falta de dinheiro em espécie e na condução dos serviços. Os primeiros anos da presença holandesa não deram tempo e condições às autoridades holandesas de perceberem certas nuances no cotidiano da *conquesten*. Nesse sentido, o que era

146 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 08/11/1635.

147 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 17/11/1635.

148 MELLO, op. Cit, p. 48.

comum antes da invasão, aos olhos dos luso-brasileiros, não o era, pós Arraial Velho do Bom Jesus, aos olhos do Conselho Político. Antônio Gomes Saloeiro, falou ao conselho Político que “na época do rei da Espanha, durante algum tempo, tinha adquirido o direito de fazer a travessia do rio da Jangada, e requer poder continuar exercendo esta função”. Saloeiro foi atendido em seu pedido, contanto que pagasse à wic o que pagava “no tempo do rei da Espanha”.¹⁴⁹ Além do que, os militares da Companhia estavam livres das taxas de passagem. Os mesmos, por vezes, tiravam vantagens de suas prerrogativas para fazer comércio mesmo pertencendo à condição de “servidor” da Companhia. Hendrick de Cock, capitão do navio “De Orangieboom” foi punido pela Companhia por ter vendido aos portugueses roupas “saqueadas” em campanhas. Pagou, como espécie de multa, o equivalente a 26% do que arrecadou com a venda, que foram 312 florins. O monopólio comercial da wic era sagrado e a condição de servidor não poderia ocorrer paralelamente a de comerciante, sem que houvesse permissão para tal.¹⁵⁰

Numa comparação mais geral, podemos admitir que o monopólio comercial exercido pela wic a coloca numa mesma conjuntura que as monarquias que a cerca. No contexto do desenvolvimento do capitalismo, o monopólio comercial existe como condição importante para o enriquecimento do Estado. Isso, se considerarmos a wic como um Estado, haja vista as suas prerrogativas. ¹⁵¹As atitudes de entendimento entre Companhia das Índias Ocidentais e

149 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 13/11/1635.

150 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 17/11/1635.

151 Sobre isso considerou Fernand Barudel que “o Estado moderno, tal como o capitalismo, recorre aos monopólios para enriquecer: “os portugueses, à pimenta; os espanhóis, à prata; os franceses, aos sal; os suaecos, ao cobre; o para, ao alúmen”. Ao que se deveria acrescentar, no tocante à Espanha, a Mesta, monopólio da transumância ovina, e a Casa de la Contratacion, monopólio da ligação com o Novo Mundo”. Ref. BRAUDEL, op. Cit. vol. II, p. 463.

a população local não é algo que deve ser visto com espanto. Nos anos de 1635 e 36, temos uma conjuntura de uma implantação mais efetiva da administração da WIC sobre um modelo político-administrativo anterior. Assim, quando aparecem casos como os já citados de que o Conselho Político respeitava o *status quo ante*, ou seja, como era as coisas “no tempo do rei”, isso nada mais é do que uma relação de “infiltração e imposição” de um estado sobre o outro. Para Braudel,

“assim como o capitalismo, ao desenvolver-se, não suprime as atividades tradicionais em que às vezes se apóia “como em muletas”, assim também o Estado aceita construções políticas anteriores e se insinua no meio delas para lhes impor, como pode, sua autoridade, sua moeda, seus impostos, sua justiça, a língua em que dá ordens”.¹⁵²

A certeza que o Conselho Político tinha de que parte da população local os apoiava fica evidenciada num trecho de uma *notulen*, em que se soube que uma frota espanhola haveria de chegar a Pernambuco. Diante disso, determinou o conselho o seguinte:

“Deliberamos que, em razão da chegada de navios espanhóis, o juramento de fidelidade que alguns moradores leais fizeram seja esquecido. E que os moradores inimigos de nosso estado tendam a atacar os bons habitantes e retirá-los de nosso meio. Por isso, é muito necessário que os senhores [Wilen] Schott e [Ippo] Eijssens, um pelo sul e outro pelo norte, passem por estes lugares diretamente, representando um bom governo e certificando a condição de nosso estado, para assim animar os bons cidadãos e manter os maus habitantes à distancia, assegurando o bem estar dessas pessoas com uma boa quantidade de soldados”.¹⁵³

152 Idem.

153 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 28/11/1635.

Essa passagem é importante, primeiro, porque nos revela o grau de tensão que passava a conquista, segundo, por que nos mostra a “estratégia” do governo civil em consolidar a conquista através da dissuasão de seus conquistados, os “bons cidadãos”. A população civil, que de súditos passam à categoria de “cidadãos” é instada a colaborar com a wic com a contrapartida de ter o seu “bem estar” assegurado.

Se, por um lado, o pequeno comércio aproximava os holandeses da população local, por outro, diminuía os lucros da Companhia. Charles Boxer chama a atenção para esse fato ao se referir às queixas que os diretores da wic recebiam “por causa dos lucros auferidos pela gente livre (*vrijluiden*)”.¹⁵⁴ Diante desse quadro, segundo Boxer, a própria companhia não se sentia obrigada a dar as garantias prometidas aos moradores, os quais na sua ótica faziam mais comércio com os cidadãos-livres. As coisas tomam mesmo um tom de desconfiança quando a diferença religiosa entrava na questão. Essa relação moradores-*vrijluiden* “favorecia os lavradores portugueses, papistas e traiçoeiros, em detrimento dos investidores holandeses, protestantes e leais”.¹⁵⁵ Esse problema do monopólio comercial da wic foi expresso por Charles Boxer praticamente às vésperas da vinda de Nassau para o Brasil.

O problema dos cidadãos-livres em relação a Companhia se nos apresenta como um fato paradoxal na administração holandesa pré-nassoviana principalmente porque, como vimos em alguns casos acima, em várias ocasiões, foram os *vrijluiden* que socorreram a wic em situações de falta de dinheiro. Em algumas ocasiões, eles foram a ponte entre o Conselho Político e a população local. Essa animosidade em relação aos livre-comerciantes partia principalmente de acionistas e representantes das câmaras da Zelândia, Roterdã e

154 BOXER, Charles. Os Holandeses no Brasil. Recife: CEPE, 2004, p. 107.

155 Idem, p. 108.

Groningen. Nas atas do governo holandês, pelo menos, não se verificam reclamações acerca dos *vrijluiden*. No entanto, a referência a essas vicissitudes nos mostra as idiossincrasias da própria Companhia das Índias Ocidentais. O Brasil holandês não estava sob a responsabilidade de uma administração homogênea. O próprio Charles Boxer, como outros, reconhecia a incapacidade da wic para se assenhorear de todo o comércio da *conquesten*, principalmente em termos de atendimento das importações necessárias ao Nordeste. Essa foi a opinião dos representantes da câmara de Amsterdam. Assim, o livre-comércio e, por extensão, os cidadãos-livres, tinham participação importante no escopo da conquista.

Ainda refletindo sobre questão do monopólio comercial, temos no clássico estudo de Fernand Braudel, *Economia e Capitalismo*, uma das chaves para entender a complexidade do assunto na dinâmica econômica dos Países Baixos. Aqui, a necessidade do comércio livre apresentava-se quase como algo indissociável do *ethos* neerlandês, na medida em que “esses interesses [comerciais] comandam tudo, submergem tudo, o que não conseguiram fazer nem as paixões religiosas, nem as paixões nacionais”.¹⁵⁶ Nos Países Baixos, o monopólio concedido pelos Estados Gerais à Companhia das Índias Orientais (voc), em 1603, levou outros comerciantes a fundarem outras companhias rivais. Uma delas foi a própria wic. Em resumo, nem todos os comerciantes dos Países Baixos pertenciam a uma companhia de comércio. Essa era uma briga que começava na Europa e continuava no Brasil. Os acionistas da wic, nesse contexto, tinham medo que a quebra do monopólio comercial por parte da mesma favorecesse aos livre-comerciantes que começavam a pulular na *conquesten* brasileira. Finalmente, contra os que queriam manter a todo custo o monopólio, fica a opinião de que na Holanda

156 BRAUDEL, Idem, p. 187.

“o comércio é absolutamente livre, não se ordena absolutamente nada, eles não tem outras regras a seguir que não as dos seus interesses; é uma máxima estabelecida de que o Estado encara como coisa que lhe é essencial”.¹⁵⁷

Talvez, contudo, não devêssemos encarar esta situação dos *vrijluiden* contra alguns acionistas da WIC não tanto como ‘paradoxal’, uma vez que tratamos de um período (início do século XVII) em que o capitalismo estava se formando. No Brasil, o ‘modelo’ de uma companhia de comércio estava sendo confrontado com uma realidade até certo ponto nova.

Não há dúvidas de que deixar de ser funcionário da companhia para ser cidadão-livre não era um mau negócio. Em janeiro de 1636, Joost Pietersz van der Bij, Jacob Pietersz e Sas Sickels deixaram a profissão de ferreiro para obter a condição de *vrijluiden*.¹⁵⁸ Da mesma forma agiu o sargento Jan Jaspertsz., após o término de seu tempo de serviço para a WIC.¹⁵⁹ A situação de livre-comerciante não ensejava total liberdade. Em caso de alerta, de aproximação iminente de tropas luso-brasileiras, o Conselho Político podia expedir ordens para que os mesmos se armassem e se mantivessem sempre em prontidão. Numa ocasião, ordenou-se que

“todos os cidadãos livres se armem com uma boa espingarda e que ninguém será dispensado de marchas ou será liberado de ficar de sentinela, e que aqueles que se recusarem serão punidos sem perdão”.¹⁶⁰

Em janeiro de 1636, o comércio já estava mais fortalecido no Brasil holandês e os problemas que estão relacionados a ele já estavam sendo sentidos. A necessidade de controle por parte da

157 Idem.

158 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 03/01/1636.

159 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 14/01/1636.

160 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 17/01/1636.

Companhia tornava urgente a necessidade de um “centro” logístico na conquista. Diga-se, centro logístico de controle do comércio realizado pela wic. Num episódio em que vários produtos chegaram dos Países Baixos, o comissário de bens Roeland Carpentier pediu para que os mesmos fossem desembarcados na Paraíba em vez de no Recife. Essa decisão contrariava as normas da wic que diziam que a revista e controle dos bens importados deveriam ser feitos nesta praça. Entretanto, justo nesta praça, a carga “corre o perigo de furto por causa da grande quantidade de pessoas que estão envolvidas no processo de desempacotar e embalar”.¹⁶¹ Nesse caso, a Paraíba é preferida como local de desembarque das importações. É bom avaliar, nesta situação, que as regras ou os editais da wic poderiam sofrer alterações segundo o bom senso dos administradores. Na Paraíba, inclusive, já se cogitava na construção de armazéns “por causa dos interesses comerciais”. Seria o caso aqui, também, de pensar sobre o que seria um “centro administrativo”. Seria o mesmo que “centro comercial” ou “centro decisório”? Ou as duas coisas juntas?

Nessa fase da conquista, tanto decisões importantes eram tomadas pelos conselheiros políticos longe do Recife (se se pretende este como centro da administração batava), como apareciam locais também importantes, como a Paraíba, no armazenamento de bens. Após a sua conquista, em 1634, o seu porto passou a despontar com espécie de “segunda opção” de armazenamento de bens para a companhia. Aliás, a construção de armazéns era uma exigência premente dessa fase. A existência deles poderia significar um primeiro sinal de dinamicidade do comércio na conquista. Foi a existência, em Amsterdam, de “mercadorias que se entulham nos armazéns e não param de sair deles” que levou essa cidade a condição de maior centro comercial do século xvii. Armazéns que, segundo Braudel, “tem capacidade para engolir tudo”. Guardemos, obviamente, as

161 Idem.

diferentes escalas entre o Recife e Amsterdam.¹⁶² Maior volume de comércio, evidentemente, para esta última.

Antes mesmo da invasão holandesa, em 1630, já existia um ativo comércio na Paraíba. À altura do ano de 36, vários portugueses já estavam a negociar com a wic. Diego Fernades, por exemplo, era um deles. O mesmo pediu permissão ao Conselho Político para transportar para a Paraíba 6 caixas de açúcar e duas toneladas de biscoito numa embarcação da própria companhia. O que lhe foi permitido mediante pagamento, obviamente.¹⁶³ Pela quantidade de biscoitos podemos supor a existência de um comércio que já começa a se afastar dos *kleine profijten* (pequenos lucros). Dinamizava-se a conquista.

Quanto ao que se colocou anteriormente, com relação a confiança ou não dos holandeses nos moradores luso-brasileiros, torna-se difícil verificar minuciosamente essa relação. Há, evidentemente, algumas exceções. Contudo, é de se supor que muitos moradores que se submeteram à wic, pelo menos logo depois da difícil experiência dos *anos terribillis*, não tenham tentado “trair” a confiança dos invasores. Era de seus interesses continuarem a vida econômica arrasada pela guerrilha. Na Paraíba, temos um exemplo que mostra os “bons serviços” prestados pelos da terra à Companhia. Manuel Graci [ou Garcia], foi contratado pelo Conselho Político para ser timoneiro de um cruzador holandês na campanha que estes moviam no sul de Pernambuco em janeiro de 1636. O currículo de Graci era bom, uma vez que “a partir do momento em que a Paraíba foi conquistada até a conquista do Cabo de Santo Agostinho, serviu na função de práctico e timoneiro no cruzador ‘De Cauwe’ da Zelândia”. Manuel passou a receber, a partir de janeiro de 1636, um salário de 36 florins mensais. Ele chegou a receber uma recompensa de 50

162 BRAUDEL, op. cit., pp. 216-217.

163 Idem.

florins da wic por ter trazido da Paraíba para o Recife alguns navios sem que tivessem sofrido avarias.¹⁶⁴

A wic contava, não raro, com depoimentos de prisioneiros para aumentar o seu cabedal de conhecimento de Pernambuco. Um deles, um português de Viana do Castelo chamado Bartolomeu Peres, fez crer à Companhia que

“a gente ordinária que não possui grandes bens trata de melhorar de situação, e estão muito interessados em associar-se conosco para negociar os frutos da terra; mas que os ricos e senhores de engenho não procuram tanto de entrar em contato conosco; mas havendo ocasião de negociar seus açúcares conosco, não se oporiam a isso.”¹⁶⁵

O depoimento do Vianense é importante porque nos apresenta a heterogeneidade social da capitania, na medida em que, os menos abastados viam na invasão holandesa uma forma de enriquecimento que não tiveram até então. Para eles, o pequeno comércio com a wic vinha em boa hora. Por isso, poderíamos inferir que é bem provável que entre essa “gente ordinária” à qual se referia Bartolomeu Peres estivessem os pequenos lavradores de cana ou até os senhores de engenhos menos abastados da porção norte da Capitania. Alguns deles, como foi o caso de Gonçalo Novo de Lira, que tinha uma propriedade às margens do rio Araripe, forneceu, ainda nos primeiros anos, caixas de açúcar para a wic. As suas terras ficam ao norte de Igarassu, portanto norte de Pernambuco. Os engenhos que mais

164 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 21/01/1636.

165 Interrogação de Bartolomeu Peres, natural de Viana do Castelo, navegou a 6 a 7 anos ao Brasil onde ficou domiciliado depois. In: Johannes de Laet. Descrição das Costas do Brasil, e mais para o sul até o Rio da Prata, etc. Tirada de jornais de bordo, declarações oficiais, etc. de 1624 a 1637. In: Roteiro de um Brasil Desconhecido. Manuscrito do John Carter Brown Library, Providence. KAPA Editorial, 2007, p. 118.

produziam açúcar eram os da Várzea do Capibaribe e os da porção sul da capitania.

Às vésperas da chegada de Mauricio de Nassau, um problema que envolvia os *vrijluiden* e a própria Companhia era o dos transportes de mercadorias. As reclamações do Conselho Político diziam respeito ao transporte clandestino que os negociantes-livres faziam entre a ilha de Antonio Vaz e o Recife, burlando o fisco da wic. O problema foi resolvido mediante o empréstimo de um barco pertencente a Jan Jacobsz “de modo que eles também possam atravessar o que quiserem sem se utilizar de meios ilegais”. Apesar disso, foram os cidadãos-livres que forneceram às tropas da wic sitiadas no Cabo de santo Agostinho nada menos que 100 carroças de viveres e 16 mil libras de pão de farinha para servirem aos exércitos ali estacionados.¹⁶⁶

Observando os prós e os contras do pequeno comércio e dos *vrijluiden* na conquista, a pergunta maior seria até que ponto esses dois elementos contribuíram para um clima de estabilidade entre o Conselho Político e a população local. A existência de um comércio que se dinamizava numa relação tensa entre administradores e população local pode ser considerada como bom sinal no nível de conhecimento entre aquelas duas partes. Na medida em que a vida econômica e social se tornava relativamente mais estável, no período que vai da queda do Arraial Velho à vinda de Mauricio de Nassau, era evidente o crescimento de problemas advindos dessa nova realidade. À parte problemas de corrupção, conspirações e mau comportamento das tropas mercenárias da companhia, não podemos descartar a existência de um cotidiano administrativo no Brasil Holandês. A consolidação de um padrão de relações administrativas entre as partes da conquista teria como grande responsável uma rede de navegação que se utilizava, sobretudo, de *Jatchen* e *Chaloupen* nos rios e pequenos portos do Nordeste.

166 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 04/07/1636.

Quadro I: Relação dos funcionários (ou não) da wic que se tornaram cidadãos-livres relacionados nas *Dagelijkse notulen* (1635-1636)

Nome	Data de demissão	Profissão que exercia
Jacob Duinkercker	27/03/1635	Capitão do navio "Het Wapen van Hoorn"
Joahan Wijnants	-	Commis
Jan van Eijzens	-	-
Roeland Carpentier	-	-
Jacques Hack	-	-
Ertman Nuser	01/06/1635	soldado
Isaak Jacobs van Sas	16/06/1635	soldado
Manoel de Barros	05/09/1635	soldado
Gaspar Rodrigues	05/09/1635	soldado
Moisés Navarro	24/05/1635	Aspirante à oficial
Abrahan François Cabeljau	-	-
Cornelis Metsu Danielsz	-	-
Nicolaes de Haen	-	-
Samual Gerritsz	18/10/1635	Comissário de bens
Isaac de Rassiière	-	-
Jacob Jansz	22/10/1635	Mestre-de-obras
La Mars (Charles Boucheron)	-	-
Jan Engelsen	03/11/1635	soldado
Hans Willem Louissen	-	-
Duarte Saraiva	-	-
François Blonde	-	-
Tjerck	-	-
Johannes Velthuijsen	28/12/1635	Comissário de bens
Andries Pietersz Mansveld	-	-

Nome	Data de demissão	Profissão que exercia
Joost Pietersz van der Bij	03/01/1636	ferreiro
Jacob Pietsz	03/01/1636	ferreiro
Sas Sickels van Eskort	03/01/1636	ferreiro
Jan Jaspertsz	14/01/1636	sargento
Ottho Etmeijer	24/01/1636	-
Instavo	-	-
Vlugge	-	-
Manuel Graci	-	Capitão do navio 'De Cauwe'
Geronimo Bartholomeus	-	-
Gilbert Ritskur	-	-
Jan Gerritsz	-	-
Opken Pieter	-	-
Juriaan Gerritsz	-	-
Jan Dirksen	-	-
Pieter Hardy	-	-
Jan Roeloffsz	-	-
Jan Adriesen	-	-
Pieter Back	-	-
Hendrick Jansz	-	-
Claes Jansz	-	-
Jan Jansz	-	-
Simon Nunes van Norden	30/07/1636	-
Crhistoffel Eijerschettel	-	-
Aaron Navarro	-	-
Joost van den Boogaert	-	-
Jan Goutier	-	-

O papel da navegação: entre a guerra e a boa ordem

Quando Nassau chegou com a sua comitiva ao Recife, em janeiro de 1637, não havia um só curso d'água, entre o rio São Francisco e o Rio Grande do Norte, que não fosse conhecido pelos holandeses. Pouco a pouco, foi-se estabelecendo uma malha de navegação, tanto pelo litoral, como pelos rios da costa do Nordeste, o que facilitou a administração do Conselho Político nos primeiros anos da conquista.

Logo na chegada, os holandeses contaram com a descrição, na medida do possível detalhada, das capitanias do Rio Grande, Paraíba, Itamaracá e Pernambuco. Tal descrição é uma *memoire* oferecida pelo brabantino Adrien Verdonck ao Conselho Político e escrita em 20 de maio de 1630. Esse belga, segundo Gonsalves de Mello, vivia em Pernambuco já desde pelo menos o ano de 1620, e era um entre outros neerlandeses e belgas que viviam e faziam negócios nesta capitania.¹⁶⁷ Voltado para os negócios do açúcar, Verdonck, dado o tempo em que já residia no Brasil, serviu de instrumento à wic no que diz respeito a se conhecer mais portos e interlândia. Antes de “ser injustiçado pelos holandeses” em 1631, por descobrirem que ficou do lado dos luso-brasileiros, Adrien Verdonck legou aos novos invasores uma espécie de “manual” da terra.

Antes de atentarmos para a *memoire* do brabantino conspirador, convém lembrar que, nos Países Baixos, o nível de informação que se tinha de Pernambuco não era baixo. Um documento de 1623,

¹⁶⁷ Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco, sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande segundo o que eu, Adrien Verdonck, posso me recordar. Escrita em 20 de maio de 1630. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. Fontes para a história do Brasil Holandês. Vol. I A administração da conquista. Recife: MEC/SPHAN, 1981, p.33. Numa pequena introdução ao documento, Gonsalves de Mello se refere a “vários neerlandeses” e provenientes da “Províncias Obedientes” proprietários de engenho em Pernambuco quando da invasão, como é o caso Gaspar de Mere e Pedro Lahoest. Estes “comerciantes ricos, como parece ser o caso de Adrien Verdonck”.

intitulado “*Açúcares que fizeram os engenhos de Pernambuco, Ilha de Itamaracá e Paraíba*”, alimentou em muito o sonho dos holandeses de se apoderarem do “ouro branco” nordestino. Um outro, do mesmo ano de 1623, intitulado “*Uma relação dos engenhos de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba*”, publicado nos Países Baixos, como muitos outros *pamphleten*, que incitavam as pessoas às apostas e também ao investimento nas ações da Companhia das Índias Ocidentais, também nos mostra a não ingenuidade batava acerca do lugar onde estavam pisando. Não restam dúvidas de que, pelo menos uma década antes da invasão em 1630, a WIC estava ciente da produção média da maior parte dos engenhos do Nordeste. Pelo menos da Paraíba, Itamaracá e Pernambuco. A relação de que dispunham discriminava o proprietário do engenho e, em seguida, a quantidade de “açúcar macho” (branco e mascavado) e açúcar retame produzido pelas unidades. O documento não nos fornece, porém, a precisa localização dos engenhos.

Essa relação dos engenhos acima citada, segundo José Antônio Gonsalves de Mello, não fazia parte de um simples *pamphleten*, mas de um documento entregue em forma de uma *memoire* aos Estados Gerais dos Países Baixos por volta de 1636 por um judeu de origem portuguesa chamado José Israel da Costa. Portanto, seis anos depois da invasão, muito embora se referindo à produção daqueles engenhos no ano de 1623. Em termos gerais, José Israel da Costa, que residira muitos anos no Brasil antes da invasão, forneceu aos holandeses informações acerca dos detalhes da produção açucareira, desde o cuidado com os “cobres, madeiras, ferragens, carpinteiros, pedreiros, formas, carros, servidores brancos, a quem se dão bons salários e de comer cada ano, quantidade de lenhas para arderem [o caldo do açúcar], caixões, bois, vacas, mantimentos [...] além dos custos de 70 escravos que deve ter cada engenho [...]”.¹⁶⁸ José Israel

168 “Açúcares que fizeram os engenhos de Pernambuco, Ilha de Itamaracá e Paraíba – ano de 1623”. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. Fontes para a história do Brasil Holandês. Vol. I A administração da conquista. Recife: MEC/SPHAN,

da Costa fornece, enfim, uma ‘radiografia’ do cotidiano da produção açucareira, com toda sua complexidade e despesas.

Retomando ao documento de Adrien Verdonck, o mesmo nos parece mais completo do que as informações oferecidas por José Israel da Costa. Em primeiro lugar, chama à atenção a maneira como Verdonck divide o espaço. Assim, na sua ‘divisão territorial’, aparecem locais como “Rio São Francisco”, “Alagoas”, “Porto calvo”, entre outros, ou seja, locais que se confundem com os nomes de rios (o próprio São Francisco e Una) e de vilas e povoados (Serinhaém, Ipojuca, etc). Para termos um exemplo dessa divisão espacial, atualmente, Porto Calvo é uma cidade do Estado de Alagoas. Em início do século XVII, a delimitação das localidades, aos olhos de pessoas como Adrien Verdonck, tinha outros referenciais. A concentração de engenhos seria um desses referenciais.

O nosso objetivo aqui não é, vale ressaltar, fazer um estudo do relatório de Adrien Verdonck. No entanto, ele nos importa na medida em que se apresentou como uma maneira de entender o espaço da conquista a um grupo recém chegado ao Brasil. Precisar até que ponto a sua *memoire* foi útil aos holandeses seria uma tarefa difícil, mas, certamente, foi o que de mais detalhado teve o Conselho Político logo quando chegou a Pernambuco.

O que nos interessa mais diretamente é a parte do relato em que os rios são descritos. Em Porto Calvo, o rio [cujo nome não especifica Verdonck] tem “de 9 a 10 braças de fundo, pelo qual se pode subir do mar para o povoado”. No povoado denominado de ‘Una’ [nome de um rio], “pode subir-se até ele [o povoado] em uma chalupa”, ou seja, por um rio. O povoado de Serinhaém, por sua vez, “está a 2 milhas da praia e as barcas sobem o rio para carregar açúcar [...]. O cronista completa sua descrição do rio que passa por Serinhaém

1981, p. 22. Gonsalves de Mello nos apresentou a transcrição de partes do documento.

especificando que “é pouco profundo na foz, onde não tem mais de 7 a 8 pés d’água”. A primeira denominação dada a um rio por Verdonck aparece na região de Ipojuca, com relação ao rio de mesmo nome. A localidade impressionou o cronista, que confidenciou que

“nas cercanias há 13 ou 14 engenhos que fazem grande quantidade de açúcar ; [...] para chegar-se ao primeiro desses engenhos, junto ao qual há um armazém para onde é levado o açúcar de quase todos os engenhos próximos, tem-se de subir o rio Ipojuca, situado logo adiante do Cabo de Santo Agostinho por espaço de 2 milhas; junto à foz do rio há 2 ou três canhões a fim de impedir a entrada ao inimigo e na mesma foz não há mais de 7 ou 8 pés de água; ai vão as barcas carregar de 100 a 110 caixas de açúcar para transporta-las ao Recife, como o fazem em todos os outros lugares”.¹⁶⁹

Visto que a descrição de Adrien Verdonck é no sentido sul-norte, ao chegar à povoação do Cabo de Santo Agostinho, ele considera que, nessa localidade,

“não havendo rio para subir-se até os engenhos, quase todo o açúcar tem de ser transportado por terra até às barcas [possivelmente do rio Ipojuca] e algum é levado para outro lugar e chega a foz de um rio chamado Jangada, junto à Nossa Senhora da Candelária, umas três milhas ao norte do Cabo”.¹⁷⁰

Ao descrever o interior, numa povoação mais ao norte do Cabo denominada São Lourenço [atualmente região da cidade de São Lourenço da Mata], com relação ao transporte de pau-brasil, Verdonck afirma que “é [o pau-brasil] levado para ser transportando em outros carros para o Passo do Fidalgo, distante de Pernambuco cerca de 2 milhas, e para onde se vai em barcas que sobem o rio”.¹⁷¹ Em

169 Idem, pp. 37/38.

170 Idem.

171 Idem, p. 41.

Itamaracá, “tem um bom rio, em que podem entrar navios de 14 pés de calado”. Já em Igarassu, ao descrever o rio Paratibe, afirma o cronista que “é ali [na altura da vila de Igarassu] muito largo, porém adiante estreita-se e fica água morta com cinco palmos ou mais de fundo”. Para Filipéia [João Pessoa], “chega um rio de 4 milhas de extensão e 14 pés de fundo, de modo que os navios que ali vão recebem os carregamentos [...] junto à cidade e, estando carregados, descem de novo o rio, voltando para o mar [...]”.¹⁷²

Adrien Verdonck, apresentava, portanto, em função do que se lembrava do muito tempo em que fizera comércio no Nordeste, resumidamente, a malha hidrográfica desse espaço à luz de sua utilização para transporte de açúcar, pau-brasil e outros. O conhecimento mais detalhado por parte da wic viria, entretanto, com o dia-a-dia da guerra e do estabelecimento do pequeno comércio com a população local. Caminhando lado-a-lado, estes dois elementos guerra-comércio, tenderam a se separar na medida em que a resistência era vencida. Temos, sobretudo, que os primeiros seis anos da presença do Conselho Político à frente da administração do Brasil Holandês, tenha sido a fase em que se implantou toda uma rede de navegação nos rios do nordeste oriental.

A partir das operações de guerrilha adotadas em 1632, embarcações menores como Iates e Chalupas passaram a ser utilizadas no bloqueio de barras e incursões aos rios para fins de assalto e saques. O início de sua utilização foi discutido por Evaldo Cabral de Mello¹⁷³ que, apontando uma carta do Coronel Wanderburch aos Es-

172 Idem, p. 44.

173 MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979, p. 39. Com relação ao uso destas embarcações, em rios, a inferência é do próprio autor quando afirma “o litoral do Nordeste poderia ser melhor bloqueado mediante o emprego de iates e chalupas que poderiam atacar os portos, fechar as barras dos rios ou subi-los para atacar os engenhos em suas margens”.

tados Gerais, em novembro de 1631, situou a mudança de estratégia batava para empreender a guerra de conquista. Na missiva, afirma o governador:

“Suas Graças [os Estados Gerais] ordenaram que se conservassem, sem exceção, aqui na costa, todos os grandes navios e a frota inteira, o que não influirá de modo algum em nossos fins, e não me parece que os grandes navios possam ser de grande utilidade [...] o mais prudente em minha opinião seria retirar daqui os ditos navios, pois que esta costa e estes portos são mais fáceis de defender por meio de pequenos ‘yatches’ e chalupas do que por meio de navios grandes [...]”.¹⁷⁴

Este parece ter sido o *turning point* da estratégia de defesa holandesa. A proposta do governador militar foi seguida, de modo que em 1635 já se podia contar dezenas de embarcações menores transitando nos rios de Itamaracá, Pernambuco e Paraíba. Se Wanderingbuch estava ciente das descrições de Adrien Verdonck, feitas pouco mais de um ano antes, é algo a se cogitar, vez que demonstra já ter conhecimento da profundidade das barras e desembocaduras destes rios, possíveis, boa parte deles, apenas de serem navegados por embarcações de pequeno calado. Não é à toa que, sobre isso, comentou Cabral de Mello que, a esse tempo, era “significativo o conhecimento pormenorizado de que dispunham os holandeses acerca das condições técnicas de navegação nos pequenos rios do Nordeste oriental”.¹⁷⁵ Esse “conhecimento pormenorizado” de rios como o Goiana, Camaragibe, Formoso, Serinhaém, São Miguel, entre outros, foi sobretudo aurido nos diversos ataques aos engenhos e povoações localizados em seus cursos inferiores.

174 Missiva do Governador D. van Weerdenburch, em Antonio Vaz, aos Estados Gerais. 09/11/1631. In: Documentos Holandeses. Vol. I. Ministério da Educação e Saúde. 1945, p. 89.

175 MELLO, Idem.

A partir do ano de 1635, encontramos fartamente nas Nótulas Diárias (*Dagelijkse Notulen*) várias informações acerca da incursão de iates e chalupas nos rios do nordeste. Todavia, não seria difícil de imaginar que elas tenham sido utilizadas antes ainda, nos primeiros dois anos da conquista. Essa utilização seria, de início, mais de forma pontual do que mesmo generalizada, como vai ser de 1635 em diante. Ao lado do “pequeno comércio”, que se fazia mais forte principalmente após a queda do Arraial Velho do Bom Jesus, também a “pequena navegação”, que prescindia dos grandes navios, se constituía.

Na guerra de “guerrilha”, em que as operações pontuais valiam mais do que os ataques frontais que exigiam um grande efetivo, da mesma forma, as embarcações menores valiam mais do que os grandes navios. A mudança da tática de guerra, mudaria, por conseguinte, o cotidiano administrativo do Brasil holandês.

Um detalhe técnico. Na Europa, os barcos de pequena tonelagem tinham na Idade Moderna uma presença na economia muito maior do que os grandes. Para Braudel, pelo menos no aspecto mercantil, os barcos menores “carregam rapidamente, deixam os portos à primeira rajada”.¹⁷⁶ Nos rios do Nordeste, eram as barcas (ou barçaças) que os portugueses utilizavam para adentrarem os rios e colher as caixas de açúcar dos engenhos em suas margens. Este pormenor, observado por Verdonck em sua *memoire*, certamente também o foi pelos primeiros militares e civis que adentraram a interlândia em campanhas extenuantes. A prova disto são os relatórios de capitães de embarcações e militares em geral compiladas por Johannes de Laet com o fim de instruir Maurício de Nassau acerca do Brasil.¹⁷⁷

176 BRAUDEL, Fernand. O Mediterraneo e o Mundo Mediterranico ao Tempo de Filipe II. Vol I. Lisboa: Martins Fontes, 1983, p. 330.

177 Johannes de Laet. Descrição das Costas do Brasil, e mais para o sul até o Rio da Prata, etc. Tirada de jornais de bordo, declarações oficiais, etc. de 1624 a 1637. In: Roteiro de um Brasil Desconhecido. Manuscrito do John Carter Brown Library, Providence. KAPA Editorial, 2007.

Sobre o rio Cunhau, no Rio Grande do Norte, teve ciência a wic que, a partir do depoimento de um prisioneiro português, que tem, “doze pés de profundidade, duas léguas ao sul da Ponte da Pipa [Ponta da praia de Pipa], os barcos entram quatro a cinco léguas rio adentro com profundidade de 2, 2 1/2 e 3 braçadas, onde está um engenho de açúcar e onde se cultivava muito tabaco. [...] Teríamos entrado nele com a chalupa se o tempo estivesse melhor”. Sobre a Paraíba, souberam que “é um rio grande; nunca entrou nele senão de barco; na entrada tem uma curva e coroas de areia e de pedra. Querendo entrar nele, deveria-se mandar adiante uma chalupa veleira para sondar os baixios”.¹⁷⁸ Sobre o Rio Goiana, na capitania de Itamaracá, souberam que “na desembocadura há uma profundidade de só 8, 10 pés, mas dentro é muito profundo. Seis a sete léguas rio adentro há três a quatro engenhos, aonde os barcos navegam para carregar. [...] Dirigindo-se lá com quatro a cinco chalupas expulsaria a todos e tomaria todos os açúcares”.¹⁷⁹ Da mesma forma, outros rios foram descritos, especificamente do norte da capitania de Pernambuco e Itamaracá, como o Massaranduba, Igarassu, Catuama e Maria Fariinha. O primeiro deles, para se ter uma idéia, é muito pouco conhecido atualmente. Entretanto, na geografia dos engenhos dos séculos xvi e xvii, tinha uma importância que não poderia ser descartada. Ao descrever o Rio Igarassu, consideraram que “por este rio é que [Matias de] Albuquerque recebeu a maior parte da suas provisões, as quais chegaram com barcos da Paraíba a Goiana, e logo detrás de Itamaracá e Igarassu”.¹⁸⁰ Essa ligação entre Paraíba e Goiana, já evidenciada quando a questão é um estabelecimento de comércio regular entre a wic e a população local, tinha a sua anterioridade nas relações de comunicação fluvial intracapitanias antes da invasão em 1630. O que não era novidade para a resistência luso-brasilei-

178 Ibidem, pp. 121-122.

179 Ibidem, p. 125.

180 Ibidem.

ra sitiada no Arraial, era para os militares e conselheiros políticos neerlandeses. Certamente, a localização do Arraial do Bom Jesus levou em consideração essa malha de assistência fluvial que ligava a Paraíba àquela fortificação. Quando nada, para a WIC, a relação entre a navegação dos cursos d'água e a relativa normalização do comércio da interlândia, é direta.

Quanto aos rios situados ao sul do Recife, o conhecimento holandês através do depoimento de Peres seguia a ordem. Rio das Jangadas, Ipojuca, Maracáipe, Formoso e Una.¹⁸¹ Neste último, “só entram barcos ligeiros”. Finalmente, no extremo sul da capitania de Pernambuco, encontram o rio de Porto Calvo, no qual “os barcos entram seis léguas rio adentro, ande estão três engenhos, uma légua afastados das margens do rio”. O último deles, o Rio Coruripe, “ao entrarmos com um iate ou uma chalupa, lá ainda encontraríamos paus bastantes para levar”.¹⁸² Até a Barra Grande (sul da capitania de Pernambuco), situada em cartas náuticas antes da conquista, careceu de uma “atualização” para os holandeses. Segundo a declaração e Manuel Vieira, “tem [Barra Grande] tanta profundidade que uma carraca carregada poderia entrar nela; e, dentro do porto, há bastante espaço para mil navios”.¹⁸³

Em todas essas descrições, vale ressaltar, a relação com o comércio de açúcar e madeira era discriminada, além, é claro, das condições de navegabilidade. A malha de comunicação fluvial do São Francisco à Paraíba começava a ser conhecida, desbravada e

181 O região do Rio Una, em específico, mereceu a seguinte descrição de um depoente português: “A aldeia do Uma fica a dez léguas espanholas de Pernambuco, légua e meia terra adentro. Lá há dois engenhos. O rio se chama Uma, pelo qual os barcos entram até o primeiro engenho; o outro fica meia légua terra adentro. Os açúcares são transportados até o rio em carros. O rio tem uma profundidade de apenas seis pés”. In: Johannes de Laet. Op. Cit. p. 133.

182 Ibidem.

183 Johannes de Laet. Op. Cit. p. 133.

aparecia aos olhos dos holandeses como atualizações precisas do conhecimento da área que ambicionavam dominar.

Antes mesmo da invasão, em 1630, os holandeses contavam com uma outra minuciosa descrição dos índios Gaspar Paraupaba, Andrés Francisco e Pedro Poti. Também em seus relatos, esses *brasilianen* não deixaram de apontar os rios em que se podiam usar embarcações pequenas. Assim, “uma légua da Baía da Traição há um pequeno rio para chalupas, chamado Camaratuba”. Mais ao norte da Paraíba, “a uma légua da Baía Formosa, segue um rio para iates, chamado Curimatau [...] os iates não chegam tão longe, e deve continuar-se navegando uma légua em chalupas”. Por esse depoimento, percebemos o maior alcance das chalupas na navegação fluvial. Convém lembrar também que, as informações dos índios aliados dos holandeses, complementavam outras descrições de rios e vilas do interior, sempre observando as condições de navegabilidade deles. Era muito importante se saber, além da profundidade dos cursos d’água, em quais lugares existiam escolhos ou rochas que não sobressaíam à flor da água, mas que podiam avariar qualquer embarcação.

A dominação dos rios poderia levar a dominação de áreas importantes. No caso da Ilha de Itamaracá, por exemplo, escreveu o conselheiro Johannes van Walbeeck aos Estados Gerais, “estando em nosso poder os pequenos rios Maria Farinha e Goiana, estaríamos também senhores da Ilha inteira”.¹⁸⁴ Vale ressaltar que, enquanto a conquista por rios pode ser feita em qualquer época, a conquista por terra se mostrava mais difícil durante os chamados *regenen tijt* (tempos chuvosos ou estação das chuvas), que eram os meses

¹⁸⁴ Relatório do Conselho político no Brasil Jean de Walbeeck, apresentado aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais a 2 de julho de 1633, lido pelos Estados Gerais à 11 de julho de 1633. In: Documentos Holandeses. Vol. I. Ministério da Educação e Saúde. 1945, p. 127.

de abril, maio, junho, julho e agosto.¹⁸⁵ Os meandros da conquista necessitava de uma adaptação ao clima. Não são raras as vezes em que as autoridades reportavam aos Países Baixos que as chuvas intensas haviam danificado paliçadas, estradas e pontes. Esses primeiros anos eram, acima de tudo, de reconhecimento do interior da capitania de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. Nas crônicas do Valeroso Lucideno, o frei Manuel “dos Óculos” narrou o drama da guerrilha ao dizer que os moradores civis luso-brasileiros, no início da resistência no Arraial Velho do Bom Jesus,

“se foram indo para suas casas, outros afrouxaram do continuo trabalho, assim diurno, como noturno [...] dizendo que trabalhassem os soldados, que haviam vindo do reino, pois eram pagos, e se soubessem e experimentassem ao que sabia o andar por matos, e atoleiros, o que eles ate então tinham feito [...]”.¹⁸⁶

Numa ata de 4 de julho de 1636, o governo holandês, sobre uma operação militar em Porto Calvo, considerou que “ nós tínhamos nos preparado para essa expedição, mas, por causa do tempo, não a continuamos, [...] Visto que o pior, com relação `as chuvas, já passou, faz-se necessário avançar com destemor[...]”. Nesse caso em particular, as chuvas tinham bloqueado “todas as passagens e estradas”.¹⁸⁷

A utilização de iates e chalupas em rios como tática de guerra supria as dificuldades das guerrilhas terrestres. Soma-se o fato de

185 Idem.

186 CALADO, Manuel. O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade. Recife: CEPE, 2004, P. 48. Até a chegada de Mauricio de Nassau, em início de 1637, não encontramos nas crônicas referencias ao uso de iates e chalupas por parte dos holandeses. Após a queda do Arraial Velho do Bom Jesus, preocupado em narrar a situação da guerra na parte sul da Capitania de Pernambuco, Manuel Caldo não se referiu à porção norte, que era a parte em que se dava uma ligação comercial entre os holandeses e os moradores luso-brasileiros de Igarassu e Goiana.

187 IAHGP. Coleção José Higyno. *Dagelijckse Notulen*. 04/07/1636.

que estas embarcações podiam subir e descer rapidamente os cursos inferiores daqueles rios. O conhecimento pormenorizado dos rios do Nordeste era também um complemento ao conhecimento pormenorizado da costa e das desembocaduras dos mesmos rios. Se a defesa dos impérios espanhol e português “era concebida em Madri ou em Lisboa em termos exclusivamente navais”, como disse E. Cabral de Mello, em Pernambuco, no universo micro dos engenhos e povoados às margens dos rios, essa defesa ficou a desejar. A resistência luso-brasileira não dispunha de embarcações pequenas e artilhadas para fazer frente aos holandeses na guerrilha fluvial. As ‘barcas’ utilizadas largamente pelos luso-brasileiros para transportar, entre outros, açúcar e pau-brasil, não estavam preparadas para o escopo da guerra como os iates neerlandeses. Com a invasão holandesa, é bem possível que a resistência sitiada no Arraial velho do Bom Jesus ainda se utilizasse daquelas barcas para transportar mantimentos vindos de Portugal e Espanha para propriedades do interior. Como já é bem conhecido, até a queda daquela fortaleza, os sitiados continuavam recebendo reforços em armas e víveres pelo porto de Nazaré, no cabo de Santo Agostinho.

Retomando a questão da guerrilha por terra, devemos considerar que as conquistas de Igarassu, Goiana, Itamaracá, Paraíba e Arraial Velho do Bom Jesus, foram combinando cercos terrestres e bloqueio de barras. Não podemos, portanto, negar a importância da “guerra frontal” na conquista holandesa. No entanto, foi no incremento do pequeno comércio que as embarcações de pequeno porte tiveram um papel importante na consolidação administrativa da companhia principalmente entre as capitanias da Paraíba, Itamaracá e Pernambuco. Principalmente a partir do estreitamento dos contatos com os povoados de Itamaracá, Filipéia (João Pessoa), Goiana, Igarassu e o Recife. E é sobretudo na relação com o comércio e a administração que podemos discutir a importância e função dos iates e chalupas nos rios daquelas regiões.

Para entendermos essa dinâmica logístico-administrativa é necessário, de antemão, atentarmos para o fato de que os conselheiros políticos se distribuíaam pelas conquistas à medida que estas se faziam. Assim, Ippo Eijssens se ocupava da administração de Goiana, Igarassu e Itamaracá, Serveas Carpentier da Paraíba e Johan Ginselling do Recife e porção sul da capitania de Pernambuco. Muitas vezes, eles se demoravam longe do centro administrativo, o Recife, e tomavam decisões em locais afastados deste centro. Entretanto, reuniam-se constantemente no Recife. Analisando as *Atas de reunião do governo holandês no Brasil em 1635 e 1636*, não encontramos indícios de que em todas as reuniões estivessem presentes todo o Conselho Político. Em algumas das atas, quando se tratava de uma reunião de grande importância, discriminava-se então a presença de todos. Na sessão de 29 de maio de 1635, estavam presentes não só as autoridades militares (Schopp, Arzcizenscki e Jan Lichthart) como também os conselheiros políticos (Serveas Carpentier, Johan Wijnants, Ippo Eijssens e Jakob Stachouer). Falta, contudo, o conselheiro Willem Schott, que exercia função de tesoureiro. Nessa reunião, em específico, decidiu-se unanimemente sobre questões relativas às táticas de combate e falta de víveres.¹⁸⁸ Na reunião de 7 de junho do mesmo ano, praticamente não havia conselheiro político presente, pois tinham ido acompanhar as tropas no sítio do Arraial Velho do Bom Jesus.¹⁸⁹ Já na de 9 de junho, apenas o Senhor Wintijens acompanhava as discussões.¹⁹⁰ Quatro dias depois, chegaram à noite, do Arraial, os senhores Serveas Carpentier e Ippo Eissens, mas não a tempo de participarem da reunião. Em alguma reunião, era possível a presença de apenas um único conselheiro, como aconteceu em 7 de setembro, onde

188 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijkse Notulen*. 29/05/1635.

189 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijkse Notulen*. 07/06/1635.

190 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijkse Notulen*. 09/06/1635.

apenas o Sr. Stachouwer se encontrava entre um almirante e um coronel.¹⁹¹ Finalmente, nas reuniões dos dias 13 e 17 de setembro, todos estavam presentes. Nesta última, em particular, o Conselho Político decidiu como seriam distribuídos os soldados pelos diversos pontos da conquista.¹⁹²

Não é possível entender qual era a lógica de se enviar esse ou aquele conselheiro para um determinado lugar. O que poderia contar, nesse sentido, era o fato de um determinado conselheiro conhecer mais a região pelo fato de já ter feito parte de operações militares ou *expeditionen* aos locais que iriam dirigir futuramente. Afinal de contas, eles não poderiam se colocar acima do poder militar sem conhecer os limites da conquista. O aparato da WIC era numeroso. Diversos funcionários se enraizavam nas conquistas. Com salários diversos, as várias funções eram preenchidas, muitas vezes, por indicações de autoridades civis e militares e, para ser aprovado no exercício do novo cargo, o indivíduo tinha que passar pela votação do Conselho Político.

Retomando as embarcações menores, já podemos observar o seu uso efetivo em 1634. Num relatório expedido aos *Herren XIX* (Diretores da Companhia) os delegados políticos Ceulen e Gijseling reportaram que, numa das expedições ao litoral sul de Pernambuco, destinaram os iates Pernambuco, Concorde de Dordrecht, Naerden, Le Renard, Chauve Souris, La Pivoine, L'Eperlan, La Balette, Arara, Ceulen e Lichhardt, “com uma pequena chalupa a vela e dois grandes barcos”. Pelo número de tripulantes, que eram de 600 homens, podemos presumir, para os iates, algo em torno de 70 homens por embarcação, contando com os dois barcos maiores. A expedição teve por objetivo “fazer sentir ao inimigo nossas armas, nas localidades mais distantes [...] de maneira a causar-lhe, em todos os rios e

191 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijkse Notulen*. 07/09/1635.

192 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijkse Notulen*. 13/09 e 17/09/1635.

em todos os portos, todos os donos possíveis [...]”.¹⁹³ Com essas embarcações, subiam rios nas proximidades de Porto Calvo, quando a profundidade permitia. Nos lugares mais rasos, apenas a chalupa poderia navegar. Em rio próximo a Porto Calvo “quando pela tarde o comandante Lichthart chegou aqui com as pequenas embarcações, o coronel e o comandante subiram o rio até duas ou três léguas além daqui, onde também encontraram um armazém com grande quantidade de açúcar”.¹⁹⁴ A expedição, durante a noite, subiu mais três ou quatro léguas de rio utilizando-se de três embarcações de pequeno porte até que “o rio se tornasse tão estreito, que não se podia manejar os remos; além disso, ele se tornava cada vez menos profundo”.¹⁹⁵ Convém lembrar que os holandeses encontraram algumas barcas portuguesas carregadas ou não com açúcar e outros produtos estacionados em alguns cursos d’água. Só a quantidade de caixas de açúcar encontrada nessa expedição, aproximadamente 450 caixas, no dá bem a medida desses butins. Até então, as embarcações que mais circulavam nos rios do Nordeste eram as barcas portuguesas. Enquanto o porto de Nazaré não caía em poder dos holandeses, as barcas portuguesas continuavam a carregar açúcar dos engenhos e levar ao porto. Vez ou outra, eram apreendidas pelos soldados da Companhia.

Ao estabelecerem um pequeno comércio com a população local, os holandeses, muitas vezes através dos ‘*vrijluiden*’, se serviam dos pequenos barcos (*baercqiens*) portugueses. A expedição acima citada, encontrou pelo menos uns 45 *baercqiens*.¹⁹⁶ Ao contrário das chalupas e lates neerlandeses, as barcas portuguesas não

193 Documentos Holandeses, Op. Cit. p. 136.

194 Ibidem, p. 137/138.

195 Ibidem, p. 139.

196 1 barca próximo a Porto Calvo contendo 43 caixas de açúcar; 1 “pequena barca” em rio não mencionado com 11 caixas de açúcar; 2 barcas no rio “Tatu Amunsá”; 2 barcas em Alagoas; 20 barcas em Porto do Francês (Alagoas); 7 barcas no Rio Conjau; 1 pequena embarcação em Barra Grande carregada com e 2 caixas de tecidos

apresentam seus nomes mencionados na documentação. Se é que todas os tinham.

Em 1635 e 1636, já é possível falar numa maior regularidade de fluxo de barcas e iates nos rios das capitanias da Paraíba, Itamaracá e Pernambuco. Antes disso, não podemos falar em um comércio mais regular entre holandeses e moradores, a não ser em casos esporádicos como o do português Manuel Jácome e Pedro da Rocha, plantadores de açúcar de Itamaracá. O primeiro deles, usou uma barca para fornecer açúcar aos holandeses navegando pelo Rio Maria Farinha.¹⁹⁷ Jácome e Pedro Rocha foram um dos que se apartaram da resistência luso-brasileira sitiada no Arraial Velho do Bom Jesus e foram viver com alguns outros em Itamaracá junto aos holandeses.

Nas crônicas de Francisco de Brito Freire podemos ter uma noção clara dos principais rios e portos da capitania de Pernambuco. Como bom militar e estrategista, Brito Freire se refere aos rios desta capitania como “de águas saudáveis e caudalosas”. Destes últimos, de um total de 25, são destacados 8: Jangada, Serinhaém, Formoso, das Pedras, Camaragibe, Santo Antônio, São Miguel e São Francisco”. Já os portos, preparados para “diferentes embarcações”, são os de Recife, Pontal de Santo Agostinho, Ilha de Santo Aleixo, Barra Grande, Jaraguá, Porto dos Franceses e Coruripe.¹⁹⁸ Evidentemente, todos esses rios e portos se tornaram importantes aos holandeses tanto no aspecto militar quanto no administrativo.

Que os rios são um meio eficiente para se chegar a algum lugar não é novidade para ninguém. Entretanto, para o caso de Pernambuco, em particular, a função da comunicação fluvial era primordial, uma vez que, ainda segundo Brito Freire, “ordinariamente, por ser

197 Idem Ibidem, p. 153.

198 FREIRE, Francisco de Brito. Nova Lusitânia: História da Guerra Brasílica. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001, p. 118.

a terra tão coberta, se fazem quase todas as estradas do Brasil das praias do mar”. Ou seja, poucos eram os caminhos por terra pelo interior. Logo, confirma-se a importância da comunicação fluvial. Rios que, nos dias de hoje, estão reduzidos praticamente a navegação de pescadores, na época holandesa, presenciaram em grande intensidade as estratégias militares holandesas e portuguesas.

Evidentemente, entre os portos destacados acima, o do Recife mereceu especial atenção do cronista militar. Para ele, “o porto do Recife, coração dos espíritos de Pernambuco, [...] por onde todas as drogas de mar afora entravam e todos os da terra saíam ...”.¹⁹⁹

Em 1632, os holandeses já eram capazes de adentrar os rios do Nordeste. Contudo, essas incursões eram menos sistemáticas. Neste mesmo ano, auxiliados por Domingos Fernandes Calabar, os holandeses aprisionaram algumas caravelas no Rio Formoso. Os portugueses, numa das margens deste rio, guardavam-se em um fortim protegido “por duas peças e vinte homens de terra”²⁰⁰ que logo foi destruído por um efetivo de 600 homens distribuídos em 8 navios e 15 lanchas holandesas. Essa não era ainda uma operação pontual, mas já se usava embarcações menores em operações militares nos rios. Dois anos depois os holandeses passariam a empregar efetivos bem menores nestas incursões.

A conquista da vila de Igarassu e da Ilha de Itamaracá em 1633 representou o primeiro passo no domínio holandês da malha hidrográfica do litoral norte de Pernambuco e da Capitania de Itamaracá. Havendo-se deslocado para o sul do Recife, a guerrilha se afastava cada vez mais da porção norte da conquista. Pelo menos diminuía ali a sua intensidade. A consequência disso é que foi justamente a partir da região de Igarassu, Goiana e Itamaracá que começaram a aparecer os pequenos lucros.

199 Idem, p. 124.

200 Idem, p. 156.

A opção estratégica de se utilizar os rios em vez da guerra terrestre, por parte dos holandeses, teve suas razões. Brito Freire, referindo-se ao cerco batavo ao Arraial Velho do Bom Jesus, dizia que a dificuldade de se carregar a artilharia por terra se devia “a campanha toda coberta de árvores ou de canaviais de açúcar”.²⁰¹ Nessas circunstâncias, “para bater o Real (Arraial)”, os holandeses desceram o rio Afogados

“crescido de presente de água do monte, embarcaram onze peças com muitas munições em um navio sem vela acompanhado de uma lancha e duas barcas. Estas pela popa com infantaria e quatro roqueiros de seis libras em ambas”.²⁰²

Nessa operação, apesar de já se utilizar o transporte fluvial com pequenas embarcações, não havia menos que 400 soldados por terra.

A invasão dos exércitos holandeses aos rios começavam a incomodar os luso-brasileiros. A adaptação à hidrografia local dos batavos foi destacada por Brito Freire ao se referir à sumacas: “namdam em pouco fundo, guarnecidas em proporcionada artilharia, se aproveitava delas o inimigo para melhor entrar nos muitos rios que deságuam por toda a costa”.²⁰³ Essa observação do militar cronista resumiu muito bem o propósito batavo da utilização de barcos pequenos e artilhados na guerrilha.

As embarcações sem vela citadas acima, algumas elas possivelmente lanchas, eram utilizadas nessas incursões. Em início de 1634, Calabar, no Rio Mamanguape (Paraíba), “subindo em quatro lanchas e um patacho, tirou outro carregamento de açúcares, queimando algumas embarcações que ainda estavam sem eles”.²⁰⁴

201 Idem, p. 168.

202 Idem.

203 Idem, p. 172.

204 Idem, p. 180.

Em março de 1635, já é possível detectarmos barcas e iates que tomavam parte nos *kleine profiten* na parte norte da Capitania de Pernambuco, na capitania de Itamaracá e na Paraíba. Os pontos do comércio, Recife-Goiana-Igarassu-Itamaracá (ilha) e Filipéia (João Pessoa), já ressaltados na secção anterior, eram, e ainda são interligados por uma vasta rede hidrográfica. Curiosamente, a parte norte de Pernambuco, que antes da invasão não produzia tanto açúcar como os engenhos do sul, foi a que primeiro se dinamizou no comércio que se utilizava de cursos d'água. Para se ter uma idéia, de Itamaracá era possível navegar rio acima e chegar a Igarassu. Numa descrição, o Capitão Jacob Pietersen Tolck,

“tendo levado de Tamarica [Itamaracá] uma escolta consigo, subiu o rio Garaçu [Igarassu] e, apesar de estar ele seco em vários pontos, chegou ate bem perto da cidadezinha, onde entrou e abateu tanta madeira quanto era possível embarcar e transportar no barco”.²⁰⁵

Itamaracá foi, curiosamente, o primeiro lugar de construção de engenhos no atual Pernambuco.²⁰⁶

Ao norte do Recife, existem as duas maiores bacias hidrográficas do litoral Norte de Pernambuco, que são a bacia do rio Goiana e a do rio Capibaribe. O rio Goiana, por sua vez, se capilariza em vários afluentes, entre eles o rio Igarassu. Da mesma forma, o rio Capibaribe. No litoral Sul, os cursos d'água mais mencionados são: Massangana, Maracaípe e Formoso; Estes são considerados os “rios Atlânticos”, pelo fato de nascerem e desaguiarem na zona litorânea. São rios perenes. Já os rios Pirapama, Ipojuca, Serinhaém e Una,

205 Ibidem, p. 154.

206 Segundo Gilberto Freyre, “A lavoura da cana no Nordeste – e pode-se acrescentar, no Brasil – parece ter começado nas terras de Itamaracá, à beira da água doce, como também da salgada; das duas águas ao mesmo tempo. [...]”. Ref. FREYRE, Gilberto. Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. São Paulo: Global, 2004, p.58.

são considerados como ‘translitorâneos’, por nascerem no Agreste de Pernambuco e tornarem-se perenes apenas ao percorrerem a Zona da Mata. Todos eles apresentam vários afluentes, como o Rio Gurjau, que é afluente do Rio Una, que foi citado acima. O rio Serinhaém também apresenta diversos afluentes. Dentre eles os rios Tapirucu, Camagagibe e Amaragi.²⁰⁷ Muitos destes rios, os considerados “transatlânticos”, só eram navegáveis em seus cursos inferiores e já próximos de desaguar no litoral. Daí o fato de que, em algumas incursões, o holandeses não podiam adentrar nem com os iates, e sim com barcos ainda menores. Nesse sentido, os *baercquiens* (barquinhos) portugueses já eram embarcações bem adaptadas a esses tipos de rios. Reforça-se, então, o seu uso pelos holandeses. Sobre o uso das barcas pelos portugueses, considerou Gilberto Freyre que, ao tempo de Jerônimo de Albuquerque e Vasco Fernandes Lucena (século XVI), “já moia cana em Igarassu – terras alagadas e donde as canas podiam vir de barça pelo rio”.²⁰⁸

Muito embora, em favor do holandês, o próprio Gilberto Freyre houvesse observado que “deu [os holandeses] a esta parte da América seus elementos característicos de ordem: blocos de construção que representam um método ou um sistema de conquista, de economia, de colonização, de domínio sobre as águas e sobre as matas. E não uma série de aventuras a esmo, cada qual a seu jeito”, como fizeram os portugueses, ele mesmo se rendeu ao fato de que “mesmo assim, conservando curvas à vontade, que elemento da natureza regional agiu mais poderosamente no sentido de regularização da vida econômica e social dos colonos do Nordeste que esses rios pequenos do extremo Nordeste e da Bahia?”²⁰⁹ E era nes-

207 Diagnóstico Sócioambiental do Litoral Sul de Pernambuco. Hidrografia. Publicações CPRH/MMA/PNMA 2. 1 ed.

208 Freyre, Op. Cit., p. 58.

209 Ibidem. Idem, p. 59. Ao destacar a importância dos rios do Nordeste oriental, Freyre se refere ao estudo do geógrafo francês Pierre Mombeig. Segundo Freyre,

se mundo de “regularização da vida econômica e social” luso-brasileira, convulsionado pela invasão, que os holandeses tentavam impor o seu ritmo de conquista. Assim como fez Evaldo Cabral de Mello, o próprio Gilberto Freyre chamou à atenção para a importância dos “pequenos rios do extremo Nordeste”, “rios do tipo do Beberibe, do Jaboatão, do Una, do Serinhaém, do Tambai, do Tibiri, do Ipojuca [...]”.

A conquista dos rios era algo que corria paralelamente à expulsão da resistência luso-brasileira para a Bahia, abalada após a queda do Arraial e junho de 1635. Assim, enquanto iates e chalupas holandesas enfrentavam a resistência nos portos e rios do litoral sul da capitania de Pernambuco, no norte, em rios como o Goiana e Igarassu, enfrentavam os desafios de ganhar os primeiros lucros no comércio. Esse era o momento em que soldados e funcionários da wic tornavam-se comerciantes e que moradores luso-brasileiros menos abonados desertavam das fileiras de Matias de Albuquerque e do Conde de Bagnuolo para tentar enriquecer nesse mesmo comércio com os invasores. É bem possível, porém, que estes primeiros portugueses que passaram a comercializar com a Companhia não viessem das camadas mais abastadas da ‘nobreza da terra’. Assim, pela diferença estatutária destes, uma vez que não eram nobres, preferiram colocar os seus interesses de comerciantes em primeiro plano a ter que se unir aos de Albuquerque por uma “identidade reinífrica”. Neste caso, como considerou Antônio Manuel Hespanha, a identidade estatutária se sobrepunha à de reino ou nação.²¹⁰

“rios sanchos-pancas, sem os arrojos quixotescos dos grandes; prestando-se, portanto, às tarefas da sedentariedade e da fixação; aos deveres pachorrentos, mas de modo nenhum vis, da antiga rotina agrícola”.

- 210 Segundo Hespanha e Ana Cristina Nogueira da Silva: “Para além de uma identidade “local” e “regional” mais ou menos vincada, os portugueses acumulavam depois, como é natural numa sociedade de estados, uma fortíssima identidade

Voltando aos anos 1635 e 36, em que o pequeno comércio de tornava inevitável, temos que o contato com o porto da Paraíba já se tornara evidente. É o caso dos iates “*Ter Veere*” e “*T’Wapen van Hoorn*” que, em 29 de março de 1635, partiram para os Países Baixos e fizeram escala na Paraíba com uma carga de açúcar e pau-brasil. Provavelmente, para completar a sua carga naquele porto.²¹¹ No mês seguinte, veio de Itamaracá para o Recife a chalupa “*Duitzendbeen*”, carregada de 2 pipas de cal, dezenas de cachos de banana e cocos. Parte da carga tinha sido trazida de Igarassu pelo rio de mesmo nome. Esta mesma embarcação voltaria ao Recife uma semana depois carregada de pouco mais de 300 cocos.²¹² Ainda nesse mesmo mês (abril), dois *baerquiens* trouxeram para o Recife 7 caixas de açúcar branco e mascavado.²¹³ Em abril, dois iates trouxeram de Goiana para o Recife aproximadamente 80 caixas de açúcar.²¹⁴ No dia 24 de maio, iate “*De Goutvinck*” partiu do Recife para a Paraíba a fim de abastecer um navio com 12 caixas de açúcar. Essas caixas foram pegadas em Goiana, de modo que o barco teve que subir e descer o Rio Goiana para, em seguida, chagar à Paraíba.²¹⁵ Esse mesmo iate, quase três meses depois, retornou da região do Cabo de Santo Agostinho com 800 alqueires de Farinha. É provável que tenha percorrido, neste caso, alguns rios da localidade. Em 3 de novembro, chegou ao

estatutária, que fazia com que um nobre português se sentisse mais próximo de um nobre castelhano do que de um peão português. Esses sentimentos de identidade estatutária sobrepunham-se frequentemente, mesmo em momentos e em questões dramáticos, ao sentimento de identidade reinícola”. Hespanha, António Manuel/SILVA, Ana Cristina Nogueira da. A Identidade Portuguesa. In: História de Portugal: O Antigo Regime. Vol. VII. Rio de Mouro: Ind. Gráfica, 2002, p. 32.

211 IAHGP. Coleção Jose Higyno. *Dagelijckse Notulen*. 29/03/1635.

212 IAHGP. Coleção Jose Higyno. *Dagelijckse Notulen*. 06/04/1635.

213 IAHGP. Coleção Jose Higyno. *Dagelijckse Notulen*. 13/04/1635.

214 IAHGP. Coleção Jose Higyno. *Dagelijckse Notulen*. 22/04/1635.

215 IAHGP. Coleção Jose Higyno. *Dagelijckse Notulen*. 24/05/1635.

Recife o fluit “De Zeerob”, trazendo das margens do Rio Ipojuca um certa quantidade de pau-brasil.²¹⁶

Se atentarmos para a movimentação das embarcações entre a Paraíba e Pernambuco, poderemos observar que a frequência deles era maior no litoral sul e sem penetrarem demais nos rios. (ver anexo I) Ocorre que, principalmente no ano de 1636, a luta dos holandeses contra as tropas luso-brasileiras estacionadas entre Porto Calvo e Barra Grande, exigiu uma presença maciça de embarcações do porte de um iate. Só no ano de 1636, de 136 viagens de embarcações a diversas partes da conquista, 47 se deveram a assistências de tropas e viveres às campanhas militares no Sul da Capitania de Pernambuco.²¹⁷ As embarcações, de uma forma geral, tanto as grandes quanto as menores, tinham que se dividir entre a guerra e a mercância, entre as tropas e os *goederen* (bens de comércio). Balancear essa dupla função não era tarefa simples. Entre a possibilidade de expulsar de vez as tropas luso-brasileiras e a de engendrar um comércio com a população local, a administração da *conquesten* se viu quase sempre dividida. Nesse ponto, parece que a primeira opção lograva vencer.

Em fins de janeiro de 1636, o Conselheiro Político Ippo Eijssens pedia, através de carta que enviou ao Recife, que fosse enviado um iate à Goiana para carregar-se de açúcar. Nessa época, as embarcações holandesas iam constantemente em direção à Santo Aleixo,

216 IAHGP. Coleção Jose Higyno. *Dagelijckse Notulen*. 03/11/1635.

217 Algumas embarcações tinham por finalidade patrulhar a costa. Enquanto ocorriam os enfrentamentos no Sul da Capitania de Pernambuco, vários iates e navio eram designados para o litoral da Bahia. Com base nas *Dagelijckse Notulen*, das 136 viagens de embarcações em direção ao sul no ano de 1636, temos um total de: 1 viagem no início de março que envolveu os navios Salamander, Ter Tholen, De Faem, De Maecht van Doot, Overijssel e Walcheren; 1 viagem no dia 01 de março com o navio Out Vlissingen; o mesmo navio chega ao Recife no dia 18 de abril trazendo da Bahia informações acerca da frota espanhola; 1 viagem do navio Sint Michiel, que regressou ao Recife no dia 24 de abril;

Serinhaém, Cabo de Santo Agostinho, Porto Calvo e Barra Grande. Só para este último local, registra-se aproximadamente 9 viagens em conexão com o Recife.²¹⁸

Talvez umas das maiores contribuições da navegação nesses dois anos (1635 e 1636) tenha sido a importância que ela assumiu no que se refere à comunicação entre os administradores da conquista, ou seja, entre os conselheiros políticos. Dessa forma, as embarcações, além de transportarem mercadorias e tropas, serviam de correio entre as diversas partes do território até então em poder da wic. Graças a isso, o conselheiro Serveas Carpentier, que cuidava dos negócios da wic na Paraíba, expediu um iate (cruzador) ao Recife para pedir provisões, como aconteceu por duas vezes em abril de 1635.²¹⁹ De Porto calvo, o Fiscal De Ridder remeteu, em fins de maio, uma carta ao conselho pedindo víveres para as tropas que estavam estacionadas na região.²²⁰ No sentido contrário, saiu do Recife o iate *De leeuwinne* em direção à Paraíba levando uma carta para o Sr. Carpentier.²²¹

Frequentemente, quando chegavam navios dos Países Baixos com cartas dos administradores da Companhia, as notícias tinham que ser repassadas para outras partes da conquista. Esse foi o caso do navio *De Leeuwine*, que levou para a Paraíba algumas *instructiens* do Recife.²²² Em dezembro de 1635, chegou ao Recife o iate

218 É possível, por outro lado, que esse numero seja bem maior, visto que várias embarcações que chegavam ou saíam do porto do Recife provinham do sul da capitania de Pernambuco, que era onde se encontrava maciçamente o exército neerlandês.

219 IAHGP. Coleção Jose Higyno. *Dagelijckse Notulen*. 16/04/1635 e 25/04/1635. Nas duas ocasiões foram utilizados dois iates diferentes. Na primeira, foi o iate Gijseling e, na segunda vez, o iate De Spewer van Zeeland.

220 IAHGP. Coleção Jose Higyno. *Dagelijckse Notulen*. 27/05/1635. A missiva foi trazida pelo navio Erasmus.

221 IAHGP. Coleção Jose Higyno. *Dagelijckse Notulen*. 06/08/1635.

222 IAHGP. Coleção Jose Higyno. *Dagelijckse Notulen*. 14/03/1636.

De Goutvinck com missiva do Sr. Ippo Eissens, que na ocasião se encontrava na Paraíba.²²³ Em janeiro do ano seguinte, o mesmo Eijssens escreveu de Goiana, através de uma galeota, que precisava de víveres para as guarnições que estavam lá.²²⁴ As trocas de missivas entre os militares são mais numerosas que as trocadas entre os conselheiros políticos. Via de regra, preferia-se para esses fins os barcos menores e mais rápidos, conhecidos como *fluitschepen* ou “navios que fluem”.²²⁵ Hernamm Waetjen inclui nesse grupo de embarcação os iates e as sumacas, embarcações “de um mastro só” que “no Brasil achavam múltiplice emprego nos serviços de cabotagem e patrulhamento”.²²⁶ Outras características dos *fluiten* é que podiam navegar com mais eficácia à flor da água e se adaptavam a qualquer mudança de vento. Essas condições faziam-no ideal na incursão de rios de pouca profundidade. Como podemos observar, elas tiveram usos além dos militares no Brasil holandês.

Nordeste e Caribe: uma ligação possível

Não foi por mero acaso que demos ao primeiro capítulo o título *Brasil holandês: Uma Historia do Atlântico*. Pelo contrário, acreditamos que apenas uma visão de conjunto ofereça a este estudo uma proposta ao mesmo tempo regional e internacional, microscópica ou macroscópica. Da mesma forma que a Companhia das

223 IAHGP. Coleção Jose Higyno. *Dagelijckse Notulen*. 17/12/1635.

224 IAHGP. Coleção Jose Higyno. *Dagelijckse Notulen*. 24/01/1636.

225 Uma boa explicação sobre esse tipo de embarcação nos oferece o historiador Herman Waetjen que colocou o seguinte: “somos muito bem informados pelas sólidas investigações de Bernhard Hagedorn. Segundo elle afirma, a denominação “Fleute, Fliete, Fluit” está ligada à palavra “fliessen” (fluir, correr, deslizar) e quer dizer o mesmo que “navio que desliza ou corre adiante”. Ref. WAETJEN, Hermann. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*. 1938, p. 526.

226 Idem.

Índias Ocidentais, também as coroas ibéricas raciocinavam em termos de uma guerra internacional, que envolvia o Índico, o Atlântico e o Pacífico. Mas fiquemos apenas com este último, para fins didáticos.

Até aqui, ao analisar a tentativa do Conselho Político de fazer com que a administração obtenha os sonhados *profijten* (proveitos) levando em consideração a navegação de cabotagem ou pelos rios e o pequeno comércio, temos uma visão mais local da presença holandesa no Brasil. Aliás, essa divisão entre administração, comércio e guerra se dá de forma mais didática do que se nos apresenta na vida prática. E nem poderia. No século XVII, a fronteira entre uma coisa e outra é praticamente inexistente. Assim, ao tratar de guerra e açúcar no Brasil Holandês, levando em consideração as estratégias luso-brasileiras de escoar a produção em meio à guerrilha, encontra o seu correlato na tentativa da WIC em conciliar os “pequenos lucros” e a mesma guerrilha. Às vésperas da vinda de Nassau para o Brasil, a administração por parte do *Politique Raden* havia adquirido um grau de complexidade que já era possível, pelo menos no Recife e região próxima, se falar em um cotidiano relativamente pacífico. É bem verdade que a guerra não havia terminado, mas também não era menos verdade que a vida social, de alguma maneira, fosse mais presente a partir de 1635. As razões disso já explicitamos acima.

Na esteira de uma perspectiva atlântica, temos que a própria Companhia não olhava apenas para o Nordeste. Em 1633, por exemplo, um dos conselheiros políticos chamava a atenção para as ligações entre o Nordeste e outros pontos como o Rio da Prata, o Chile e até as Índias Orientais. Chegaram, inclusive, a considerar que “este país seria para nossa Companhia das Índias Ocidentais uma estação de Parada cômoda e segura”.²²⁷

227 Carta de Walbeeck ao Conselho dos XIX, Op. Cit, p. 126.

Para o Norte, muito embora a wic tenha consolidado a conquista com a ocupação de São Luis, em 1640, houve embarcações que passaram a fazer escala no Caribe antes de regressarem aos Países Baixos. Mas, antes entrarmos nessa questão, retomemos as conexões que a wic podiam fazer frente às coroas ibéricas. Numa descrição anônima sobre a região do Rio da Prata, feita por alguém a bordo do navio *De Windhond*, de 1628, consta:

“O Brasil venderia a eles [comerciantes locais] suas manufaturas [...], que são muito procurados pelos habitantes do Rio da Prata e de todo o Mar do Sul; [...] Angola venderia a eles uma quantidade notável de escravos [...] porque é fato conhecido que os portugueses mandaram e venderam todos os anos de Luanda entre seis e sete mil negros, que de lá são mandados ao interior e vendidos de uma mão à outra, até chegarem às minas. Em troca deles os mercadores de Angola receberam trigo, milho e também prata e ouro”.²²⁸

Pelo relato acima, cinco anos antes do relatório do conselheiro político, a wic estava ciente das conexões entre Angola e o Rio da Prata. Sabiam também que os espanhóis preferiam descarregar os seus metais de Potosi pelo Norte, por terra até Cartagena e, daí em diante, por mar até a Europa. Nesse sentido, o avanço holandês em direção ao norte (Rio Grande, Ceará e Maranhão) viria a preencher essa lacuna. A preocupação das coroas ibéricas com as capitanias ao norte de Pernambuco ficou evidente quando, numa Carta Régia destinada ao Conselho da Fazenda em 1634, Filipe III chamou a atenção para necessidade em se proteger o Rio Grande

228 Considerações a respeito do Rio da Prata. In: Johannes e Laet [1637]. Roteiro de um Brasil desconhecido: Descrição da costa do Brasil. Capa Editorial, 2007, p. 304. Segundo o linguista holandês B. N. Teensma “pelas características litográficas e lingüísticas do texto holandês é provável que seja de autoria de Willem Joster Glimmer.

do Norte, Maranhão e Grão-Pará. Havendo aprestado algumas embarcações em socorro de Pernambuco, considerou em suas ordens o seguinte:

“E porque o Rio Grande há mister com que poder fazer opposição ao inimigo para que não entre a terra adentro e nella lhe senhoria em que fica o Rio Grande do Seare [Ceará] e D’Aly ao Maçanhão [Maranhão] e Gráo Pará que são praças muy importantes. E de que podem tirar os inimigos grande proveito pelas madeiras que aly há para fabricar navios e terá aly os milhores portos do Brasil que seria do dano que se deixa hir se dessem por essas praças [...]”²²⁹

Pelo visto os socorros vieram um pouco tarde, uma vez que os holandeses, já no final do ano de 1634, estendiam as suas tropas à Paraíba e ao Rio Grande. A conquista do Ceará e do Maranhão esferaria mais alguns anos. O importante é salientar que, tanto os holandeses quanto as coroas ibéricas estavam cientes de suas fragilidades militares²³⁰ e da importância geo-estratégica das capitanias ao norte de Pernambuco. A consolidação da conquista de Pernambuco era já meio caminho para a conquista da porção norte do Brasil. Mesmo depois da saída dos holandeses do Brasil, em 1654, navios holandeses freqüentavam o litoral do Rio Grande do Norte. Em 1662, um parecer do Conselho Ultramarino dava notícias do contrabando de pau-brasil no litoral potiguar feito pelos holandeses. O dito parecer registrava que os holandeses “vinhão carregar pau Brasil, que

229 LAPEH. Projeto Resgate. AHU_ACL_CU_015, Cx.2, D.127. “Carta Régia (minuta de capítulo) do rei [D. Filipe III] ao Conselho da Fazenda, ordenando o envio de quatro esquadras das duas coroas com homens, armas e munições, para socorrer a Capitania de Pernambuco, impedindo que o inimigo se espanhe pelas Capitanias do Rio Grande do Norte, Maranhão e Grão Para”.

230 Idem. Segundo o mesmo documento: “ [...] a experiência tem mostrado que muita parte dos maus sucessos que há havido no Brasil he por falta de cabeças que governem a guerra [...]”

naquelle sitio avia feito e deixado hú hollandéz, antes que à terra se rendesse aos nossos [...]”.²³¹ Em 1662, a costa do Rio Grande do Norte ainda era muito desabitada, o que favorecia o contrabando.

Por outro lado, já que os holandeses não conseguiram conquistar a região do Prata, valeria a pena se aproximar mais do Caribe. Um grande incentivo seria, sem dúvida, a proximidade da frota da prata. Outra observação: tanto o relato de um anônimo sobre a região do Prata como o relatório do conselheiro político convergem numa coisa: no “desvio do comércio de Angola”.²³²

A captura da frota da prata na costa de Cuba, em 1628, representou um grande golpe contra a Espanha, uma vez que os banqueiros genoveses passaram a investir menos no negócio das minas. Assim, a casa de Madrid passou a compensar a falta de recursos com o aumento dos impostos. Esse subterfúgio de Castela desagradou, sobretudo, aos catalães e aos portugueses.²³³

Antes mesmo desse episódio, em 1624, a WIC havia enviado uma expedição de reconhecimento ao Caribe, com uma força superior a 1000 homens. Logo em seguida, atacaram a Bahia.²³⁴ Seis anos depois desta expedição ao Caribe, algumas embarcações que dela fizeram parte haveriam de estar em Pernambuco. As descrições que a WIC tinha desde o Rio da Prata ao extremo norte do Maranhão

231 LAPEH. Projeto Resgate. AHU_ACL_CU_018, Cx.1, D.6. Parecer do [conselheiro do Conselho Ultramarino] Feliciano Dourado, sobre uma devassa acerca do cntrabando de pau-brasil feito pelos holandeses no poto de João Lostao, no Rio Grande do Norte.

232 Relatório do... , op. cit, p. 126.

233 BLACKBURN, Robin. A construção do escravismo no Novo Mundo: do barroco ao moderno (1492-1800). Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 236. Paradoxalmente, essa vitória holandesa na captura da prata espanhola, segundo o autor, complicava a situação da Companhia das Índias Ocidentais porque “com o poder espanhol enfraquecido no Atlântico, parte se sua *raison d'être* deixou de existir – pelo menos aos olhos daqueles excluídos de seus privilégios”.

234 Ibidem, Idem, p. 235.

municipiavam-lhes de um conhecimento relevante para se chegar ao Caribe. Do ponto de vista da navegação em si, sair de Pernambuco rumo ao Caribe pode ser uma aventura, dependendo da época em que se navegue. Segundo relatórios de navegação, em certos meses do ano, os ventos Nordeste empurram as águas para o sul, dificultando a navegação em direção ao norte.

As viagens de navios holandeses para as Índias Ocidentais, partindo de Pernambuco, começaram ainda na época dos “tempos difíceis”. Em abril de 1632, alguns navios partiram em direção ao Caribe, num dos quais se encontrava o soldado Ambrósio Richoffer, que registrou o percurso das embarcações pelas ilhas de Barbados, Santa Lúcia, Martinica, São Domingos, São Martinho, Tortugas, Bonaire e Cuba. Junto aos 10 navios mencionados pelo cronista, haviam mais 4 navios carregados de açúcar de Pernambuco. Estes, contudo, não fizeram escala no Caribe.²³⁵ Nessa escala, os holandeses carregaram suas embarcações com sal antes de voltarem aos Países Baixos. Algumas poucas viagens de navios saídos de Pernambuco em direção às Índias Ocidentais foram registradas pela documentação. Em agosto de 1635, os navios De Swaem, Erasmus, Mercurius e Ernestus receberam a missão de carregar sal e madeira em Curaçau.²³⁶ Em setembro (dia 23), o navio Alkmaer, cuja carga não foi especificada, também partiu rumo ao Caribe.²³⁷ Finalmente, poucos dias depois, o Westfrieslant, acompanhado de uma chalupa, foi incumbido de completar a sua carga nas Índias Ocidentais.²³⁸

Em linhas gerais, para além de uma concepção estatista de administração, na qual se destaca apenas os órgãos da administração em si, temos que o papel das embarcações na promoção do pequeno

235 RICHSHOFFER, Ambrosio. *Diário de um soldado (1629-1632)*. Recife: CEPE, 2004.

236 IAHGP. Coleção Jose Higyno. *Dagelijckse Notulen*. 13/08/1635.

237 IAHGP. Coleção Jose Higyno. *Dagelijckse Notulen*. 23/09/1635.

238 IAHGP. Coleção Jose Higyno. *Dagelijckse Notulen*. 30/09/1635.

comércio figurou como um elemento da política administrativa tão importante como a instituição de um Conselho Político. Assim, a distribuição dessas embarcações, seja nas operações militares de reconhecimento, seja no cotidiano dos *kleine profijten*, entrava com a mesma relevância da organização burocrática em si na concepção de administração do período.

CAPÍTULO III

O problema do abastecimento

A escassez de víveres

Ao longo da resistência e Restauração de Pernambuco, o abastecimento das tropas era dependente, grande modo, da farinha de mandioca. Sobre o suprimento de tropas, Evaldo Cabral de Mello chegou a considerar que

“neste setor fundamental de uma economia de *ancien régime*, que é o dos cereais, o reino está de todo despreparado para satisfazer as exigências da expansão ultramarina, em geral, e da colonização do Brasil, em particular”.¹

Na falta de um abastecimento regular de trigo, vingou, para o português no Brasil a farinha de mandioca.

Enquanto Nassau e o Alto Conselho se esforçavam para produzir farinha a um nível máximo em todas as freguesias, Portugal enviava para os luso-brasileiros envolvidos na guerra um abastecimento

¹ MELLO, Op. Cit, p. 191. O autor considera que a mudança da dieta do português em lugares de clima tropical era “menos um resultado de uma capacidade especial de amoldação do que da impossibilidade de obter um suprimento regular e abundante de trigo e outros víveres de origem européia”.

de 10900 alqueires de “farinha da terra”, 240 alqueires de sal, 113 queijos flamengos e 22 pipas de vinha da Ilha da Madeira.²

Uma das principais preocupações de Nassau e do Alto Conselho ao assumir o governo do Brasil holandês foi o incremento da produção de farinha de mandioca. Isso era compreensível, visto que o efetivo neerlandês girava em torno de 5.000 soldados, pouco mais ou menos.³ Evidentemente, aos olhos dos holandeses, a farinha de mandioca também tinha uma importância relevante no abastecimento das tropas, visto que o abastecimento da Europa era, via de regra, insuficiente.

Ainda nos primeiros anos da conquista, a WIC, a partir principalmente de campanhas militares, tomou conhecimento dos locais em que a mandioca era plantada. Em meados de 1633, o Conselho Político enviou aos Países Baixos um relatório no qual discriminava os locais das *rossas*. Assim, tomou-se conhecimento da presença dessas roças nas freguesias de Serinhaém, nas proximidades do São Francisco, e em Porto Calvo. No relatório, consideram, em linhas gerais que, do “rio São Francisco até Porto Calvo, oferecem [as localidades] abundância de gado, tabaco, farinha e algodão”. Isso para se referir a parte sul da capitania de Pernambuco. Em direção à Paraíba, temos que as localidades não eram “mais desprovidas de farinha

2 LAPEH. Projeto Resgate. Carta ao rei sobre o comércio e cobrança de direitos do sal no porto da Bahia e a invasão dos holandeses à costa brasileira. [1640].

3 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 28/01/1637. Espalhados por diversos pontos da conquista, a distribuição era a seguinte: 541 soldados nas guarnições do Recife; 231 na região dos Afogados; 81 homens em Muribeca; 91 em São Lourenço; 257 no Cabo de Santo Agostinho; 289 em Itamaracá; 665 na Paraíba; 137 no Rio Grande; Esse número, era elástico, tendo-se aí o *Groot leger* (grande exército), que elevava o efetivo para mais 2894 homens. Finalmente, soma-se o efetivo de índios armados (600), de marinheiros com possibilidades de combater (1000) e do pessoal do trem de artilharia (6000). Fica de fora, nessa contagem, o *vliegende leger* (exército volante) com mais 604 soldados.

e gado”.⁴ Observaram bem os batavos que “a farinha, proveniente da raiz mandioca, serve-lhe de pão, a aos naturais, tanto portugueses como brasileiros, preferem-na ao nosso trigo”.⁵ Certamente, foram essas localidades que forneceram farinha para as tropas que se aventuraram nas campanhas de conquista da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Pará.⁶

Apesar de elogiarem, ainda segundo o relatório do Conselho Político, a riqueza alimentar do Brasil, os holandeses não deixaram de registrar que “a condição de perfeição do Brasil nada deixa a desejar, senão trigo, vinho e azeite”. Contudo, os mesmos acharam o trigo, no Brasil, “supérfluo”, devido à possibilidade de se produzir farinha de mandioca.⁷ Em outra carta não deixaram de considerar a oportunidade de se diversificar a agricultura. Para tal, certa vez, a Ilha de Fernando de Noronha seria um lugar ideal “para cultivar a terra [...] com todas as espécies de frutos e plantas”.⁸

4 Relatório do Conselho Político aos Estados Gerais. 11/07/1633. In: Documentos Holandeses, op. Cit, pp.118-120.

5 Idem, p. 122.

6 Evaldo Cabral de Mello chamou a atenção, em específico, para a campanha do Maranhão, em 1614, que contou com bem menos de 3000 alqueires para uma tropa de 800 homens. Segundo ele: “Apesar dos esforços do Governador [Gaspar de Souza], despachando oficiais da coroa pelas Freguesias de Pernambuco para recolher farinha, os resultados ficaram certamente muito aquém dos 3.000 alqueires prometidos [...]” Op cit, p. 192.

7 Ibidem. Idem. Sobre a possibilidade da cultura do trigo no Brasil, observaram que “não deu ainda resultados satisfatórios nas vizinhanças da costa do mar; entretanto, como o Peru, que está situado sob o mesmo grau, produz trigo em abundância, não há dúvida de que, se se quisesse cuidar disso à sério (porque os portugueses, só tendo em vista os lucros extraordinários da cana de açúcar, não se ocupam senão dessa cultura), a terra não deixaria, também a este respeito, de dar prova de sua fecundidade.

8 Relatório de M. Van Ceulen e Johan Gyselingh aos Diretores da Companhia. 11/03/1634. Op. Cit. p. 151.

Do lado luso-brasileiro, Francisco de Brito Freire se referiu à falta de farinha no Arraial do Bom Jesus da seguinte maneira: “dias houve que em que se deu de ração a cada soldado uma só espiga de milho grosso”. Isso se deu justamente pela carência de farinha de mandioca, “ordinário pão da terra, desperdiçada e despendida”. Nessa fase da guerra, o preço da farinha aumentou vertiginosamente, de maneira que antes da refrega, comprava-se um alqueire por um preço bem mais barato do que quando começou. O cronista deixou claro o processo de fabricação da farinha e a sua possibilidade de se conservar, quando seca, até seis meses. Finalmente, o lugar dessa provisão entre as tropas era o melhor depois do trigo.⁹

É possível que nas imediações das instâncias do Arraial Velho do Bom Jesus não se encontrasse muitas provisões para abastecer as tropas de resistência luso-brasileiras. Duarte de Albuquerque Coelho comentou a insatisfação de muitos, quando da decisão em se construir a fortificação, pelo fato de se tratar de um local faltando “todo o necessário para poder sustentar-se”.¹⁰ As considerações desses dois cronistas sugerem uma carestia de farinha para se sustentar uma guerra de grandes proporções. Mesmo assim, no correr da “guerra velha”, os holandeses conseguiam se apoderar, mediante saque, de provisões nas vilas em que chegavam. Manuel Calado, ao

9 FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitania: História da Guerra Brasília*. Ed. Atual. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001, p. 129. Vale destacar a descrição pormenorizada que o autor faz do processo de produção da farinha de mandioca. “Esta farinha, que chamam comumente de pau, se faz de uma raiz com nabo, cujo nome é mandioca. A mandioca divide-se em perluxas e diversas espécies de outras plantas, com a mesma propriedade. Cresce de pequena estaca, ao igual das ervas que mais se levantam da terra, sazonalmente em menos de um ano. O sumo é mortalmente venenoso. O amego lavado e espremido se cose no forno em vasos largos, desfeito como o cuzcuz da Europa. Desta sorte lavram esta farinha que, sustentando geralmente todo o Estado do Brasil, obram os índios de três castas: a que chamam uitinga, uieçacoatinga e uiatá”.

10 COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da Guerra do Brasil*. São Paulo: Beca, 2003, p.47.

descrever a entrada dos holandeses em Porto Calvo, na ocasião da retirada do exército do Conde de Bagnuolo, observou que “acharam muitas pipas de vinho e azeite e muita farinha”.¹¹

As tropas neerlandesas, antes da chegada de Mauricio de Nassau e do Alto Conselho, contavam com o fornecimento de víveres também por parte dos *vrijluiden* quando se fizesse necessário. Em janeiro de 1636, quando a WIC empreendia campanha extenuantes no sul da capitania de Pernambuco, o Conselho Político decidiu exigir dos comerciantes livres os víveres necessários para as tropas, “levando em conta a escassez de nossos armazéns”.¹² Dos víveres que foram enviados para Barra Grande, local dos conflitos, 200 tonéis eram de farinha. Os outros eram: 2 tonéis de manteiga; 20 tonéis de carne; 9 tonéis de toucinho; 100 tonéis de cevada; 9 tonéis de ervilha e 15 tonéis de feijão.¹³ Notemos que a quantidade de farinha era 10 vezes superior a de carne, proteína importante no dia-a-dia da guerra. A importância dada pelos batavos a essa “munição de boca” era tanta que, certa vez, por não dispor de meios para acondicioná-la, compraram 100 sacas de um comerciante.¹⁴

De qualquer forma, a dieta das tropas holandesas contava, e muito, com provisões da terra, principalmente peixes. Aliás, essa complementação era sempre bem vinda face a pouca oportunidade que a monocultura dera a diversificação da agricultura. Em Itamaracá, pelo menos, os holandeses começaram a diversificar a produção de gêneros ainda antes da vinda de Nassau. Alagoas, por sua vez, era um bom manancial de peixes. Gilberto Freyre, ao se referir à dieta de pescadores de Pernambuco, observou que “é a gente mais pobre que fica com esses peixes mais bonitos para o seu almoço e para a

11 CALADO, Manoel. O Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade. Recife: CEPE, 2004, p. 57.

12 IAHGP. Coleção Jose Higino. *Dagelijckse Notulen*. 17/01/1636.

13 Idem.

14 IAHGP. Coleção Jose Higino. *Dagelijckse Notulen*. 13/02/1636.

sua ceia com farinha de mandioca e molho de pimenta”.¹⁵ Contudo, havia possibilidades de destruições de culturas em razão das cheias, em que plantações que ficavam às margens dos cursos d’água do Nordeste ficavam arrasadas.¹⁶

Para os soldados e marinheiros, as dificuldades alimentares no Nordeste podiam contrastar, em muito, com o que lhes era oferecido a bordo. Simon Schama, acerca desse importante pormenor, escreveu que “em 1636, o almirantado de Amsterdam determinou que todo homem a bordo recebesse semanalmente 250 gramas de queijo, 250 de manteiga e 2,5 quilo de pão, cabendo aos oficiais rações duplas”. Segundo ele, as tripulações gozavam de uma boa dieta em alto mar.¹⁷ Na viagem para o Brasil, o soldado Ambrósio Richshofer relatou que, antes de embarcar com os seus companheiros de viagem: “demos várias salvas e fomos novamente conduzidos para

15 FREYRE, Gilberto. Nordeste: Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. São Paulo: Global, 2004, p. 69.

16 Idem. Sobre isso, observou Freyre que “Nem sempre tem sido idílicas as relações entre a gente e a água desta sub-região do Nordeste onde faltar para as necessidades maiores do homem, a água não falta nunca (porque os rios verdadeiramente da mata nunca secam de todo nem os olhos d’água ficam estorricados), mas onde `as vezes transborda desadorada e terrível. As grandes cheias deixam sem mocambo centenas de gente pobre. [...] A água de repente se torna o maior inimigo do homem, dos bichos, das plantas”. p, 70.

17 SCHAMA, Simon. O desconforto da Riqueza: A cultura holandesa na Época de Ouro. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 179. Onde se lê: “Talvez o exemplo mais confiável do que os holandeses entendiam por ‘suficiência decente’ – uma alimentação que evitasse os perigosos extremos da cozinha gorda e magra – fosse o da cozinha dos navios. O passadio naval seguia rigorosamente as noções oficiais da norma alimentar, pois os navio holandeses eram considerados pequenas repúblicas [...] Assim como se orgulhava de seus navios impecavelmente, a Marinha holandesa também se empenhava em oferecer uma alimentação que superasse o passadio miserável a que a maioria dos marujos estava condenada, sobretudo em viagens longas. [...] Como os holandeses nunca recorreram ao recrutamento compulsório, provavelmente a dieta generosa constituía forma de atrair tripulantes entre populações marítimas estrangeiras e nativas”.

os transportes, depois de nos havermos regalado com pão, queijo, manteiga, arenques frescos e cerveja, do que mais tarde sentimos grande falta”.¹⁸ Já embarcados, o cronista nos informou acerca da distribuição de víveres por pessoa:

“cada tripulante recebia 4,5 libras de biscoito, 0,5 libra de manteiga e um pouco de vinagre. [...] Tínhamos por semana dois dias de carne e um de toucinho para o jantar, junto com um prato redondo de favas, 0,5 libras para cada um; isto era aos Domingos, Terças e Quintas-Feiras. Nos demais dias davam-nos um prato de aveia mondada, ou cevada, ou ervilhas, e algumas vezes bacalhau, porém de tudo tão pouco que dois homens com bom apetite teriam devorado as rações dos oito”.¹⁹

Essa descrição, muita embora bastante parcial, contradiz a anterior do Simom Schama, que ressaltou a boa dieta em alto mar dos marinheiros que serviam aos Países Baixos. O fato é que, normalmente, a alimentação transatlântica poderia ser complementada pela pesca durante a viagem. Na frota que invadiu Pernambuco, durante a travessia atlântica, os holandeses aprisionaram uma fragata espanhola que vinha de Angola e trazia consigo uma carga de farinha, ainda segundo Richshoffer.²⁰ Finalmente, ao conquistarem o Recife, descreveu este último que as únicas mercadorias que encontraram deixadas pelos luso-brasileiros foram “apenas de pouco mais ou menos cem caixas de açúcar, um número considerável de pipas, que são tonéis, com vinho de Espanha”. No entanto, nenhum armazenamento de farinha de mandioca.²¹ O primeiro

18 RICHSHOFFER, Ambrósio. O Diário de um Soldado. Recife: CEPE, 2004, p. 9.

19 Idem, p. 14. Para agravar a situação, os tripulantes recebiam diariamente “uma medida de água, a maior parte das vezes fétida, e cada tripulante recebia tres grandes queijos flamengos para toda a viagem”.

20 Richshoffer, op. cit. p. 57. Possivelmente, tratava-se de farinha de trigo e não de mandioca.

21 Idem, p. 73.

carregamento de trigo que os soldados da *wic* receberam após a invasão (dez meses depois) foi trazido ao Recife pela embarcação *Zuikerbrood*, trazendo consigo também biscoito.²²

Uma vez em terra, a situação seria bem diferente. Disputando o mesmo espaço, holandeses e luso-brasileiros haveriam de encontrar melhor saída para o abastecimento de seus efetivos. De início, levavam vantagens os luso-brasileiros, que contavam com a ajuda de vivandeiros que plantavam roças nas imediações do Arraial Velho do Bom Jesus. A ajuda alimentar vinda da Europa era mais difícil. Mais fácil era o envio de armas e pólvoras. Em abril de 1630, ainda no início da presença holandesa em Pernambuco, um decreto do Governador Geral do Brasil logrou enviar “300 arcabuzes e manufatura de 40 quintais de pólvora que é o que está resoluto vá nas duas caravelas que a conforme ao que tudo isto importar se poder consultar a Vossa majestade fosse servido mandar dar o direito necessário”.²³

O abastecimento da resistência luso-brasileira teria mesmo que vir do próprio Brasil. Num outro decreto de 1630, o governador do Brasil recomendava, a título de antecipação, a qualquer armada que fosse em socorro de Pernambuco que:

“em razão de se mandarem a Pernambuco, e as mais capitânias que se tivesse por necessário as ordens que cumprirem para se semear em nelas todos os mantimentos que da terra na maior quantidade puder ser [...]” E prossegue, em específico sobre o abastecimento de farinha: “... que o pressuposto da prevenção que é necessária para a armada que chegue aquela costa possa está prevenidos; a Martin de Sá capitão-mor do Rio de Janeiro, se deve particularmente escrever, procure com os mestres daquela capitania, levem a maior quantidade de

22 Idem, p. 96.

23 LAPEH. UFPE. (AHU. Codice 476. fl. 89v). Sobre o decreto do governador acerca do Socorro que se há de mandar ao Brasil, pelo aviso que se teve de estarem 55 vilas de inimigos em Pernambuco.

farinha, a que chamam mandioca e se vão armazenar, para que com o aviso que se lhe mandar, o possa mandar embarcar da costa os pagamentos que se lhe ordenar ; a mesma prevenção se deve mandar as mais capitanias do Brasil, e ainda conforme onde a abundância de mandioca.”²⁴

Este decreto, ainda bem intencionado, recomendava que as capitanias da Paraíba e Itamaracá, que ainda não haviam caído em poder dos holandeses, abastecessem o Arraial Velho do bom Jesus de farinha de mandioca. Parece que só Itamaracá, como bem observou Evaldo Cabral de Mello, conseguiu esse feito.²⁵ Mesmo assim, a penúria era grande para ambos os lados da contenda, com uma pequena “vantagem” para os luso-brasileiros que, conhecedores da terra, conseguiam buscar farinha “até os limites da fronteira colonizadora”, completa Cabral de Mello.²⁶

Da mesma forma que os holandeses souberam que no Arraial do Bom Jesus “o inimigo [luso-brasileiros], devido à falta de alimento, está disposto a negociar”²⁷, também souberam que “aportou, vindo da Paraíba, por causa da falta de mantimentos o cruzador ‘*De Meerminne*’”.²⁸ Parte da tropa luso-brasileira que fugiu em direção ao Cabo de Santo Agostinho ficava numa situação de penúria, visto que não dispunham “de alimentos para mais do que 14 dias, e que eles

24 LAPEH. UFPE. (AHU, Cod. 476. fls. 126/127. 24/05/1630) Sobre se mandar ordem ao Brasil para se provirem os mantimentos que antecipado para quando for armada que ha de ir de Socorro a Pernambuco.

25 MELLO, Op. cit. p. 194. “Mas da capitania de Itamaracá e de algumas freguesias de Pernambuco chegava alguma ajuda: sobretudo em farinha e peixe seco. O autor também avaliou os racionamentos que Matias de Albuquerque obrigara aos sitiados no Arraial, uma vez que “a escassez atingiu de forma praticamente aguda a farinha de mandioca, devido ao abandono das roças pelos moradores que acorriam para a defesa da capitania, tendo-se chegado a estreiteza de dar aos soldados a ração de uma única espiga de milho”.

26 Idem, p. 195.

27 IAHGP. Coleção José Higinio. *Dagelijckse Notulen*. 07/06/1635.

28 IAHGP. Coleção José Higinio. *Dagelijckse Notulen*. 08/06/1635.

estão comendo muita carne de cavalo, que quase está se acabando, e dizem que Luis barbalho Bezerra, que ali está no comando, não quer outra coisa a não ser fugir com um pequeno grupo do Cabo”.²⁹ A essa altura da guerra, meados de 1635, a diferença entre os dois lados era que os luso-brasileiros estavam prestes a se evadirem de Pernambuco e que o desafio de abastecer as tropas com gêneros locais cabia aos invasores.

Retomando a situação das tropas luso-brasileiras situadas no Arraial, temos que a falta do poder de combate devido à escassez de víveres desafia um pouco a assertiva de Jerônimo de Albuquerque de que na guerra brasileira os homens se contentavam com “um punhado de farinha e um pedaço de cobra”. Pelo contrário, muito embora o *endurcissement* de um combatente luso-brasileiro seja maior que a do europeu nos trópicos, isso não significa superestimar a resistência do primeiro. Provavelmente a assertiva de Jerônimo de Albuquerque era uma hipérbole em defesa de sua classe.³⁰

Certamente, ao contrário dos desvalidos do Arraial Velho do Bom Jesus, a situação alimentar da wic não descia ao nível da quase total carência alimentar, pois podiam abastecer, para a campanha do sul da capitania de Pernambuco, os navios *De Meermine* (com 60 homens para o tempo de seis meses) e o barco Nossa Senhora do Ó (com 38 homens para o período de 5 meses).³¹ No entanto, muitas vezes, não sabemos os detalhes desse abastecimento, e é bem possível que a ração recebida pelos soldados da companhia não satisfizesse a tropa. Pelo menos nas crônicas de Ambrósio Richshoffer, houve casos de deserção por parte do exército neerlandês, já que “as mais das vezes as rações de pão ou provisões distribuídas para oito dias

29 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 13/06/1635.

30 SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: História da vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 46.

31 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 30/06/1635.

mal chegam para dois, sendo até devorados cães, gatos e ratos”. O mesmo complementa o sofrimento das tropas dizendo que “assim achamo-nos na alternativa de ou expulsarmos o inimigo da sua vantajosa posição ou morreremos de fome”.³² Esta breve consideração destoa da fartura alimentar nos navios holandeses, apontada por Simom Schama.

Uma vez em terra, os holandeses sentiram necessidade de procurar com que alimentar os seus soldados com recursos da própria terra em que queriam se instalar. O demorar da “guerra volante” (de emboscadas) empreendida por Matias de Albuquerque colocava as tropas da Companhia, cada vez mais, em situações de problemas internos. Por isso se entende a alcunha de *anos terribilis* que se emprestou aos primeiros anos dos holandeses no Brasil. Não foi à toa que os batavos deram o nome de *Desafio ao diabo* (*Trots den duivel*) ao Forte das Cinco Pontas localizado na Ilha de Antonio Vaz.³³

A variedade dos víveres enviados ao Brasil pela wic era inversamente proporcional à quantidade deles. Nem todos os carregamentos eram satisfatórios, como avaliou Hermann Waetjen, de forma que a companhia procurava “suprir as faltas de um carregamento com as mercadorias do seguinte”. Via de regra, quando se enviava mantimentos, a variedade contava com “carne salgada, toucinho, pão, legumes, bacalhau manteiga, queijo, sal, azeite, vinho, cerveja, vinagre e óleo de baleia”.³⁴ Hermann Waetjen também avaliou o preço médio de algumas mercadorias no Brasil, considerando-os

32 Richshoffer, op. cit. p. 88.

33 Idem, p. 92.

34 WAETJEN, op. cit. p. 478. Sobre o preço de alguns produtos, infere Waetjen: “Quando, porém os navios tardavam, as colheitas eram más, o inimigo invadia o território da colônia ou a falta de numerário de tornava sensível, então os preços dos viveres subiam rapidamente como se impelidos por uma potente mola. Especialmente os da manteiga, do queijo e do vinho. Estes três artigos eram os que sofriam mais fortes oscilações no mercado de Recife e eram por isso objeto de especulação preferido pelos comerciantes livres e judeus”.

em “tempos normais”, possivelmente para o período nassoviano.³⁵ Segue o quadro:

Artigos	Em florins
1 pão	0.20
1 libra de carne	0.30
1 libra de toucinho	0,40
1 libra de queijo	0,40
1 libra de manteiga holl	1. –
1 quarta de feijão	0,15
1 quarta de ervilhas	0,15
1 quarta de cevadinha	0,25
1 libra de farinha de trigo	0,25
1 alqueire de farinha	1,50
1 libra de farinha de centeio	0,15
1 libra de presunto	0,40
1 libra peixe-salpreso	0,20
1 libra de bacalhau	0,15
1 quartinho de azeite	1,50
1 quartilho de vinho espanhol	1,50
1 quartilho de vinho francês	1. –
1 quartilho de conhaque	1,75
1 quartilho de cerveja da Zelândia	0,50
1 quartilho de cerveja de Delft	0,75
1 quartilho de cerveja de Rotterdam	0,55

Fonte: WAETJEN, Hermann. O Domínio Colonial Holandês no Brasil. [1938], p. 482.

35 Certamente esses preços foram avaliados para o período nassoviano, quando, segundo o autor, a partir de 1640, trazia-se bacalhau para ser vendido no Brasil.

Caloricamente, a ração média de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais era de aproximadamente 3.400 calorias, quantidade essa satisfatória para trabalhos que exigiam esforço. Isso foi observado por Evaldo C. de Mello num estudo de Michel Morineau. Contudo, contra essa constatação, Mello observou bem que

“embora se possam encarar as conclusões do Sr. Morineu como uma aproximação útil ao problema, caberia assinalar que não se baseiam numa análise das condições reais do abastecimento das tropas neerlandesas no Brasil, supondo condições normais que foram antes a exceção do que a regra”.³⁶

Em se tratando do regime alimentar na Holanda, Simom Schama considerou o queijo, por exemplo, como pertencendo ao grupo de alimentos “de qualidades morais generalizantes”, uma vez que, ao ser prazerosamente degustado por todos, isso por si só “anulava as diferenças sociais na comunidade nacional”.³⁷ Para o propósito da guerra, a comunhão pelo queijo traria, sobretudo, o *espírito de corpo* que uma difícil empreitada exigia. Pelo menos antes de embarcar para o Brasil, como foi citado por Ambrósio Richshoffer, a ceia de queijo poderia dar a falsa impressão de fartura que os soldados

36 MELLO, op. cit. p. 185. O autor constatou a pouca resistência do soldado vindo do Reino a Pernambuco e notou a sua pouca resistência orgânica ao clima. De forma contrária, os soldados do norte da Europa eram mais resistentes que os portugueses, agüentando mais o cansaço das campanhas.

37 SCHAMA, op. cit. p. 168. O contrário também é verdadeiro. Algumas comidas eram mal vistas, principalmente pela religião calvinista. Observou Schama: “Especiarias exóticas, em especial as das Índias Orientais, como canela e macis, com sua fragrância inebriante e sua origem paga (ao contrário das raízes e legumes nacionais), podiam afastar os homens da culinária caseira e da moralidade comum. [...] Mas o grande inimigo, agente incansável de Satanás, era o açúcar. Entrando na República em quantidades adequadas para reduzir suficientemente o fator custo e chegar às mesas das camadas medias, o açúcar brasileiro alimentava o apetite dos holandeses por doces – apetite então já sedimentado.”

poderiam encontrar no Novo Mundo. Já o açúcar, na qualidade de “alimento pagão”, poderia afastar o homem da retidão moral.

É evidente que, numa situação de guerra, a preocupação imediata com a sobrevivência torna-se refratária às considerações de ordem moral, de modo que a Companhia das Índias Ocidentais, no Brasil, tentava diversificar ao máximo e, na medida do possível, a dieta.

Em 1635, já é possível saber que existiam diversas ‘padarias’ (*backerij*) espalhadas pela conquista. Isto porque, de uma só vez, chegaram alguns assistentes de padeiros para exercerem os seus ofícios em Pernambuco, na Paraíba e Itamaracá. O salário de um assistente de padeiro era de 13 ou 14 florins por mês. O “padeiro-chefe” chegava a ganhar 17.³⁸ Para se ter uma idéia, um soldado recebia 8 florins/mês. Provavelmente, a maior parte dos pães distribuídos na *conquesten* eram de trigo, ainda por volta de 1635. Um navio que partia do Recife em direção aos Países Baixos, foi aprovisionado com nada menos que 1000 arrobas de pão. É bem possível que esse pão fosse de farinha de trigo e não de mandioca, visto que ainda estava no tempo da “guerra velha” e não haveria tempo de se produzir uma quantidade grande de farinha de mandioca para se fazer um milhar de arrobas de pão. Soma-se o fato de que a mandioca tem ciclo de um ano. Se houvessem plantado a mandioca em 1634, talvez não colhessem tanto, dado que boa parte dos soldados estava e operações militares contra o Arraial do Bom Jesus e nos portos do litoral sul de Pernambuco, como ainda o estavam em maio de 1635, quando desembarcava o sobredito navio.³⁹

Nos cinco primeiros anos da presença holandesa no Brasil, a complementação dos víveres que vinham dos Países Baixos era feita com a pilhagem e a caça. No ano de 1635, o fornecimento de víveres vindos da Europa se deu em nove ocasiões. Desse grupo de

38 IAHGP. Coleção Jose Higino. *Dagelijckse Notulen*. 11/05/1635.

39 Idem.

embarcações, a única que discrimina a sua carga é o navio Walcheren, com farinha (de trigo) e outros.⁴⁰ Este número, se comparado ao aprovisionamento do ano de 1630 (primeiro ano da ocupação) é bem inferior. Em 1630, foram 35 abastecimentos de provisões e víveres de navios que entraram no porto do Recife.⁴¹ (ver anexo I). Podemos entender o maior aprovisionamento para o ano de 1630 pelo maior número de soldados que foram enviados ao Brasil, se comparado a 1635. Por outro lado, é possível que neste último ano, com o arrefecimento da guerrilha, tenha possibilitado o acesso da wic às fontes locais. Esse foi o caso do iate *De Goutvinck* que, em agosto de 1635, que trouxe do Cabo de Santo Agostinho uma carga de 800 alqueires de farinha obtida mediante pilhagem.⁴²

A expansão da conquista levava inevitavelmente à necessidade de se aumentar o aprovisionamento da tropas. Para termos uma noção, o comissário de bens Crispijnsz ficou de aprovisionar o iate *de leeuwerick* para uma viagem de três meses e com uma tripulação de 21 homens. Mais difícil ainda era prover o Forte Ceulen (Rio grande do Norte) com mantimentos para 300 homens por três meses.⁴³ Em agosto de 1635, foram feitos pedidos de ervilha, feijão e cevada para 100 homens que estavam acampados em Barra Grande (sul de Pernambuco).⁴⁴

Uma relação a ser feita é a que diz respeito ao crescimento do pequeno comércio e o abastecimento de víveres vindos dos Países Baixos. À medida que mais bens de comércio eram enviados para o Brasil, menos espaço sobriaria nos navios para os víveres e provisões.

O arrefecimento da guerrilha no sul de Pernambuco diminuía, pelo menos por hora, o ritmo de campanhas naquela área. Mas

40 Fonte: *Dagelijckse Notulen* do ano de 1635.

41 Fonte: Richshoffer, op. cit.

42 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 06/08/1635.

43 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 24/05/1635.

44 IAHGP. Coleção Jose Higino. *Dagelijckse Notulen*. 13/08/1635.

certamente outras frentes de combate haveriam de ser abertas. Em setembro de 1635, o Conselho Político dispôs o seu “plano de ocupação” para diversas partes da conquista. Nesse plano, a distribuição das tropas era a seguinte: Rio Grande do Norte (200 homens), Maranguape (150), Paraíba (700), Itamaracá (400), Recife e fortificações em torno (700), Cabo de Santo Agostinho (250), Barra Grande (200), Porto Calvo (200). Para o Rio São Francisco e Peripueira, mais ao sul, as projeções seriam de 400 soldados no primeiro e 200 no segundo ponto. Isso perfazia um total de 3500 homens em fortificações.⁴⁵

Um exemplo da dinâmica do abastecimento e suas exigências: num dos relatórios dos quais se serviu a WIC para se conhecer mais o Brasil, a recomendação era que, após a conquista, seria necessário “deixar uma guarnição adequada na fortaleza, fortificá-la contra as violências, aprovisioná-la de todo o necessário”. Neste relato, fornecido por indígenas levados à Holanda, aparecem “recomendações” de como se conquistar o Rio Grande e estabelecer contato com as tribos das proximidades. Para tal, os navios deveriam estar carregados, além dos víveres, de mercadorias de troca (*cargasoen*) para o trato com os tapuias e *brasilianen*. Sobre os recursos locais, os informantes ainda opinaram para que a WIC não duvidasse de que “eles [os indígenas locais] contenham boa quantidade de farinha, ervilhas, feijão e outras vitualhas dos selvagens para mandar a Pernambuco”.⁴⁶

De fato, quanto mais distante do Recife ficasse qualquer conquista holandesa, melhor pensado deveria ser o aprovisionamento, uma vez que a navegação nem sempre era favorável em determinadas

45 IAHGP. Coleção Jose Higino. *Dagelijckse Notulen*. 17/09/1635.

46 “Descrição da costa do noroeste do Brasil entre Pernambuco e rio Camocipe, do Relatório dos brasileiros seguintes: Gaspar Paraupaba do Ceará, de idade de 60 anos; Andrés Francisco do Ceará, da idade de 50 anos; Antônio Paraupaba de Tubussuram, que fica na distancia de 2 dias no interior da Paraíba, da idade de 30 anos; Pedro Poti, da idade de 20 anos” [1629]. In: DE LAET, Johannes. Roteiro de um Brasil desconhecido: descrição das costas do Brasil [1637]. KAPA Editorial, 2007. O relatório data do ano d 1629.

épocas do ano. Para o rio Grande do Norte, por exemplo, devia-se evitar a navegação nos meses de setembro-outubro-novembro, ocasião em que a monção de verão (que trás o vento do nordeste) empurra as águas para o sul.⁴⁷ Diante desse quadro, qual seria a estratégia de aprovisionamento da wic nos anos seguintes? Esses anos que antecederam a vinda de Nassau exigiram um grande esforço de racionalidade logística por parte dos administradores. Aprenderam a se adaptar às circunstâncias e, em várias situações, venceram as dificuldades. Não seria exagero afirmar que não existiria Nassau sem os que o antecederam.

Retomando ao tema da produção de farinha de mandioca, temos que os holandeses, desde os relatos de Adrien Verdonck, ou até antes, haviam tomado conhecimento das áreas de cultivo. Assim, foi reportado sobre a região do São Francisco, que as pessoas “fazem também ali bastante farinha”. Nessa área, muito embora a produção de açúcar seja inexpressiva (se comparada aos engenhos da Várzea ou da região do rio Una e do rio Serinhaém), a mandioca dividia o solo com o fumo.⁴⁸ Já em Alagoas, nos informes do cronista, produziam e plantavam “a maior parte da farinha que vem para Pernambuco”. Além da farinha, também produziam bastante fumo e comercializavam muito pescado seco e outros gêneros alimentícios.⁴⁹ Da mesma forma, Porto Calvo e a região do Rio Una tinham, além de muito gado, “bastante farinha”. Esta última, com a peculiaridade de se produzir milho.⁵⁰ Serinhaém e Ipojuca, além de muitos cereais

47 Correntes e ventos na costa do Brasil e entre Angola. In: DE LAET, op, cit, p. 110.

48 Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco, sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como de Itamaracá, Paraiba e Rio Grande. 20 de maio de 1630. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a história do Brasil Holandês. Recife: MEC/IPHAN, 1980, p. 35.

49 Idem, p. 36.

50 Idem, p. 36/37.

e pau-brasil, também pareciam ser bons fornecedores de farinha.⁵¹ No litoral sul de Pernambuco, no tocante a produção de gêneros, o Cabo de Santo Agostinho parece ser a exceção, uma vez que

“quanto a cereais, farinha, fumo, gado e peixe quase nada vem dali porquanto os habitantes apenas plantam, fabricam, criam e pescam o necessário ao seu consumo, dedicando-se principalmente à cultura da cana”.⁵²

A região da Várzea do Capibaribe, apesar de produzir “muita farinha, que ordinariamente é a melhor da terra”, destinava a mesma para o consumo de seus moradores.⁵³ A oeste do Recife, no interior, a região de São Lourenço, denominada por Verdonck como “mata do Brasil”, produzia, além de fumo, feijão e milho, uma “boa quantidade de farinha”. Ao norte do Recife, as localidades de Goiana, Araripe e Igarassu, passam despercebidas quanto a cultura da mandioca. Por fim, a Paraíba apresentava uma cultura de mandioca inexpressiva, “de pouca consideração”.⁵⁴ Três anos depois, o conselheiro político Joannes van Walbeeck, também ressaltava a produção de farinha de mandioca, principalmente ao sul do Recife (freguesias de São Francisco, Porto Calvo, Alagoas, etc). Sobre a agricultura de subsistência, especificou que “a farinha feita das raízes da mandioca serve-lhes [aos portugueses e luso-brasileiros] de pão, e é mais agradável aos portugueses e brasileiros do que o nosso trigo”.⁵⁵

Os holandeses encontraram no Brasil portugueses mais afeitos e adaptados à dieta da farinha de mandioca, resultado de quase cem anos de convivência com os nativos. Restava aos soldados europeus a serviço da wic se adaptarem a um novo regime. Certamente, a

51 Idem, p. 37/38.

52 Idem, p. 38.

53 Idem, p. 39.

54 Idem, p.44.

55 Relatório de Joannes van Walbeeck. In: DE LAET, op. Cit. p. 159.

primeira leva de soldados que veio em 1630 e que retornou aos Países Baixos em fins de 1632 ainda não contou com a farinha de mandioca no seu dia-a-dia. Os mais adaptados à dieta brasileira e à guerrilha eram mesmo os soldados luso-brasileiros, sobre os quais destacou Evaldo Cabral de Mello que

“não exageraria quem imputasse a agilidade dos soldados da terra, tão admirada pelas autoridades neerlandesas, não apenas às características físicas da população luso-brasileira, também por ela descrita como pequena e seca de corpo, mas também ao gosto da roupa leve e sumária”.⁵⁶

Do lado holandês, podemos dizer que em quase todas as campanhas empreendidas até 1635, era com o escasso trigo e outros cereais dos Países Baixos que teriam de contar os soldados da *wic*.

Certamente, quase todos estes pontos da capitania de Pernambuco situados acima forneciam farinha aos sitiados no Arraial Velho do Bom Jesus no início da guerrilha. Todavia, não dispomos de dados da produção de mandioca por localidade. É de se supor que ela tenha sido baixa, mesmo levando-se em consideração as localidades que remetiam farinha para o Recife. Lembremos que a população de Olinda foi para o Arraial se juntar à resistência, aumentando assim a necessidade de víveres. A guerra de resistência pôs fim à regularidade da produção de farinha tanto dos locais próximos ao Arraial, como do sul da Capitania de Pernambuco. Com alguma possibilidade, deve ter sido retomada após a queda do Arraial em Goiana, Itamaracá e na Paraíba.

A emergência dos *kleine profijten* nos anos 1635 e 1636, que trouxe consigo um maior dinamismo do comércio interno, também possibilitou a que se pensasse no próximo passo para a produção dos víveres, que passava principalmente pelo incremento da produção de farinha de mandioca. Pelo menos até a chegada de Mauricio de

56 MELLO, op. cit. p. 187.

Nassau e do *Hooge Raden* (Alto Conselho), no período acima citado, havia tempo de plantar as primeiras roças. Com o retorno de muitos moradores para suas casas, ressurgia não só a possibilidade de se plantar e colher o açúcar, mas de, aos olhos da Companhia, direcionar a plantação de mandioca para uma escala certamente maior do que se fazia antes da invasão. Antes desta, não apenas Pernambuco, mas também a Bahia consumia gêneros alimentícios da Capitania de São Paulo, sobre o que escreveu John Monteiro. A dificuldade de abastecimento de gêneros mesmo antes da invasão holandesa se devia, sobretudo, ao aumento *pari passu* da população branca e livre com o conseqüente aumento da produção açucareira em fins do século XVI e início do XVII. Existia então, como bem estudou John Monteiro, um “circuito comercial intercapitanias”. A ocupação holandesa viria a tolher este abastecimento e, em contrapartida, tentar suprir a falta daqueles gêneros.⁵⁷ Como veremos adiante, dentro da finalidade da Companhia das Índias Ocidentais no Atlântico, o problema do abastecimento de gêneros em geral, e da produção de farinha, em particular, era um problema interno e externo à *conquesten* holandesa.

Uma herança problemática: a produção da farinha de mandioca no governo nassoviano

Num relatório enviado do Brasil aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais, Maurício de Nassau e o Alto Conselho, entre

57 MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 100. Sobre a expansão bandeirante no Planalto Paulista e a economia açucareira observou o autor: “Com o advento do século XVII, estes movimentos vieram ao encontro de dois impulsos externos. Primeiro, o rápido crescimento da economia açucareira a partir de 1580, sobretudo nas capitanias de Pernambuco, Bahia e, em escala menos, Rio de Janeiro, fez surgir nas zonas secundárias oportunidades para criadores de gado e produtores de gêneros de abastecimento”.

outros assuntos, informavam sobre o que os portugueses consumiam. Nessa avaliação:

“Não há profusão nos seus alimentos, pois podem sustentar-se muito bem com um pouco de farinha e um peixinho seco, conquanto tenham galinhas, perus, porcos, carneiros e outros animais, de que também usam de mistura com aqueles mantimentos [...] Tem belíssimas frutas, como laranjas, limões, melões, melancias, abóboras, pacovas, bananas, ananazes, batatas, maracujá-açu, maracujá-mirim, araticum-apê e o belo e mais delicioso dos frutos, a mangaba e ainda vários legumes, milho, arroz e outros mais, de que fazem diversidade de confeitados. Estes são muito sãos, e deles comem em quantidade”.⁵⁸

Esse relato se deu um ano após a chegada de Nassau e os seus conselheiros. Afora a farinha e o peixe seco, a variedade alimentar existia incorporando-se à cultura local os gêneros holandeses. Dois anos depois, foi o Alto Conselheiro Adrien van der Dussen que, no seu relatório, dedicou à mandioca um tópico à parte. Van der Dussen ressaltou, em comparação aos cereais dos Países Baixos, a mandioca, dado que no Brasil deve-se apenas “lançar à terra as sementes para colher as sementes: lá se planta o que não se aproveita do arbusto, sem que nada se perca da raiz ou do que serve para alimento”.⁵⁹

Como se observou anteriormente, o abastecimento de víveres vindo dos Países Baixos era, quase sempre, insuficiente aos soldados da WIC no Brasil. No ano que antecedeu à vinda de Nassau, 1636, aproximadamente 18 embarcações trouxeram víveres, mas

58 Breve Discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas no Brasil, pelos holandeses, 14 de janeiro de 1638. In: MELLO, op. Cit, p. 109.

59 Relatório sobre o Estado das Capitanias conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdam, em 4 de abril de 1640. In: MELLO, op, cit. p. 198.

trouxeram também mais soldados, munições e mercadorias para serem vendidas aos *vrijluiden*. No final das contas, era constante a falta de alimentos para as tropas. Soma-se o fato de que, nos anos de 1635 e 36, o envio de mantimentos para as tropas estacionadas no litoral sul da capitania de Pernambuco era cada vez mais necessário. (ver anexo I)

O deslocamento das tropas para o sul da capitania, ao mesmo tempo em que exigia mais provisões para os soldados do *front*, fez com que as freguesias mais próximas ao Recife ficassem um tanto afastadas da guerrilha. Aos poucos, locais como a Várzea e Igarassu, por exemplo, começaram a ser ocupados por luso-brasileiros que aceitaram a dominação batava e retomaram a produção de açúcar. É no esteio da retomada da produção de açúcar, que Nassau e o Alto Conselho procuraram, nas propriedades daquelas freguesias, o incremento da produção de farinha de mandioca.

Entretanto, antes mesmo da execução desse intuito, a transição entre a “guerra velha” e a nova ordem imposta por Nassau viveu um período de transição em que as propriedades eram retomadas, ou por novos senhores de engenho ou até mesmo por autoridades militares ou civis holandesas. Mas o início da produção sistematizada de farinha não se deu de forma repentina e sem problemas. Pelo contrário, implicou numa relação tensa entre os administradores e a população local.⁶⁰

Em 1637, a conquista em Pernambuco foi dividida em quatro jurisdições (*jurisditien*), cada qual contendo uma câmara que a representasse. No primeiro relatório que procurou dar conta da administração no Brasil holandês já na gestão de Nassau e do Alto Conselho, em 1638, eram muitos os engenhos que ainda não tinham moído. No termo da Câmara da jurisdição do São Francisco, a mais meridional dos territórios conquistados, o relatório expôs que muitos

60 Sobretudo, senhores de engenho.

dos 15 engenhos que existem nos seus limites não iriam moer dentro de um curto prazo, “porquanto em razão da guerra e de terem por aí passado recentemente os exércitos de um e outro lado, estão sem dúvida muito arruinados”. Em seguida, na jurisdição ou distrito de Serinhaém, apenas 5 engenhos (no total de 18) iriam moer. Na jurisdição de Olinda (que englobava as freguesias de Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão, Muribeca, Várzea e São Lourenço), do total de 67 engenhos, apenas 47 moíam. Na jurisdição de Igarassu, do total de 8, um engenho apenas não moía. O território da Capitania de Itamaracá contava com os engenhos das localidades de Goiana, Taquara, Tejucupapo e Araripe, e do total de 20 unidades, 8 não davam safra. Na Paraíba a situação era bem melhor que nas outras partes da conquista, uma vez que lá apenas 2 engenhos não moíam, de um total de 20. Finalmente, no Rio Grande, apenas 1 engenho dava seus frutos. Logo, em termos aproximados, de um total de 147 engenhos, é certo que 89 davam cana até à época do relatório. Isto sem contar os engenhos da jurisdição do São Francisco que ainda iam moer e não foram discriminados.⁶¹ Mais da metade dos engenhos de toda essa área havia retomado a sua capacidade produtiva. Em termos relativos, os engenhos mais produtivos até então eram os da Capitania de Itamaracá e os da jurisdição de Igarassu. Em termos absolutos, os da freguesia da Várzea (jurisdição de Olinda).

O início da produção sistematizada de farinha de mandioca teve vez dentro de um quadro administrativo mais complexo após a vinda de Nassau e do Alto Conselho. Até 1636, era o Conselho Político que exercia a maior autoridade nas conquistas. A partir de 1637, Nassau e seus ministros implementaram as câmaras de escabinos (*schepenen*) nas diversas jurisdições (*jurisditien*) que especificamos acima. O papel dessas câmaras analisaremos mais adiante. Por

61 Breve discurso sobre o Estado das quatro capitánias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil. In: MELLO, Fontes para a História do Brasil Holandês.

enquanto, basta-nos saber que os escabinos ficavam, entre outras funções, com a fiscalização da finta de farinha que cada engenho deveria fornecer.

O incremento da produção de farinha se deu no mesmo momento da retomada da produção de açúcar nos engenhos. A “guerra velha” destruiu quase todas as propriedades e seus materiais de produção. O grau de dificuldade em “pacificar” a conquista através das campanhas de expulsão das tropas de resistência luso-brasileira para o sul concorria com a retomada da produção açucareira.

Outro dado é o crescimento demográfico em torno do Recife. Essa informação, que dificilmente pode ser precisada, fica sempre no campo da especulação. Pela altura do ano de 1641, além da população do Recife, que girava em torno de cinco a seis mil pessoas, agrupavam-se próximas várias aldeias de *brasilianen*. Essa concentração populacional deve-se sobretudo ao fato também de que entre Itamaracá e a Várzea do Rio Una se situar a grande maioria dos engenhos moentes. O investimento na retomada da produção açucareira era alto. Para se ter uma noção, num engenho puxado a bois, o investimento chegava a pouco mais de 2000 florins anuais. Os gastos incluíam o salário do feitor (375 florins), o mestre de açúcar (150 florins), o purgador (37 florins e 10 stuivers), o responsável pelo carregamento da produção (225 florins), madeira para carvão (375 florins) e reparações na instalação (750 florins).⁶²

Em fins de 1637, a Companhia dispunha de 7000 alqueires de farinha de mandioca para abastecer um efetivo de 2250 soldados e marinhaes.⁶³ É bem possível que a conquista de São Jorge da Mina, que ocorreu poucos meses antes e saiu do Recife, tivesse se beneficiado

62 IAHGP. Coleção José Higyno. *Dagelijckse Notulen*. 26/05/1637. Este cálculo não leva em consideração os bois e os escravos. O cálculo para a produção do engenho em questão era para 25 tarefas de cana-de-acucar, que poderia render 500 arrobas de açúcar.

63 IAHGP. Coleção José Higyno. *Dagelijckse Notulen*. 04/11/1637.

da farinha de mandioca no abastecimento das tropas. Futuramente, a conquista de Angola, em 1641, precisaria de muito mais.

Como foi dito ainda no início deste capítulo, o entendimento da produção de farinha de mandioca no período nassoviano passa pela compreensão da administração local. Mais especificamente, eram os escabinos que, juizes nas diversas *jurisditien* da conquista, deveriam cobrar uma espécie de finta ou contribuição do produto. Assim é que, em abril de 1639, o escabino da jurisdição de Olinda, Gaspar Dias Ferreira, informou a Nassau e ao Alto Conselho a situação dos moradores das freguesias da Várzea, Muribeca, Santo Amaro e Cabo de Santo Agostinho. O fato é que os ditos moradores não conseguiram plantar a quantidade exigida e pediram, através de Dias Ferreira, que o Alto Governo abrisse mão de metade da quantidade exigida.⁶⁴ Uma das “desculpas” fornecidas pelos moradores é que não só as roças não vingaram, mas “a velha farinha foi consumida” (*de oude mandioqua geconsummeert*). Certamente, nessas freguesias, a passagem de uma agricultura de subsistência para uma agricultura de maior escala talvez não fosse tarefa fácil. O fato é que, no ano de 1639, segundo os cálculos de Hermann Waetjen, o quilo da farinha custava mais do que o do trigo.

A organização do plantio adquiriu ares de mais organizada em julho de 1639, quando Nassau e o Alto Conselho lançou um edital (*placard*), para que cada senhor de engenho e lavrador, tanto holandeses quanto portugueses, plantassem 500 covas de mandicoca por escravo num espaço de 6 meses.⁶⁵

A distribuição de farinha por quotas fixas pelos moradores locais obedecia ao que na Guerra dos Trinta Anos chamava-se “sistema de contribuição” (*kontribuitionssystem*), ao que se referiu Evaldo Cabral

64 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 12/04/1639. Onde se lê: “Welcke alles geconsidereert zijn goet gevonden de bovengesegde freguesias te remitteren, de hefte van de farinha daer opgefinteert waeren”.

65 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 22/07/1639.

de Mello. No entanto, o mesmo se referiu ao “sistema de contribuição” nos termos da resistência luso-brasileira, em que

“durante a resistência, o provimento do Arraial e seguramente de outras praças-fortes foi confiado a vivandeiros (expressão utilizada por cronistas como frei Manuel Calado e Brito Freyre), um método mais apropriado à existência relativamente sedentária de guarnições do que a um exército em marcha”.⁶⁶

Parece que esta forma de “cota fixa” também valia para os holandeses, sobretudo quando se trata de um exército cuja maioria do efetivo estava confinada em fortificações. Prática de aprovisionamento europeia aplicada no Brasil nassoviano.⁶⁷

O preço do alqueire de farinha, por volta de 1642, foi fornecido por Johan Nieuhof, segundo o qual

“o governo dá por mês aos soldados holandeses e nativos meio alqueire (7 litros) de farinha, a cada um. O preço do alqueire, na média, regula quatro florins, ora mais ora menos”.⁶⁸

Segundo Watjen, para o período da administração nassoviana, “a farinha não era exportada, pois toda a produção era consumida no país, sem nada restar”.⁶⁹ Seria mesmo difícil a exportação deste gênero, dada a constância e volume das campanhas empreendidas pela WIC em várias partes do Brasil. O autor também assegurou que a remessa de farinha de trigo não cessou, mesmo com a produção de farinha de mandioca, “afim de que a colônia se achasse sempre

66 CABRAL DE MELLO, Evaldo. *Olinda Restaurada*, op. cit. p. 193.

67 Idem. *Paro lado luso-brasileiro, o kontributionsystem*, segundo o autor, foi adotado sobretudo a partir de 1635, quando o exército estava acampado ao sul da Capitania de Pernambuco.

68 APUD. Waetjen, op. cit. p. 446.

69 Watjen, op. cit. p. 447. O autor também assegurou que a remessa de farinha de trigo não cessou mesmo com a produção de farinha de mandioca.

garantida, no caso de estrago das plantações pelas intempéries ou por força das inundações”.⁷⁰

Outra peculiaridade do sistema de cobrança por contribuição imposto por Nassau e o Alto Conselho é que a cobrança e fiscalização era tarefa da administração local civil e não de militares. É que o relativo clima de paz que passou a existir a partir de 1635, como fora para os luso-brasileiros nos anos analisados por Cabral de Mello, permitiu uma certa calma da administração superior para implantar um *modus operandi* administrativo que viabilizasse a fiscalização nas freguesias sem as urgências de uma guerra imediata. Apesar disso, o desconforto rondava as freguesias, de forma que as tropas luso-brasileiras não davam trégua aos holandeses e cruzavam constantemente as fronteiras do Brasil holandês, atingindo diversas jurisdições e destruindo plantações de cana-de-açúcar e roças de mandioca.

Também não era impossível que militares ajudassem na fiscalização, sobretudo nas freguesias em que ainda não existissem os escabinos. Foi o caso do Coronel Hans Koin que reportou à administração superior que a Freguesia de Serinhaém levantaria 3.200 alqueires de farinha a partir de 175.670 covas de mandioca plantadas.⁷¹ A notícia era de julho de 1639 e a promessa da farinha era para dentro de um mês.

As roças de Serinhaém, freguesia situada ao sul da capitania de Pernambuco, certamente seriam bem vindas às tropas da WIC. Já o responsável pela administração da capitania de Itamaracá, Pieter Mortamer, informou que aquela região produzia 20.000 alqueires

70 Idem. P. 447.

71 IAHGP. Coleção José Higyno. *Dagelijckse notulen*. 22/07/1639. No qual se lê: “De Heer colonel Coin, rappoteert mede soo dat volgens de Commissie hem opgeleyt, hij de rossas hadden doen texeren in de fregasie van Serinhain ende onder alle de invonders bevonden te sijn 175670 covas van achtman den ende daer em boven out, welck getaxeert, nae consideratie van iegelijcx gront ende vruchtbaerheijdt als desselfs sullen t samem aen de compagne binnen den tijt van een maent uitleveren 3.200 alquer farinha”.

farinha. No entanto, o mesmo reforçou a necessidade de se tomar parte dessa produção para o sustento dos moradores locais (*de inwoonders met souden behouden om te leven*).⁷² A produção de farinha por alqueire de Itamaracá, mais de cinco vezes maior que a freguesia de Serinhaém, pode nos dar bem a medida de que ao norte de Pernambuco o plantio da mandioca já estava bem consolidado. Talvez isso se devesse ao fato de que esta parte da conquista estivesse menos vulnerável aos ataques luso-brasileiros. Não foi à toa que o pequeno comércio, já visto no capítulo anterior, teve início naquela área, que incorporava a jurisdição de Goiana. Na própria ilha de Itamaracá, já é sabido que o incremento da produção de víveres, incluindo a farinha, já se fazia desde antes da vinda de Nassau e do Alto Conselho. Já as freguesias ao sul de Pernambuco, como é o caso de Serinhaém, ficaram até 1636, e mesmo depois, sujeitas aos ataques das tropas luso-brasileiras vindas da Bahia. Muitos militares a serviço da Companhia andavam nas matas do sul a destruírem e causarem terror à população local, fato este que já foi bem documentado.

A produção de farinha da jurisdição de Olinda também era bem menor do que a da capitania de Itamaracá. Ficava em torno de 2.320 alqueires. Curioso é que a produção da freguesia da Várzea do Capibaribe, apenas 253 alqueires, contra 828 da freguesia de Santo Amaro e 876 de Muribeca. Isto talvez se explique pelo fato de que na Várzea a produção de açúcar tivesse retornado de forma efetiva, uma vez que lá, por essa época, aproximadamente 50 engenhos moíam. Sobravam terras para a mandioca?⁷³ Na jurisdição de Olinda,

72 IAHGP. Coleção José Higyno. *Dagelijckse notulen*. 26/07/1639.

73 IAHGP. Coleção José Higyno. *Dagelijckse notulen*. 23/08/1639. Na qual se lê: “Al-soo de Schepenen van Olinda met haer districten nos lijsten hebben overgelevert hoe veel farinha de volgende freguesias os souden leveren uit de mandioques die boven de 8 maenden out sijnd te weeten: Moribequa (876 alquires); St Amaro (828), de Varges (253 1/2), Biberibe (76 1/2); Paratibi ende Jagoaribi (285)”.

ao contrário da Capitania de Itamaracá, o número de engenhos moentes era na ordem de 12 ou treze unidades (de um total de 20). Logo, sobravam terras para a mandioca.

Até o momento, pudemos observar que o conhecimento das condições de produção de farinha pelas diversas freguesias demandava algum tempo, de forma que houve, conforme condições específicas, diferenças na produção de cada uma. Outro dado importante é que as chuvas poderiam influir no resultado final do fornecimento da quota de mandioca. Enquanto a parte sul da capitania de Pernambuco, zona climática conhecida como Mata Úmida, o índice pluviométrico era alto, ao norte de Pernambuco, a Mata Seca propiciava, pela menor quantidade de chuvas, uma maior produção de farinha. Logo, o clima funcionava como uma importante variável na produção da “munição de boca”.

Parece que a farinha não era suficiente para abastecer os soldados das guarnições. Em novembro de 1639, o Alto Governo recebia notícias dos comandantes dos efetivos das guarnições de Serinhaém, Una, Alagoas, Porto Calvo e até mesmo da Paraíba, que diziam que os moradores não vinham fornecendo farinha (*dat sij geen farinha naer de eijsch ofte nootdruft voor de guarnisoenen van de inwoonders connen becomen*).⁷⁴ Viviam apenas com um pouco de pão de trigo. Assim, as “necessidades das guarnições”, sendo mal atendidas, faziam afundar os sonhos da wic de ocupação do Nordeste.

As guarnições acima esperavam ansiosamente pela chegada de suprimentos dos Países Baixos. Por isso, percebe-se que, muito embora não estejamos nos “tempos difíceis” de Wanderbuch, o problema do abastecimento das tropas continua no Brasil nassoviano.

74 IAHGP. Coleção José Higyno. *Dagelijckse notulen*. 08/11/1639. Quem enviou as cartas se referindo às dificuldades do abastecimento de farinha nas diversas guarnições foram o Coronel Coin (Serinhaém), o Capitão Preston (Una), Major Piccart (Paraíba), Capitão Preston (São Lourenço), Major Mansfeld (Alagoas) e o Diretor Bas (Porto Calvo).

A tentativa de racionalizar a produção de farinha não encontrava o sucesso na prática.

No caso do Nordeste, se havia divergências entre os modelos de colonização português e holandês, como bem observou Sérgio Buarque de Holanda, as dificuldades de abastecimento local laçaram com igual força a coroa portuguesa e a Companhia das Índias Ocidentais.⁷⁵ Se havia plano de abastecimento da wic para a ocupação do Nordeste, o mesmo não incluía o abastecimento sistemático das tropas com a farinha local. Foi só com o correr da presença no Brasil que o Conselho Político e, posteriormente, Nassau adotaram um “plano emergencial” de abastecimento. Dessa forma, portugueses e holandeses se assemelhavam pelo fato de agirem segundo as necessidades do momento. Assim sendo, portugueses e neerlandeses se assemelhavam no pragmatismo. Nassau não transpôs o problema do abastecimento, herança de seus antecessores.

A falta de víveres para as tropas limitava a expansão neerlandesa no Nordeste como veremos no exemplo a seguir. Em maio de 1635, o Conselho Político justificava a dificuldade em se enviar um maior efetivo para operações no litoral da Bahia da seguinte forma:

“O fato de não podermos mandar mais soldados imediatamente está relacionado, de um lado, com a grande falta de provisões que nós temos neste país e, por outro, porque os marinheiros dos navios que se encontram em Barra Grande estão sendo utilizados na ocupação de Porto Calvo em campanhas terrestres”.⁷⁶

75 Segundo Sérgio Buarque de Holanda, “o sucesso de um tipo de colonização como o dos holandeses poderia fundar-se, ao contrário, na organização de um sistema eficiente de defesa para a sociedade dos conquistadores contra princípios tão dissolventes. [...] O que faltava em plasticidade aos holandeses sobrava-lhes, sem dúvida, em espírito de empreendimento metódico e coordenado, em capacidade de trabalho e coesão social”. Ref. *Raízes do Brasil*, p. 62.

76 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse notulen*. 29/05/1635.

Numa outra ocasião, em setembro de 1635, o Conselho Político festejava a expulsão das tropas luso-brasileiras do Rio Grande do Norte até São Gonçalo. Mas lamentava a presença das tropas comandadas por Matias de Albuquerque e o Conde de Bagnuolo ao norte de Alagoas. Para derrotá-las, pensavam os conselheiros políticos e os oficiais militares que deveria se fazer uma grande ofensiva que contasse com embarcações bem abastecidas. Após várias conjecturas e reuniões, concluíram os administradores o que se segue:

“Nós compartilhamos da opinião de que uma embarcação bem abastecida é difícil de se arranjar, principalmente porque lugares como a Paraíba e o Cabo de Santo Agostinho devem ser abastecidos urgentemente com víveres e outros bens [...]”.⁷⁷

Na mesma ata do governo holandês mencionada logo acima, o Conselho Político deixava exposto a herança do mau abastecimento que legariam a Nassau na seguinte passagem:

“[...] se levou em consideração que o exército deverá ser abastecido continuamente de farinha e animais, assim como outros lugares que quase não têm mais nada. Para realizar esta operação quase não teríamos mais dinheiro em caixa e os portugueses não querem vender a crédito porque muitos já estão lhes devendo. Levando em conta alguns assuntos, torna-se claro porque o conselho terminou a reunião neste ponto e que os outros pontos serão discutidos na próxima reunião depois que tenhamos discutido sobre este problema”.⁷⁸

Estes exemplos citados acima nos mostram bem as limitações da expansão territorial batava em função da dificuldade de aprovisionamento. Da mesma forma, algumas décadas antes, os portugueses sentiram nas suas campanhas de conquista da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Maranhão.

77 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijkse notulen*. 13/09/1635.

78 Idem.

A importância dada à farinha de mandioca por Nassau encontra mais um precedente na administração que o antecederia nas proposições do conselheiro Jacob Stachouwer. Apresenta-nos uma *notulen*:

“O Senhor Stachouwer proprõe, tendo em vista que nós não temos condições de comprar bastante farinha por causa da escassez de meios líquidos e tendo em vista que a farinha de trigo que chegou aqui em abundância não é tão nutritiva como a farinha de mandioca, se não é aconselhável fazer uma troca da farinha de trigo pela farinha de mandioca com os portugueses [...] o mesmo foi aprovado sob a condição de que no mínimo a troca seja feita pela mesma quantidade de farinha de mandioca que temos em farinha de trigo, isto em benefício da Companhia”.⁷⁹

Em 1640, o medo do mau abastecimento das tropas holandesas chegava num momento em que o iate *Siara* trazia ao Recife a informação de que os espanhóis preparavam uma armada para atacar o Recife.⁸⁰ Nas recomendações que foram dadas aos comandantes de diversas guarnições, um delas era de que deveriam, através de seus aprovisionadores, juntar toda a farinha disponível para a possível utilização em campanhas. Assim fez os Comissários de Bens Hon-diús e Alber Gerritz com a farinha do Cabo de santo Agostinho. Era necessário se ter provisões para os 12 navios que serviam na ocasião no Brasil.⁸¹

Apesar das reclamações dos chefes das diversas guarnições, em novembro de 1639 na Paraíba, os escabinos mandavam dizer que poderia se esperar muito da contribuição da capitania, porém não informando a quantidade de farinha a ser produzida.⁸² O aviso vinha

79 Idem, 08/04/1636.

80 IAHGP. Coleção José Higyno. *Dagelijckse notulen*. 13/11/1639.

81 Idem, eram os navios De Witte Leeu, Tertoolen, d'Eendragt, de haes, Westwouderkerk, De Prins, Prins Hendrick, de Hoope, de Saeijer, de Stockvis e Soutkas.

82 IAHGP. Coleção José Higyno. *Dagelijckse notulen*. 21/11/1639. Onde se lê: “De schepen van Paraiba van wegen de gemeente der selver Capitanie remonstreren

em boa hora para as *guanisioen* (guarnições) que estavam estacionadas lá. Um mês depois, o conselheiro Daniel Alberti informava que se esperasse, num curto prazo, a quantia de trezentos alqueires de farinha. A população local, na falta do produto, se sustentava com milho e bananas.⁸³

De uma forma geral, pouco se sabe acerca da adaptação dos soldados da Companhia das Índias Ocidentais à farinha de mandioca. É possível, contudo, que nem todos os soldados se afeiçoassem à raiz. Pelo menos na crônica de Pierre Moreau, a farinha de mandioca “causa aos europeus, quando se alimentam sempre dela, o mesmo efeito: ataca e ofende o estômago e, com o correr do tempo, corrompe o sangue, muda a cor e debilita os nervos”.⁸⁴ Talvez possamos ver com reservas as considerações de Moreau, uma vez que suas crônicas se referiam à fase final da ocupação holandesa no Brasil, numa fase de grande desestruturação da produção de víveres. Soma-se o fato de que é possível que os víveres que viessem dos Países Baixos estivessem estragados, provocando problemas de saúde aos soldados que os consumissem. Esse exemplo já vimos nos primeiros anos da ocupação, sobre os quais nos referimos anteriormente. Mas Pierre Moreau nos dá uma outra pista, que é a de que o Recife e a Cidade Maurícia (edificada na Ilha de Antônio Vaz a mando de Nassau) se abasteciam às largas dos víveres provenientes da interlândia em seu entorno. Pelo menos isso ficou claro no caso da falta de “frutas e refrescos” que os moradores do Recife sofreram nos últimos anos da ocupação holandesa, porque “privados de todos os socorros dos campos”.⁸⁵

dat haer landen soo veel farinha met connen uitgeven als tot behouff van guar-nisioen ende haere families van noode hebben...”

83 IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen. 21/12/1639.

84 MOREAU, Pierre. História das ultimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e relação da viagem ao país dos tapuias (Roulox Baro). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 46.

85 Idem.

A tentativa de se aumentar a produção de farinha imposta por Nassau, nunca atingiu um nível satisfatório. José Antônio Gonsalves de Mello descreveu bem este desconforto ao tratar da constante insuficiência na sua distribuição. Nas fortificações, a situação da carência de víveres chegava a tal ponto que Nassau afirmou: “ai os ratos morrem de fome nos armazéns”.⁸⁶ O autor de *Tempo dos Flamengos* tratou a política de produção direcionada de farinha de mandioca implementada por Nassau como um sinal de preocupação dele em relação à monocultura. Dessa forma,

“apesar, porém, de todas as dificuldades, de todos os vexames suportados pelos moradores e da insuficiência das colheitas, Nassau persistiu na sua política de incrementar a produção de farinha, combatendo, como podia, os efeitos da monocultura”.⁸⁷

Para Gonsalves de Mello, havia mesmo “um programa” de Maurício de Nassau para combater a monocultura, tendo como principais opositores os senhores de engenho.⁸⁸ A atividade açucareira, com toda a sua complexidade, exauria a mão-de-obra escrava. No final das contas, não dava tempo aos escravos de trabalharem na plantação e corte da cana e, na entressafra, produzir a finta de 500 covas exigidas pela administração superior.⁸⁹ Vale salientar que os lavradores ficavam com a obrigação de fornecer 1000 alqueires de farinha.

86 IAHGP. Coleção José Higinio. *Brieven em Papieren uit Brasilië*. 1640. onde se lê: “in fortien sonder vivres, daer de ratten in de magasijnen van honger sterven”.

87 MELLO, op. cit. p. 152.

88 Idem, p. 153.

89 Segundo Mello, “já ficou referido que, em 1637, os Vereadores da Câmara de Olinda previram uma fome geral, porque os moradores haviam alugado os seus negros para a plantação de canaviais. Em 1639 os senhores de engenho e lavradores alegaram que não poderiam plantar, ao todo, 500 covas de mandioca por escravo nos meses de janeiro e agosto, porque em agosto e setembro os negros estavam ocupados com o corte da cana, o seu transporte, a moagem etc.”

Outro aspecto a ser considerado seria, talvez, a insuficiência de mão-de-obra escrava para o cultivo da mandioca. Para os anos de 1638, 39 e 40, o número de escravos vendidos em Pernambuco era de, respectivamente, 1.711, 1.802 e 1.188. Parece muito, mas parece também que este número de escravos para o período em questão não satisfazia ainda à demanda para a produção total dos engenhos da conquista. Para ser ter uma idéia, a população escrava em Pernambuco antes da chegada dos holandeses era de aproximadamente 5.000 almas. No auge da importação de escravos para Pernambuco, os holandeses puderam contar com pouco mais de 5. 500 deles, no ano de 1644.⁹⁰

Na tensão do cotidiano, as notícias que vinham de fora da conquista poderiam interferir no deslocamento de um determinado efetivo de uma para outra região. Consequentemente, o local que “abrigava” a tropa, pela proximidade, deveria fornecer a farinha necessária. Em início de 1640, a WIC teve “muitas informações de que os inimigos estavam armados com 56 velas e havia se alojado em Alagoas vindos da Bahia”. Dentre essas embarcações, havia 33 navios de guerra (*oorlogschepen*). Como mesmo informou a *brieven*, tal esquadra “estava destinada a permanecer naquela costa com o fim único de fazer guerra”. Diante desse quadro, instalou-se o medo e as medidas para o abastecimento foram tomadas. Desde janeiro, as tropas do major Mansveldt estiveram em Alagoas, retirando-se logo em seguida para Porto Calvo, onde os moradores foram intimados a fornecerem mais farinha. Parece que aí as tropas de Mansveldt receberam muita farinha (*heeft ons seer veel farinha uitgelevert*). Estas situações exigiam bastante do abastecimento das tropas. Especificamente, nessa mesma época, soube-se no Recife que Filipe Camarão

90 WAETJEN, op. cit. p. 487. Sobre o numero de escravos encontrados pelos holandeses em Pernambuco quando da invasão em 1630, considerou Hermann Waetjen: “muito longe estavam de satisfazer às carências de trabalhadores escravos para o serviço agrícola na colônia”.

e Capitão Barbalho haviam cruzado o Rio São Francisco com um efetivo de 1.500 homens, indo se estabelecer em Alagoas. Diante desse quadro, o Major Cornelis van der Brande escrevia ao Alto Conselho no Recife, pedindo medidas com relação ao aprovisionamento. Van der Brande estava no limite da conquista, no Forte Maurício.⁹¹

Essas notícias mobilizavam todas as fortificações holandesas. Por extensão, os moradores ficavam de sobreaviso. Diante desse quadro de medo e tensão, não fica difícil imaginar que o incremento da produção de farinha por Nassau tivesse se dado mais pela necessidade de abastecimento imediato das tropas do que mesmo pela preocupação do príncipe em acabar com os malefícios da monocultura. Homem de Guerra, prático nas estratégias, Nassau saberia bem procurar alternativas para encontrar recursos locais de abastecimento. Antes mesmo de vir ao Brasil, ele estava bem informado do hábito da plantação de farinha pelos moradores.

A falta de farinha atingia sobretudo a população civil mais pobre. Dois anos após as publicações dos editais para a produção de farinha, o Alto Governo informava que “não se podia mais obter farinha e carne da terra” e que “a farinha disponível chegava agora ao fim”.⁹² Na substituição da farinha, alimentavam-se de milho.

Por vezes, a Companhia contava com algum apresamento. Em 24 de abril de 1640, o navio holandês *Alckmaer* chegou ao Recife trazendo uma caravela que cruzava o litoral da Bahia com uma boa carga de víveres. A embarcação havia saído de Lisboa no dia 5 de fevereiro transportava trigo, óleo, bacalhau e outros produtos. O apresamento foi comemorado por Nassau e o Alto Conselho, principalmente

91 IAHGP. Coleção José Higino. *Briven en Paieren uit Brasilien*. Carta de Nassau e do Alto Conselho ao Conselho dos XIX.

92 Idem. Onde se lê: “de farinha en vlees is niet langer uit lant te becomen, men moet de armen inwoonderen die maer twee aff 3 koeyen hebben om van de melck met haer kinderen t eleven deselve affperssen, jae met gewelt nemen ende noch sijnder soo qualijck meer te krigen. De farinha is nu ook gans te eynde [...]”

quanto ao bacalhau, dada a “necessidade de carne em diversas partes, as quais serão supridos por mais 4 ou 5 semanas”.⁹³

As campanhas militares empreendidas além do rio São Francisco causavam diversos males a população civil. Em meados de 1640, Nassau expediu uma *structie* ao Coronel Hans van Koin que comandou uma expedição ao norte da Bahia (*noord quartier van Bahia*) e, uma de suas ordens era a destruição de plantações de mandioca que encontrassem pela frente. Isso ficou bem especificado no artigo 9 da Instrução.⁹⁴ Por vezes, a remessa de víveres era prejudicada pelo fato da mercadoria se estragar. Certa vez, o navio do *vrijluiden* Abrahan Geurtsen, perdeu mais da metade de sua carga.

A insuficiência do abastecimento de farinha de mandioca pode ser percebida pela falta da farinha de trigo. Em meados de 1641, Nassau e o Alto Conselho confirmou claramente que “o trigo é o mais necessário de todos os mantimentos e é o que agente mais espera que se traga”.⁹⁵ A expectativa do “pessoal de guerra” (*krijsvolck*) pode indicar mesmo a preferência que os soldados da WIC tinham pelo trigo em detrimento da farinha de mandioca. Isso reforça a opinião exposta acima por Pierre Moreau, da inadaptabilidade dos soldados da Companhia à raiz da terra.

93 IAHGP. Coleção José Higino. *Briven en Paieren uit Brasilien*. Carta de Nassau e do Alto Conselho ao Conselho dos XIX. 7 de Maio de 1640. Onde se lê: “De bekome ne bacaljau slaecht ons seer wel in dese in dese schaersheyte van beesten, om dat wij het gebreck van vlees in verscheiden plaetsen binnen t'lands daermede voor 4 aff 5 weecken suppleeren, doende aen yder 3 tt visch tot 5 stuyvers tt ter weecke tot rantsoen uitgeven”.

94 IAHGP. Coleção José Higino. *Briven en Papieren uit Brasilien*. “Instructie van wegen suijn Excie voor den Ed. Gestrengen Hans van Koin Colonel gaende als hooft ende generael commando hebbende over de troupen ende de scheepen die men voornemmers is aen Rio Reael oft daer ontrent op des viants boden, dese naest maenden te doen begienende ende onderhouden” Recife, 23 de maio de 1640.

95 IAHGP. Coleção José Higino. *Brieven en papieren uit Brasilie*. Carta de Nassau e do Alto Conselho ao Conselho dos XIX. 1641. Onde se lê: “Het meel is het noodigste van alle vivres, dat best kan verwaert worden, ende aen den man gebracht worden”.

As dificuldades alimentares do “pessoal de guerra”, contraditoriamente, geravam algum dividendo para a própria Companhia, uma vez que na falta de comida, “gastavam os seus *penningen* nos armazéns” da mesma.⁹⁶ A dieta era complementada pelo estoque de peixe enviado dos Países Baixos que remanesciam nos armazéns da wic. A carne de boi atingia um alto preço em razão da carência de animais. Muitos deles estavam sendo utilizados em atividades nos engenhos (moagem e carro de boi).⁹⁷

Em Angola, as tropas holandesas sitiadas em Luanda compravam mantimentos dos portugueses que ocupavam o interior ao longo do rio Kuanza e nas regiões Massangano e Cambambe. Também lá, como bem observou Alberto da Costa e Silva, quando ambas as partes não estavam em conflito, faziam comércio entre si. Dessa forma, os holandeses compravam aos portugueses principalmente manteiga, queijo e azeite.⁹⁸ Na África centro-ocidental, as brigas intertribais influenciavam bastante o abastecimento dos soldados da wic. Enquanto em Pernambuco o fornecimento de farinha como gênero de primeira necessidade era prejudicado pela insuficiência do solo e destruição das roças por campanhistas luso-brasileiros, nas proximidades de Angola, os portugueses construíram um arraial na foz do Rio Gango (por volta de 1643) com o fim de destruir as terras que os congueses cultivavam para abastecer os holandeses.⁹⁹

Tudo leva a crer que, na África, a destruição sistemática de roças como tática de guerra de ambos os lados era mais prejudicial aos holandeses que mesmo aos portugueses, de forma que é bem possível que a wic houvesse recorrido aos víveres do Brasil. No entanto,

96 Idem, “, dan hare penningen in de magasijnen te besteeden. Met de stockvis die bij Uwe Ed e. gesonden wort...”

97 Idem.

98 SILVA, Alberto da Costa. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão (1500-1700)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 466.

99 Idem, p. 469.

a carestia alimentar teve mais uma “solução local”, de forma que os holandeses sentiram-se obrigados a negociar com os portugueses um comércio sem hostilidades. Finalmente, para Alberto da Costa e Silva, “teriam sido, aliás, as necessidades de abastecimento – em torno de Luanda, a terra era sáfara e pouco produzia – o que moveu os flamengos a negociar o documento”.¹⁰⁰

A farinha de mandioca poderia alimentar os escravos nas viagens de volta ao Brasil. Nessa perspectiva, o aumento do tráfico de escravos a partir da conquista de São Jorge da Mina pela WIC poderia ter demandado uma quantidade cada vez maior de farinha. A troca deste produto por escravos pode ter sido, o que não foi regra, efetuada a partir da segunda década do século XVII em Angola pelos portugueses.¹⁰¹

Sobre os números do comércio de escravos, tem-se como valor estimado a quantidade de pouco mais de 23 mil “peças de negros” (*stucks negros*) entre os anos de 1636 e 1645. O auge da importação de escravos se deu no ano de 1644 (5.565), coincidentemente o último ano da presença de Nassau no Brasil.¹⁰² Mas o local de onde provinham os escravos vindos para o Brasil não eram os mesmos. Mesmo após a conquista de Luanda, em 1641, muitos escravos provinham dos portos mais ao norte, da Costa da Guiné, Mina, dos portos de Calabar, do Cabo Lopez e de Ardras. Antes da conquista de Angola, em 1641, e mesmo bem antes de se dedicarem ao tráfico negreiro, conheciam bem os portos ao sul do Cabo Lopez para adquirir sobretudo marfim. Mesmo estabelecidos na Mina e em Axim, a WIC procurava controlar, como destacou Alberto da Costa e Silva, “os escoadouros do ouro”. O mesmo também observou que,

100 Idem.

101 Idem, p.864.

102 WAETJEN, op. cit., p. 487. A tabela de escravos vendidos no leilão do Recife e apresentada por Hermann Waetjen é fruto de informações colhidas no “Anuário Historico Hanseático de 1913”.

mesmo em El Mina, os holandeses iam pegar escravos sobretudo na Senegâmbia para não esbarrarem nos territórios dominados pelo Manicongo.¹⁰³

Tabela II: Números do tráfico de escravos para o Recife

Navio	Chegada	Escravos (peça)	Procedência	Mortos
De Camel Charitas	29/04/1640	325	Mina e Ardras	27
Die Swarter Aercob	08/09/1640	369	Cabo Lopez e Calabar	90
St. Joan Batista	08/09/1640		Cabo Lopez e Calabar	90
Leeuwine	08/03/1641	265	Ardras e Calabar	51
De Swarten Arent	30/06/1641	263	Mina e Calabar	60
Thuis	21/10/1641	89	Angola	13
Nassau	07/02/1642	391	Costa da Guiné	60
Matanca	11/03/1642	349	Costa da Guiné	70
-	04/1642	367	Angola e “bosques da Guiné” (t'bosch van Guinaea)	43
Leyden	08/08/1642	65	São Tomé e Costa da Guiné	14
Mauritius Prince	11/1642	312	Luanda	-
Gheelde Rhec	05/01/1643	147	“bosque da Guiné”	-
Nassau	26/08/1642	-	Guiné e São Tomé	-
'T Wapen van Mademblick	17/01/1643	-	Guiné	-
Nassau		232	Guiné	-

103 COSTA E SILVA, op. cit., p. 664.

Navio	Chegada	Escravos (peça)	Procedência	Mortos
Het Wapen van Doordrecht	26/01/1643	146	Angola	-
De Camel	12/02/1643	345	Guiné	75
De Beigvis	12/05/1643	350	Luanda	“boa parte da carga morreu”
Den Swarten Arent			Guiné	-
Bejvis			Angola	-
Brack	28/05/1643			-
Walckeren	20/10/1643	595	Angola	-

Entre março de 1641 e novembro de 1642, foram registrados pelo menos seis carregamentos de escravos provenientes daquelas partes. Em pouco mais de dois casos, a carga humana veio de Angola.¹⁰⁴ No ano de 1643, a frequência era maior dos navios provenientes de Angola. Um deles, o conhecido *Walckeren*, trouxe ao Recife nada menos que 595 escravos.¹⁰⁵ Vale acrescentar que até a data do leilão, na Rua dos Judeus, a alimentação dos escravos ficava a cargo da Companhia. Muitas vezes, os mesmos ficavam até uma semana sob responsabilidade da WIC.

A viagem entre Angola e Recife durava aproximadamente 35 dias, já a de El Mina e Recife demorava mais um pouco. Era necessário prover os escravos durante, pelo menos, mais de 30 dias. Dada a situação de penúria porque passavam os

¹⁰⁴ IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 1641 (8 de março, 30 de junho, 21 de novembro) e 1642 (7 de fevereiro, 11 de março, abril, 08 de agosto e novembro).

¹⁰⁵ IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 20/10/1643.

soldados da wic no Brasil, não é de se surpreender que os editais para plantação de mandioca exigidos por Nassau e o Alto Conselho a partir de 1639 fossem para os escravos do tráfico. Soma-se o fato de que, dependendo de onde viessem no interior da África, é bem possível que alguns escravos não tenham se adaptado à dieta da farinha de mandioca nas viagens e no Brasil.¹⁰⁶

Em se tratando da troca de produtos, por escravos, no caso dos holandeses, vários produtos comprados em Gênova a baixíssimo custo eram levados para os portos do tráfico.¹⁰⁷

Votando ao abastecimento de farinha de mandioca, temos que as poucas milhares de covas que poderiam ser produzidas pelas freguesias de Pernambuco e Paraíba fossem insuficientes para abastecer os escravos na viagem atlântica, numa média de pouco mais de mil peças ao ano. Não bastava a Nassau conquistar o principal ponto de desembarque de escravos para as Américas. Em princípio, a estratégia militar que levou, logo após a aclamação de D. João IV ao trono, os holandeses a se apoderarem de Luanda foi um sucesso. Luis Filipe de Alencastro descreve bem as estratégias da wic até chegar a conquista de Luanda, em 1641. Segundo ele,

“constatando que Pinda e Mina não davam conta do fornecimento de escravos a Pernambuco, o *Statthouter* (Nassau) deixa a Bahia de lado e lança seus navios sobre o pólo econômico complementar à Nova Holanda. Sobre o maior mercado atlântico de cativos: Angola”.¹⁰⁸

A tomada de Angola veio num bom momento não apenas do ponto de vista do abastecimento dos engenhos de Pernambuco pela

106 COSTA E SILVA, op. cit. p. 870.

107 WAETJEN, op.cit., p. 486. Outros produtos eram trocados por escravos nos portos africanos tais quais: a cachaça, o fumo, búzios do litoral baiano, pólvora, etc. Ver. Costa e Silva, op. Cit., p. 865.

108 ALENCASTRO, op. Cit. p. 213.

wic, mas também pelo fato de os escravos daquela região estarem mais acostumados à dieta da farinha de mandioca na viagem transatlântica do que aqueles dos portos da Guiné, mais ao norte de Luanda, como já foi dito.

O tempo que os navios europeus ficavam nos portos africanos até completarem a carga de escravos requeria da wic a manutenção de víveres para a tripulação, agravando assim o abastecimento das tropas.¹⁰⁹ Como um exemplo, temos o navio Nassau, que veio de São Tomé e da Costa da Guiné em agosto de 1642 e novamente da Guiné em janeiro de 1643.¹¹⁰ No entanto, o cotidiano da ocupação de Angola e adjacências revelou as suas armadilhas. Da mesma forma que a wic não conquistou de pronto o interior de Pernambuco, em Angola, a interlândia permanecia sob o controle dos portugueses. Nas freguesias de Igarassu, Serinhaém e na Várzea do Capibaribe é possível que alguns senhores de engenho e lavradores sonegassem ou fizessem “corpo mole” à finta de farinha que deveriam dar todos os anos.

Contudo, em algumas situações, poderia haver ‘cooperação’ entre produtores de açúcar (senhores de engenho e lavradores) e a wic. Em dezembro de 1643, pouco tempo antes do retorno de Maurício de Nassau aos Países Baixos, houve uma série de reclamações dos senhores de engenho e lavradores das freguesias da Várzea do Capibaribe em relação à baixa produtividade de açúcar pela perda de escravos doentes de bexiga (*De sterste uit de Bexigas ofte kinderpocken*,

109 Segundo Alberto da Costa e Silva: “Era comum que um navio chegasse a um porto e não encontrasse senão alguns poucos escravos disponíveis. Tinha com frequência de esperar semanas ancorado, para por a bordo uma ou duas dezenas, muitas vezes a adquirir as peças por unidade, dia a dia. Em geral, velejava de ancoradouro em ancoradouro, ao longo do litoral, a comerciar em cada um deles, nisto podendo ganhar meio ano, antes de completar a carga”. P. 867-868.

110 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 26/08/1642 e 26/01/1643.

die de negros in soo grooter quantijt weggenomen heeft [...] . Em vista disso, a companhia forneceria escravos aos plantadores em troca de farinha de mandioca (*welcke labradores de compagnie negros sal mogen geven om daervoor met farinha betaelt te worden*).

A troca de escravos por farinha foi estendida a outras freguesias. Para resolver o caso, Nassau e o Alto Conselho deviam enviar duas pessoas a todas as freguesias para escolher os lavradores com maiores perdas de cativos.¹¹¹ Parece que, dessa forma, Nassau poderia obter farinha para o abastecimento de suas tropas.

No auge de sua extensão territorial, o Brasil holandês, não apenas o Brasil, mas também Luanda, uma outra importante conquista de Nassau, sofria cronicamente de abastecimento de víveres. No Brasil, Nassau achou por bem fazer de Alagoas uma espécie de ‘celeiro’ da conquista batava em março de 1642.¹¹²

Se havia falta de farinha de trigo para o abastecimento dos soldados da WIC no Brasil, sobretudo no período nassoviano (1637-1644), isto se deve a uma série de fatores. Na Europa, a Guerra dos Trinta Anos diminuía a produção em muitos territórios. As próprias disputas no seio da Companhia das Índias Ocidentais, cuja crise financeira já se esboçava ao longo da década de 30, tornavam os abastecimentos de trigo para o efetivo do Brasil cada vez mais escasso. Paradoxalmente, os mercadores holandeses foram os maiores fornecedores de trigo da Europa Ocidental já desde o fim da Idade Média. Primeiro, mercadores da Liga Hanseática, depois, mercadores sobretudo de Amsterdam (isso já no século XVII), passaram a centralizar o comércio de grãos em geral a fixar o seu preço. É certo então que, como afirmou Jean Louis Flandrin, os trigos do Báltico trazido pelos holandeses “permitiram alimentar populações

111 IAHGP. Coleção José Higino. *Brieven en Papieren uit Brasilien*. Dez/1643.

112 MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a história do Brasil holandês. Tomo 2, p. 103.

urbanas cada vez mais numerosas na Europa Ocidental, e não apenas em tempos de crise”.¹¹³

No Brasil, a possibilidade em se produzir a farinha de mandioca em larga escala também guardava as suas limitações. A montagem do sistema colonial baseado na mão-de-obra escrava veio a incrementar o uso da terra na subsistência das populações escravas. Antes da instalação desse sistema, a produção de mandioca levada a cabo pelos tupi no litoral não era intensa e não disputava terras com a cana-de-açúcar. Waren Dean fez uma precisa observação sobre este pormenor importante ao dizer que “os tupis não submetiam seus vizinhos a escravidão e tributo, o que poderia ter estimulado o uso mais intensivo da terra”.¹¹⁴ Outra observação precisa desse mesmo autor acerca da “produção” de mandioca pré-monocultura da cana diz:

“Os tupis conseguiam produzir excedentes e estocá-los. O método mais fácil era simplesmente deixar de colher as raízes de mandioca que amadureciam. Os estoques assim preservados ficavam mais a salvo de saqueadores e pragas, embora comesçassem a perder palatabilidades e qualidades nutritivas após alguns meses. Na verdade, os solos podem ter sido avaliados em parte segundo a capacidade de armazenar mandioca. [...] É evidente que suas reservas de alimentos eram enormes: proviam facilmente grandes frota espanholas e portuguesas em trânsito com os gêneros alimentícios para a viagem de volta.”¹¹⁵

Após a montagem da estrutura canavieira no Nordeste, ficou certo de que o abastecimento do Brasil não poderia contar com o reino. Crises sucessivas no abastecimento do reino e espalhamento da

113 FLANDRIN, Jean-Louis. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 537.

114 DEAN, Warren. *A Ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 49.

115 Idem.

cultura da cana-de-açúcar nas ilhas atlânticas e no Brasil, deixaram pouco espaço para a diversificação da produção agrícola. Ainda no início da ocupação holandesa, destaca Evaldo Cabral de Mello, “a ajuda enviada pela coroa era toda em homens, armas e munições, raramente em víveres”.¹¹⁶ Uma vez no Brasil, a wic passou a seguir o exemplo dos brasílicos no consumo da farinha de mandioca.

Evaldo Cabral de Mello ressaltou bem a fracassada política para a obtenção de farinha de mandioca levada a cabo por Nassau mediante o pagamento de uma quota. Em alguns casos, frisou o mesmo, o produto era obtido através da violência. Tal atitude por parte do governo holandês teria provocado muita insatisfação da população local, que passou a sabotar a política de quotas da wic.¹¹⁷ Contrariando a perspectiva de Hermann Waetjen, segundo a qual “farinha não era exportada, pois toda a produção era consumida no país, sem nada restar”¹¹⁸, Evaldo C. de Mello, baseado em Frei Manuel Calado, reforçou o abastecimento de farinha para os soldados de Angola, São Jorge da Mina e São Tomé.¹¹⁹ Contudo, é bem possível que a produção de farinha de mandioca no governo nassoviano não atingisse quantidade necessária para tal. Finalmente, Evaldo Cabral de Mello resume a problemática da política de abastecimento do governo Nassoviano da seguinte maneira:

“A política nassoviana de abastecimento visou assim primordialmente a atender às necessidades do exército e da burocracia holandeses em particular, e dos consumidores urbanos, em geral, juntando-se à longa lista dos ressentimentos

116 MELLO, op. cit., p. 195.

117 Idem, p. 205. O autor considera que “não foram só os lavradores de mandioca a sabotarem a política governamental, que criou a insatisfação em todo o meio rural, sendo mencionada por Calado entre as causas do movimento restaurador de 1645”.

118 WAETJEN, Hermann. Op. cit., p. 447.

119 MELLO, op. cit., p. 204.

da gente da terra, na medida mesmo em que o Brasil holandês, interesses urbanos e interesses rurais coincidiam grosso modo com conquistadores e conquistados”.¹²⁰

No Brasil nassoviano, a demanda pela farinha não permitia os estoques desse produto dos períodos pré e proto-coloniais. Nassau propôs a colonização de Alagoas através do retorno de portugueses fugidos para a Bahia em 1640. Em opinião contrária, o Conselho dos XIX preferiu que a região fosse colonizada apenas por neerlandeses e outros de nações protestantes.

Quem relatou esta relação África Ocidental – Brasil holandês no que concerne ao abastecimento de víveres foi Gaspar Barléus, observando que

“por esta ocasião, extrema necessidade de mantimento opri-mia Luanda, assim como o Brasil. Não se acreditava houvesse outro remédio para tal carestia senão a diligente cultura das terras em Alagoas”.¹²¹

O historiador laudatório de Mauricio de Nassau observou bem que “declaravam os portugueses que outrora nem o Brasil os havia provido de vitualhas, sendo preciso pedi-las a Portugal ou aos ribeirinhos do São Francisco”.¹²² Numa *generale missive* analisada por Gonsalves de Mello, consta que:

“S. Excia. [Nassau], tendo refletido nessa questão e inquieto com a demora na remessa de socorros e temendo que agora e no futuro todo este Estado possa estar ameaçado, pois que, não obstante os editais publicados acerca da plantação de mandioca, a farinha continua por um alto preço, propôs em nossa reunião de 28 de julho o povoamento das Alagoas, sustentando ser este o único remédio para evitar a fome neste

120 Idem, p. 206.

121 Tradução de José Antônio Gonsalves de Mello. (Ref. Fontes para a História do Brasil holandês, p. 113)

122 Idem.

país, pois que os portugueses informaram que, antigamente, enquanto as Alagoas estiveram despovoadas, sendo necessário que os viveres viessem de Portugal, do Rio de Janeiro e de outros lugares longínquos”.¹²³

Pelo exposto acima, percebemos que a necessidade de aumentar a produção de mandioca através da ocupação efetiva de Alagoas foi um problema percebido pelos portugueses desde o início da colonização no século xvi. Mais uma vez, a necessidade de ocupação dessa parte da conquista mostrou, pela falta de viveres (sobretudo a farinha de mandioca) o fracasso da política de abastecimento implementada por Nassau.

A necessidade de farinha esbarrou na pouca oportunidade que a agricultura poderia dar aos emigrados dos Países Baixos bem como aos portugueses, em sua maior parte já envolvidos com os engenhos moentes. Sobre isso, enfatizou Hendrick de Moucheron, num relatório acerca da situação de Alagoas em 1643:

“os neerlandeses e os súditos de outras nações, que se passaram para o Brasil a fim de estabelecer aqui a sua residência, são ordinariamente pessoas de poucas posses, e as mais das vezes o seu fito é vender alguma mercadoria, estabelecer taverna ou exercer algum ofício, e poucos são os que se ocupam com engenhos, com a criação de animais, com a plantação de cana ou a cultura das terras. Do pequeno número que a isso se tem dedicado, quase que nenhum há que tenha tirado proveito, não só por falta de conhecimento do trabalho que empreendem, como principalmente porque, sendo no Brasil as mercadorias européias muito caras, a agricultura não pode dar os frutos que lhes premitam manter-se devidamente, conforme a condição que tinham em sua pátria”.¹²⁴

123 Idem, p. 117.

124 Relatório sobre a situação das Alagoas em outubro de 1643; apresentado pelo assessor Johannes van Walbeeck e por Hendrick de Moucheron, diretor do mesmo distrito e dos distritos vizinhos, em desempenho do encargo que lhes foi

Hendrick de Moucheron foi indicado por Nassau e pelo Alto Conselho para administrar a região de Alagoas, Porto Calvo e São Miguel bem como para estudar as perspectivas em se recolonizar a região. O estudo de Moucheron conclui relatando que:

“Dantes era tão grande a abundância de farinha que, muitas vezes, o alqueire se vendia aí por um schelling, porquanto produziam mensalmente oito mil alqueires, de sorte que havia uma grande navegação para a exportação de viveres para o Recife”¹²⁵

O problema do abastecimento de farinha já se revelou deficitário desde o seu início. Num relatório feito pelo Alto Conselheiro Adrien van Bullestrate verificou-se a seguinte situação na freguesia do Cabo de Santo Agostinho:

“Fiz vir a minha presença os fintadores da freguesia, a saber, Albert Garritsz Wedda, Filipe Paes e Luis de Paiva, os quais declaravam que todas as semanas fintavam 34 alqueires [de farinha], que entregavam ao comissário. Feita a conta, verificou-se que os soldados da guarnição não presisavam senão de 24 alquires. Ouvido a respeito, o comissário esclareceu que ele ainda não tinha recebido toda a finta e que quando recebia mais do que precisava, vendia em proveito da Companhia”.¹²⁶

Longe do Recife, as relações entre funcionários da wic e fintadores eram conflituosas. Ao mesmo tempo, muitos moradores que não produziram farinha de mandioca na mesma freguesia do Cabo se justificavam perante a wic com a desculpa de “fortes chuvas caídas nos meses de inverno e também a grande estiagem”, que terminaram por estragar os roçados.

dado por sua Excia. e pelos nobres membros do Alto Conselho. In: MELLO, op. cit., p. 133.

125 Idem, p. 135.

126 Notas do que se passou na minha viagem, desde 15 [sic] de dezembro de 1641 até 24 de janeiro do anoseguinte de 1642. In: MELLO, op. cit., 148.

Podemos ver que a boa ideia de Nassau em se produzir mais farinha, ideia essa tão reverenciada por Barléus, não funcionava na prática. Em Ipojuca, a produção semanal ficava em torno de 12 alqueires, segundo o mesmo relatório. As notas do conselheiro Bullestrate também se referiram a farinha que foi encontrada em mal estado de conservação no Forte Maurício (margem do São Francisco). A providência que seria tomada a esse respeito foi de trazer víveres dos armazéns do Recife. Enfim, muito embora o sobretudo relatório de viagem de Adrien van Bullestrate trate de diversos assuntos, a preocupação em fiscalizar o fornecimento de farinha para as guarnições era uma constante. Essa cobrança recaía sobretudo nos ombros dos escabinos. Essa questão será tratada no capítulo seguinte.

As urgências das operações militares requeriam farinha em quantidades que nem sempre poderiam ser levantadas. Em meados de 1640, Nassau dava conta ao Conselho dos XIX acerca da necessidade de farinha para os navios que por hora cruzavam a costa, além de alertar para o fato de que a farinha se estragava (no caso dos soldados que marchavam em terra), ao menor sinal de umidade (*de shepen op de cust cruydende, ofte op tochten gaende gaende moeten broot hebben, de soldaten te landwaert in marchierende, om dat de minste natticheijt de farinha bederft ...*)¹²⁷ Percebe-se que o problema não dizia respeito apenas a obtenção de farinha mas, sobretudo, a conservação da mesma. A mandioca podia se estragar tanto nas campanhas militares nos “tempos de chuva” (*regenen tijten*) como nos armazéns. Para se ter uma ideia, numa expedição empreendida por Nassau em direção ao Rio Real, havia necessidade de víveres para alimentar aproximadamente 2400 militares (entre marinheiros e soldados).¹²⁸

127 IAHGP. Coleção José Higino. *Brieven em papieren uit Brasilië*. Carta de Nassau e do Alto Conselho ao Conselho dos XIX. 07/05/1640.

128 Idem. 05/1640.

Se a contribuição de farinha era fiscalizada pelos escabinos, a compra de alguns produtos para a wic de livres comerciantes fazia parte de uma das atribuições do Conselho Político. Em fins de 1640, este conselho adquiriu de alguns ‘vrijluidens’ uma boa quantidade de farinha de trigo trazida dos Países Baixos. Além da função judicante, o Conselho Político continuava desempenhando a função de aprovisionador, de agentes da wic para o aprovisionamento.¹²⁹ Na fase que antecede a criação do Conselho de Justiça, o Conselho Político estava em diversos ramos da administração da wic. Poderíamos chamar esse arranjo político-administrativo da wic no Brasil como ‘carente de organização’? Concentração de mais de uma função num mesmo órgão administrativo se ria o mesmo que indefinição das funções administrativas? Em vez de respondermos apressadamente a essas questões, temos que apelar para o fato de que a própria wic não tinha um plano estrito e definitivo para a administração do Brasil. Pelo contrário, no caso do Conselho Político, foi a realidade do cotidiano da conquista que foi mudando a forma de atuação deste órgão da administração superior.

129 Idem.

CAPÍTULO IV

O poder local

Os escabinos

Uma das medidas administrativas adotadas por Maurício de Nassau foi a implantação, em grande parte da conquista, das câmaras dos escabinos (*shepenen*). Essa instituição respondia pelo poder local em diversas jurisdições dentro e fora da capitania de Pernambuco.

O objetivo deste capítulo será entender, na medida do possível, o funcionamento desta estrutura administrativa desde a sua implantação em 1637 até 1644, véspera do movimento da Restauração Pernambucana. Antes de mais nada, seria bom ressaltar que a instituição do escabinato, enquanto representativa do poder local nos Países Baixos, deriva de uma tradição do poder local que não foi instituído repentinamente na Idade Moderna. Pelo contrário, os juízes escabinos eram representantes do poder local com bases sobretudo numa herança medieval.

Antes de mais nada, devemos admitir que as informações sobre os escabinos são bastante esparsas e, em alguns casos, repetitivas. No entanto, mesmo na dificuldade da busca de detalhes de seu funcionamento cotidiano, além do que foi observado pelos trabalhos de José Antônio Gonsalves de Mello, pensamos ser necessário pensar

a instituição do escabinato no Brasil Holandês como a força e a frequência da administração nassoviana. Também é difícil acompanhar, nas localidades aonde se formaram as câmaras dos escabinos, a interferência de outras esferas da administração da WIC, como o Alto Conselho e o Conselho Político.

Limitando o nosso espaço de análise, temos que a instituição dos escabinos no Brasil holandês se sobrepôs ao poder local representado antes pelas câmaras.¹ Na capitania de Pernambuco, ao tempo da invasão em 1630, era a câmara de Olinda a que mais influía nas jurisdições locais. Logo, deu-se a existência das câmaras de escabinos em locais de tradição camarária baseada na geografia político-administrativa do mundo português. Mais que isso. Os escabinos² administraram toda uma população civil afeita ao *modus faciendi* da política administrativa ibérica. Para nosso estudo, a comparação entre o escabinato e o poder local no império português é inevitável, ainda que o foco deste capítulo seja contar a história daquela instituição no Brasil holandês.

A invasão holandesa encontrou um Portugal submetido à casa dos Áustrias. Em termos de instauração de um modelo administrativo, devemos admitir que os holandeses encontraram um mundo de tradições ibéricas, em que os poderes locais eram representados pelas câmaras municipais. Ao tratar desse traço ibérico no início da Idade Moderna, Stuart Schwartz e James Lockhart ressaltaram o fato de que

“A cidade ibérica, com seus direitos e privilégios tradicionais, suas funções político-simbólicas e seu amplo domínio sobre

1 Segundo Charles Boxer, sobre os escabinos: “ficavam abaixo na escala administrativa os conselhos regionais ou municipais, criados em 1637, em substituição às câmaras portuguesas”. Ref. BOXER, op. cit., p.182. Hermann Waetjen também fazia a mesma comparação, ressaltando a superioridade das câmaras neerlandesas em relação às portuguesas. Ref. WAETJEN, op. cit., p. 201.

2 Ao longo deste capítulo usaremos as palavras *escabinos* e *escabinato*, sendo os primeiros aqueles que exerciam o cargo e, o último, o próprio cargo, a instituição.

os recursos sociais e econômicos dos habitantes da região, era um teatro de ações de toda a sociedade, e não apenas meta-de de uma dicotomia urbano-rural como pode ter acontecido com mais frequência no norte da Europa”.³

Para esses autores, a “cidade ibérica” regia, através de seus vereadores das câmaras municipais, as atividades econômicas de seu entorno. Assim, por mais que a fonte de riqueza local estivesse assentada no campo (na atividade canavieira), os detentores desta riqueza tinham uma “base urbana”, ou uma referência urbana. Podemos admitir esta situação para o poder local na capitania de Pernambuco dos séculos XVI e XVII que, assentados sobretudo na produção açucareira dos engenhos do interior, tinham os seus interesses representados pela câmara de Olinda, principal nicho do poder local. As declarações apresentadas acima acerca da quebra da dicotomia rural-urbano na função da cidade no mundo ibérico vêm em consonância com o que considerou Sérgio Buarque de Holanda, segundo o qual os neerlandeses eram uma.

“população cosmopolita, instável, de caráter predominantemente urbano [...] estimulando, assim, de modo prematuro, a divisão clássica entre o engenho e a cidade, entre o senhor rural e o mascate, divisão que encheria, mais tarde, quase toda a história pernambucana”.⁴

Ainda na perspectiva de Schwartz e Lockhart, temos a seguinte descrição genérica do poder local ibérico:

3 A América Latina na época colonial / James Lockhart e Stuart B. Schwartz. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 22.

4 HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 63. O autor complementa a idéia argumentando que “Esse processo urbano era ocorrência nova na vida brasileira, e ocorrência que ajuda a melhor distinguir, um do outro, os processos colonizadores de “flamengos” e portugueses. Ao passo que em todo o resto do Brasil as cidades continuavam simples e pobres dependências dos domínios rurais, a metrópole pernambucana “vivía por si”.

“No nível local ou provincial, o órgão principal, o Conselho Municipal, era também colegiado; era ainda mais isolado que os outros, porque, embora as nomeações precisassem da sanção real, eram, em última instância, geradas localmente. Os membros do conselho eram cidadãos importantes e não funcionários treinados, e os conselhos, que representavam interesses locais, não pertenciam, em essência, ao governo real”.⁵

Finalmente, tanto Schwartz como Lockhart percebem o governo ibérico moderno como fragmentado, muito embora “uma faceta essencial da sociedade”. Para eles, “a ideologia de um estado ativista já surgira, mas não seria nada mais do que palavras até que acontecimentos posteriores, a partir do século XVIII, comesçassem a lhe dar mais substância”.⁶

Nos países ibéricos, a política local respaldava os interesses comerciais locais. No caso de Pernambuco, era o comércio do açúcar. No nascente capitalismo mercantil, a atividade açucareira ligava Pernambuco aos maiores portos de comércio da Europa ocidental, tal qual ficou salientado no primeiro capítulo deste trabalho. Assim, ainda que o poder local, através da câmara de Olinda, tivesse uma expressão provinciana, os interesses de seus representantes ecoavam para os quatro cantos do espaço Atlântico. Para o comércio do açúcar, concorreram capitais genoveses, sefarditas dos Países Baixos e, não raro, sevilhanos com representações em Lisboa e Porto. Pernambuco era uma parte desta cadeia.⁷

5 Idem, p. 30.

6 Idem, p. 32.

7 Sobre a atividade comercial na Península Ibérica moderna, afirmaram Scharzt e Lockhart: “Antigamente era comum encontrar afirmações de que os ibéricos evitavam ligações com os negócios e eram, no fundo, anticomerciais. Embora seja verdade que os italianos, e em especial os genoveses, tenham desempenhado papel importante no desenvolvimento do comércio de longa distância no mundo ibérico, os habitantes da Península tinham seus próprios mercados e suas próprias tradições comerciais. Os genoveses e europeus do Norte forneciam

No estudo clássico *Os Donos do Poder*, de Raymundo Faoro, a administração moderna do estado português baseava-se sobretudo no patrimonialismo burocrático. Contudo, ele chama a atenção para o sentido moderno de burocracia. Esta então, não seria a que se entende atualmente, “como aparelho racional, mas da apropriação do cargo – o cargo carregado do poder próprio, articulado com o príncipe, sem a anulação da esfera própria de competência [...]”.⁸ Raymundo Faoro encerra a sua visão do Estado moderno português qualificando-o da seguinte maneira: “...não é uma pirâmide autoritária, mas um feixe de cargos, reunidos por coordenação, com respeito à aristocracia dos subordinados”. Essa visão geral do modo de governar português apresentada por Faoro baseia-se na perspectiva clássica de Max Weber, notadamente do seu livro *Wirtschaft und Gesellschaft* (Economia e Sociedade). Através sobretudo da classificação dos “modelos de administração” propostos por Max Weber, Raymundo Faoro qualificou a “dominação legítima” no Antigo Regime lusitano como a baseada no carisma.⁹

Na capitania de Pernambuco, é bem provável que existisse mais o carisma da “nobreza da terra”, espécie de elite local que plantava açúcar e ocupava os postos de vereadores na câmara de Olinda.

bens manufaturados à Península em troca de produtos agrícolas de Castela, sal e peixe de Portugal e certa quantidade de artigos de luxo vindos de toda a Península. Mas havia ibéricos que competiam ou, às vezes, cooperavam com eles: castelhanos de Burgos e de Medina del Campo (cidade totalmente comercial, com uma feira famosa) que participavam do comércio exportador de lã, mercadores e investidores portugueses em vinho e açúcar, que se concentravam em Lisboa e no Porto e, naturalmente, as grandes famílias catalãs de Barcelona”. (Idem, p. 35)

8 FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001, p. 102.

9 Em nota, esclarece Raymundo Faoro: “Distingue o sociólogo alemão [Max Weber], em contribuição original à ciência política, três tipos puros de dominação legítima: a racional, a tradicional e a carismática. A autoridade repousa sobre a entrega emocional, extraquotidiana, à santidade, heroísmo ou exemplaridade de uma pessoa e das disposições por ela criadas ou reveladas [...] Op, cit., p. 845.

A relação da capitania de Pernambuco, através de seu poder local, com a coroa portuguesa oscilou entre a obediência e o auto-governo. Mais obediência do que autonomia. As vilas fundadas no Brasil vieram, ainda na perspectiva de Raymundo Faoro, antes do povoamento.¹⁰ Impõe-se uma ordem jurídico-política antes mesmo de se povoar. Finalmente, a visão deste autor acerca do poder local pode ser resumida na seguinte passagem:

“Uma visão moderna do instituto poderia desorientar o historiador, acaso seduzido com o *self-government* saxônio: o município não criava nenhum sistema representativo, nem visava à autonomia que depois adquiriu, abusivamente aos olhos da coroa. A base urbana era o desmentido à entrega do poder aos latifundiários, base mais tarde alargada em movimento oposto às suas inspirações originais.”¹¹

A perspectiva de Raymundo Faoro acerca do poder local no Brasil, muito embora desencantada de uma perspectiva contemporânea de representatividade, entendia o poder central, metropolitano, dentro de uma visão centralizadora. Assim,

“o município, como as capitanias e o governo-geral, obedecia, no molde de outorga de poder público, ao quadro da monarquia centralizada do século xvi, gerida pelo estamento, cada vez mais burocrático”.¹²

De maneira contrária ao que pensava Raymundo Faoro, outros estudos mais atuais vieram a contribuir para uma perspectiva diferente acerca da centralização do poder no Antigo Regime. Dentre

10 Segundo o autor: “Os primeiros municípios criados no Brasil, com o nome de vilas – São Vicente e Piratininga, de onde saíram São Paulo e Santos – precederam ao povoamento. A organização jurídica modelou o estabelecimento social e a ordem econômica.” Op. cit. p. 171.

11 Ibidem.

12 Idem, p. 172.

eles, destacam-se os de António Manuel Hespanha, para o qual os poderes do rei eram bastante limitados na formação do Estado Moderno. Essa limitação dos poderes do monarca no Antigo Regime, encontrou eco também nos trabalhos de Emmanuel Le Roy Ladurie e Xavier Pujol.¹³ Para Hespanha, existiu um equívoco, por parte de historiadores pós Revolução Francesa ao analisarem as instituições no Antigo Regime. Essa idéia pode ser resumida na proposição de que, no domínio da história institucional, alguns historiadores impuseram “acriticamente ao passado as categorias, as classificações e os paradigmas do presente”.¹⁴ Nesse sentido, projetou-se para os séculos que antecederam ao Iluminismo uma visão de poder na qual o poder político se opõe aos interesses particulares. Para António Manuel Hespanha,

“na verdade, a teoria social e jurídica da Idade Média e da Época Moderna, embora distinga o interesse dos particulares do interesse geral, considera-os como componentes harmônicos duma unidade mais vasta, o bem comum. Em termos tais que o fim do poder não seria a prossecução dum interesse

13 Ver: LE ROY LADURIE, Emmanuel. O Estado Monárquico. França (1460-1610). São Paulo: Companhia das Letras, 1994; PUJOL, Xavier Gil. Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII. In: Penélope: Fazer e desfazer história, n. 6, Lisboa, 1991.

14 HESPANHA, António Manuel. Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d, p. 25. O autor afirma que a perspectiva de “Estado” contemporânea (o “paradigma estadualista”) foi empregada ao Antigo Regime. Segundo ele: “uma manifestação desta tendência é constituída pelo uso, na historiografia sobre a sociedade e o poder político pré-revolucionários do “paradigma estadualista” e das conseqüentes contraposições entre “Estado” e “sociedade civil”, “interesse público (direito público)”/” interesse primeiro (direito privado)”. Para ele, esta distinção entre Estado/sociedade civil, só passou a predominar no fim do Antigo Regime, “embora se possam encontrar manifestações incipientes destas distinções na literatura política e jurídica anterior [...]”. Op. cit., pp. 26-27.

diferente do dos particulares, eventualmente à custa dum certo sacrifício do interesse destes últimos , mas a salvaguarda da natural harmonia desses interesses, quer entre si, quer com o interesse superior da comunidade”.¹⁵

Por fim, António Manuel Hespanha destaca que, entre as “deformações” que o “paradigma estadualista” imprimiu a história institucional do Antigo Regime foi a noção de separação (*trennungsdenken*) entre os direitos público e privado.¹⁶ Em resumo, baseado na perspectiva do teórico alemão Otto Brunner, conclui Hespanha acerca do poder no período em questão:

“caráter globalizante dos mecanismos de poder ou, utilizando uma forma mais tradicional, confusão entre autoridade e propriedade, pluralismo político e, consequentemente, indistinção entre “Estado” e “sociedade civil” são, deste modo, os traços estruturais do sistema político e institucional pré-revolucionário [...]”¹⁷

Entre a perspectiva de Raymundo Faoro e António Manuel Hespanha sobre o poder monárquico, temos que este último entende a ideia de soberania como uma “hierarquização dos vários centros do poder, para uma “preeminência” ou “superioridade” de um deles sobre os outros, mas não para uma ideia duma posse exclusiva e

¹⁵ Ibidem, p. 29.

¹⁶ Concepção desenvolvida por Otto Brunner, da qual faz uso o autor. Segundo Hespanha: “coube a O. Brunner um papel central na crítica do “paradigma estadualista” na historiografia política e institucional do Antigo Regime europeu. A sua obra central é expressamente dirigida contra a “ideia de separação” (*trennungsdenken*) que, a seu ver, reduzira e distorcera as perspectivas históricas sobre o sistema de poder anterior ao iluminismo e à revolução. Brunner propõe, assim, um reencontro entre a história jurídico-constitucional e a história social que restaure o caráter global e indiferenciado dos mecanismos do poder no período pré-estatal e que deixe de novo aparecer o caráter “plural” da constituição política da época”. P. 32.

¹⁷ Idem, p. 36.

ilimitada do poder político pela entidade soberana”. É esta última perspectiva, utilizada por António Manuel Hespanha, que adotaremos para a nossa perspectiva do poder institucional no Antigo Regime para tratarmos das câmaras dos escabinos no Brasil holandês.

A referência que fazemos ao poder local no mundo português se deve ao fato de que é a estrutura camarária deste mesmo universo que nos serve de parâmetro de comparação com o escabinato. Não podemos, todavia, esquecermos que tratamos única e exclusivamente de entender o escabinato na América portuguesa e sob a tutela da Companhia das Índias Ocidentais. Certamente, no Brasil, dada a especificidade das circunstâncias, a história da instituição do escabinato obedeceu a móveis distintos dos que vigiam nos Países Baixos. Isso se deveu sobretudo ao fato de que, na América portuguesa, a necessidade de interagir com o poder local pré-existente (que se constituía de luso-brasileiros com representação na câmara) falou alto na implantação dessa instituição.

Apesar de compartimentarmos um pequeno estudo sobre os escabinos no Brasil holandês em um capítulo, pensamos que o entendimento dessa instituição perpassa vários aspectos do cotidiano da conquista, que requer discussões de caráter socioeconômicos da mesma. Afinal de contas, tratamos de um período em que a esfera econômica engloba a esfera do poder, haja vista a indistinção dos espaços de poder acima mencionada. Interessa-nos, então, falar do escabinato em relação ao cotidiano da conquista.

Antes mesmo de enveredarmos no tema em tela, devemos entender como os administradores da wic passaram interpretar a administração local desde antes da instalação dos escabinos. Que noção de espaço administrativo os holandeses adquiriram no Brasil e como passaram a trabalhar esses espaços?

A partir das fontes primárias, desde o início da conquista, fica claro que os holandeses utilizavam os termos *Capitania* e *jurisdição* (jurisditie). O conhecimento desses espaços jurídico-administrativos,

mais pormenorizadamente, só viria com o tempo. Na medida em que iam conhecendo o território (no sentido geográfico), os conselheiros políticos, principais responsáveis pela administração pré-nassoviana, iam descobrindo o que desde cedo ouviam acerca da capitania e das jurisdições de Pernambuco e adjacências. Como nas operações militares, as autoridades civis, em algumas delas, estavam presentes, os mesmos aproveitavam os momentos de trégua para colher informações acerca do cotidiano dos engenhos, da produção deles, dos proprietários que participavam do poder local. Os senhores de engenho tinham, como já é bem conhecido, assento no senado da câmara de Olinda, cuja jurisdição se estendia até a região do Cabo de Santo Agostinho mais ao sul.

Nos primeiros três anos, é bem verdade que a constante guerrilha houvesse limitado a administração neerlandesa a apenas se defender dos ataques luso-brasileiros e de criar um sistema de fortificação capaz de, pelo menos, assegurar o Recife e seus arredores. Portanto, pouco tempo deveria lhes sobrar para a administração civil. Foi preciso arrefecer a guerrilha para que se criasse um cotidiano em que as relações sociais se restabelecessem para que a administração local passasse a ser possível.

A primeira noção territorial que os holandeses tiveram no Brasil tinha um caráter mais geográfico para atender a fins militares. Foi através da construção de fortificações que, num primeiro momento, os agentes administrativos passaram a compreender o espaço. Assim é que, em maio de 1631, o governador Coronel Wanderburch enviou aos Estados Gerais da Holanda “o desenho da Ilha de Tamarica (Itamaracá), feito a olho [...]”.¹⁸ A construção de um sistema de fortificação no Recife levou a que, sobretudo, se conhecesse em detalhes os limites deste território. Nesta mesma missiva citada acima,

¹⁸ “Fragmento ou post-scriptum achado com uma carta do governador D. Van Weerdenburch, em Antônio Vaz, aos Estados Gerais, e a ela pertencente”. In. Documentos Holandeses, p. 70.

o governador prometeu enviar aos diretores da WIC “uma carta de nossa fortificação em Antônio Vaz [...], mas da próxima vez enviarei uma também de todas as fortificações [...]”.¹⁹

Mais importante que o Recife, cuja ocupação efetiva só teve vez a partir de 1631, foi o conhecimento do espaço ocupado pela vila de Olinda que preocupou os holandeses. Difícil de ser fortificada, a vila de Olinda, situada em cima de um monte, quase que foi preterida pela Ilha de Itamaracá para ser a sede do Brasil holandês. Nessa disputa, ganhou o Recife. Numa operação militar à Ilha de Itamaracá, que contou com elementos da administração civil, produziu-se uma espécie de relatório misto, no qual se narrou o seguinte:

“[...] depois de trem desembarcado sem acidentes, os delegados do conselho político, os oficiais superiores das tropas e os chefes da marinha procederam a uma inspeção local e, segundo parecer unânime, que deram por escrito, verificaram que diante de uma força como a acima mencionada a cidadela é inexpugnável, visto como se acha numa alta montanha, tão escarpada de todos os lados, que nem um homem, que nada tivesse eu carregar, seria capaz de galga-la, quanto mais com as suas armas. Além disso, em quase toda parte, ao redor, há pântanos, e de tal forma providos de mato, que não é possível abrir caminho através dele [...]”.²⁰

Relatórios como este, para fins eminentemente militares, dotaram posteriormente os administradores civis para o conhecimento do território que pretendiam administrar. Aliás, os limites entre a administração civil e militar são bastante estreitos no Brasil holandês como no mundo ibérico em geral. Inserido no século XVII, como já fora dito neste trabalho, o tema faz parte de uma época

¹⁹ Ibidem.

²⁰ Missiva do Governador D. van Weerdenburgh, em Antônio Vaz, aos Estados Gerais. 31/05/1631. In: Documentos Holandeses, p. 68.

em que guerra e administração se confundiam. Num primeiro momento, o conhecimento territorial dos civis foi obtido a partir de operações militares.

É num relatório enviado aos diretores da WIC pelo conselheiro político Jan Van Walbeeck, datado de julho de 1633, que percebemos a noção holandesa do território além do senso puramente geográfico. Diz parte deste relatório:

“Para começar pela capitania de Pernambuco (da qual é senhor e proprietário Duarte D’Albuquerque Coelho, irmão de Matias D’Albuquerque, atualmente governador desta capitania, e superintendente e inspetor das capitanias situadas ao norte), esta capitania, de nome e de fato a maior, e ultrapassando de muito todas as outras, tem seu começo no Rio São Francisco, 50 léguas ao sul do Recife de Pernambuco e termina cinco léguas ao norte do Recife no Rio de Garaçu [Igarassu]; neste distrito, contando do sul, as principais freguesias e povoações são: a freguesia ou penedo de São Francisco, as duas Alagoas, Porto Calvo, São Gonçalo, Serinhain [Serianhém]. São Miguel de Pojuca [Ipojuca], Santo Antônio de Cabo [Cabo de Santo Agostinho], Moribeca [Muribeca], Varga de Capiberibe [Várzea do Capibaribe], São Lourenço e Garaçu”.²¹

Ao longo deste relatório, por sinal bastante extenso, todas estas freguesias são descritas. Nas próprias fontes, os holandeses utilizam literalmente o termo *freguesia*. Três anos antes, num outro relatório oferecido aos holandeses pelo brabantino Adrien Verdonck, o termo ‘freguesia’ não é mencionado. A descrição dos lugares é feita utilizando-se a denominação ‘povoado’. Desta forma, lugares como Una, Serinhaém, Ipojuca, entre outros, são referidos enquanto ‘povoados’ grandes ou pequenos. O termo ‘*jurisdição*’ aparece relacionado à

21 “Relatório do Conselho Político no Brasil Jean de Walbeeck, apresentado aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais a 2 de julho de 1633, lido pelos Estados Gerais a 11 de julho de 1633”. Op. cit., p. 117.

Capitania de Pernambuco, logo, '*jurisdição de Pernambuco*'. Nas descrições de Verdonck, valiosas em termos geográficos, as freguesias, definitivamente, não aparecem.²²

Certamente, as intermitências da guerrilha não davam aos holandeses tempo para o funcionamento da administração local. Assim, o restabelecimento da administração local após a invasão só se daria afetivamente após a expulsão da resistência luso-brasileira para a Bahia. No entanto, como ficou exemplificado no capítulo II, o restabelecimento do pequeno comércio nos anos de 1635-36, já sinalizava para o rearranjo territorial. A situação política se resolvia a partir de uma situação econômica, em que foram importantes os "pequenos proveitos".

Até 1633-34, as referências às localidades se traduziam nos engenhos, povoados e aldeias de *brasilianen*. O regimento da WIC para a administração da conquista não fazia alusão ao poder local. Nele rezava apenas a instituição de um conselho civil composto pelo Conselho Político e com função judicante.²³ Mesmo assim, haviam divergências entre as esferas civil e militar. De fato, as competências entre o governo civil e militar eram quase sempre confundidas. Numa observação de José Antônio G. de Mello:

22 "Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco, sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande segundo o que eu, Adriaen Verdonck, posso me recordar. Escrita em 20 de maio de 1630". In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit., pp. 35-46.

23 Segundo Gonsalves de Mello: "Quando foi decidida a conquista de Pernambuco (1629), o Conselho dos XIX organizou e os Estados Gerais aprovaram um "Regimento do governo das praças conquistadas ou que forem conquistadas nas Índias Ocidentais", isto é, nas Américas. Nele se determinava que elas seriam administradas por um Conselho (que viria a ser chamado de Conselho Político, isto é, civil) formado por nove membros, naturais das Províncias Unidas ou nelas residentes há mais de sete anos, professando a Religião Reformada e versados "nas matérias de policia, justiça e comércio ou, pelo menos, em alguma das ditas matérias"". Op. cit. p.9.

“O Conselho [político] era presidido sucessivamente por cada um dos seus membros, por períodos de trinta dias e tinha autoridade superior em toda a administração. Ao tratar de questões militares ou outras de maior importância poderia convocar o General e o Governador, isto é, os comandantes superiores da Marinha e do Exército”.²⁴

Desentendimentos entre o Conselho Político e o Governador Wanderburch acerca da administração superior da conquista fizeram com que viessem ao Recife dois membros do Conselho dos XIX, Matias Van Ceulen e Joham Gijsselin. Estes ficaram exercendo, até fins de 1634, o cargo de “Diretores Delegados”. Nos anos de 1635 e 1636, o Conselho Político reassumiu a administração superior nas pessoas de Serveas Carpentier, Willem Schott, Jacob Stachhouwer, Johan Wijntgis e Ippo Eisens, sendo o cargo de Governador exercido por Sigismund von Schkopp. Gonsalves de Mello apontou que “é em relação a esse período que ocorreram acusações graves de extorções, roubos e até mortes por parte dos mesmos”.²⁵

Voltando a tratar das jurisdições locais, temos que os holandeses tiveram que entender primeiro como a população estava inserida numa rede de poder que ligava o rei ao vereador da câmara. Vale ressaltar que, quando falamos da população local, tratamos de senhores de engenho e pessoas de proeminência na capitania. O sentido de jurisdição que atribuímos aqui entende que o poder político local, representado pelos senhores de engenho, guardava certa autonomia em relação ao poder central.²⁶

24 Idem, tomo II, p. 10.

25 Idem, p. 12.

26 Cf segundo Hespanha, op. cit. pp. 59-60. “O poder político (a “jurisdição”, na linguagem da época) dos corpos periféricos constituía então uma limitação inultrapassável do poder central, uma vez que, dada a já referida concepção patrimonial do poder político, as faculdades (que hoje diríamos públicas) desses corpos eram consideradas como integradas no seu patrimônio, aí figurando como uma

Examinando as fontes holandesas relativas aos anos de 1635-36 podemos ter uma idéia do papel desempenhado pelo Conselho Político em Pernambuco. Administrando a capitania da Paraíba, o conselheiro político Serveas Carpentier, em início de abril de 1635, escreveu uma carta ao comissário Crispijnsz pedindo provisões para as tropas lá instaladas.²⁷ Exercia, assim, uma função de aprovisionador militar, sem ser necessariamente um militar. Da mesma forma, o responsável pelo aprovisionamento da Ilha de Itamaracá, o Capitão Jacob Petri, enviava ao Recife algumas pipas de cal.²⁸ Ao que parece, essa função podia ser exercida tanto por um civil como por um militar superior. Não havia uma linha que separava exatamente as atividades do cotidiano administrativo. A atividade que diferenciava mais um conselheiro político de um militar superior era a inserção no âmbito da justiça civil, atribuição do Conselho Político. A 11 de abril desse mesmo ano, é sabido que o conselheiro Willem Schott tomava vez nas operações militares do Coronel Artishoffski.²⁹

Por vezes, parece que autoridades civis e militares tomavam decisões em conjunto. Numa das operações de cerco ao Arraial Velho do Bom Jesus, o Governador Schkopp, o Coronel Artischoffsk e o conselheiro político Jacob Stachouwer decidiram juntos acerca do deslocamento de tropas da guarnição de Itamaracá para as proximidades do Arraial. Foi uma decisão de emergência e ficou registrado na ata de reunião do Conselho Político que foi feita “oralmente porque o Presidente [Johan] Wijtgis e o fiscal se encontravam junto ao exército”.³⁰

casa ou uma quinta, enfim, como direitos adquiridos ou radicados que o rei nunca poderia violar”.

27 IAHGP. Coleção José Higyno. *Dagelijkse Notulen*. 05/04/1635.

28 Idem, 06/04/1635.

29 Idem, 11/04/1635.

30 Idem. Quanto ao presidente do Conselho Político, temos que o mesmo, como fica claro na *notulen*, se encontrava em outra área, junto ao grosso do exército móvel da wic.

A primazia do poder civil sobre o militar fica mesmo evidenciada quando Willem Schott diz para o Governador Van Schkop permanecer em determinado lugar “a espera de outras ordens”. O *gouverneur*, como é referido nas fontes, não tinha, em relação ao colégio dos Conselheiros Políticos, a posição de *primus inter pares*. Certamente o governador Sigismund Von Schkop se conformava com esta situação. Pelo menos mais do que o primeiro governador do Brasil holandês, o Coronel Diedrick Wanderburch. Este, por sua vez, bateu muito de frente com o Conselho Político entre 1630 e 1633.

Da primeira formação administrativa no Brasil holandês, definindo essa relação poder civil/poder militar, observou Hermann Waetjen:

“Querendo a wic submeter á sua própria administração as novas terras, junatara á expedição de Loncq três comissários: Johan de Bruyne [...], Philips Serooskerken e Horatio Calendrini. Deviam eles,, em nome da Companhia, como ‘Conselheiros Políticos’ – titulo que conservaram daí em diante – assumir a administração das terras conquistadas. Devia também fazer parte desse Conselho (Kollegium) o Coronel waerdenburch, nesse ínterim promovido a governador. Tinha ele assento e voto no Concelho, cabia-lhe exclusivamente a responsabilidade pelos negócios militares, mas em todos os outros assuntos nenhuma decisão podia tomar sem a aprovação dos Conselheiros Políticos. Não podia também exercer o cargo de Presidente, o qual era mensalmente alternado entre os Conselheiros”.³¹

Em resumo, os primeiros elementos da administração holandesa a governar menores porções de território e a tomarem conhecimento das questões locais foram os conselheiros Políticos. Antes da chegada de Mauricio de Nassau e do Alto Conselho, a wic já

31 WAETJEN, Hermann. Op. cit., p.105.

dispunha de vários relatórios acerca das diversas localidades e freguesias sob o domínio holandês.³²

De uma forma geral, nos dois anos que antecedem a instalação dos escabinos (1635-36), as atividades que mais ocupavam os conselheiros políticos eram aquelas referentes a problemas internos de administração de recursos financeiros e provisões da própria companhia. O contato mais direto com as questões legais com a população luso-brasileira ainda se fazia incipiente. Como estamos tratando ainda da fase dos *kleine profijten*, sobre o que nos referimos anteriormente, a exação da justiça e do policiamento por parte daquele conselho ficaria em segundo plano. A consolidação da economia, para compensar as perdas que a wic havia, até então, tido com a guerra, exigia uma fiscalização dos bens (*goedenen*) e finanças. Nas obras de reparo do Forte Ernestus, por exemplo, o Conselheiro Willem Schott, que exercia a função de Tesoureiro, foi encarregado de pagar aos trabalhadores Jan Hart e seu sócio, dos quais foram descontados “os alimentos e os materiais que eles usaram”.³³ Este é um ponto onde guerra e administração não se dissociam.

Pelo que ficou exposto acima, o Conselho Político acumulava funções judicantes, de administração do comércio e polícia, mas sobretudo na fiscalização do comércio que os conselheiros atuaram. Numa ocasião, chegou a reunião, como uma das pautas, uma denúncia de contrabando de víveres que estaria sendo feito pelos navios ancorados no Recife. A consequência dessa denúncia foi a abertura de uma investigação e a promessa de que “aqueles que estão fazendo contrabando de cargas em seus navios serão punidos”.³⁴ Os gastos exagerados com a guerra de conquista faziam com que os

32 Ver MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a História do Brasil holandês. Tomo II. A administração da conquista.

33 IAHGP, Coleção José Higino, *Dagelijkse Notulen*, 15/04/1635.

34 Idem, 19/04/1635.

olhos da administração civil do *Politique Raden* não se decuidassem da fiscalização do aprovisionamento.

Na tentativa de consolidação da economia dos “tempos difíceis”, o acondicionamento das caixas de açúcar em armazéns era fundamental. Foi assim que se pediu autorização ao conselheiro Willem Shott para que fosse “reparada com brevidade”³⁵ uma casa em Muribeca (sul do Recife) para o acondicionamento do produto. Para tal necessitava-se de telhas, “dois carpinteiros, pregos e um pedreiro”. A importância de aprovisionamento de açúcar ao sul do Recife facilitava aos exércitos que por hora percorriam os engenhos abandonados às margens dos rios do litoral sul da capitania de Pernambuco. Muito embora o Recife, resguardado por um seguro sistema de fortificações, fosse o lugar mais propício para o armazenamento de açúcar, era emergencial para a wic dispor de outros locais. Na construção de uma pequena fortificação (reduto) próximo ao Arraial do Bom Jesus, quem deu as ordens foram o Coronel Artischofski e o conselheiro Jacob Stachouwer. Para esse fim foram convocados 300 marinheiros.³⁶ O Conselho Político, dedicando-se efetivamente ao comércio e a guerra, passava ao largo da perspectiva de poderes locais fora do Recife. Era preciso que a vida no interior se normalizasse principalmente no litoral sul. Ao norte do Recife, como já foi observado no capítulo II, na região que compreende Goiana, Itamaracá e Igarassu, os moradores do interior começavam a retornar para as suas propriedades.

A administração pré-nassoviana, em meio ainda a uma guerra constante, tinha uma preocupação mais imediata do ponto de vista econômico. A pilhagem ainda era, naquelas circunstâncias, uma das formas de se tirar algum proveito da nova conquista. Era um momento em que a administração da wic estava mais voltada para

35 Idem, 20/04/1635.

36 Idem, 22/04/1635.

si própria. Ocupava o espaço luso-brasileiro, mas lidava com a própria sobrevivência, tomando decisão dentro do próprio raio de ação. O contato mais constante com os luso-brasileiros, os “da terra”, nas questões mais simples do cotidiano, só se daria mais a partir da queda do Arraial Velho do Bom Jesus (meados de 1635). O governo nassoviano veio a consolidar a administração local num contexto de retomada da produção de açúcar e do comércio em geral.

A situação dos “pequenos lucros”, exposta no segundo capítulo, não era ainda a da recomposição dos poderes locais nos moldes das câmaras de escabinos. No entanto, em algumas localidades, as condições para o exercício do poder local estavam em progresso. Assim, ao falar dos *kleine porfijten*, estamos indo além da questão comercial e considerando as primeiras “alianças” entre os holandeses e os luso-brasileiros. E foram alguns luso-brasileiros desse “primeiro contato” que vieram a ocupar, tanto como eleitores quanto como escabinos, as estruturas do poder local. Isso será visto adiante. Por enquanto, vamos tratar apenas do poder local na ótica dos holandeses antes da implantação do escabinato por Nassau.

As instâncias administrativas da wic no Brasil foram descritas por José Antônio Gonsalves de Mello em termos gerais, servindo-nos até o presente de referência para quem queira trabalhar a questão político-administrativa no Brasil holandês. O Conselho Político foi o órgão pensado para administrar questões relativas ao poder policial, justiça e comércio.³⁷ Em princípio, o que a wic imaginava para a administração do Brasil era a redução do controle de vários espaços a um único órgão: o Conselho Político. Essa posição “centralista”, que teve como base o Recife, ignorou os problemas locais. A economia açucareira, espalhada por diversas freguesias, não poderia prescindir de situações locais de natureza geográfica, política ou social.

37 MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a história do Brasil Holandês. Tomo II, p. 9.

Os primeiros relatórios remetidos aos Países Baixos procuraram entender essas particularidades. Num relatório acerca da capitania da Paraíba aos Estados Gerais, o conselheiro Serveas Carpentier compara a Vila de Filipéia (que deu origem à atual João Pessoa) à cidade de Geertruidenberg na Holanda e deixando bem claro que ali residia “o Tribunal de Justiça e juntamente o clero e os burgueses”.³⁸ Das impressões que os holandeses tiveram ao descrever a capitania da Paraíba, nos interessa saber que identificaram, no espaço da vila, os elementos da justiça e do comércio. Assim, remetiam informações aos seus correlatos nos Países Baixos, muito embora as municipalidades funcionassem de forma pouco diversa aqui.

Politicamente, as municipalidades nos Países Baixos gozavam de maior autonomia que no império português. Ainda que a recente historiografia, sobretudo brasileira, venha contestando a situação de total subordinação das câmaras no mundo português ao poder central, elas ainda guardavam um quê de sujeição ao poder do monarca. Nos Países Baixos, ao contrário, as formações municipais guardavam uma considerável autonomia frente ao poder dos Estados Gerais dos Países Baixos. Na verdade, todos os municípios possuíam representações nesses Estados. Na formação da Companhia das Índias Ocidentais, o município que mais contribuiu para sua subscrição de capital inicial foi o de Amsterdam. E é a essa municipalidade que podemos tomar como parâmetro ao tratarmos dos holandeses no Brasil. Contudo, desde já, vale antecipar que não pretendemos fazer nesse trabalho uma tese de comparação extensiva entre a maior ou menor autonomia das municipalidades nos mundos português e holandês. O próprio poder centralizador da Companhia das Índias Ocidentais por si só já afastaria a possibilidades de um *self government* no escabinato. Assim, a instauração por Nassau de um poder local que combinava elementos

38 Idem, p.42.

neerlandeses e luso-brasileiros poderia dar uma falsa idéia de autonomia para as administrações locais no Brasil holandês. Nesse sentido, ainda está em voga a perspectiva de Mário Neme ao contestar a tese de José Antônio Gonsalves de Mello, segundo o qual o escabinato representou uma fase “democrática” no “tempo dos flamengos”.³⁹ Ao descrever parte do funcionamento dessa instituição, Mário Neme obteve:

“Como ocorria no caso do Conselho Político, também os membros dos colégios de escabinos tinham de julgar as causas segundo o bom entendimento de cada um, e é por isso que dizemos que talvez em nenhuma parte do mundo ocidental de então a garantia de direito dependeu tanto da personalidade dos juizes quanto no Brasil holandês”.⁴⁰

Nos relatórios administrativos observados por Johannes de Laet, ele mesmo sendo um dos diretores da *wic*, encontramos a influência de algumas pessoas que ocupavam cargos nas municipalidades mais importantes dos Países Baixos. De fato, as câmaras mais importantes dos Países Baixos estavam representadas na administração da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil através de suas câmaras de comércio. Assim, como poderia existir uma autonomia administrativa no Brasil de poderes locais subordinados a outros poderes locais? Johan de Laet nomeou com clareza alguns diretores da *wic* até o ano de 1636 e que atuaram como escabinos nos Países Baixos. São eles: Jan Gijsbertsz de Vries (escabino de Amsterdam), Albert Coenraets Burgh (escabino de Amsterdam), Willem van Moerberghen (escabino de Leiden), o próprio de Laet (escabino por Leide), Simon van der Does (escabino por Amsterdam), Warner Ernst van Bassen (escabino por Amsterdam). Pelas demais câmaras,

39 NEME, Mário. *Fórmulas Políticas no Brasil Holandês*. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1971, p. 219.

40 Idem, p. 221.

Zelândia, Rotterdam e Mosa e Holanda Setentrional, não encontramos escabinos como tendo sido diretores da wic até 1636. É possível que os escabinos neerlandeses do Brasil nunca tivessem desempenhado esta função nos seus locais de origem.⁴¹

Diferentemente da Capitania de Pernambuco, em que as freguesias são especificadas nos relatórios enviados aos Países Baixos, na Paraíba, não se fez esse tipo de descrição das localidades. Acerca do controle do comércio de açúcar, o relatório abaixo se referiu enfaticamente ao caminho percorrido por esse produto para ser exportado da seguinte maneira:

“O açúcar estando fabricado e encaixado é conduzido para certos passos ou armazéns situados à margem do rio Paraíba, para poder ser facilmente embarcado; há presentemente dois deles, um pertencente a Paulo de Almeida do lado norte do rio e o outro, que é o principal, a Manuel de Almeida. Esses passos têm seus privilégios, ninguém podendo ter outro perto dele. Cada caixa que é trazida ali, paga por todo tempo que permanecer um schelling, se a marcarmos, mais um e se quiserem pesar mais dois; o senhor do passo é mestre de balança juramentado. Todo o açúcar que é levado ali toma o competente registro num livro, assim como quando sai de lá. Alguém que leve lá algum açúcar, recebe um recibo do senhor do passo o qual ele representa juntamente com uma amostra aos que o quiserem comprar, e, tendo-o vendido, entrega a nota ao contador que retira por meio dela o seu açúcar”.⁴²

Essa passagem nos revela, do lado do Conselheiro Político Serveas Carpentier, o registro não apenas do “caminho” que percorria a produção açucareira na Capitania da Paraíba, mas dos privilégios dos passos e seus detentores. Os holandeses tomavam ciência, assim, do *status quo ante* da produção e escoamento do açúcar local. A

41 DE LAET, Johan. Jaerlijck Verhael ... p. 33.

42 Idem, p. 50.

questão dos privilégios dos paços envolvia questões jurídicas locais. Qualquer passo na administração holandesa no sentido de “desconsiderar” privilégios de elementos portugueses anteriores à invasão, poderia causar problemas na condução do governo local. Os administradores holandeses teriam que estar atentos a isso.

Na medida em que iam conquistando espaço, a WIC colocava guarnições em diversas freguesias. Assim é que alguns conselheiros administravam cada qual um espaço distinto. Em novembro de 1635, os conselheiros Willem Schott e Ippo Eisens “pediram ao Conselho permissão para partir, a saber, o senhor Schott em direção ao Cabo, e o senhor Eisens para a ilha de Itamaracá, a fim de colocar tudo em ordem nos lugares onde eles governavam”.⁴³ Os conselheiros políticos, civis, assumiam os poderes locais em função sobretudo da administração militar (viveres, roupas, soldos) e da interação entre neerlandeses e a população local (visto no capítulo 11). Os *kleine profijten* surgiram num contexto de administração civil baseada, em parte, em ocupações militares.

Coincidentemente, as divisões territoriais adotadas pelos neerlandeses correspondiam às freguesias antes existentes, no caso da capitania de Pernambuco. No Brasil holandês, as freguesias não foram extintas, apenas mudaram de donos. No entanto, a perspectiva espacial que os neerlandeses empregaram às freguesias não se deu no plano de circunscrições religiosas. Pelo contrário, a WIC olhou as freguesias como limites territoriais laicos. Essa inversão na perspectiva do espaço territorial luso-americano por parte dos neerlandeses reforça a idéia proposta por Antônio Manuel Hespanha e Ana Cristina Nogueira da Silva acerca do espaço como “uma realidade construída e não uma extensão bruta e objetiva”.⁴⁴ Se houve impacto nas freguesias após a ocupação holandesa, ele deve ter se

43 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijkse Notulen*. 19/11/1635.

44 SILVA, Ana Cristina Nogueira da; HESPANHA, Antônio Manuel. O quadro espacial. In: História de Portugal, op. cit., p. 45.

dados mais na noção religiosa que esses espaços sucitavam na população local, uma vez que a wic governava um espaço anteriormente inserido na lógica territorial do Antigo Regime português. No entanto, a freguesia à maneira holandesa não impediu as relações comerciais entre os produtores de açúcar e a wic. A administração neerlandesa impôs à territorialidade luso-brasileira uma territorialidade econômica, baseada fundamentalmente nas relações entre a Companhia e a produção açucareira da interlândia. E a isso se adaptaram bem vários senhores de engenho. Observemos, finalmente, que os holandeses não alteraram as estruturas econômicas de Pernambuco, baseadas na monocultura e na escravidão, daí a relativa facilidade com que alguns senhores de engenho se adaptaram à administração da wic.

Por outro lado, fica bem claro, através de uma ata de setembro de 1635, que a preocupação maior de civis e militares na ocupação do território até então conquistado era mesmo o litoral. Nessa época, o grosso das tropas estava destinado a se posicionar no Rio Grande (200 homens), Maranguape (150), Paraíba (700), Itamaracá (400), Recife e fortificações em torno (700), Cabo de Santo Agostinho (250), Porto Calvo (200), Rio São Francisco (400), Peripueira (200).⁴⁵ Essa preocupação com o litoral era bastante plausível para a época, uma vez que a concepção de superioridade militar e defesa dos territórios conquistados se dava eminentemente em termos marítimos.⁴⁶

45 Idem, 17/09/1635.

46 Ver Olinda Restaurada, op. cit., p. 21. Muito embora Evaldo C. de Mello tenha considerado que a defesa dos impérios espanhol e português no início em fins do século xvi e início do xvii era tida em termos “exclusivamente navais”, o mesmo poderia se dar para os Países Baixos. A ocupação do litoral por tropas em diversas guarnições dava grandes possibilidades de cabotagens e empreitadas por partes dos navios de guerra e marcantes da wic ou a serviço da mesma. Na conquista do Nordeste pelos holandeses, estratégias terrestres e marítimas se combinavam. Não é à toa que a superioridade naval neerlandesa afetou

Pouco a pouco, ao interiorizarem a conquista, a wic foi se firmando em vilas com as de Goiana e Igarassu. Nessas freguesias, pode-se dizer que também vigorava a defesa por via naval, só que agora com barcos menores que permitissem a navegação fluvial. Isso já foi ressaltado no segundo capítulo, entretanto em termos sobretudo comerciais. Na medida em que um sistema de navegação fluvial se consolidava nas freguesias da interlândia, cresciam as possibilidades de policiamento e fiscalização da administração local já na fase de implantação do sistema de escabinato. Ao iniciar o seu governo com a implantação das diversas câmaras de escabinos, Mauricio de Nassau e o seu Alto Conselho já podiam contar com a ligação fluvial eficaz entre o Recife e as freguesias do interior. Por volta de 1637-38, até às vésperas da Restauração pernambucana (1645), este sistema de comunicação fluvial estava tão consolidado, que as viagens inter freguesias já quase não aparecem mencionadas nas fontes coêvas de tão constantes que eram. Esta foi uma conquista dos anos 1635-1636. Logo, a implantação do escabinato surge também no rastro da consolidação de um sistema de navegação fluvial que também descortinou privilégios locais de moradores que detinham direitos de navegação sobre determinados passos.

Sobre a transição do modelo político-administrativo luso-brasileiro para o neerlandês poderíamos admitir uma grande mudança? Pelo menos nas questões comerciais, o que vigorava eram os preceitos do direito romano (*gemeene ordre*).⁴⁷ Nessa questão, a transição não deve ter sido difícil, uma vez que o direito comum (*gemeene*) era uma herança também compartilhada por Portugal.

sobremaneira as coroas ibéricas nesse período. O autor considera a importância da defesa naval no caso de Portugal e Países Baixos quando afirma que “para espanhóis e portugueses, como mais tarde para holandeses, ingleses e franceses, o poder naval parecia dotado da mesma eficácia final que se atribuía ao bombardeio aéreo estratégico durante a Segunda Guerra Mundial e mesmo depois”.

47 MELLO, idem, p. 10.

Essa perspectiva foi veementemente defendida, entre outros, por Raymundo Faoro. Na formação do Estado português o direito romano sobreviveu à Idade Média e à superposição do direito visigodo.⁴⁸ Vale lembrar, como foi ressaltado no início deste estudo, que comerciantes de Portugal e dos Países Baixos realizavam entre si atividades comerciais deste a Idade Média. Certamente, houve uma espécie de “língua comum” nas relações comerciais de longo curso entre as duas partes. Entre os séculos XI e XIII, apesar da exígua burguesia portuguesa desse período, a litoral centro-norte de Portugal era bem conhecido por normandos e flamengos. Data dessa época o início do comércio de longa distância entre Portugal e o norte europeu.⁴⁹ Já mais tarde, no século XV, a atividade da pesca do arenque em grande escala pelos Países Baixos irá colocar Portugal no circuito neerlandês do *moeder negocie* (comércio mãe) do mares Báltico e do Norte. É que o sal utilizado pelos holandeses para conservar o arenque vinha em larga escala de Setúbal (sul de Lisboa). A presença neerlandesa na atividade pesqueira foi identificada por Immanuel Wallerstein já por volta de 1400, momento em que “a eficiência produtiva holandesa consumou-se primeiramente sob a

48 Segundo o autor: “As colunas fundamentais, sobre as quais assentaria o Estado português, estavam presentes, plenamente elaboradas, no direito romano. O príncipe, com a qualidade de senhor do Estado, proprietário eminente ou virtual sobre todas as pessoas e bens, define-se, como ideia dominante, na monarquia romana. O rei, supremo comandante militar, cuja autoridade se prolonga na administração e na justiça, encontra reconhecimento no período clássico da história imperial”. Ref. FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001, p. 27.

49 Na perspectiva do historiador Oliveira Marques” “Não sobreviveram grandes vestígios de comércio externo, embora as costas e os portos de Portugal fossem bem conhecidos de normandos e cruzados, que regularmente faziam escalas por eles, com fins múltiplos, desde o século IX até meados do século XIII. Podem datar-se, porém, de 1194, os começos de um comércio a longa distância, data em que um navio flamengo carregado de mercadoria naufragou em costas portuguesas”. Ref. *História de Portugal*. Palas Editores, Lisboa, s/d, p.104.

forma historicamente mais antiga da produção de alimentos, neste caso a captura de peixes [...]”.⁵⁰

Ao iniciarem as primeiras trocas comerciais após a invasão de 1630, os luso-brasileiros só haveriam de se adaptar ao sistema monetário da Holanda. Contudo, temos que grande parte dos pagamentos, inclusive de soldos, eram feitos em mercadorias.

Aspectos e conflitos nos poderes locais

A implantação das diversas câmaras de escabinos se deu em maior número na Capitania de Pernambuco. A título de comparação, na Capitania da Paraíba só existia um conselho de escabinos. A imediata resposta para essa questão pode nos remeter a uma afirmação bastante simplista, segundo a qual foi apenas em Pernambuco que a presença neerlandesa se deu de forma mais intensa. Contudo, uma questão puxa a outra. Não se devia essa presença “mais intensa” da Companhia das Índias Ocidentais em Pernambuco a uma consequência do fato de que aqui estava concentrada a grande maioria dos engenhos produtivos do Nordeste, para não dizer da América portuguesa? De fato, essa explicação pode nos levar a consideração de fatores econômicos como determinantes de situações políticas. No entanto, não há como descartar essa versão, sobretudo pelo fato de que os primeiros relatórios da WIC acerca do Nordeste discriminam muito bem a quantidade de freguesias e, em seguida, a quantidade de engenhos por freguesia.

Resumindo o que foi a experiência do escabinato, Mário Neme considerou que

“no caso do Brasil holandês, em virtude das funções centralizadoras em que investira a junta de governo de Recife, as

50 WALLERSTEIN, Immanuel. O Sistema mundial moderno. Edições Afrontamento: Porto, 1974, p.47.

câmaras de escabinos muito pouco tinham que fazer, na verdade, em matéria de administração local”.⁵¹

Ainda que pertinente e interessante esta visão de Mário Neme acerca das atividades dos escabinos no Brasil holandês, ela pode nos apresentar uma situação de “vazio institucional”, segundo a qual a administração local seria dispensável. Este argumento pode esconder a complexidade da administração das freguesias e a importância que cada uma delas, quando representada por elementos luso-brasileiros e neerlandeses, poderia ter no “controle” que o centro administrativo (o Recife) exercia sobretudo em Pernambuco.

A invasão holandesa, ao mesmo tempo em que desorganizou a produção açucareira, desorganizou também a vida local. Dessa forma, tanto os senhores de engenho como moradores mais simples (chamados vivandeiros pelos cronistas) foram atingidos por tal desorganização. Nas fontes luso-brasileiras e neerlandesas aparecem apenas alguns nomes de moradores, geralmente senhores de engenho. Pouco antes da invasão, os que não eram militares, tanto no Recife como fora dele, eram tratados genericamente como “moradores” pelas crônicas de Duarte de Albuquerque Coelho. Para o mesmo, fora os militares, “somente havia os moradores que, por não serem soldados, nos apertos tratam somente de salvar suas mulheres, filhos e fazendas”.⁵² Nessa narrativa, a referência ao espaço político local aparece na seguinte passagem:

Por meio de bandos, publicou em todas as freguesias de fora [de Olinda] que, livre e seguramente, podiam vir todos que se achassem prisioneiros por crimes ou dividas, e segundo procedessem na defesa, se perdoaria aos que não tivessem parte, conforme as ordens reais que tinha”.⁵³

51 Idem.

52 COELHO, Duarte de Albuquerque, p. 24.

53 Idem.

A iminência da invasão nos mostra a tomada de decisões de Matias de Albuquerque sobre as localidades a fim de se engrossar as fileiras da defesa. Contudo, a principal vila a qual se refere o cronista é mesmo a de Olinda, da qual não poderiam sair os moradores com suas “mulheres, filhos e fazendas”. Esta foi uma estratégia de Matias de Albuquerque para conter os moradores da vila na defesa da terra. No Recife, povoação mais próxima de Olinda, mais ainda assim sob a jurisdição da mesma, moravam aproximadamente 150 pessoas.⁵⁴

Aos poucos, Duarte de Albuquerque Coelho deixa aparecer as localidades fora de Olinda, notadamente ao Norte. Assim, foram nomeados os responsáveis pela defesa dos “distritos” de Paratibi (Paratibe), São Lourenço e Igarassu. Eram eles, respectivamente, Paulo Leitão, Henrique Alonso Pereira e Pedro da Rocha Leitão. O litoral norte, especificamente no Forte de Pau Amarelo, estava guardado por um militar que serviu no Rio Grande do Norte, o capitão André Pereira Temudo. Dos três citados acima, o nome de Pedro da Rocha Leitão, provavelmente morador na jurisdição de Igarassu, aparece numa relação da produção açucareira de engenhos das capitânias de Pernambuco, Ilha de Itamaracá e Paraíba. Produtor de açúcar, Rocha Leitão tirou, no ano de 1623, mais de duas mil arrobas de açúcar branco e mascavado e 674 de açúcar retame.⁵⁵ Ele não estava entre os que mais produziam açúcar em Pernambuco. Os que mais produziam, chegavam a 7, 8, 9, 10 e até 11 mil arrobas de açúcar branco e mascavado.⁵⁶ Nas localidades da Várzea, Muribeca e Santo

54 Idem, p. 25.

55 “Açúcares que fizeram os engenhos de Pernambuco, Ilha de Itamaracá e Paraíba – ano de 1623” In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a história do Brasil Holandês. Vol. 1. pp. 28-32.

56 Segundo a “lista...”, os maiores produtores de açúcar (em arrobas) das Capitânias da Paraíba, Ilha de Itamaracá e Pernambuco eram seguintes: Manual Saraiwa de Mendonça (11.620), Jerônimo Couto (10.317), Jerônimo Paes (9.520), Pedro da Cunha de Andrade (9.035), Gregório de Barros Pereira (9.021) e Antônio D’olanda (9.000). A média produz em torno de 4 a 5 mil arrobas ao ano.

Amaro mais moradores (senhores de engenho civis) defendiam as suas localidades. Eram eles, por ordem, Francisco Monteiro Bezerra, Miguel de Abreu Soares e Manuel da Costa Calheiros.⁵⁷ O primeiro, Francisco Bezerra, produzia em 1623-24, quase 6 mil arrobas de açúcar no ano.⁵⁸ De uma forma geral, as localidades aparecem primeiro nas crônicas nas Memórias Diárias da Guerra Brasílica num contexto de defesa por seus moradores civis. Talvez sejam a estes ‘moradores’ ou ‘*inwoonders*’ que se refiram as fontes neerlandesas. Ou seja, morador como sinônimo de produtores de açúcar.

A instalação do escabinato não foi algo tão simples de ser feito. Pelo contrário, exigiu toda uma estratégia para que os poderes locais passassem a funcionar em consonância com os interesses dos ‘poderes do centro’ (Nassau e o Alto Conselho). Numa *notulen* de junho de 1637, o governo holandês deixou bem claro que os futuros escabinos luso-brasileiros deveriam conhecer bem os costumes e leis portugueses (*de wetten ende costumen van Portugal*).⁵⁹ Essa condição, por si só, mostra como os holandeses não poderiam prescindir das leis e costumes anteriores. Nesse sentido, as câmaras dos escabinos não representaram necessariamente uma ruptura com a situação anterior. Para os luso-brasileiros, não deveria ser extinto o direito português. Para os neerlandeses, fazia-se necessário conhecer as leis portuguesas para saber lidar com situações que envolvessem os costumes “do tempo do rei”.⁶⁰

Na função judicante, os escabinos, tanto neerlandeses como luso-brasileiros, deveriam incorporar dois mundos jurídicos: o neerlandês e o Ibérico. Isto pelo menos em teoria. Assim, ao contrário

57 COELHO, op. cit., p. 26.

58 “lista...”

59 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 27/06/1637.

60 É bastante comum, nas fontes em holandês, a referência a situações que ocorreram antes de 1630 (ano da invasão holandesa) como sendo situações que se passaram “no tempo do rei” (*tijt van de king*).

da perspectiva ‘esvaziada’ do poder do escabinato proposita por Mário Neme, pensamos que os escabinos neerlandeses estavam à espera de um mundo complexo, em que as freguesias dispunham de suas peculiaridades geográficas e de grupos de poder. A partir de 1637, ano em que se formaram as primeiras câmaras de escabinos no Brasil holandês, escabinos como Wilhelm Doncker e Jacques Hack já tinham o conhecimento, senão pleno, quase que total de como funcionavam algumas localidades em Pernambuco e na Paraíba. Soma-se o fato de que alguns deles, em contato com elementos do Conselho Político tenham, antes da administração nassoviana, tomado conhecimento das dificuldades em se administrar qualquer parte do Nordeste até então conquistada.

Coube ao Conselho Político procurar, em cada território onde se constituiria uma câmara de escabinos, os moradores mais probos e habilitados em matéria de lei (no caso dos luso-brasileiros). Este foi o primeiro passo na escolha dos ‘oficiais cíveis’ (*civille officianten*). Os moradores selecionados nas esferas locais seriam em número de 20 ou 30 e seriam eleitores que estariam habilitados a selecionar os escabinos portugueses. A escolha dos escabinos não seria, pois, fruto de um sufrágio direto. Nem poderia, visto que, mesmo nos Países Baixos, onde o sistema de representatividade sugeria um maior grau de “democracia” (se comparado ao Antigo Regime ibérico), as tomadas de decisões, inclusive ao nível dos Estados Gerais, davam-se mais num nível de convencimento do que mesmo por voto direto. Este tipo de sufrágio só faz sentido num mundo pós Mostequeiu, a partir do qual haveria uma ‘quebra’ da sociedade estamental. Na Holanda setecentista, mesmo existindo um capitalismo financeiro em curso, os costumes de uma sociedade medieval com seus sistemas de representatividades ainda sobreviviam.

Escolhidos os eleitores, feitas as indicações para os escabinos locais, uma lista de nomes deveria ser enviada para que Nassau nomeasse quais escabinos finalmente representariam as suas respectivas

localidades.⁶¹ Vale ressaltar que a própria palavra em neerlandês da época (oficiais civis) guarda uma semelhança direta com o correlato em português (oficial da câmara). As câmaras deveriam ser renovadas anualmente, seguindo o mesmo processo eletivo.

Antes de passarmos às primeiras listas de escabinos, devemos fazer algumas observações com relação ao Conselho Político na implantação do escabinato. De grande influência na administração da conquista antes da vinda de Nassau, este Conselho dispunha de informações importantes e das quais Nassau se serviria quando de seu governo. Servaes Carpentier pode servir de exemplo para esta questão, uma vez que serviu no Brasil na qualidade de conselheiro político, administrando a Paraíba em 1635 e 36. Havendo ele desempenhado funções administrativas e judicantes no Brasil, Carpentier apresentou minucioso relatório aos diretores da wic em 1635, fornecendo detalhes do funcionamento daquela capitania. De sua experiência administrativa se valeu Maurício de Nassau ao lhe incorporar na função de assessor do Alto Conselho. Serveas Carpentier era homem bem relacionado na conquista, tendo como cunhado um Alto Conselheiro conhecido como Hendrick Hamel, que fora também comerciante no Brasil holandês.⁶² Uma outra figura importante, Elias Herckmans, que chegou a Pernambuco em dezembro de 1635, participou ativamente da administração da Paraíba e do Rio Grande nos anos seguintes. Herckmans foi responsável por instruir os escabinos neerlandeses e portugueses no direito civil e criminal vigente nos Países Baixos.⁶³ Na sua *Descrição geral da capitania da Paraíba*, datada de 1639, Elias Herckmans descreveu bem como se dava a

61 IAHGP, idem. Onde se lê: “te weten dat den polituien Raet sal verkiesinge doen van 20 a 30 van de qualificeerte van de Capitanie die electors sullen sijn soo lange sij leven ende electie doen van ‘civille officianten”.

62 Informação fornecida por José Antônio Gonsalves de Mello. Ver. MELLO, Fontes para a história do Brasil holandês, tomo II, p. 51, nota 51.

63 Idem, pp. 56-54.

administração desta capitania antes da invasão holandesa. De certo, nomes de portugueses que foram indicados para escabinos já eram de conhecimento do Conselho Político nos anos de 1635 e 36.

No início de julho de 1637, foram escolhidos os eleitores dos escabinos da Paraíba. Uma lista com 15 nomes foi enviada desta capitania ao Recife pelo Conselheiro Elias Herckmans. A lista dos eleitores era a seguinte:

1. Jorge Homem Pinto
2. Francisco Camelo de Valcácer
3. Francisco D'orado
4. Henks Fransen
5. Eduard Hunnickhoven
6. Gaspar Fernandes Dourado
7. Jacque van der Neevens
8. Bento de Reguo Bezerra
9. Jan van Pool
10. Samuel Gerards
11. Manuel D'Azevedo
12. Manuel Dalmeida
13. Isaak de Rasiere
14. Pieter van Wijden
15. Cornelis Jucisens

Dos nomes acima, foram eleitos escabinos:

1. Jorge Homem Pinto
2. Isaak de Rasiere
3. Manuel Dalmeida
4. Jan van Pool
5. Gaspar Fenandes Dourado

Vale ressaltar que o processo de eleição de escabinos na Paraíba foi mediado pelo conselheiro Elias Haerckmans. Este, por sua vez,

conhecia bastante os moradores daquela região, pois foi o primeiro a administrá-la após sua conquista pelos holandeses em fins de 1634. A pressa em se fazer a eleição na Paraíba se justifica talvez pelo fato de ser o segundo mais importante porto do Brasil holandês. Essa posição a Paraíba já havia conquistado no período dos ‘pequenos lucros’ dos anos 1635-36. Após a queda do Arraial Velho do Bom Jesus (meados de 1635) a Paraíba viveu um clima de recuperação do comércio, ainda que em pequena escala. Não só a Paraíba, mas também Goiana e Itamaracá forneceram, como foi visto no capítulo 11, os primeiros proveitos para a wic. Dentre os eleitos, vale destacar que Isaak de Rasiere já figurava como um conhecido nosso da fase pré-nassoviana. O mesmo, na fase dos *kleine profjten*, atuava como cidadão-livre e havia emprestado grande soma de dinheiro à wic no Brasil. É provável que, já por volta de 1635, ele já fizesse comércio na capitania da Paraíba. Parte de seu capital pode ter ajudado alguns engenhos da Paraíba a retomarem a sua produção. Afora estas especulações, o certo é que ele gozava de prestígio, pelo menos para a wic, na Paraíba. Era importante para a administração de Nassau e do Alto conselho ter como escabino, entre outros, pessoas de sua confiança nas esferas locais. Rasierre tornou-se senhor de engenho na Paraíba.

Outro nome da lista de eleitores, Jorge Homem Pinto, também assumiu a propriedade de um engenho na localidade. Outro senhor de engenho e eleitor na Paraíba era Francisco Camelo de Valcacer. Nem Jorge Homem Pinto, nem Francisco Camelo de Valcacer seguiram Matias de Albuquerque na sua defesa no Arraial Velho do Bom Jesus. Coincidentemente, são esses dois nomes que encabeçam a lista de eleitores da Paraíba. Manuel D’Almeida, por seu turno, detinha, antes da invasão, o privilégio de um importante passo no rio Paraíba por onde atravessava a produção de açúcar. Como já foi mencionado anteriormente, segundo o relatório de Serveas Carpentier, “esses passos tem seus privilégios, ninguém

podendo ter outro perto deles”.⁶⁴ Por fim, Jorge Homem Pinto e Manuel D’Almeida estiveram entre os primeiros escabinos eleitos da capitania da Paraíba.

Alguns dos antigos proprietários abandonaram os seus engenhos e fugiram com Albuquerque para a Bahia. Foi o caso de Jorge Lopes Brandão, Luis Brandão e Manuel Pires Correia. Nem todos os senhores de engenho da Paraíba que permaneceram entraram para lista de primeiros leitores. Assim, Antônio Valadares, Duarte Gomes da Silveira, Antônio Pinto de Mendonça, João Araújo de Freitas, Fernando Álvares Romão e João de Souto, que, ao que parecem, permaneceram na Capitania, não lograram espaço entre os eleitores na primeira lista preparada por Elias Herckmans. Jan van Poel (ou Jan van Ool) tornou-se proprietário de dois engenhos (o Espírito Santo e o Santo Antônio). Essa inversão, ou seja, holandeses se tornando senhores-de-engenho nos revela, num contexto de exercício de um poder local, que a instituição do escabinato, pelo menos neste aspecto, não diferia da câmara no mundo português. Houve, em alguns casos, uma espécie de “continuísmo” na relação ocupação de cargo no poder local/representante de uma aristocracia agrária.

Diante do exposto, qual seria a lógica de formação de uma lista de eleitores luso-brasileiros para representar o seu grupo? Pelo menos o argumento simplista de que ser proprietário de um engenho era garantia de ser eleitor ou escabino não se verificou, uma vez que alguns deles que permaneceram na capitania não tiveram espaço nessa conformação de poder.

Um outro critério pode ter sido o conhecimento das leis e costumes portugueses. Nesse quesito, Mário Neme, ao comparar o conhecimento jurídico dos escabinos holandeses com portugueses, afirma que estes últimos dominavam melhor o seu sistema de leis. Para ele:

64 MELLO, op. cit., p. 50.

“É de se presumir que estes juizes dos pequenos núcleos portugueses, arcando pessoalmente com toda a responsabilidade dos julgamentos, cuidassem de conhecer melhor as leis, de estudar com maior atenção os casos e de orientar-se, nas suas decisões, tanto pelas regras jurídicas quanto pelas normas morais e éticas que regiam o corpo social”.⁶⁵

Do lado dos escabinos holandeses, Mério Neme apontou a incapacidade dos mesmos, dada a inabilidade jurídica de muitos deles. Por outro lado, a falta de habilidade jurídica poderia ser compensada pela habilidade comercial, de maneira que estes escabinos holandeses atuassem bem na esfera da fiscalização da produção local de açúcar. Pelo menos na escolha dos eleitores para a câmara de Porto Calvo, o Conselho Político foi avisado de que as pessoas mais conhecidas (*personen best bekend*) da *wic* naquela localidade eram Rodrigo de Barros Pimentel, Miguel Camelo de Queiroga, Diogo Gonsalves da Costa, Miguel Gonsalves Mazagão e Miguel Barbosa.⁶⁶ Não foi por acaso que Miguel Queiroga e Miguel Mazagão serviram por mais de uma ocasião em Porto Calvo.

A primeira lista de eleitores do “distrito da cidade de Olinda e Recife”, preparada pelo Alto Conselheiro Shilt, já era bem maior que a da Paraíba. São eles:

1. Jacob Stachouer
2. Gaspar da Silva
3. Nicolas de Rider
4. Pedro da Cunha Dourado
5. Willen Doncker
6. Pedro Lopes de Vera
7. Elbers Chrisping
8. João Carneiro de Maris

65 NEME, op. cit., p. 221.

66 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 12/05/1638.

9. Jaque Hack
10. Theodosius Lempreur
11. Fernando Vale
12. Jan Schaep
13. Antônio de Belchiors
14. Matheus Bec
15. Arnau DOlanda
16. Cheristoffel Airschettel
17. Bernardim de Carvalho
18. Bartholomeus van Ceulen
19. Gaspar Dias Ferreira
20. Jos van de Boogart
21. Francisco de Brito
22. Michiel Hendrickx
23. Luiz Braz Bezerra

Essa lista provocou desagrado em alguns eleitores, que apontaram a origem judaica de Pedro Lopes de Vera (*omdat van joodsche geslachte waren*), Fernando Vale e Gaspar Dias Ferreira. Este último, por sua vez, afirmou que os seus antecedentes “eram cristãos velhos” (*oude kristenen waren*) e que “era tão nobre quanto os outros que ali estavam presentes (*ende van soo noble geslaerchte des yemant die daer present waren*).⁶⁷

De todos aqueles nomes indicados para votar e serem votados, chegou-se a uma lista menor de 14 nomes:

1. Jacob Stachouer
2. Willen Doncker
3. Jaques Hack
4. Michiel Hendrickx
5. Christoffel Airschettel

67 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 07/08/1637.

6. Elbert Chrispynsen
7. Francisco de Brito Pereira
8. João Carneiro Mariz
9. Jan van den Boogart
10. Antônio da Silva
11. Gaspar Dias Ferreira
12. Paulo D'Araújo
13. Arnau D'Olanda
14. Francisco Dandrade

Dessa lista de eleitores, Francisco de Brito era proprietário de um engenho na Várzea, Gaspar Dias Ferreira havia comprado à wic os engenhos Santa Maria e Santo André na freguesia de Muribeca.⁶⁸ João Carneiro Mariz comprou da wic o engenho Sibiró de Cima, na Freguesia de Ipojuca e se tornava um novo senhor-de-engenho.⁶⁹ Pelo menos numa lista de proprietários de engenhos das capitanias da Paraíba, Pernambuco e Itamaracá, datada de 1623, o seu nome não aparece.⁷⁰ Arnau de Holanda era proprietário do engenho São João, na freguesia de São Lourenço. O mais antigo proprietário de engenho dos até então elencados parece ter sido Antônio da Silva, dono do engenho São Braz na freguesia do Cabo de Santo Agostinho. O seu nome consta na lista de proprietários de 1623. Dos neerlandeses, Jacques Hack havia adquirido um engenho na freguesia da Várzea.⁷¹

Sobre a composição das listas de eleitores nas diversas localidades, temos que as sua composição poderia variar. Em medos de 1639, as câmaras de Olinda e da Paraíba encontravam-se vacantes.

68 MELLO, op. cit., p.86.

69 Idem, p. 83.

70 “Açúcares que fizeram os engenhos de Pernambuco, Ilha de Itamaracá e Paraíba – ano de 1623”. In: MELLO, op. cit., p.28.

71 MELLO, op. cit., p.87.

Para Olinda, ingressaram como novos eleitores Jacob Alrichs, Hans van der Goes e Gillis Kroll. Para a Paraíba, foram escolhidos Pieter Coets e Jaspar van Sulphen.⁷²

Realizadas as listas de eleitores e escabinos para as câmaras da Paraíba e Olinda, no segundo ano de vigência do escabinato, alguns nomes começavam a representar perigo à administração nassoviana. Do lado luso-brasileiro, enquanto o nome João Fernandes Vieira, futuro escabino da câmara de Maurícia, adquiria visibilidade e respeito por parte dos holandeses, outros amigos seus caíam em desconfiança.⁷³ Foi o caso dos senhores de engenho e também eleitores João Carneiro de Mariz e Arnau de Holanda, em Pernambuco e Duarte Gomes da Silveira e João do Souto na Paraíba. Esse grupo foi preso em 2 de agosto de 1638 sob acusação de se corresponder e dar acolhidas aos campanhistas luso-brasileiros. Segundo conclusão de José Antônio Gonsalves de Mello, em relação a este episódio,

“foram apreendidos todos os papéis dos acusados e estabeleci-
da uma comissão de inquérito. Depois de longa demora, nada
se apurou contra eles. Entretanto, morrera na prisão Pedro
da Cunha de Andrade, um dos mais prestigiados entre os
acusados”.⁷⁴

Talvez esse fato explique a não escolha de um nome como Arnau de Holanda, tradicional senhor de engenho em Pernambuco, para

72 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 10/06/39.

73 MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira: Mestre-de-Campo do Terço de Infantaria de Pernambuco, op. cit., p. 50. Segundo o autor: “Em 12 de agosto, ainda em 1638, Vieira arrematou, em seu próprio nome, por 26.000 florins, o contrato anual da “pensão”, sobre os açúcares dos engenhos de Pernambuco. Por esta mesma época (entre 1 de agosto e 6 de outubro de 1638), Vieira adquiriu a crédito, em leilão, “para o Senhor Jacob Stachouwer”, um partido de canas que pertencera a Luís Barbalho Bezerra, por 28.500 florins”.

74 MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira: Mestre-de-Campo do Terço de Infantaria de Pernambuco, op. cit., pp. 50-51.

compor o seletto grupo de escabinos de Olinda nos anos de 1638-39.⁷⁵ O panegírico Gaspar Barléus registrou esse episódio da “conjura de portugueses acreditada, mas não provada” ao mesmo tempo em que celebrava a cessão, por parte de Nassau, de brasões de selo às câmaras provinciais para a autenticação de atos públicos. Também deixou claro que, sobre a suposta conjura, “esses acontecimentos afrontavam o nosso império, sem consentir que se considerasse inteiramente feliz”.⁷⁶ Fica claro que Gaspar Barléus, no intuito de não enxergar a gravidade da situação que envolvia eleitores e escabinos portugueses, não relacionou os nomes aos cargos. Por último, pode ter concorrido para a “liberação” dos pró-homens acima o fato de que o ano de 1638 dava boas perspectivas na safra de açúcar “em razão das chuvas moderadas e tempestivas, que dava aos agricultores esperança de 18.000 caixas”.⁷⁷ No caso de Duarte Gomes da Silveira, não foi esquecido, por parte de Nassau e do Alto Conselho, do “auxílio por ele prestado na expugnação da Paraíba”.⁷⁸ Seja como for, o fato é que, desde o início de sua aplicação, o sistema do escabinato se apresentava como algo frágil, dada a permanente tensão entre neerlandeses e luso-brasileiros. Aliás, essa fragilidade da administração holandesa já fora exposta no capítulo anterior. A base social da economia açucareira, a classe dos senhores-de-engenho, representava a incerteza aos olhos dos administradores batavos.

O sistema do escabinato se adaptava, no Brasil, às necessidades e possibilidades do momento. Vejamos dois casos: Em julho de 1639, o Alto Conselheiro Nuno Olpherdi, em viagem à região do São Francisco, aconselhou Nassau a instituir uma câmara de escabinos nesta parte da conquista. Dois anos após a instituição do escabinato, a

75 Como se vê nos anexos, Arnau de Holanda só representará a Câmara de Escabinos da Cidade Maurícia bem mais tarde, na gestão de 1643-44.

76 BARLEUS, op. cit. p. 103.

77 Idem, p.103.

78 Idem, p.105.

fronteira sul do Brasil holandês passaria a ganhar um tribunal local. Nuno Olpherdi observou na região diversos inconvenientes naquele distrito, cujos moradores não tinham a quem recorrer em questões civis e criminais senão à gurnição local. A demora em se instalar uma câmara de escabinos nesta região demonstra a deficiência da administração nassoviana em alcançar legalmente todo o território conquistado.⁷⁹ O segundo exemplo da adaptação do escabinato às realidades locais temos em Porto Calvo. Nesse distrito, alguns escabinos holandeses permaneceram até três anos seguidos no cargo (o permitido era de, no máximo, dois anos). Este foi o caso dos escabinos Davids de Vries, Jan Fletcher e Jacob Welthuisen que serviram em Porto Calvo nos anos de 1642, 43 e 44. O argumento da administração superior foi de que aí residiam poucos holandeses para se revezarem na função.⁸⁰

Nassau e o Alto Conselho não deviam temer apenas aos luso-brasileiros, mas também os próprios compatriotas. Em julho de 1639, chegou ao conhecimento da administração superior, através de informações fornecidas por comerciantes que “muitos escabinos que regressam aos Países Baixos são pessoas que contraíram muitas dívidas”.⁸¹ O cuidado que Nassau e o Alto Conselho, assessorados pelo Conselho Político nas diversas localidades, deveriam ter com relação à probidade dos portugueses que iriam compor as diversas câmaras de escabinos fez a WIC se esquecer da probidade de seus próprios agentes. A denúncia é de que esses escabinos divididos estariam embarcando de volta para os Países Baixos “sem o conhecimento dos capitães dos navios” (*bijten de kennisse van de*

79 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 13/07/1639. Na qual se lê: “De edele heer Nuno Ulpherdi rapporteerende, hoe nodich was in Rio Sto Francisco ook een camera va schepenen geordeneert werde, met conde de saecke van justitie aldaer waerneme”.

80 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 28/06/1642.

81 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 05/07/1639.

schippers). Essa situação contradiz as opiniões de Hermann Waetjen ao afirmar que “enquanto João Maurício teve em suas mãos as rédeas do governo, a terra conservou-se geralmente quieta, - pelo menos as capitanias principais foram preservadas de pesadas tempestades”.⁸² Hermann Waetjen relacionou o “controle” da administração por parte de Nassau com a criação das câmaras de escabinos. A prática mostrou que esse controle não se verificava. Soma-se o fato que a opinião de Waetjen acerca das câmaras portuguesas era bastante negativa, chegando ele a considerá-las como “mal organizadas”.⁸³

Retomando a primeira lista de eleitores de Olinda, foram excluídos Pero Lopes de Vera e Fernando Vale⁸⁴, considerados ‘inabilitados’ por serem supostamente judaizantes. Essa intolerância religiosa se deu mais em função de uma oposição dos cristãos-velhos portugueses que não queriam dividir o mesmo espaço de poder como os supostos judaizantes.

Finalmente, no dia 24 de setembro de 1637, foram escolhidos por Nassau e o Alto Conselho para exercerem a função de escabinos de Olinda:

1. Willen Doncker
2. Jaques Hack
3. Francisco de Brito Pereira
4. Gaspar Dias Ferreira
5. João Carneiro Maris

Dos três escabinos portugueses escolhidos, cada um representava uma freguesia diferente, talvez como estratégia de Nassau e do Alto Conselho em não concentrar juizes de uma mesma região ou

82 WAETJEN, op.cit. p. 201.

83 Idem.

84 José Antônio Gonsalves de Mello referiu-se a este fato e registrou este episódio. Ref. MELLO, Revista do IAHGP/separata do vol. 51. Gente da nação: Judeus residentes no Brasil holandês, 1630-54. Recife, 1979, p. 78.

freguesia. Foi decidido que eles deveriam residir e Olinda, local das audiências. Com isso, a vila de Olinda não ressurgia apenas como um conjunto de edificações, mas também como um *locus juridicus*, papel que sempre teve na capitania de Pernambuco.

Um dado importante dessa eleição em Olinda é de que, pela primeira vez, aparece na documentação a função dos escabinos. Deveriam, sobretudo, administrar a justiça e exercer o poder policial (*justitie ende politie mochten administreren*). Mas a *notulen* datada de 25 de setembro, um dia após a escolha dos escabinos, deixou claro que os mesmos deveriam ser instruídos por um membro do Alto Conselho, um membro do Conselho Político e um Advogado Fiscal sobre os procedimentos legais e de acordo com o direito dos Estados Gerais da Holanda.⁸⁵

Essa eleição de escabinos em Olinda pode ser um caso emblemático, sobretudo porque nos induz a uma série de questões. Primeiro, o cuidado que se teve em detalhar as funções do poder local, coisa que não foi feita para o caso da Paraíba. Mas isso não importa tanto, já que era tão óbvio que não carecia de detalhamento em fontes. O que podemos depreender dessas considerações acima é o interesse que despertava a função nesse ‘distrito’. E isto também por razões óbvias. Olinda e Recife, unidos numa só área jurisdicional, e geograficamente o ‘centro do poder’ na *conquesten* batava. Isso em si guardava vantagens e desvantagens para os que iam desempenhar as funções de escabinos.

Vale ressaltar que as câmaras dos escabinos traziam uma nova realidade jurídica aos portugueses. A maior diferença entre as câmaras portuguesas e dos escabinos foi descrita por Mário Neme como se segue:

“[...] nas capitanias portuguesas, nas quais vigoravam as Ordenações do reino, além das devassas a que estavam sujeitos os

85 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 25/09/1637.

juulgadores e todos os funcionários da justiça, das sentenças dos juizes ordinários das vilas e cidades, em causas de certo valor para cima, autores e réus podiam apelar, primeiro para o ouvidor da capitania (juiz de segunda instância), depois para o ouvidor-geral da Bahia (com função de corregedor), e, finalmente, para tribunais da metrópole. Sob os holandeses, das decisões dos escabinos só cabia recurso, e assim mesmo apenas em certos casos, para o Conselho Político, cujos membros [...] exerciam também funções de administração como funcionários subordinados ao Conselho Supremo [Alto Conselho] e eram, ao mesmo tempo, procuradores dos negócios da Companhia”.⁸⁶

A vantagem mais visível de um poder local junto a um poder central é a de se estar próximo ao também centro econômico da conquista. Não podemos nos esquecer que o Recife funcionou como uma espécie de “cidade armazém”, para onde convergiam os principais produtos negociados pela WIC. Assim, armazéns de açúcar e pau-brasil, mercados de escravos e outros produtos, orbitavam em torno de seu porto. Poderia-se dizer de um Recife como uma miniatura de Amsterdam. Ao tempo de Nassau e do Alto Conselho, não tínhamos apenas os pequenos lucros, mas os grandes lucros (*grootte profijten*). O Recife possuía uma população de mais de 3 mil pessoas. A ilha de Antônio Vaz vivia em meio a um violento processo de especulação imobiliária. Enfim, pelo menos nos limites destes dois burgos, o comércio vicejava e era interessante a proximidade com eles. As possibilidades de contato com várias partes do Atlântico poderia despertar em indivíduos como o Jaques Hack e Gaspar Dias Ferreira o desejo de empreitadas mercantis com a África Centro-Ocidental e com o Caribe. Não é à toa que foi por essa época que a ilha de Barbados deu início às suas primeiras plantações de cana-de-açúcar a partir de pessoas que estiveram em Pernambuco. Sobre

86 NEME, op. cit., p. 222.

Gaspar Dias Ferreira, afirmou José Antônio Gonsalves de Mello que “era um tipo de aventureiro intelectual, com boa instrução latina e autor de escritos muito interessantes; baseou-se e sua amizade com Nassau a sua ambição de riqueza”.⁸⁷ Por isso depreendemos a importância, sobretudo para Nassau, da indicação de seu nome para escabino de Olinda.

As possibilidades de progredir comercialmente é um fator que liga uma influência local (ou uma ocupação no poder local do Recife) através de um cargo judicante aos objetivos de expansão econômica.

No caso mencionado acima acerca da desqualificação de Pero Lopes de Vera para a condição de eleitor e escabino de Olinda, ainda que este fosse proprietário de dois engenhos em Serinhaém (engenho Serinhaém e São Braz), isto não lhe garantiu assento entre os escabinos.

Na definição da alçada dos escabinos, ficou determinado que os mesmos atuariam em sentenças de um valor até 100 guldens.⁸⁸ Isto já foi referido por Hermann Waetjen e José A. Gonsalves de Mello. Contudo, não foi uma decisão repentina. Ela só veio expressa quase um mês após a eleição dos escabinos em setembro de 1637.⁸⁹ O que nos interessa neste caso dos limites das sentenças dos escabinos (e a decisão se estendeu à todas as câmaras ‘*dat alle camaras sullen mogen bij arrest setencieren...*’) é que foi algo que não foi decidido instantaneamente. Pelo contrário, foi necessário praticamente um mês para que essa decisão fosse tomada. Isso demonstra que a implantação do escabinato não era algo monolítico e automático. Pelo contrário, estava-

87 MELLO, op. cit., p. 52.

88 100 florins

89 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 27/10/1637. Na qual se lê: “op het versouck van de schepenen van Olinda te weten I wat saecke sende tot wat waerde ofte somme sij bij arrest sullen mogen sententierenn sijn her datter appel van haere setencie mochte wellen. Soo is met sijn Excellentie goet gevonden dat alle camaras sullen mogen bij arreste setentieren in saecken die maer een hondens guldens ende daer beneden waardigh sijnde”.

-se tentando um modelo de administração local presente nos países do norte da Europa nos trópicos. Por mais que a instituição tentasse preservar a sua origem, os problemas com os quais ela lidou no Brasil foram bem diversos daqueles vivenciados nos Países Baixos.

Por vezes, Nassau e o Alto Coselho eram consultados pelos escabinos de Olinda. Em fins de 1637, o Alto Governo foi consultado a respeito do pagamento de capitães-do-mato para a captura de escravos fugidos dos engenhos daquela jurisdição. O representante dos moradores foi o escabino Gaspar Dias Ferreira. Sobre o assunto foi aconselhado que os capitães-de-mato deveriam receber 150 guldens anualmente.⁹⁰ Essa figura do escabino enquanto mediador entre os moradores e o Alto Governo pode ser visto neste caso acima. Teoricamente, eles deveriam ser os olhos do Alto Governo nas localidades. O que Gaspar Dias Ferreira observou nos engenhos da jurisdição de Olinda era que a plantação de mandioca no ano de 1637 tinha sido bastante exígua, daí certamente a necessidade de se ter mais escravos para o plantio.⁹¹ Esse caso do pagamento de capitães do mato jogava a instituição dos escabinos num emaranhado de problemas estranhos aos Países Baixos. A imersão neerlandesa diretamente no mundo da escravidão, desde a compra diretas de cativos em São Jorge Mina e Luanda até a captura de escravos fugidos, reverberava nas instituições do poder local representado pelos escabinos. Vivia-se no Brasil uma espécie escabinato à maneira atlântica. Nesse sentido, qualquer reflexão sobre a experiência dos escabinos no Brasil deve levar em consideração a seriedade que isso implicou. Essa não foi

90 Idem, 30/12/1638. na qual se lê: “De cameran van Olinda vooderen versoercht sijnde ons met haer adveijs te ... wat ordre bequamelijcke sonde gestalt werderop de captos do campo ende haere soldadten, soo geconpacert de shepen Gaspar Dias Ferreira ende gehoort zijn advijs. Is geresolveert dat men de captos do campo ijder jaerlicx aen gagie van f. 150.

91 Idem. No qual se lê: “Alsoo voor desen de Camara van Olinda wat voor gehouden, hoe dat de inwonderen dit jaer wienich mandioque oft rossas soudent plan-ten also se alle hare negros gebruyckten”.

uma experiência simplesmente sem importância, como tenta parecer Mário Neme ao esvaziar o papel dos escabinos no Brasil.

Seis meses depois da implantação das câmaras de escabinos na Paraíba e Olinda, chegou a vez do 'distrito' de Igarassu, de menor jurisdição que os demais. Foram indicados para eleitores:

1. Sebastião Lopes da Fonseca
2. Inácio Paes de Chaves
3. Sebastião Gomes Machuca
4. Sebastião Vieira
5. João Dias Leite
6. Domingos Mendes Braga
7. Thomé Gomes
8. João Freire
9. Marcus Dias de Lucena

Foram eleitos os seguintes nomes:

1. Sebastião Lopes da Fonseca
2. Sebastião Vieira
3. Domingos Mendes Braga

De menor jurisdição, Igarassu não precisou de nenhum holandês. No primeiro relatório redigido por Nassau no Brasil, em 1638, nenhum dos nomes acima aparece como proprietários de engenho em Igarassu. Ou situavam-se na classe dos pequenos lavradores, ou na dos comerciantes.⁹² Um dos senhores-de-engenho em Igarassu

92 MELLO, op. cit., p.89. *Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil*. Segundo o relatório, dos oito engenhos de Igarassu, constavam como proprietários os descendentes de Pero da Rocha Leitão (que foi enforcado no Arraial Velho do Bom Jesus por ter se correspondido com os holandeses), Manuel Jácome Bezerra, Domingos Velho Freire, Gonçalo Novo de Lira, Domingos da Costa Brandão, João Lourenço Francez e um outro pertencente à Ordem dos Beneditinos.

era o cristão-novo Domingos da Costa Brandão, que pode ter sido exluído da câmara dos escabinos pela sua ascendência judaica, tal qual Pero Lopes de Vera. Costa Brandão era proprietário do engenho Jaracutinga, sob a invocação de São Filipe e Santiago. Segundo depoimentos à inquisição recolhidos de alguns cristãos-novos, Domingos da Costa Brandão já residia no Recife à época da invasão (1630) e exercia também a atividade de comerciante em Olinda.⁹³

Olinda, ao contrário de sua vizinha Igarassu, tinha uma jurisdição mais ampla que ia até Ipojuca, no litoral sul. Era o maior distrito e abarcava várias freguesias, desde a Várzea do Capibaribe até o Cabo de Santo Agostinho. Essa jurisdição de Olinda, sob os holandeses, correspondia à jurisdição de Olinda sob os portugueses.

Na Paraíba, um ano após a primeira eleição, o sistema de jurisdição local foi repensado. Foi decidido por Nassau e pelo Alto Conselho que a câmara da Paraíba seria constituída por três neerlandeses e dois portugueses. Também foi decidido que, todo ano, permaneceriam dois escabinos do ano anterior (*soo is ook geresolveert alle jaren twee van de oude schepenen te continuïren*).⁹⁴ Essa regra foi descumprida, como no caso de Porto Calvo citado acima.

Aos poucos, o que seria, segundo alguns historiadores, um “modelo ideal” de administração das localidades, veio a mostrar os seus desconfortos e problemas. Da parte neerlandesa, havia sempre medo de uma traição por parte de algum escabino português. Mauricio de Nassau e o alto Conselho, no caso citado acima da maioria de escabinos na câmara da Paraíba, acataram uma

93 MELLO, José Antônio Gonsalves de. Gente da Nação: Judeus residentes no Brasil Holandês (1630-54). In: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Vol.51. Recife, 1979, p. 67.

94 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 25/07/1638. A notulen deixa bem claro que estes escabinos não podem permanecer por mais de dois anos consecutivos (“Hets evenwel dat se niet meer als enns twee jaren achter den anderen mogen dienen, nider den derden jaer moeten geexcuseert warden”).

reclamação dos escabinos holandeses preocupados com a maioria portuguesa naquela jurisdição. O Alto Governo chegou a considerar a medida como “mais segura para nosso estado” (*securder voor onsen staet*).

Na segunda eleição para a câmara da Paraíba em 1638, foi feita a seguinte lista de eleitores:

1. Geraldo Mendes
2. Rafael Carvalho
3. Duarte Gomes da Silveira
4. João do Souto
5. Francisco Camelo de Valcácer
6. Manoel D’Azevedo
7. Meuno France
8. Eduart Munickhoven
9. Gijsbert Dionijs

Nessa nova lista para eleitores na Paraíba ingressaram os senhores de Engenho João do Souto (engenho Santa Luzia) e Duarte Gomes da Silveira (engenho Salvador). Não apenas as listas de escabinos eleitos podiam ser modificadas, mas também as relações de eleitores. Essa “proposição” dos eleitores por parte do governo holandês colocava no poder local elementos holandeses sobretudo ligados ao comércio.

Dos antigos escabinos, permaneceram Jan van Pol e Manuel D’Almeida. O novos eleitos foram:

1. Alonso França
2. Geraldo Mendes
3. Eduart Munickhoven

Essa constante regulação das esferas locais contrasta com a experiência municipal nos Países Baixos. Um estudioso da história da Companhia das Índias Ocidentais, W. J. van Hoboken, chamou

a atenção para a autonomia municipal neerlandesa e a sua relação com a prosperidade econômica dos Países Baixos. Levando em consideração alguns argumentos de Huizinga, observou Hoboken que:

“Ele [Johan Huizinga] rejeita a idéia de que a Holanda deveu a sua prosperidade econômica ao desenvolvimento de idéias econômicas avançadas. Pelo contrário, foi essencialmente o velho princípio medieval da liberdade municipal que continuou a dominar a vida econômica. Huizinga assinala que o vigor interno da estreita organização municipal não foi suficiente para explicar o extraordinário crescimento da jovem República; foram antes as condições políticas da Europa que permitiram aos habitantes dos Países Baixos utilizarem-se plenamente da sua liberdade e das suas capacidades inatas”.⁹⁵

O argumento de Hoboken, levando em consideração parte do pensamento de Johan Huizinga, considera a fundação da Companhia das Índias Ocidentais como consequência da liberdade política de um povo que herdou da Idade Média a autonomia do poder local. Contudo, no Brasil holandês, esses poderes, pulverizados na *conquesten*, não eram autônomos na medida em que respondiam às instruções do Conselhho Político e de Nassau e o Alto Conselho. Afasta-se então a falsa idéia de democracia do escabinato brasílico.

Se na esfera do comércio portugueses e halandeses se entendiam, o mesmo não se pode dizer das questões cíveis e criminais. Por vezes, a interferência do Alto Governo (Nassau e o Alto Conselho) se fazia necessária na aplicação do direito nas localidades. Passado um ano da primeira eleição para escabinos, o Alto Governo achou prudente que o Alto Conselheiro Serveas Carpentier e o Conselheiro Político Johan Boedecker

95 HOBOKEN, W. J. van. A Companhia das Índias Ocidentais: fatores políticos da sua ascensão e declínio. In: Revista do IAHCP. Separata do vol, 49. Recife, 1977, p. 309.

“formulassem instruções para os escoltetos⁹⁶ e escabinos em matérias de policia e justiça bem como ordenações sobre matéria de casamentos e outros necessárias ao melhor governo. As instruções devem ser estendidas aos secretários dos escabinos”.⁹⁷

Como visto, as “instruções” deveriam ser estendidas aos assessores dos escabinos para que não houvesse confusão no limite de suas jurisdições .

Analisando a instituição dos escabinos, Mário Neme destacou que a própria Holanda carecia de uma estrutura jurídica orgânica ao nível dos municípios. Daí, a seu ver, a ausência, no Brasil holandês, de “um corpo de legislação geral, um corpus júris que contemplasse o direito publico, o direito privado, o direito penal, o direito processual civil e criminal [...]”.⁹⁸ O poder local existia com leis e costumes das províncias da Holanda e da Frísia Ocidental. Era apenas uma adaptação de costumes provinciais dos Países Baixos em instituições locais na América potuguesa. Baseado no argumento da “vazio normativo” das câmaras dos escabinos, Mário Neme fechou a questão afirmando veementemente que “talvez em nenhuma parte do mundo ocidental de então a garantia de direito dependeu tanto da personalidade dos juízes quanto no Brasil holandês”.⁹⁹ Esse estado de coisas combina bem com algumas perspectivas de António M. Hespanha, para o qual, no Antigo Regime, faz-se necessário entender mais o direito na vida (*law in life*) do que mesmo o direito dos livros (*law in action*).

96 Exerciam função policial e fiscalizavam os escabinos.

97 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. Na qual se lê: “[...] om te formeren instruction voor de scholtetten ende schepenen in politie ende justitie, als mede ordenantien over huwelijxsaecken ende andere tot better regeringe nodig sullen beconden warden, ales mede instruction voor secretarissen van de schepenen [...]”.

98 NEME, op. cit., p. 220.

99 Idem.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que o autor de *Fórmulas Políticas no Brasil Holandês* critica o princípio de representatividade do poder local no Brasil holandês, exarceba o caráter representativo da câmara no Brasil colonial denominando-a como uma instituição de “caráter democrático indiscutível”. Em relação a isso, os estudos mais recentes acerca do município no império português tem desmentido às largas esta visão do poder local. Para afirmar o que afirmou, Mário Neme se apoiou no fato de que

“as câmaras municipais do Brasil já haviam nascido conformadas e reguladas por um corpo de leis que lhes dava não só um caráter democrático indiscutível, mais ainda um razoável grau de autonomia, desconhecido em países mais evoluídos da época”.¹⁰⁰

Ocorre que o “corpo de leis” ao qual estavam subordinados os poderes locais no Brasil nem sempre funcionava na prática. Julgar um melhor ou pior funcionamento de um poder local pela existência ou não de um conjunto de leis orgânicas seria não considerar a diferença (como vimos acima) entre o direito nos livros e o direito na vida, como ressaltou António Manuel Hespanha. Assim, Mário Neme comungava de uma perspectiva

“em que o poder era algo produzido pelo direito, nos lugares designados pelo direito, com os agentes nomeados pelo direito e sob as formas prescritas pelo direito. Este encerramento jurídico do poder atenuou-se um tanto com o advento das instituições que, pelo menos, distinguiu mais claramente o direito dos livros (*law in the books*) do direito tal como ele era vivido no quotidiano (*law in action*).¹⁰¹

¹⁰⁰ Idem, p. 225.

¹⁰¹ HESPANHA, António Manuel. Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites. In: Modos e Governar: idéias e práticas políticas no Império português. Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini (orgs). São Paulo: Alameda, 2005, p. 39.

Também não parece plausível, ainda segundo Mário Neme, que a Companhia das Índias Ocidentais fosse apenas uma organização comercial desprovida de ordenamento jurídico ou necessariamente incapaz totalmente de conduzir um processo de conquista e expansão territorial e comercial. O que é justo observar é que a mesma encontrava-se ainda em seu estágio inicial de vida e, por isso mesmo, muitas “experiências” eram feitas em matéria de administração colonial ultramarina. Vigorava, na experiência do escabinato no Brasil, o *law in action*.

A segunda eleição para a câmara de escabinos de Olinda (em junho de 1638) deu a maioria para os holandeses. Dos escabinos da primeira gestão, ficaram Willen Doncker e Gaspar Dias Ferreira, aos quais se juntaram Gaspar van Niehof van der Ley, Samuel Halters e Luiz Brás Bezerra. Enquanto isso, para câmara de Igarassu, foram nomeados: Francisco Dias de Oliveira, João Lourenço Francez e Leonardo Dias. Algumas considerações podemos fazer em relação a lista de eleitores das câmaras de Olinda e Igarassu. A primeira delas é que, em ambos os casos, alguns nomes foram substituídos em relação à primeira eleição. No caso de Olinda, nesta segunda eleição, a quantidade de eleitores se reduziu bastante em relação à primeira, de 23 nomes para 15. Ao mesmo tempo, foram nomeados para escabinos, na freguesia de Serinhaém, Miguel Fernandes de Sá, Gaspar Correia Régua e Francisco de la Tour.¹⁰²

Poucos dias depois, o Conselho Político preparou a lista de eleitores do Rio Grande (do Norte). Os primeiros eleitores do Rio Grande são os seguintes:

1. Simão Nunes Correia
2. Francisco Mendes da Fonseca
3. João Borges Souto Maior
4. Estevão Machado

102 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 26/06/1638.

5. Manuel Roiz Pimentel
6. Domingos Carvalho DAzevedo
7. Diogo Dias Soares
8. Pero Xará Ravasco
9. Manuel Pinheiro
10. João Leitão Navarro
11. Filipe Parede
12. Jan Bonania (?)
13. Joorge Gaartzman

Finalmente, foram indicados por Nassau e pelo Alto Conselho para a função de escabinos no Rio Grande:

1. Domingos Carvalho DAzevedo
2. Pero Xará Ravasco
3. Manuel Pinheiro
4. Andries Classen Quartz

O que, de início, podemos observar nessa primeira lista para escabinos na capitania do Rio Grande é que nela predominam praticamente portugueses. Outra observação é de que o nome de Andries Classen Quartz, que não estava na lista de eleitores, foi incorporado aos escabinos escolhidos pelo Alto Governo. Essa predominância de nomes portugueses na lista de eleitores do Rio Grande poderia significar desleixo da administração da wic nessa região? Certamente não, uma vez que se tratava de um distrito estratégico no Atlântico Sul e que também servia de ponto de escala para os navios que iam ao Ceará, Maranhão e Caribe. Além do que, a quantidade de sal e madeira era extraída daquela região em escala considerável. Ainda no início da invasão neerlandesa em 1630, a coroa ibérica chamava a atenção para o risco dos holandeses atingirem o Rio Grande e o Ceará para não se servirem da madeira de boa qualidade que havia naqueles lugares.

Nesse distrito do Rio Grande, temos que o que menos importava à wic era a quantidade de açúcar produzida. Não se tratava de uma região como a capitania de Pernambuco, com uma quantidade expressiva de engenhos. Segundo um relatório de 1638, existiam apenas dois engenhos na capitania do Rio Grande, que estava subdividida em quatro freguesias. Ainda segundo este relatório, efetuado um ano após a chegada de Maurício de Nassau, a principal atividade do Rio Grande era a pecuária. As quatro freguesias que existiam ali ficaram sujeitas a apenas uma câmara de escabinos.

Da principal contribuição desta capitania para a Companhia, o relatório acima deixa saber que ela “já está dando muito gado, que é conduzido para a Paraíba, Itamaracá e Pernambuco, onde parte dele forma novos currais e parte é utilizada para o corte e para trabalhar nos carros e nos engenhos”.¹⁰³ Do primeiro ano de atividade da câmara no Rio Grande, o relatório também considerou que:

“A câmara desta capitania está em Potigi (Potengi) com licença de S. Excia e dos Altos e Secretos Conselheiros, trabalhando para agregar ai uma população que dê começo a uma cidade; dará ai suas audiências, e para este fim levantará uma casa pública, com a contribuição dos moradores, cada um conforme suas posses”.¹⁰⁴

Vale registrar que este relatório, tendo sido o primeiro realizado após a chegada de Maurício de Nassau, como bem observou José Antônio Gonsalves de Mello, faz questão de registrar a tarefa dos escabinos na conquista. Do resumo da atuação dos “colégios subalternos de justiça” (maneira como foram tratadas as câmaras dos escabinos), registrou-se o seguinte:

103 *Breve Discurso sobre o estado das quatro Capitanias conquistadas no Brasil, pelos holandeses, 14 de janeiro de 1638*. In: MELLO, op. cit. p. 95.

104 *Idem*.

“Há alguns meses que os colégios dos escabinos se acham instalados e funcionam, mas até o presente não tem sido possível que procedam conforme as ordenações e o estilo da Holanda e Frísia Ocidental, primeiro porque é coisa muito grave fazer com que um povo inteiro mude de leis, ordem e estilo, e aprenda um novo estilo; e segundo por causa da diferença da língua, e por ser difícil verter as nossas ordenações do holandês para o português, no que entretanto estamos muito empenhados, e em breve lhes daremos traduzidas em português as ordenações sobre coisas de justiça, tanto quanto forem concernentes a esses colégios”.¹⁰⁵

Como já foi afirmado anteriormente, as Câmaras de escabinos funcionavam como tribunais de primeira instância, enquanto que o Conselho Político era o tribunal ao qual os moradores poderiam apelar em segunda instância. A relação entre essas duas instâncias da administração nem sempre era pacífica. As listas de escabinos nas diversas jurisdições eram “preparadas” por conselheiros políticos. Pelo menos nesse propósito, havia interferência de uma esfera em outra. No primeiro relatório feito por Nassau acerca da *conquesten* que referimos acima, a preocupação com o conhecimento jurídico, por parte do Governo Supremo, é maior para o Conselho Político. Isso assim se justifica:

“Como as principais funções do Colégio dos Conselheiros Políticos dizem respeito à justiça, é da mais alta conveniência que as exerçam alguns juristas, que não somente tenham aprendido a teoria na Academia, mas também, se for possível, tenham freqüentado os tribunais durante alguns anos e sejam instruídos na prática e com experiência nela”.¹⁰⁶

Ao tratar dos escabinos, parece que a maior exigência não era necessariamente o domínio dos conceitos e práticas jurisdicionais,

105 Idem, p. 97.

106 Idem.

mas sim a preocupação com a idoneidade dos componentes das câmaras. Nassau se referiu aos escabinos como “colégios subalternos de justiça”. As “instruções” legais eram passadas pelo Governo Supremo (Nassau e o Alto Governo) e, ocasionalmente, pelo Conselho Político aos escabinos.

Em 19 de janeiro de 1639, um escolteto (policial) de Itamaracá havia consultado a câmara de escabinos daquela jurisdição acerca das “instruções” que deveriam dar aos “capitães de campo” ou capitães de mato.¹⁰⁷ A maneira da administração local em lidar com os problemas do cotidiano, pelo menos para os holandeses, exigia algum tipo de instrução ou ordenamento por escrito.

As relações nem sempre amistosas entre os escabinos e o Conselho Político poderiam colocar em dúvidas os limites de ação deste órgão da administração batava. O colégio dos conselheiros políticos não queriam ver o seu poder diminuído, como fora certa vez mencionado numa missiva. Era necessário o apoio de Nassau e do Alto Conselho no estabelecimento da autoridade deste conselho (*en wilde hopen dat sijn Exc ende E E het recht ende authoriteit van de Herren Politijcque Raden*).¹⁰⁸ A idéia de reforço da autoridade do Conselho Político foi bem expressa aos Senhores do XIX e aos Estados Gerais dos Países Baixos foi uma constante. Em meados de 1640, Nassau

107 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse notulen*. 19/01/1639. Onde se lê: “Johannes Lustry, schout in de Capitanía van Itamarica bij requeste van wegende Camere van de selve capitania, versouckende opt tractemente ende instructie voord den Cap de campo, waerop een person mochte verwitlich worden die charge aen te nemen”.

108 *Cartas e papéis do Brasil* (Elias Herckmans ao Conselho dos XIX) 1640 (escrita na época do ataque do Conde da Torre). Na qual se lê: “sich onderstaen heeft den Gecommitteerden Politijcken Raede te ontrecken (retirar) het recht, autoritijt en respect dat volgens instructie en commissie bij de E. Vergaderinge van XIX denselve toegelijt (permitir) is...” “en wilde hopen dat sijn Exc ende E E het rechtende authoriteit van de Herren Politijcque Raden noch meer sonden willen verminderen (diminuir, minorar) ende betroyen, waerop naer naer een cleijn gespreck nuy gelast worden int vertreck te gaen ,...”

e o Alto Conselho reforçaram o primado da “administração da justiça” pelo Conselho Político. (*Goede ordre te stellen op de Administratie van justitie, onde de Politique Raden, em allen anderen dieneren van de Compie, daer toe te houden [...]*) Nessa missiva, seguia ainda, endereçada a Nassau e ao Alto Conselho, algumas instruções em forma de artigos. (*dat ook het Collegie der Politique Raden volgens het articule van haerlieden instructie wert gelast den Gouverneur ende de Hooge Raden onderweerden te zijn, ende gehouden deselve [...]*)¹⁰⁹

Nas jurisdições da Paraíba e Olinda, os assessores das respectivas câmaras relataram ao Governo Supremo o problema em se atravessar os carregamentos de açúcar pelos passos dos rios Tiberi (Paraíba) e no Varadouro (Olinda). O problema, reportado ao Alto Conselho e a Nassau exigiu uma “ordem provisória” (*provisionelle ordenantie*).¹¹⁰ Um problema local, neste caso da travessia e acondicionamento de açúcar em duas jurisdições se constituía em problema para o Governo Supremo que esperava pela sua resolução. Os escabinos, que poderiam interferir em questões administrativas locais, ficaram de fora da decisão final. No caso da Paraíba, mais distante do Recife, o problema do transporte de açúcar também não foi solucionado localmente. No auge da presença holandesa no Brasil, quando muitos engenhos haviam retomado a sua produção, alguns problemas persistiam e encontravam a suas resoluções a nível do poder centralizado em Maurício de Nassau e do Alto Conselho. Essa centralização do poder decisório por si só retira a condição de executor local da administração pelos escabinos e os colocavam, algumas vezes, na condição meramente de relatores dos problemas locais. Nesse sentido, Neme pode ter dito uma meia verdade.

Uma função importante desempenhada pelos escabinos era a fiscalização das roças de mandioca. Da Paraíba, em dezembro de

109 *Brieven en Papieren uit Brasilië*, carta de Nassau e do Alto Conselho aos Estados Gerais e ao Conselho dos XIX. 13/12/1640.

110 *Idem*, 07/02/1639.

1639, o Alto Conselheiro Daniel Alberti informava que as roças foram visitadas pelos escabinos daquela capitania e que a produção estaria em tono de 300 alqueires.¹¹¹ Deu conta também de que lá as famílias se sustentam também da cultura do milho.¹¹² De fato, na Paraíba, os planos de Nassau e do Alto Governo começariam a ser minados. Em início de 1640, já se tinha noticiava que Vidal de Negreiros havia percorrido a região do Tiberi, nas proximidades de um engenho pertencente a Josias Mariscal.¹¹³ Certamente, aqueles escabinos luso-brasileiros que, na Paraíba, alimentasse um desejo de se ver livre do jugo neerlandês, poderiam, em face dessas incursões dos luso-brasileiros, boicotar as ordens de Nassau e do Alto Conselho. Soma-se o fato de que, pela mesma época, vazava o alerta de que uma armada espanhola havia sido vista no litoral da Paraíba.¹¹⁴ Essa era uma guerra silenciosa, diferente daquela vivenciada nos primeiros anos da presença holandesa no Brasil. O desejo secreto de alguns moradores portugueses em se verem livres deve ter sido alimentado sobretudo por causa dos tiros de canhões espanhóis que puderam ser ouvidos à noite do dia 10 de janeiro (*...dat de sapaensche schepen des nachts veel canoschoten hadden gedoen*)

Não era só a Paraíba que se viu, na perspectiva holandesa, ameaçada pela incursão de luso-brasileiros. O medo se estendia para os ditritos ao sul do Recife, como o Cabo de Santo Agostinho e Serinhaém. A ameaça de uma invasão da armada espanhola provocava um deslocamento de tropas para esses lugares, sobretudo porque “os inimigos passaram próximo a Serinhaem” (*den vijant beneden*

111 Um alqueire equivale a aproximadamente 2,5 hectares de terra plantada.

112 IAHGP. Coleção José Higinio. *Dagelijckse Notulen*. 21/12/39. na qual se lê: “Ontfangen een missive van de Heer Daniel van Paraiba, inhoudende onder anderen dat de schepenen van Paraiba de geheele capitania door geweest waeren om te rossas te besichten, end dat deselve rapporteerde soo grooten gebreck van farinha over al te sijn [...]”

113 Idem, 11/01/1640.

114 Idem.

serinhain waeren gepasseerte).¹¹⁵ Foi resolvido por Nassau e pelo Alto Conselho o envio de cinco companhias de soldados para os distritos do sul de Pernambuco. A missão certamente tinha o duplo objetivo de proteger aqueles territórios bem como evitar o contato de moradores locais com as tropas de Filipe Camarão. Eram essas as tensões a que estavam submetidos os escabinos nas diversas *jurisdictien* do Brasil holandês. Nesse sentido, os escabinos tinham que lidar com um constante clima de iminente combate. Não era, pois, uma condição normal de exercício do poder local.

Se, como consideramos acima, os escabinos não representavam um *self government* na conquista batava, muito menos o era em situações de perigo iminente, em que se viam cercados e vigiados por tropas da wic. Esse estado de tensão quebra, por si só, a perspectiva dos *anos mirabilis* do governo de Maurício de Nassau. Soma-se o fato de que o deslocamento de tropas para as localidades poderia, de uma hora para a outra, provocar atritos entre as populações locais e os próprios soldados da wic.

As fontes neerlandesas dispostas na Coleção José Higino (as Atas do Governo Holandês e as Cartas do Brasil) não nos mostram um número grande de excessos cometidos por militares da wic e civis locais. Isso já foi bem mencionado nos trabalhos de Hermann Waetjen e José Antônio Gonsalves de Mello. A ocupação neerlandesa certamente aumentou as populações das localidades pelo número de soldados das guarnições em todas elas. Em março de 1640, tal era a distribuição dos efetivos por localidades¹¹⁶:

115 Idem, 15/01/1640. Onde se lê: "... is geresolveert noch vijff compagnien onder den Sergeant major Crayt van Cabot en wachten, ende de Colonel Hans van Hoin soot e senden waermede hij over de duijsent man sterck sal zijn, ende gelast dat hij daermede Camaron soude gemoet trecken...]"

116 IAHGP. Coleção José Higino. *Brieven en Paieren uit Brasilie*. Foi omitido aqui o número de soldados nas guarnições do Recife pelo fato de que aqui influência dos escabinos (câmara de Olinda) ser ofuscada pelo Conselho Político, Alto Governo e Nassau.

Serinhaén	8 companhias e 200 brasilianen
Cabo de Santo Agostinho	7 companhias e 100 brasilianen
Candelária (Entre o Recife e o Cabo)	8 companhias e 150 brasilianen
Pau Amarelo	9 companhias e 300 brasilianen
São Lourenço	3 companhias e 150 brasilianen
Itamaracá	3 companhias e 300 brasilianen
Goiana	800 brasilianen
Cabo Branco (Paraíba)	150 brasilianen

Dada a relação parcial de soldados nas localidades, é de se presumir que houvesse constantes choques entre eles e a população civil local, sobretudo nos períodos de pouca comida para as guarnições.

Outro caso encontrado numa *brieven* nos mostra bem o desconforto dos escabinos nas localidades. Foi sabido que um grupo de monges beneditinos que moravam no engenho Massurepe, em Igarassu, mantinham contatos através de cartas, com luso-brasileiros na Bahia. Diante disso, a administração superior ficou com receio de um movimento de revolta luso-brasileira (*om de alarm ende revolte onder de Portuguesen ontstecken*) e incumbiu os escabinos da jurisdição de Igarassu de tomarem informações acerca desse fato.¹¹⁷ Provavelmente, a essa altura, as autoridades neerlandesas confiavam muito mais nos escabinos neerlandeses que mesmo nos luso-brasileiros. Esta função de descobrir qualquer denúncia de ameaça à ordem da *wic* no governo do Brasil nas localidades dava uma dinamicidade às atividades dos escabinos, demonstrando assim o cotidiano da administração local. Diante de uma ameaça de invasão por tropas de Espanha e Portugal, o Alto Governo holandês redimensionava a função dos escabinos, passando de judicantes para investigadores.

117 Idem.

A grande extensão da conquista levou Nassau e o Alto Conselho a considerar as dificuldades de comunicação entre a administração superior e as localidades. A reclamação era que as ordens vindas do Recife não estavam sendo, nas localidades mais distantes, prontamente atendidas.¹¹⁸ Achou-se necessário um maior número de conselheiros políticos em algumas partes da conquista, que foram as seguintes: Paraíba, Itamaracá, Serinhaém ou Porto Calvo e Rio São Francisco. Nesse sentido, Nassau e o Alto Conselho concluíram ser necessário que estas “partes da conquista” (*quartieren*) “fossem ocupadas por Conselheiros Políticos” (*waer Polityeque Raiden geocuppeert werden*). Para tal, era preciso que fossem enviados dos Países Baixos mais quatro pessoas para o cumprimento desta missão, “dos quais nós precisamos de mais um ou dois conselheiros que residam naquelas áreas, e que possam dirigir os negócios da Companhia”. (*Ondertuschen sullen Uld. seer wel doen nach 4 Politijcque Raiden te senden, op dat wij noch een aff twee in affgelegene plaetsen daer die seer nodich zijn mogen doen resideren, ende des Compies saecken dirigeren*)¹¹⁹ Esta *brieven* mostra bem a preocupação de Nassau e do Alto Conselho com o andamento da administração local de seus interesses. O medo de uma revolta por parte dos luso-brasileiros era constante e, ademais, a administração superior sabia que os escabinos portugueses seriam um perigo para o andamento da justiça local. Os Conselheiros Políticos, por óbvio, tendiam a ser mais fieis à WIC que os escabinos portugueses.

118 Idem. Na qual se lê: “Alsoo de cust van Brasil sôo verre die hij de Compie is geconquesteert, over de 100 mijlen is streckende, sôo is bevonden dat in alle onse orde ende bevelen soodanich, noch sôo promptelijck werden geexecuteert als de geode regieringe tot weltland van de Compie was vereijschende”.

119 IAHGP. Coleção José Higino. *Brieven en Papieren uit Brasilië*. 02/03/1639. Nessa mesma missiva, José Antônio Gonsalves de Mello nos apresentou a criação de uma câmara de escabinos na Cidade Mauricia (Recife e Antônio Vaz). (ver. MELLO, Tempo dos Flamengos, pgs. 61-62)

A implementação de uma administração local no Brasil hoandês era uma tarefa difícil. Os casos acima nos apresentam uma administração nassoviana minada por insatisfações e precariedades na condução da justiça nos vários locais da *conquesten*. As coisas da administração eram mais claras e visíveis no Recife e Olinda do que mesmo nos locais mais distantes ao norte e ao sul do centro político-administrativo. Especialmente no Recife, onde residiam Nassau e o Alto Conselho, a fiscalização era mais eficiente que em Porto Calvo e Paraiba, por exemplo.

Na proximidade de um ataque externo, como foi o promovido pelo Conde da Torre, em 1640, Nassau e o Alto Conselho expediram uma *instructie*¹²⁰, espécie de regimento momentâneo que guiasse as tropas nas suas ações contra os ataques luso-brasileiros. A *instructie* datada de 17 de abril de 1640, chamou à responsabilidade elementos do Alto Conselho, do Conselho Político e oficiais militares. Deixou de fora os escabinos em suas diversas jurisdições. Soma-se o fato de que, nesses momentos de possíveis confrontos, Nassau e o Alto Conselho retirava das localidades os conselheiros políticos, um dos principais observadores dos escabinos junto às autoridades centrais.

Numa segunda *instructien*, emitida antes de uma expedição ao Rio Real, Nassau enviou com as tropas o conselheiro político Nieuwland.¹²¹ Repetia-se aqui a mesma fórmula utilizada antes da chegada de Nassau e do Alto Conselho: o poder civil (representado pelo

120 IHGP. Coleção José Higino. *Brieven en Papieren uit Brasilië*. 17/04/1640. Tal expedição rumaria na direção sul de Pernambuco. "Instructie van wegen sijn Excell J. Maurits; Grave van Nassau etc. als Gouverneur, Cap. ende Admiraal General over de Conquesten van Brazil, mitsgaders de Ed. Heren van de Hoogen ende secreten Raide voor den Ed. Manhaften Heer Jan corneliszen Lichthart, Leuten Admiraal van sijn welgemelde Excie ende de Heere Charles de Toulon, commandeur over de militaire tropen, gaende op de aenstende expeditie suidwaerts"

121 Idem, 23/05/1640. "Instructie van wegen sijn Excie voor den Ed. Gestrongen Hans van Koin Colonel gaende als hoofd ende het generael commando hebbende over de

Conselho Político) acompanhando o poder militar. Nessa situação, as localidades ficavam à mercê única e exclusivamente dos escabinos.

A mobilidade social a que poderiam ter acesso os senhores de engenho menos abastados no Brasil Holandês é algo que não pode ser desprezado, sobretudo em locais aonde a produção de açúcar não era tão significativa como na capitania de Pernambuco. Na Paraíba, por exemplo, a pobreza de seus moradores, em relação a Pernambuco, foi percebida pelo Alto Conselheiro Elias Herckmans. O mesmo não deixou de observar que esta “capitania é uma nova Província que é habitada por portugueses há pouco tempo, e há não mais que 50 anos se planta açúcar lá. O povo aí não é muito rico [...]”.¹²² Em 1643, um ex escabino de Olinda adquiriu um engenho “no distrito de Igarassu”. O mesmo não consta na lista dos produtores de açúcar na Capitania de Pernambuco antes da invasão.¹²³

Os “julgamentos” dos escabinos poderiam, quase sempre, aparecer em forma de propostas ao Governo Supremo. Esse foi o caso dos escabinos da Cidade Maurícia que apresentaram à administração superior uma espécie de “tabelamento” dos preços do pão, da cerveja e do vinho.¹²⁴ Naturalmente, tratando-se da mais importante câmara de escabinos da *conquesten* holandesa, a questão dos preços destes produtos tem importância pelo maior consumo destes produtos nos limites do centro político-administrativo. Naturalmente, a demanda por decisões da população do Recife e de Antonio Vaz colocavam os escabinos no centro das reclamações da população local, mas não como árbitros finais dessas reivindicações. Em localidades mais distantes, como no Rio Grande (do norte), os escabinos

troupen ende de scheepen die men voornemmers is aen Rio Reael oft daer ontraent op des viants boden, dese naest maenden te doen logieren ende onderhouden”.

122 Idem, 08/09/1640. Carta de Elias Haerckmans ao Conselho dos XIX.

123 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen* 01/1643

124 Idem, 30/01/1643.

poderiam ter uma maior autonomia, sobretudo quando se tratava de situações extremas. No início de 1643, um incidente envolvendo um *comandeur* de índios, Jacob Rabbi, levou a que os escabinos desta capitania tomassem a decisão de prendê-lo. Evidentemente, em primeiro lugar, a decisão teve que ser comunicada ao Alto Conselho e a Nassau.¹²⁵

No mesmo Rio Grande foram separadas as jurisdições de Potengi e Cunhau, cada qual com o seu conselho (*vergaderinge*). Por ordem de Nassau e do Alto Governo, o número de escabinos na capitania do Rio Grande deveria aumentar de 3 para 5, certamente para atender à demanda dos problemas locais.¹²⁶ A mesma recomendação dada no início da implantação das diversas câmaras de escabinos na conquista em 1638 (execução de atividades de direito civil e criminal, etc...), foi dada no Rio Grande cinco anos depois na “reforma” que foi feita no poder local. Esse episódio nos mostra uma capacidade de adaptação do escabinato às circunstâncias. Temos, através desse caso, que tal instituição estava longe do monolitismo, mesmo não funcionando como um *auto governo* local. No Rio Grande, as situações do cotidiano determinaram a criação de mais um conselho de escabinos.

A relativa autonomia dos escabinos situava-se nos limites da administração central e, em última instância, do Conselho dos XIX (diretores da WIC). Mesmo assim, não podemos dizer que, no Brasil Holandês, os escabinos tinham pouco a fazer. Admitir isso seria o mesmo que admitir a proeminência do *law in the books* em relação ao *law in action*.

A fiscalização da finta da farinha de mandioca que era cobrada nas localidades, como já foi dito, era função dos escabinos. Essa cota seria para abastecer as guarnições do Recife.¹²⁷ O papel dos

125 Idem, 19/02/1643.

126 Idem.

127 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 07/05/1643.

escabinos foi o de visitar as localidades nas imediações e trazer informações (*berichten*) a Nassau e o Alto Governo. A presença de um holandês nessa fiscalização nos mostra bem a desconfiança em relação aos portugueses que deveriam contribuir com a finta.

A última eleição para a câmara de escabinos da Cidade Maurícia, antes da volta de Nassau para os Países Baixos, em 2 de junho de 1643¹²⁸, foram escolhidos para a função:

1. Christoffel Eyerchettel
2. Matthis Becx
3. Abraham de Vries
4. Guihelme Schu
5. Abraham Francisco Cabellian
6. Hugo Graswinckel
7. Gillis van Luffel
8. Bartholomeus van Ceulen
9. Jacques Jacques van Ceulen

Como escabinos portugueses temos:

1. Gaspar Dias Ferreira
2. Cosme de Castro
3. Antônio de Abreu
4. Arnau de Holanda
5. Antônio da Silva Barbosa
6. Paulo Araújo de Azevedo

A maior câmara de escabinos da *conquesten* holandesa comportava não apenas um maior número de integrantes em relação a qualquer outra, como também assegurava a ampla maioria para os neerlandeses (9 neerlandeses contra 6 portugueses). Outra observação é que alguns nomes que estão não lista, como os de

128 Idem, 02/06/1643

Gaspar Dias Ferreira e Arnau de Holanda, exerceram a função de escabinos na primeira eleição para escabinos em Olinda no ano de 1638. A Cidade Maurícia, que compreendia o Recife e Antônio Vaz, havia ganhado o *status* de cidade pelos poderes da Companhia das Índias Ocidentais e representavam um local de interesse econômico por conta de ser centro comercial da conquista. Também era grande a população que residia dentro de seus domínios. Certamente fosse mais interessante para Ferreira e Holanda a inserção nessa câmara.

A atuação dos escabinos nas localidades não impedia que o Conselho Político aí interviesse. Pelo contrário, por vezes, os senhores de engenho e lavradores recorriam a esta instância para relatar as suas necessidades. Em janeiro de 1642, alguns deles manifestaram, através do Conselho Político, a necessidade de “negros e bois” para as suas fazendas.¹²⁹ A constante fiscalização dos conselheiros políticos, ainda que meio velada, interferia na esfera local e limitava “os passos” dos juizes escabinos. Não existia, de fato, uma autonomia das câmaras locais. Poucos dias depois, um escabino da capitania da Paraíba, Manoel de Queirós Siqueira, queixou-se ao Conselho dos XIX acerca de uma epidemia de bexiga que custou a vida de duzentos escravos, o que comprometia a produção de açúcar local e, conseqüentemente, as dívidas que alguns senhores de engenho e lavradores tinham àquela altura com a WIC. O escabino falava em nome dos senhores de engenho daquela capitania.¹³⁰

129 IAHGP. Coleção José Higinio. *Dagelijckse Notulen*. 03/01/1642

130 IAHGP. Coleção José Higinio. *Dagelijckse Notulen*. 16/01/1642. Na qual se lê: “Is door Manoel Queiros Sequeiro, schepenen van de camer van Paraiba een requeste ter vergaderinge gepresenteert, uit den name van de senhores de ingenios ende labradores van deselve capitania, wesende bij deselve onderteckent, waermedeversochten tem aen sien van de destructie door den oorlogh geleden, den overloopvan wateren die het riet ende de plantagien wel te helft hadden doen uitsterven, ende tem doordien om de sieckte van de bisigas, die meer als

Não havia necessariamente uma obrigatoriedade na ligação entre as localidades a administração superior. Por vezes, os próprios senhores de engenho, geralmente os mais proeminentes, tinham acesso direto ao Alto Consalho e a Nassau. Foi o caso de João Carneiro de Maris e seu filho que, para tratarem de questões de dividas à WIC, reportaram-se diretamente à Nassau e o Alto Conselho.¹³¹

As recomendações dadas por Nassau e o Alto Conselho às localidades eram em forma de editais (*placcard*) e diziam respeito a diversos assuntos. Os maiores intermediadores destes editais eram os escabinos. Poderíamos dizer que esses editais eram os equivalentes às *instructien* em tempos de iminentes confrontos militares. Na verdade, um *placcard* poderia ser chamado de *instructien* (instruções), uma vez que se assemelhavam na forma. Cabia aos escabinos, tanto portugueses como neerlandeses, levar as ordens da administração superior por escrito e fazer com que a população local, sem falta de qualquer morador, recebesse as tais recomendações.

Em 21 de março de 1642, um edital foi expedido para a plantação de farinha nas localidades. As instruções nele contidas guiavam os escabinos na execução das ordens expedidas por Nassau e pelo Alto Conselho. Tal peça jurídica era cheia de detalhes, que iam desde quais terras poderiam plantar ou não mandioca até o intervalo de tempo em que os senhores de engenho e lavradores deveriam fornecê-la à WIC.¹³² Ao todo, trata-se de 15 ordens a serem seguidas pelos escabinos e retransmitidas aos agricultores dos diversos distritos de Pernambuco. Uma outra *instructien*, datada de 26 de março,

duysent negros weghgemekt hadde, ende de eresterende negros die de sieckte ont komem warensoo swack [...]"

¹³¹ Idem, 05/02/1642.

¹³² Idem, 21/03/1642. "Instructie voor de Herren schepenen, die ten platten lande gecommuniceert worden om die invonderen op de plantinge van farinha te taxeren".

dizia respeito a alguns procedimentos que deveriam ser tomados na jurisdição de Alagoas.¹³³

À margem das funções eminentemente judicantes, os escabinos percorriam as localidades e relatavam qualquer tipo de problema a administração superior. Certa vez, em visita as freguesias do Cabo, Ipojuca e Muribeca, alguns escabinos da Cidade Maurícia, Garpar Ley (Vand der Ley) e Manuel Fernandes da Cruz, “convocou” Nassau e o Alto Conselho e o Conselho Político “a visitarem e se informarem acerca da situação dessas freguesias” (*een reyse derwaerts te doe nom haer op de gelegenheit van deselve fregasie aldaer present sijnde te informeren [...]*)¹³⁴ Pelo exposto, não bastava que os escabinos, mesmo os neerlandeses, expusessem a situação das localidades. Era necessário que se fizessem presentes nas freguesias as outras instâncias da administração acima das câmaras locais. Nos locais mais distantes do Recife, como no Rio Grande, o poder local ficava, grosso modo, nas mãos do escolteto, espécie de policial ou burgomestre. Numa aldeia chamada ‘Apowapa’, comunicou um predicante de nome Leoninus a Nassau e ao seu Conselho de que o local ficaria “sob às vistas do Escolteto (*onder’t opsicht van de schout gestaen heeft*).¹³⁵

Estes dois exemplos citados acima nos mostram que o exercício do poder local no Brasil holandês não se deu uniformemente. Pelo contrário, teve de se ajustar a situações particulares. As próprias aldeias, que deveriam se geridas por um *commandeur*, poderiam estar sob a supervisão de um outro elemento da administração local. Com relação ao primeiro exemplo, temos que a maior presença das autoridades superiores nas localidades não se dava nos primeiros anos do escabinato. Na medida em que as campanhas contra-ofensivas promovidas por tropas volantes vindas da Bahia assolavam

133 Idem, 26/03/1642.

134 Idem, 15/05/1642.

135 Idem, 14/05/1642.

os canaviais de Pernambuco, o medo que a administração superior passou a alimentar de uma rebelião nos engenhos era cada vez maior. Daí certamente uma maior fiscalização sobre os escabinos. Evidentemente, o relativo “interlúdio de paz” que existiu no Brasil Nassoviano fez com que as autoridades superiores tivessem mais tempo para essas visitas, salvo em casos de iminentes ataques por mar de luso-brasileiros. Os engenhos das localidades acima mencionadas (Cabo, Ipojuca e Serinhaém) eram importantes na produção açucareira de Pernambuco. Soma-se o fato de que Serinhaém e o Cabo de Santo Agostinho eram portas de entrada para a capitania de Pernambuco. Cabo de Santo Agostinho, pelo seu porto de Nazaré e Serinhaém, por terra. Era esta a freguesia mais habitada do domínio sul do Brasil holandês. A visita de Nassau e do Alto Conselho a estas localidades só se dará sete dias depois da ‘recomendação’ dos escabinos acima citados.¹³⁶ O resultado dessa visita foi que a administração superior decidiu, em caráter provisório, implementar 43 artigos de um código de normas chamado Instruções Gerais (*generalen instructien*).¹³⁷ Esta decisão se deu pouco tempo após a eleição dos novos escabinos da Cidade Maurícia. Esta última, que era responsável por reger as leis naquelas localidades.

Não podemos esquecer que, tanto Serinhaém como a freguesia do Cabo compunham a fronteira mais setentrional dos limites do território onde se localizavam os mocambos dos Palmares. Essa região era acahacada constantemente por uma outra guerra, a dos quilombolas que, não raro, devastavam as plantações de mandioca da região e sequestravam cativos.¹³⁸ A ferocidade dos ataques dos *boschnegers* (negros da mata) e palmarinos aos proprietários dessa região

136 Idem, 22/05/1642.

137 Idem, 19/06/1742.

138 Ver: NASCIMENTO, R. L. X. Palmares: os escravos contra o poder colonial. 1. ed. São Paulo: Editora: Terceiro Nome, 2014. v. 1. 176p. Ver também: NASCIMENTO, R. L. X. Os “boschnegers” nas matas de Pernambuco e contra Nassau. In: Flávio

era tal que podemos chamar de uma outra guerra que a wic empreendia concomitante a resistência aos luso-brasileiros. Tal era o ambiente vivido pelos civis àquela altura. Tal era a “*pax nassoviana*”.

Retomando o tema desse capítulo. Qual era a ocupação dos escabinos? Ligamos, de antemão, muitos deles à de plantadores de cana-de-açúcar. Mas muitos exerciam também a atividade comercial. Jorge Homem Pinto, um dos primeiros escabinos da Paraíba, por volta de junho de 1642, tinha uma considerável dívida com a wic que fora, naquela ocasião, amortizada em três pagamentos anuais.¹³⁹ Poderia, num caso desses, haver choques de interesses entre o “fazer cumprir as leis” e as necessidades econômicas do comércio de açúcar? Um escabino cada vez mais endividado cumpriria bem o seu papel na justiça local?

O envolvimento de holandeses na economia açucareira se deu em diversos níveis. Desde neerlandeses que se tornaram senhores de engenho até e comerciantes de escravos. Na Paraíba, um ex-funcionário da wic, Jan Wijnants, adquiriu, em julho de 1642, o direito de cobrar os dízimos por um valor de 27.500 guldens.¹⁴⁰ Numa fase em que a produção açucareira estava enfrentando crises sucessivas (peste de bexiga, ataques aos canaviais pelos luso-brasileiros etc), o endividamento entre os produtores de cana (alguns escabinos) poderia gerar problemas entre cobrador-endividado. Aliás, esse foi um dos motivos maiores para o início da Restauração Pernambucana. Na capitania de Pernambuco, dada a maior quantidade e produtividade dos engenhos, o contratador dos dízimos arrematou o direito de cobrança pela quantia de 128 mil guldens.¹⁴¹ Nesse espaço, o maior controle da administração local foi, na medida do possível,

Gomes. (Org.). *Mocambo de Palmares: Histórias e fontes (séculos xvi-xviii)*. 1ed. Rio de Janeiro: 7Letras/FAPERJ, 2010, v. I, p. 45-56.

139 Dagelijckse ..., 16/05/1642.

140 Idem, 31/07/1642.

141 Idem.

reforçado. Talvez seja por isso que a reação luso-brasileira tenha se iniciado em seus engenhos.

A cobrança aos devedores passava pelas mãos dos escabinos, mas os pagamentos deveriam ser entregues aos tesoureiros da *wic*.¹⁴² Nos Países Baixos, segundo Marjoleijn 'T Hart, "most part of collectors were controlled by local magistrates".¹⁴³ No Brasil holandês, os magistrados locais não controlavam a coleta de taxas. A *wic* era muito restrita quanto ao controle das finanças na *conquesten*.

Um personagem que começa a aparecer na documentação neerlandesa é a figura "secretário do tribunal de justiça" (*secretaris van de gerechtsbancke*), ainda que se saiba que os escabinos tinham asseesores. Mas as nomeações para essa função fica evidente nas fontes em função da complexa relação dos escabinos nas localidades. Uma dessas dificuldades diz respeito a aplicação das leis. Em setembro de 1642, dois secretários de justiça neerlandeses foram nomeados para as freguesias de Goiana e Serinhaém. Assim, foram indicados para secretários, nas respectivas freguesias, Cornelis Steulingh e Hendrick Stewijs.¹⁴⁴

Seis anos após a criação do escabinato, é mais freqüente nas fontes a presença do Conselho de Justiça (*Raet van Justitien*). Sobre este conselho, considerou José Antônio Gonsalves de Mello:

"Na década de 1640 foi o Conselho Político substituído pelo Conselho de Justiça, talvez na mesma altura em que foi criado o Conselho de Finanças (1641). Como passaram para o novo órgão os Conselheiros do Político, a nova designação parece ter tardado a ser adotada, e as primeiras cartas com tal referência somente aparecem em 1644".¹⁴⁵

142 15/08/1642.

143 'T HART, Marjoleijn, op. cit., 675.

144 09/09/1642.

145 MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a História do Brasil Holandês. Op. cit., p.20.

Contrariando parte da consideração acima, temos que nas Atas do Alto Conselho já aparecem referências ao Conselho de Justiça no ano de 1642, e não em 1644. Precisamente na ata (*dagelijckse notulen*) do dia 09 de setembro deste mesmo ano. Nessa época, ele já vigia e era reconhecido nas fontes coêvas. De fato, o “novo Conselho Político (a partir de então Conselho de Justiça)” era nada mais que uma redução deste às funções meramente judicantes. Antes exerciam a dupla função jurídica e administrativa. No início do escabinato, existia o Conselho Político como um tribunal de segunda instância e como uma espécie de “poder fiscalizador” da atuação dos escabinos nas localidades. Agora, temos o Conselho de Justiça que designa os seus secretários para atuarem nas localidades. Eles (os conselheiros de justiça) não precisam fiscalizar mais ostensivamente como andam as atividades dos escabinos. Com o passar dos anos, a administração nassoviana tornava-se mais complexa e cheia de meandros, de forma que uma instância procurava se inteirar bem da outra.

De uma forma geral, as municipalidades no Brasil holandês foram comparadas às câmaras no mundo português por Mário Neme como tendo menos liberdade de ação que estas últimas. No entanto, uma maior comparação pode se feita entre o poder local no Brasil holandês e nos Países Baixos. Analisando as cidades nos Países Baixos nos séculos XVI e XVII, Marlolein “T Hart considerou que “o estado holandês dos séculos dezessete e dezoito era uma federação com pouca centralização. Esta era, por vezes, até ameaçada por uma desintegração [...]”.¹⁴⁶ Percebemos, por essa passagem, que o problema da centralização-descentralização não era apenas comum na monarquia portuguesa. Pelo contrário, persegue também a história dos Países Baixos pós-independência espanhola.

146 T HART, Marjolein. Cities and Statemaking in the Dutch Republic, 1580-1680. In: Theory and Society, vol. 18, No. 5. Special Issue on Cities and States in Europa, 1000-1800, 1989, p. 663.

Se tormarmos como parâmetro a câmara de Olinda, sede da capitania de Pernambuco antes da invasão holandesa, e a cidade de Amsterdam, temos que, ao contrário da primeira, cuja vida econômica da interlândia estava baseada na grande lavoura, Amsterdam dispunha de uma “interlândia próspera”, ainda na concepção de Marjolein ‘T Hart.¹⁴⁷ A única municipalidade no Brasil holandês, com status de “cidade”, inclusive reconhecida pelos próprios batavos, era a Cidade Maurícia, que compreendia o Recife e a Ilha de Antônio Vaz. Esta, no auge da ocupação holandesa, tinha mais de 5 mil habitantes. Mesmo assim, a Cidade Maurícia, cuja câmara de escabinos era a mais expressiva e influente da *conquesten*, tinha uma população inexpressiva se comparada às cidades holandesas da época. Para se ter uma idéia, por volta de 1630, Amsterdam contava com pouco mais de 100 mil habitantes, seguida de Leidem (44.800 habitantes) e Haarlem (39.500 habitantes). Mesmo as cidades medianas da Província da Holanda, como Haia (22.500 habitantes) e Gouda (17.500 habitantes), tinham bem mais moradores que a Cidade Maurícia.¹⁴⁸ Talvez seja essa comparação que devamos fazer, não a da Cidade Maurícia com a municipalidade no mundo português, mas com as municipalidades no mundo holandês criou.

Sobre a câmara dos escabinos da Cidade Maurícia, observou José Antônio Gonsalves de Mello que os mesmos tinham a pretensão de assumir, além das funções judicantes, as funções administrativas. Segundo Gonsalves de Mello:

“Entre os privilégios pretendidos estava a criação do cargo de Burgomestres de Maurícia, função que daria a um certo

147 Idem, p. 664. O caso vale não apenas para Amsterdam, mas para as outras cidades da Província da Holanda. Segundo ‘T Hart: “The advantage for Holland was that it could dispose of a well-developed “hinterland” that had prospered while Holland was still a backwater in international relations and that provided models of technology, institutions, and capital”.

148 Idem, p. 665.

número de burgueses o encargo de administrar a cidade, permanecendo a Câmara de Escabinos com a função de tribunal de justiça de primeira instância”.¹⁴⁹

O Alto Conselho foi contrário às pretensões dos escabinos de Maurícia, com a justificativa de que os burgomestres pudessem não obedecer a Administração Superior.¹⁵⁰

Nas jurisdições do interior, a função mais comum dos escabinos era a de fiscalizar o abastecimento das tropas. Em 6 de outubro de 1642, os escabinos e os seus secretários, acompanhados do esculteto de cada jurisdição, constataram que havia falta de farinha de mandioca na guarnição de Serinhaém.¹⁵¹ Um mês depois, na jurisdição de Porto Calvo, houve desentendimentos entre os escabinos holandeses e portugueses (*den Portuguese schepenen oppositie de geordeneerende finta met executie*) quanto a ordem para se recolher a finta da farinha dos moradores locais. Isso provocou, evidentemente, descontentamento por parte dos escabinos neerlandeses.¹⁵² O Alto Conselho e Nassau resolveram enviar mais um secretário holandês para a localidade. No tocante a cobrança da finta de farinha nas freguesias do interior, os escabinos eram uma espécie de ponte entre os soldados holandeses das guarnições e os moradores civis. Poderiam, assim, evitar a cobrança direta da farinha pelos militares. Se isso foi uma atitude pensada ou não pela administração nassoviana, não podemos afirmar pelas fontes coevas. Os pormenores do abastecimento de farinha no Brasil holandês ainda são obscuros. Seguramente, a fiscalização das cotas se tornou uma das atribuições mais importantes dos escabinos em várias localidades.

Retomando a perspectiva apresentada por Mário Neme, de que os escabinos “pouco ou nada tinham a fazer”, podemos supor que

149 MELLO, op. cit., p.28.

150 Idem, p. 29.

151 IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*, 06/10/1642.

152 Idem, 07/11/1642.

havia uma comunicação rotineira entre as câmaras dos escabinos e o Conselho dos XIX nos Países Baixos. Numa ata de 1642, Nassau e o Alto Conselho dava ordens para que todas as câmaras fizessem cópias de suas nótulas (diários) “os quais devem ser enviados ao Conselho dos XIX (*sullen overschicken om die aen de Vergaderinge van de XIX te senden [...]*).¹⁵³ Contudo, não podemos ter certeza até que ponto os diretores da WIC tinham a real ciência do que se passava nas diversas partes da conquista. Pelo menos até essa data, não temos registro em fontes de que as câmaras de escabinos tinham que enviar cópias de suas anotações aos Senhores dos XIX. Convém não esquecer que, entre os escabinos e os *Herren Negentien* (como eram conhecidos tais diretores), havia o Conselho Político (à essa altura convertido em Conselho de Justiça), Nassau e o Alto Governo.

Anteriormente, foi debatido nesse trabalho a importância que tinham os escabinos da Cidade Maurícia e o medo que a administração superior tinha de que eles passassem a desobedecer ao Alto Conselho e Nassau. Essa foi a observação feita por Gonsalves de Mello ao notar como a criação do cargo de buromestres na Cidade Maurícia propiciaria este clima de animosidade. O autor situou, em nota, a referência à criação daquela função num memorial da câmara dirigida ao Conselho e a Nassau.¹⁵⁴ No entanto, ainda segundo esta mesma referência, os senhores XIX concederam a criação da função de Pensionário, ou alguém “*a quem incumbisse o exame das peças dos processos*”.¹⁵⁵ Em dezembro de 1643, as atribuições do Pensionário foram especificadas em uma correspondência. Ao todo, tratam-se de 12 itens (ou artigos). De início, diziam as ‘*instructien*’ que o documento teria sido pensado pelos escabinos e pelo escolteto

¹⁵³ Idem, 18/12/1642.

¹⁵⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a história do Brasil holandês. Tomo 2, p. 29, nota 41.

¹⁵⁵ Idem.

da Cidade Maurícia.¹⁵⁶ Essas instruções, que foram apresentadas ao Alto Conselho e Nassau, foram concebidas quase um ano após a vinda de Lamair para assumir a função de Pensionário. Ao contrário do que temiam os Altos Conselheiros, que era o excesso poder do pensionário, as instruções viriam justamente para restringi-lo (*sich sal hebben te reguleren*). O maior atributo do Pensionário seria o de ser experimentado em matéria de direito civil e criminal. Assim, assessorava os escabinos de Maurícia “em todas as matérias, tanto civis quanto criminais” (*in alle saecken, soo civiel als criminele*).¹⁵⁷

A necessidade de um Pensionário nos traz o argumento de que, já passados quase cinco anos da instituição do escabinato na conquista holandesa por Nassau, os problemas concernentes à justiça ainda persistiam. Diante disso, podemos concluir que os escabinos e o Conselho de Justiça não tinham competência para analisar questões jurídicas? Outro dado é que o pedido para a nomeação de um pensionário no Brasil holandês partiu dos próprios escabinos da câmara da Cidade Maurícia, e não de Mauricio de Nassau e do Alto Conselho.¹⁵⁸ O Pensionário no Brasil holandês seria uma espécie de secretário qualificado dos escabinos. Um dos pontos de suas atribuições dizia que o mesmo deveria percorrer as freguesias e anotar as reclamações e, “de volta à casa, deveria entregar em mãos

156 IAHGP. Coleção José Higino. *Brieven en papieren uit Brasilië. Instructie gecompieert bij de heeren scholtes schepenen der stadt Mauritia op approbatie van zijn Excellentie de Edelle heeren hooge secrete Raiden, waernaer de heer Jakob Lamair, pendionaris derselver stadt sich sal hebben te reguleren*.

157 Segundo Gonsalves de Mello, “ao Pensionário, sempre formado em direito civil, competia o exame das questões submetidas ao Conselho, representando-o em público e responsabilizando-se pela redação e guarda dos documentos oficiais”. Ref. MELLO, op. cit. pp. 29-30.

158 IAHGP. Coleção José Higino. *Brieven en papieren uit Brasilië. Instructie gecompieert bij de heeren scholtes schepenen der stadt Mauritia op approbatie van zijn Excellentie de Edelle heeren hooge secrete Raiden, waernaer de heer Jakob Lamair, pendionaris derselver stadt sich sal hebben te reguleren*.

dos senhores escolteto e escabinos todos os papéis que contenham as suas descrições (*Ende thuijs comende, sal hij overleveren in handen van de heeren schoudt; schepenen alle de paieren bij hem in deschrige commissie geleght*).

A relação entre os escabinos portugueses e a wic se deteriorava com o tempo, se é que um dia ela foi boa. Em início de 1643, um dos primeiros eleitores e escabinos da câmara de Olinda, João Carneiro de Maris, devia à companhia a soma de 83 mil guldens por empréstimo contraído. Carneiro de Maris morava na freguesia de Ipojuca e, juntamente com o seu filho, Francisco Carneiro, teve a sua produção prejudicada pela perda de escravos por bexiga.¹⁵⁹ Situações desse tipo minavam a relação wic-luso-brasileiros.

A última proposta para composição de câmara de escabinos foi a que fez o responsável pela administração do Maranhão, Jan Bas. Este escreveu a Nassau e ao Alto Conselho em início de abril de 1642, alegando necessidade de “se manter a boa justiça e punir os maus” (*[...]in sijn goet recht sonde mogen gemaintineert ende de bose gestreft worden, sôo ist da teen bancque van justitie hebbe geformeert ende gestelt 4 van de bequamste inwoonderen als schepenen [...]*)¹⁶⁰ No Maranhão, quatro moradores se tornariam escabinos.

Em maio de 1640, numa nótula, podemos encontrar algo sobre a comunicação entre os escabinos e a diretoria da Companhia das Índias Ocidentais. A mesma dava-se através do Conselho Político, que enviava anualmente o que se sucedia nas localidades. Assim, o que acontecia ao nível dos “governos menores” (*subalterne gouvernementen*) e nas diversas câmaras de escabinos (*gericht bancken*).¹⁶¹

As fontes mencionam constantemente a preocupação de Nassau e do Alto Conselho em “ordenar que cada um dos escabinos

159 IAHGP. *Brieven en paieren uit Brasilien*. Brieven aen sijn Excellentie mitsgaders de Edelle Heeren van de Hogen ende secreten Rade in Brasil.

160 IAHGP. Coleção José Higino. *Brieven en paieren uit Brasilien*. 08/04/1642.

161 IAHGP. Coleção José Higino. *Brieven en paieren uit Brasilien*. 07/05/1640.

possa protamente administrar a justiça” (*ordeneren dat sij aen yder een prompt recht souden administreren*).¹⁶² Isso foi particularmente verificado ao tempo da guerra com a armada do Conde da Torre (Dom Jorge Mascarenhas), em início de 1640, ocasião em que, simultaneamente, campanhistas vindos da Bahia cruzaram as freguesias do interior de Pernambuco e Paraíba. Nassau vivia preocupado com a possibilidade de comunicação entre os moradores do interior e os campanhistas. Eis aí mais uma atribuição para os escabinos: além de tomar conta da justiça nas localidades, impedir a ameaça vinda da Bahia. Mas a justiça e o seu bom andamento significava, sobretudo, cobrar as dívidas e taxar (*belasten*) os devedores da wic nas localidades.

Ainda tratando da comunicação entre os escabinos e os Diretores da wic, podemos afirmar que desde a sua instituição (1637), as cartas ou atas das câmaras eram remetidas aos diretores independentemente da intermediação do Conselho Político. Numa *briefe* de início de 1638, consta que “todas as câmaras ou escabinos de todas as jurisdições e outros oficiais que estão nas localidades escrevem aos “Uld”” (senhores dos xix) (*de cameren ofte schepenen van alle jurisditien ende alle andere officieren gelast aen Uld. Te schrijven, [...]*)¹⁶³ Nessa missiva, de Nassau aos Senhores xix, seguiam para os Países Baixos cartas das câmaras de Olinda, Igarassu, Itamaracá e Serinhaém. Pelo menos aparentemente, o controle do Brasil holandês parecia ser total por parte dos diretores (*bewindhebbers*) da wic. Havia, pois, ligação direta entre as “câmaras subalternas” e o poder maior da Companhia das Índias Ocidentais. Alguns meses depois, ainda no ano de 1638, problemas relativos ao comércio local que envolviam portugueses e holandeses levaram o conselheiro Johan Gijsseling a reforçar a possibilidade dos escabinos em se comunicar

162 Idem.

163 Idem, 1638.

diretamente com os diretores da wic. Frisou a administração superior que “todas as capitanias Pernambuco, Goiana, Itamaracá, Paraíba, e Rio Grande foram estimuladas a enviarem cartas ao Conselho dos xix e tratarem desse mesmo assunto” ([...] *alle dese capitanias Pernambuco, Goiana, tamarica, Paraíba, ende Rio Grande hunne respectie cameren van justitie geanimeert om desen aen de vergaderinge de xix brieven te schicken ende te soleren over dit selfde poinct, [...]*)¹⁶⁴ Basta saber (o que as fontes não especificam) se a possibilidade de comunicação entre os escabinos e o Conselho dos xix valia também para os escabinos portugueses. Um outro ponto dessa passagem acima é que o conselheiro batavo trata Goiana como ‘capitania’. Isto se deva talvez pelo fato desta possuir uma câmara de escabinos.

O conflito de jurisdições e de esferas de poder no Brasil holandês era também um reflexo da situação política vivida nos Países Baixos. Marjoleij ‘T Hart descreve as disputas de poder nas Províncias Neerlandesas da seguinte forma:

“The relation between the States General – the federative sovereign body with representatives of the seven sovereign provinces – and the Council of State – made up of provincial delegates and the captain general (the Stadthouder), the executive power – was characterized by many disputes over competence. Instructions were vague and subject to several interpretations”.¹⁶⁵

Na sua biografia acerca de João Fernandes Vieira, José Antônio Gonsalves de Mello, destacou bem a atuação do líder madeirense na articulação do movimento da Restauração Pernambucana.¹⁶⁶ Vieira, assim como vários outros portugueses, havia ocupado o cargo de

164 Idem, 18/03/1638. Missiva de Johan Gijsseling ao Conselho dos xix.

165 ‘T HART, op. cit., p. 669.

166 MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira: Mestre-de-Campo do Terço de Infantaria de Pernambuco. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

escabino na câmara mais influente do Brasil holandês: a da Cidade Maurícia.

A figura de Fernandes Vieira, exaltada em grande parte por cronistas da guerra holandesa, passou da condição de simples imigrante sem fortuna ou nobreza, para a de senhor de vários engenhos e homem de confiança dos próprios holandeses alguns meses depois da queda do Arraial Velho do Bom Jesus (1635). Eleitor da câmara de escabinos de Maurícia por um bom tempo, a relação de João Fernandes Vieira com o exercício do poder local no Brasil holandês é um caso emblemático. Primeiro que, ao mesmo tempo em que exercia o cargo de escabino ascendia socialmente e ganhava influência na comunidade luso-brasileira e mesmo neerlandesa. Às vésperas do movimento de Restauração, já no ano de 1645, João Fernandes Vieira “continuou a dissimular os seus propósitos”¹⁶⁷ de insurreição aos holandeses, segundo apontou Gonsalves de Mello.

Na qualidade de escabino da Cidade Maurícia, Fernandes Vieira percorria distâncias desde os engenhos da Várzea, região mais próxima ao Recife, até o Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca mais ao sul. Nesse sentido, Fernandes Vieira acompanhou de perto, na qualidade de escabino e senhor-de-engenho, as relações entre a wic e os poderes locais julgando processos e fazendo valer (ou não) as combranças de Nassau e do Alto Conselho em várias freguesias. Pelo menos a cobrança de cotas de farinha por agricultor Fernandes Vieira não havia esquecido, prática que exercerá alguns anos depois ao assumir o governo de Angola.

O exemplo de Fernandes Vieira, enquanto escabino português da câmara mais importante do Brasil holandês, talvez seja o que mais tenha representado o desconforto da administração nassoviana. Do

¹⁶⁷ Idem, p. 134. Dois anos antes, em 1643, ele havia sido acusado de conspirar contra a wic, mas nada foi provado. Segundo o autor, Fernandes Vieira alegou que “continuava a viver sossegadamente em seus engenhos” e não a planejar qualquer insurreição contra os neerlandeses.

lado neerlandês, o contato com um elemento local que exercia liderança em seu grupo era fundamental para enraizar as suas teias administrativas na conquista.

Após o regresso de Nassau para os Países Baixos, em maio de 1644, o Alto Conselho, representado pelos senhores Hamel, Bas e Bullestrate, sofreu com a diminuição no orçamento que a wic dispensava ao Brasil Holandês.¹⁶⁸ A perda do Maranhão e do Ceará havia dado ânimos aos luso-brasileiros que queriam se livrar do governo holandês. Para reaver os prejuízos da manutenção do Brasil, os Diretores da wic ordenaram a cobrança aos devedores da mesma. Entre eles, Fernandes Vieira e Jorge Homem Pinto na Paraíba. Hermann Waetjen descreve bem este quadro da seguinte forma:

“Dentro de pouco tempo uma terrível excitação se apoderou da população da Nova Holanda, dedicada a fabricação do açúcar e a agricultura em geral. Choviam requerimentos, memoriais e representações, tendentes a demonstrar claramente ao alto Conselho que não era possível que ele continuasse a proceder daquela forma, sem perigo de provocar uma grande insurreição”.¹⁶⁹

A essa altura (segundo semestre de 1644 e início de 1645), as condições de trabalho das câmaras de escabinos, à exceção da câmara de Maurícia, foram desmanteladas. André Vidal de Negreiros e Fernandes Vieira preparavam, sorrateiramente, a Restauração de Pernambuco. João Fernandes Vieira mostrava a sua outra face à wic, a face que confirmou o desconforto experimentado por Nassau durante a sua presença no Brasil.

168 WAETJEN, op. cit., p. 222.

169 Idem, p. 225.

Considerações finais

Os aspectos da administração da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil ressaltados neste trabalho de fato não esgotariam os problemas que os batavos vivenciaram na sua *conquesten* que durou pouco mais de duas décadas. Longe, porém, de apresentarmos conclusões radicais que atendam a uma determinada hipótese ou hipóteses, pudemos, nos meandros das fontes, retomar os temas da guerrilha e da justiça no Brasil holandês.

No esteio de trabalhos anteriores, muito bem elaborados, este trabalho procurou percorrer pequenas brechas abertas por historiadores sobretudo nacionais. Tornou-se difícil, em certos momentos, transpormos os limites das fontes e tornar mais claro o dia-a-dia da administração como no caso dos escabinos. No entanto, ao menos, foi possível realizar uma ligação entre essa instituição e a situação administrativa anterior (dos anos 1635-36). Os escabinos, portugueses e neerlandeses, não surgiram do nada ou da idéia de se implantar tribunais locais pura e simplesmente. Pelo contrário, a instituição é que veio encontrar no Brasil elementos já anteriormente ligados à *wic*. Nesse sentido, pudemos ver continuidades entre o governo nassoviano e a fase dos *kleine profijten*. Continuidades porque

o sistema de comunicação fluvial do qual se serviu a administração de Nassau teve início antes de sua chegada. Continuidades, também, pelo fato de Nassau ter herdado a falta de víveres para as tropas e ter aprendido (na medida do possível) à força a se abastecer sem ter que olhar para o oceano a espera de uma remessa de víveres dos Países Baixos. Méritos de Nassau? Pode ser. No entanto, são méritos também que o conde alemão pode muito bem dividir com alguns administradores e militares que vieram antes dele. Não se trata, que isso fique bem evidente, de diminuir o papel de Nassau no governo do Brasil. Trata-se, pois, de não reduzirmos o governo do Brasil holandês à sua pessoa.

Outros “desconfortos” poderiam ser verificados na administração nassoviana, mas que infelizmente não puderam ser abordados neste trabalho. Seria talvez a ocasião de se sugerir um quinto capítulo que tratasse de três temas menores. Um primeiro seria estudar como Nassau e o Alto Conselho lidou com a fuga de escravos e os prejuízos que os *bosnegers* (negros da mata) causavam aos proprietários do interior. Como se sabe, no Brasil, os neerlandeses passavam a ter contato mais direto com as vicissitudes de uma sociedade escravista. Não é a toa que tinham a palavra “capitão-de-campo” e a atividade de perseguir quilombolas como algo novo em seus currículos. Afinal de contas, não foi de uma hora para outra que se fez um Jan Blaer. No caso deste último, por exemplo, a acapacidade de alcançar os mocambos dos Palmares foi resultado de anos de quase mimetismo à geografia local e de adaptação ao clima. Jan Blaer tornou-se mesmo um capitão-do-mato tal qual os brasílicos que exerciam esta atividade. Outra questão, ou “desconforto” que enfrentou Maurício de Nassau e o Alto Conselho foi a dificuldade em se resolver problemas que ocorriam em lugares tão distantes do Recife como no Rio Grande, no Maranhão e no São Francisco. Maurício Nassau se via cercado de pequenas e grandes escalas de ação. No final das contas, a sua incapacidade para a resolução de problemas

nos limites da conquista chegou logo após a sua brilhante idéia em conquisitar o Maranhão, Sergipe, São Jorge da Mina e Luanda. Se, por um lado, Nassau “fechava” o Atlântico sul às coroas ibéricas, fazendo dele o seu *mare clausum*, por outro, começava ele mesmo a perceber as dificuldades em se governar sem apoio bélico e financeiro. Nassau, mais que qualquer um outro, tinha uma boa noção dos problemas que o acompanhavam em torno do Recife e longe dele.

A questão do abastecimento de farinha de mandioca para a WIC continua ainda em aberto. Qual seria o volume da produção de farinha das aldeias indígenas dispostas ao redor do Recife? Ela era para o consumo próprio ou se destinava também às tropas neerlandesas? Pelo jeito, as dúvidas são maiores que as conclusões.

Referências

Fontes primárias

IAHGP (Coleção José Higinio)

Dagelijckse Notulen (1635-1644)

Brieven en Papieren uit Brasílie

Projeto Resgate

IAPEH (UFPE)

Capitania de Pernambuco

AHU_ACL_CU_015, Cx.2, D. 100.

AHU_ACL_CU_015, Cx.2, Doc 87

AHU_ACL_CU_015, Cx.2, Doc 88

AHU_ACL_CU_015, Cx.2, Doc 89

AHU_ACL_CU_015, Cx.2, Doc 90

AHU_ACL_CU_015, Cx.2, Doc 91

AHU_ACL_CU_015, Cx.2, Doc 92

AHU_ACL_CU_015, Cx.2, Doc 93
AHU_ACL_CU_015, Cx.2, Doc 96
AHU_ACL_CU_005, Cx1, Doc. 20.
AHU_ACL_CU_015, cx.2, doc. 94
AHU_ACL_CU_015, cx.2, doc. 101
AHU_ACL_CU_015, Cx.2, doc. 119
AHU_ACL_CU_015, Cx.2, Doc.158

Capitania da Paraíba

AHU_ ACL_CU_014, cx. 1, Doc. 25.

Capitania do Maranhão

AHU_ ACL_CU_009, Cx 1, doc. 19.
AHU_ ACL_CU_009, Cx 1, doc. 20.
AHU_ ACL_CU_009, Cx 1, doc. 25.
AHU_ ACL_CU_009, Cx 1, doc. 31.
AHU_ ACL_CU_009_, Cx 1, doc. 35.
AHU_ ACL_CU_009_, Cx 1, doc. 75.
AHU_ ACL_CU_009, Cx 1, doc. 90.

Capitania do Pará

AHU_ ACL_CU_013_, Cx 1, doc. 20.
AHU_ ACL_CU_013_, Cx 1, doc. 28.
AHU_ ACL_CU_013_, Cx 1, doc. 48.

Outros

AHU. Cód. 24, fl.21.

Bibliografia

AB'SABER, Aziz Ntrand [et alli]. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial: 1500-1800*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília, 1976.

ALENCASTRO, Luis Filipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*, 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ANTONISZ, R. G. *The Dutch in Ceylon: Glimpses of their life and times. (Lecture)*. Ceylon Examiner Press, 1905.

ARMESTO, Filipe Fernández; WILSON, Derek. *Reforma: O Cristianismo e o Mundo (1500-2000)*. Trad. Celina Cavalcante. Rio de Janeiro: Record, 1997.

ASSIS, Virginia Maria Almoêdo de. *Palavra de Rei: Autonomia e subordinação da Capitania de Pernambuco*. (tese), UFPE, Recife, 2001.

AZEVEDO, João Lúcio de. *História dos Cristãos-Novos Portugueses*. Clássica Editora: Lisboa, 1989.

BAERS, Padre João. *Olinda Conquistada*. Recife: CEPE, 2004.

BAKEWELL, Peter. *A Mineração na América Espanhola Colonial*. In: *História da América Latina: América Latina Colonial*, vol. II/Leslie Bethel (org). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Brasília, 2004.

BALLONG-WEN-NEWUDA, Ba`tora. *São Jorge da Mina (1482-1637). La Vie d'un comptoir portugais en Afrique Occidentale*. Lisbonne-Paris: Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1993.

BARLÉUS, Gaspar. *História dos fatos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

BERNARD, Carmen; GRUZINSKI, Serge. *História do Novo Mundo 2: As Mestiçagens*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2003.

BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no Novo Mundo: do barroco ao moderno (1492-1800)*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BODIAN, Miriam. *Hebrews of the Portuguese Nation: Conversos and Community in early Modern Amsterdam*. Indiana University Press: 1997.

BOOGAART, Ernest van den. *The trade between Wersten África and the Atlantic World, 1660-90*. In: *Journal of African History*, 1992, pp. 353-75.

BOOGAART, Ernest van den e EMMER, Pieter C. *The Dutch participation in the Atlantic slave trade 1596-1650*. In: J. Hogendorn e H. Gemery. *The uncommon market*, Nova York, 1979, pp. 353-375.

BOOGAART, Ernest van Den et al. *Viver e morrer no Brasil holandês*. Recife: Fundaj. Ed. Massangana, 2007.

BOXER, Charles R. *A Igreja Militante e a Expansão Ibérica (1440-1770)*. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.

BOXER, Charles. *Os holandeses no Brasil*. Recife: CEPE, 2004.

BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRÁSIO, Antônio (org). *Monumenta Missionária Africana*. 2ª série (*África Ocidental Central*), 15 vols., Lisboa, 1953-88.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo (Séculos XV-XVIII)*: 3 vols. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*. Vols. I e II. Martins Fontes, 1983.

BULUT, Mehmet. *The Role of the Ottomans and Dutch in the Commercial Integration between the Levant and Atlantic in the Seventeenth Century*. In: *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, Vol. 45, No. 2 (2002).

CALADO, Manoel, [1584-1654] *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Vols I e II Recife. CEPE, 2004.

CARDIM, Pedro; GOUVEIA, Antônio Camões; HESPANHA, Antônio Manuel; MONTEIRO, Nuno G; SERRÃO, José Vicente; SILVA, Ana Cristina Nogueira da; SUBTIL, José; XAVIER, Ângela Barreto. *História de Portugal (volume VII) O Antigo Regime*. Rio de Mouro: Lexicultural, 2002.

CARLOS, Ann M., NICHOLAS, Stephen. In: *The Business History Review*, Vol.62, No. 3 (1988).

CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia do Brasil Holandês*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1956.

COLLINGWOOD, C. R. *A Idéia de História*. Martins Fontes: Lisboa, 1972.

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil*. São Paulo: Beca, 2003.

Conferência Sobre as Índias Ocidentais (anônimo). Trad. Hipólito Overmeer. São Paulo: Ed. Giordano, 1999.

CURTIN, Philip D. Curtin. *The Rise and Fall of the Plantation Complex: Essays in Atlantic History*. Cambridge University Press: 1990.

CURTO, Diogo Ramada. *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos xv a xviii)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.

DE LAET, Johannes. *Iaerlijck Verhael de Verichtinghen de Geotroeerde West-Indische Compagnie*. Haia, 1644. Trad. bras. J. H. Duarte Pereira e P. Souto Maior. *História ou Anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais*. 2 vols. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1916-25.

DEAN, Warren. *A Ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Diagnóstico Sócioambiental do Litoral Sul de Pernambuco. Hidrografia. Publicações CPRH/MMA/PNMA 2. 1 ed.

DUNN, Richard. *Sugar and Slaves – The rise of the planter class in the English West Indies, 1623-1713*, Londres, 1972.

ELTIS, David. *Economic growth and the ending of the transatlantic slave trade*. Nova York. 1987.

Idem, *The relative importance of slaves and commodities in the Atlantic trade of seventeenth century Africa*. In: *Journal of African History*, vol. 35, 1994, pp. 237-249

EMMER, Pieter. *The Dutch and the making of the second Atlantic system*. In: Barbara L. Solow (org). *Slavery and the rise of the Atlantic system*. Nova York, 1991, pp.71-95.

EMMER, Pieter. *Los holandeses y el reto Atlântico em el siglo xvii*. In: PÉREZ, José Manuel Santos; SOUZA, George Felix Cabral de (org). *El Desafio holandês al domínio ibérico em Brasil em el siglo xvii*. Slamanca: Aquilafuente, 2006.

FAGE, J. D. *African societies and the Atlantic slave trade*. In: Past and Present, No 125, 1989, pp. 97-115.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.

FEBVRE, Lucien. *O Reno: História, mitos e realidades*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FERRO, Marc. *História das Colonizações: Das conquistas às independências (séculos XIII ao XX)*. Trad. Rosa D'Aguiar Freire. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FLANDRIN, Jean-Louis. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: História da Guerra Brasileira*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 2 vols. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1954.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Global, 2004.

GAMA, José Bernardes Fernandes. *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*. Vol. I. Tomos I e II. Recife: Arquivo Público Estadual, 1997.

GIORDANI, Mário Curtis. *Histórias dos séculos XVI e XVII na Europa*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.

GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e açúcares na Capitania da Parayba*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Maurício de Nassau e o Brasil Holandês: Correspondência com os Estados Gerais*. Recife: Ed. Universitária. UFPE, 1998.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e em Angola (c. 1680-1730)*. In: *Modos de Governar: Idéias e praticas políticas no império português*. Maria Fernanda Bicalho/Vera Lúcia Amaral Ferlini (orgs). São Paulo: Alameda, 2005.

GOYARD-FABRE, Simone. *Os Principios Filosóficos do Direito Político Moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GROESEN, Michiel van. *Amsterdam's Atlantic: Print Culture and the making of Dutch Brazil*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017.

HANDELMANN, Heinrich. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

HESPANHA, Antônio Manuel. *Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites*. In: *Modos de Governar: Idéias e praticas políticas no império português*. Maria Fernanda Bicalho/Vera Lúcia Amaral Ferlini (orgs). São Paulo: Alameda, 2005.

HESPANHA, António Manuel/SILVA, Ana Cristina Nogueira da. *A Identidade Portuguesa*. In: *História de Portugal: O Antigo Regime*. Vol. VII. Rio de Mouro: Ind. Gráfica, 2002.

HESPANHA, Idem. *Às vésperas do Leviathan: Instituições e Poder Político. Portugal. Séc. XVII*. Coimbra: Editora Almedina, 1994.

HESPAÑA, António Manuel. *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d.

HOBOKEN, W. J. van. *A Companhia das Índias Ocidentais: fatores políticos da sua ascensão e declínio*. In: Revista do IAHGP. Separata do vol. 49. Recife, 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

HULSMAN, Lodewijk. *Guia para o estudo das Atas Diárias do Alto Conselho da Companhia das Índias Ocidentais no Recife (1635-1654)*. In: Monumenta Hyginia. Recife.

ISRAEL, J. I. *A Conflict of Empires: Spain and Netherlands 1618-1648*. In: *Past and Present*, No. 76, 1977, pp.34-74.

Johannes de Laet. *Descrição das Costas do Brasil, e mais para o sul até o Rio da Prata, etc. Tirada de jornais de bordo, declarações oficiais, etc. de 1624 a 1637*. In: *Roteiro de um Brasil Desconhecido*. Manuscrito do John Carter Brown Library, Providence. KAPA Editorial, 2007.

KLEIN, Herbert S. *O tráfico de escravos no Atlântico*. Ribeirão Preto, SP: FUNTEC Editora, 2004;

KLEIN, Herbert S. *Recent trends in the study of Atlantic slave trade*. In: *História y Sociedad*, vol. I, No 1, Porto Rico, 1988;

KLEIN, Martin. *The impacts of the Atlantic slave trade on the societies of Western Sudan*. In: *The Atlantic slave trade – effects on economies, societies, and peoples in Africa, the Americas and Europe*. Londres, 1992;

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC. Rio, 2006.

LOCKHART, James e SCHWARTZ, Stuart B. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. *O Estado Monárquico. França (1460-1610)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LINENBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *The Many-Headed Hydra: sailors, Slaves, Commoners, and the Hidden History of the Revolutionary Atlantic*. Boston: Beacon Press, 2000.

LIPPMANN, Edmond O. Von. *História do Açúcar: Desde a época mais remota até o começo da fabricação do açúcar de beterraba*. Tomo II. Trad. Rodolfo Coutinho. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1942.

LYNCH, John. *Spain under the Habsburgs*. Vols I e II. New York: New York University Press, 1984.

MAK, Geert. *Een kleine geschiedenis van Amsterdam*. Amsterdam/Amsterpen: Atlas, 1995.

MASSELMANN, George. *The Cradle of Colonialism*. Yale: Yale University Press, 1963.

MARQUES, Oliveira. *História de Portugal*. Palas Editores, Lisboa, s/d.

MEDEIROS, Guilherme de Souza. *Cruzando o Tenebroso: A Arte da Navegação no Início do Século XVI em Pernambuco*. Dissertação de Mestrado defendida em 2000 (UFPE).

MELLO, Evaldo Cabral de. *Nassau: Governador do Brasil holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. Rio de Janeiro, Forense-Universitaria; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. – Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Os Alecrins no Canavial: A açúcarocracia Pernambucana no Ante-Bellum (1570-1630)*. In: Revista do Instituto, Arqueológico, Histórico e Geográfico

Pernambucano. Vol. LVII. Recife, 1984.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *A Nação Judaica do Brasil Holandês*. In: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Vol. XLVIII. Recife: 1976.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1987.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a história do Brasil Holandês. Tomos I e II*: MEC/SPHAN/Fundação Pro-Memória. Recife, 1981.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Os Livros das Saídas das Urcas do Porto do Recife, 1595-1605*. In: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Vol. LVIII. Recife, 1993, pp.21-85.

MELLO, Ulysses Pernambucano de. *O Cabo de Santo agostinho e a Baía de Suape*. In: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano: Vol. LIII. Recife, 1981.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil*. Conselho Federal de Cultura. Rio de Janeiro, 1972. “Regimento do governo das praças conquistadas ou por conquistar ou que forem conquistadas nas Índias Ocidentais (RIAHGP; tomo V, 31, Recife, 1886)

MILLER, Joseph. *Mortality in the Atlantic slave trade – Statistical evidence on causality*. In: Journal of Interdisciplinary History, 1981.

MIRANDA, Bruno R. F. *Gente de Guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Tese de Doutorado. Universidade de Leiden, 2011.

MOERNER, Magnus. *A Economia e a Sociedade Rural da América do Sul Espanhola no Período Colonial*. In: História da América Latina: América Latina Colonial, vol. II / Leslie Bethel (org). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Brasília, 2004.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREAU, Pierre. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e relação da viagem ao país dos tapuias (Roulox Baro)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

NASCIMENTO, R. L. X. *Palmares: os escravos contra o poder colonial*. 1. ed. São Paulo: Editora: Terceiro Nome, 2014.

NASCIMENTO, R. L. X. Os “boschnegers” nas matas de Pernambuco e contra Nassau. In: Flávio Gomes. (Org.). *Mocambo de Palmares: Histórias e fontes (séculos XVI-XVIII)*. 1ed. Rio de Janeiro: 7Letras/FAPERJ, 2010, v. I, p. 45-56.

NEME, Mário. *Fórmulas Políticas no Brasil holandês*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1971.

POSTMA, J. M. *The Dutch in the Atlantic slave trade (1600-1815)*. New York, 1980.;

POSTMA, J. M. *The dispersal of African slaves in the West by Dutch slave traders*. In: J. E. Inikori e S. L. Engerman. *The Atlantic slave trade –*

effects on economies, societies, and peoples in África, the américas and Europe. Londres, 1992

PUJOL, Xavier Gil. *Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias européias dos séculos XVI e XVII.* In: Penélope: Fazer e desfazer historia, n. 6, Lisboa, 1991.

PUNTONI, Pedro. *A Miserável Sorte: A Escravidão Africana no Brasil Holandês e as Guerras do Tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648.* São Paulo: HUCITEC, 1999.

Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Sessão especial de 9 de maio de 1885. p.8 In: *Revista do IAHGP*, Nos 29-30. Reedição fac-similar. Recife, 1977.

RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado.* Recife: CEPE, 2004.

RODRIGUES, José Honório. *Historiografia e Bibliografia do Período Holandês no Brasil.* Rio de Janeiro: Ed. Imprensa Nacional, 1949.

RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil.* São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

ROMEIRO, Adriana. *Corrupção de poder no Brasil: uma história, séculos XVI a XVIII.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Iberian expansion and the issue of Black slavery – Changing Portuguese attitudes 1440-1770.* In: *The American Historical Review*, Vol. 83, No 1, 1978, pp.16-42.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808.* *Revista Brasileira de História*. V.18 n.36. São Paulo, 1998.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *The Portuguese Empire (1415-1808): a world on the move.* Manchester: Johns Ropkins, 1992.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil.* Belo Horizonte; Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

SCHALCKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil Holandês, 1630-1654*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

SCHAMA, Simon. *O Desconforto da Riqueza: A cultura holandesa na Época de Ouro, uma interpretação*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Alberto da Costa. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão (1500-1700)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

SLUITER, Engel. *Os Holandeses no Brasil antes de 1621*. In: RIAHGP, Vol XLVI, Recife, 1967.

SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Vols. I, II e III. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

SOUTO MAIOR, Pedro. *Fastos Pernambucanos (1913)*. Recife: Biblioteca Pública Estadual, 1991.

SOUZA, Laura de Mello e. *Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações*. In: *História da vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. 7ª ed., Recife: Massangana, 2000.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Guerra e Comércio: A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala (1500-1700)*. Lisboa: Edições 70, 1989.

'T HART, Marjolijn. *Cities and Statemaking in the Dutch Republic, 1580-1680*. In: *Theory and Society*, vol. 18, No. 5. Special Issue on Cities and States in Europa, 1000-1800, 1989.

TREVOR-ROPER, Hugh. *A Crise do Século XVII: Religião, a Reforma & Mudança Social*. Topbooks: Rio de Janeiro, 2007.

VAIFAS, Ronaldo (org). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. *Identidade Fragmentada: dilemas de um cristão-novo no Recife holandês*. In: Marina Ertogue (org). *História e sensibilidades*. Universidade Católica de Goiás (mimeo), 2005.

VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês e processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VARNHAGEN, Francisco A. de. *História das Lutas com os Holandeses no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

VIEIRA, Antônio. *Sermões*. Vols. I e II. São Paulo: Hedra, 2000.

VILLEY, Michel. *A formação do pensamento jurídico moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WAETJEN, Hermann. *O Domínio Colonial Hollandez no Brasil*. Companhia Editora Nacional, 1938.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O Sistema mundial moderno*. Edições Afrontamento: Porto, 1974.

WEBER, Max. *A Ética protestante e o Espírito do Capitalismo*. 7ª ed., São Paulo: Livraria Pioneira. [sd]

WILSON, Charles. *Los Países Bajos y la cultura europea en el siglo XVII*. Madrid: Biblioteca para el Hombre Actual, 1968.

XAVIER, Lúcia F. W. *Sociabilidade no Brasil neerlandês (160-1654)*. Tese de Doutorado. Universidade de Leiden. 2018.

ZUMTHOR, Paul. *A Vida Cotidiana na Holanda no Tempo de Rembrandt*. Trad. Rogério Fernandes. Lisboa: Ed. Livros do Brasil. [sd]

ZWIETEN, Adriana. “*Conversisng with each other, among other things of the sale of houses*”: *Buying and Selling Real Property in New Amsterdam*.

Anexos

Anexo I: Tráfego de embarcações em Pernambuco

1630						
Natureza	Nome	Chegada/ saída	Soldados	Carga	Procedência/ destino	Câmara
1. navios (9 embarcações)	-	10/03 chegada	665	-	Países Baixos (procede)	-
2. late	De Braeck	10/03 Saída	-	-	Países Baixos (destinos)	-
3. navios (8 embarcações)	-	23/03 (saída) ¹	-	-	Ilha Santa Helena (destino)	-
4. navios (5 embarcações)	-	15 e 16/04 (chegada)	-	Viveres	Países Baixos (procede)	-
5. navios (4 embarcações)	-	24/04 (saída)	-	açúcar	Países Baixos (destino)	-
6. navios (3 embarcações)	-	30/04 (chegada)	150	Viveres e munições	Países Baixos (procede)	-
7. navios (8 embarcações)	-	05/05 (saída)	-	-	Índias Ocidentais (destino)	-

¹ Com o objetivo de espreitar embarcações espanholas.

Natureza	Nome	Chegada/ saída	Soldados	Carga	Procedência/ destino	Câmara
8. navios (2 embarcações)	-	08/05 (chegada)	-	-	Países Baixos (procede)	-
9. navio	-	09/05 (chegada)	-	-	Países Baixos (procede)	-
10. navio	-	23/05 (chegada)	-	-	Países Baixos	-
11. late	-	29/07 (saída)	Soldados inválidos	-	Países Baixos (destino)	-
12. navio	Geller- landt	31/07 (chegada)	55	Viveres	Países Baixos (procede)	-
13. navio	Bruin Visch					
14. late	-	13/08 (chegada)	"poucos soldados"	Viveres e munições	Países Baixos (procede)	-
15. navios (2 embarcações)	-	17/08 (chegada)				-
16. navios (6 embarcações)	-	19/08 (saída)	-	-	Países Baixos (destino)	-
17. late	Bruin Visch	20/08 (saída)	Escravos para servir à wic	-	Fernando de Noronha	-
18. late	-	11/09 (chegada)	-	Viveres	Países Baixos (procede)	Zelândia
19. navio	-	20/09 (chegada)	64	Viveres e munições	Países Baixos (procede)	Holanda
20. navio	-					Zelândia
21. late	-	30/09 (chegada)	40	-	Países Baixos (procede)	Holanda
22. late	Overijssel	02/10 (saída)	120 ²	Pau-brasil e sinos	Países Baixos (destino)	-

2 Dentre eles, alguns cegos.

Natureza	Nome	Chegada/ saída	Soldados	Carga	Procedência/ destino	Câmara
23. late	De Leeuwein	08/10 (saída)	-	Variados objetos ³	Países Baixos (destino)	-
24. navios (11 embarcações)	-	23/10 (saída)	-	-	Bahia ⁴ (destino)	-
25. navio	De Swarte Ruyter	27/10 (saída)	-	-	Países Baixos (destino)	-
26. navio	Arca Noe					-
27. late	Pernam- bucó	31/10 (chegada)	-	-	Países Baixos (procede)	-
28. late	Curae	-	80	Viveres e material de construção	Países Baixos (procede)	-
29. 'navio mercante' ⁵	-	-				-
30. Charrua ⁶	Enckhui- sen	17/11 (chegada)	50	Viveres	Países Baixos (procede)	-
31. Charrua	-	30/11 (chegada)	-	Sal, cebo- las e alho ⁷	-	-
32. navio	-	04/12 (chegada)	40	Viveres	Países Baixos (procede)	Groenin- gen
33. navios (6 embarcações)	-	05/12 (chegada)	-	Açúcar e fumo ⁸	Bahia e Cabo de Santo Agostinho (procede)	-

3 Possivelmente resultado de pilhagens.

4 Com a missão de patrulhar o litoral.

5 O cronista parece discernir aqui entre 'navio mercante' e 'navio de guerra', do que depreende que os outros navios mencionados são 'mercantes'. Quanto a carga, é bem provável que os soldados tivessem vindo no late, enquanto que os viveres e o material de construção no 'navio mercante'.

6 Espécie de embarcação de pequeno/médio porte.

7 Resultado de uma presa de embarcação espanhola, onde se aprisionou 15 pessoas.

8 Resultado do apresamento de uma caravela portuguesa.

Natureza	Nome	Chegada/ saída	Soldados	Carga	Procedência/ destino	Câmara
1. navio	-	01/01 (chegada)	50	Objetos variados	Países Baixos (procede)	-
2. navio	-	02/01 (chegada)	40	-	-	-
3. barca	Zuicker- broode	04/01 (saída)	-	-	Índias Ocidentais (destino- Ilha de São Martinho) ⁹	-
4. navios ¹⁰ (3 embarcações)	-	05/01 (saída)	-	-	-	-
5. navio	De Kat ¹¹	07/01 (chegada)	-	Víveres	Países Baixos (procede)	-
6. navio	-	11/01 (chegada)	-	84 caixas de açúcar ¹²	-	-
7. navio	Amers- foort	14/01 (chegada)	50	Víveres	Países Baixos (procede)	-
8. late (cruzador)	-	17/01 (chegada)	-	Armas e provisões ¹³	-	-
9. navios (2 embarcações)	-	24/01 (chegada)	90	Provisões	Países Baixos (procede)	-
10. navios (2 embarcações)	-	27/01 (chegada)	100	-	Países Baixos (procede)	-

9 A finalidade era de ser carregada, na dita ilha, de alguma carga que o cronista não especifica.

10 O cronista especifica como sendo “navios de provisões”.

11 O cronista brinca com o nome ‘De Kat’ (o gato) ao afirmar que “o gato traz comida para o rato faminto”. Isso, é claro, em alusão à falta de víveres entre as tropas da wic que serviam em Pernambuco.

12 Resultado do apresamento de uma pequena caravela espanhola.

13 Carga proveniente do apresamento de uma barca espanhola.

Natureza	Nome	Chegada/ saída	Soldados	Carga	Procedência/ destino	Câmara
11. navio	-	14/02 (chegada)	-	Viveres	Países Baixos (procede)	-
12. navio	-	15/02 (chegada)	-	-	Costa do Nordeste ¹⁴ (procede)	-
13. navios (2 embarcações) ¹⁵	-	16/02 (chegada)	-	-	Europa	-
14. late	Den Eenhoorn	24/03 (saída)	Soldados inválidos	-	Países Baixos (destino)	-
15. navio e 2 chalupas	-	26/03 (saída)	2 compa- nhias de escope- teiros	-	Cabo de Santo Agostinho (destino)	-
16. navios (3 embarcações)	-	28/03 (chegada)	-	-	Litoral da Bahia (procede)	-
17. charrua	-		-	Pranchões e diversos materiais	Países Baixos (procede)	-
18. navio	-	02/04 (chegada)	45	-	Países Baixos (procede)	-
19. navios (3 embarcações)	-	06/04 (chegada)	50	Provisões	Países Baixos (procede)	-

14 O cronista refere-se como sendo um navio que “saiu à aventura”/ Possivelmente no litoral do Nordeste. Trouxe como prisioneiro um pirata francês.

15 Segundo o cronista: “Trazem notícia [os navios] de que D. Frederico [D. Fradique] partira da Espanha, com 64 velas, não se sabendo se pretende vir aqui [para Pernambuco]. Referiram também que sua Majestade o Rei da Inglaterra mandara equipar 100 navios, e que em Bleney estavam 11 prontos para seguirem a mencionada frota espanhola”. Ref. RICHSHOFFER, op. cit., p. 104.

Natureza	Nome	Chegada/ saída	Soldados	Carga	Procedência/ destino	Câmara
20. navios (5 embarcações) e uma charrua	Prins Willem, Utrecht, De Windhond, De Raaf	14/04 (chegada)	Não específica	Provisões	Países Baixos (procede)	-
21. navios (2 embarcações)	De Otter; De Voghel Phoenix	24/04 (chegada)	Não específica	Viveres e provisões	Países Baixos (procede)	-
22. chalupa	-	30/04 (chegada)	-	-	Itamaracá (procede)	-
23. navio	Griffoen	11/05 (chegada)	50	Provisões	Países Baixos (procede)	-
24. navio	Amsterdam	13/05 (chegada)	Quantidade não especificada	Objetos utilitários	Países Baixos (procede)	-
25. navio	Holanda	18/05 (chegada)	100	Viveres	Países Baixos (procede)	-
26. navio	De Halve Maen	21/05 (chegada)	-	Vitualhas	Países Baixos (procede)	-
27. 'navio mercante' (1) e charrua (1)	-	25/05 (chegada)	30	Provisões	Países Baixos (procede)	-
28. charruas (2 embarcações)	-	29/05 (chegada)	51	Viveres	Países Baixos (procede)	-
29. navio	-	30/05 (chegada)	"pouca tropa"	Viveres e munições	Países Baixos (procede)	-
30. navio	Dortrecht	31/05 (chegada)	104	-	Países Baixos (procede)	-

Natureza	Nome	Chegada/ saída	Soldados	Carga	Procedência/ destino	Câmara
31. navio	Prins Mauritius	04/06 (chegada)	-	150 caixas de açúcar e tabaco ¹⁶	Cabo de Santo Agostinho (procede)	-
32. navios mercantes (2 embarcações)	-		-	Provisões	Países Baixos (procede)	-
33. late	Amers- foort	05/06 (chegada)	-	150 tonéis de vinho espanhol e 10 peças de artilha- ria ¹⁷	Litoral da Bahia (procede)	-
34. navio	Arca Noe	07/06 (chegada)	-	Vinho de Espanha e mercado- rias ¹⁸	Países Baixos (procede)	-
35. navio	Donderk- loot	10/06 (chegada)	90	150 pipas de vinho espanhol ¹⁹	Países Baixos (procede)	-
36. navio	-	17/09 (chegada)	-	-	Países Baixos (procede)	-
37. navios (16 embarcações)	-	22/09 (chegada)	-	-	Países Baixos (procede)	-

16 Resultado do apresamento de um navio espanhol.

17 Resultado do apresamento de um navio espanhol. Dessa vez, segundo o cronista, “o capitão e todos os tripulantes foram salvos e trazidos prisioneiros para aqui [o Recife]; assim como muitas cartas achadas com eles foram entregues junto com o capitão espanhol ao Governador”. RISCHOFFER, op. cit., p. 118.

18 Resultado do apresamento de um navio espanhol que ia comerciar escravos em Angola.

19 Resultado do apresamento de um navio espanhol.

1631

Natureza	Nome	Chegada/ saída	Soldados	Carga	Procedência/ destino	Câmara
38. navio	Omlandia	20/10 (chegada)	Sem soldados	Víveres	Países Baixos (procede)	-
39. navio	-	21/10 (chegada)	-	Provisões	Países Baixos (procede)	-
40. navio	De Goude Leeuw	21/11 (procede)	-	-	Países Baixos (procede)	-
41. navios (19 embarcações)	-	02/12 ²⁰ (saída)	-	-	Paraíba (destino)	-
42. navios (19 embarcações)	-	14/12 (chegada)	-	-	Paraíba (procede)	-
43. navios (14 navios)	-	21/12 (saída)	19 com- panhias	-	Rio Grande do Norte (destino)	-

1632

Natureza	Nome	Chegada/ saída	Soldados	Carga	Procedência/ destino	Câmara
1. navios (19 embarcações)	-	15/01 (saída)	13 companhias	-	Litoral Sul de Pernambuco, Rio Formoso (destino)	-
2. chalupas	-	02/02 (saída)	13 companhias	-	Itamaracá (destino)	-
3. navios	-	18/02 (saída)	300 soldados doentes	-	Fernando de Noronha (destino)	-

20 Segundo carta do Coronel Wanderbuch aos Estados Gerais, a saída deu-se no dia 03 de dezembro e utilizou-se 14 embarcações em vez de 19, como registrou Rischoffer. Podemos, seguramente, dar mais crédito à informação do primeiro. Ref. Documentos holandeses, op. cit, p. 97.

Natureza	Nome	Chegada/ saída	Soldados	Carga	Procedência/ destino	Câmara
4. late	De Eenhoon	28/02 (chegada)	-	-	Países Baixos (procede)	-
5. late	De Brack	11/03 (chegada)	-	260 caixas de açúcar e tabaco ²¹	Países Baixos (procede)	-
6. navios (19 embarcações)	-	11/03 (saída)	14 companhias	-	Cabo de San- to Agostinho (destino)	-
7. navios (12 embarcações)	-	14/03 (chegada)	-	-	Litoral Sul de Pernambuco (procede)	-
8. navios (7 embarcações)	-	20/03 (chegada)	-	Açúcar ²²	Rio Formoso (procede)	-
9. charruas (2 embarcações)	-	21/03 (chegada)	34	Provisões	Países Baixos (procede)	-
10. navios (2 embarcações)	Donder- kloot e De Goude Leeuwe	01/04 (saída)	Primeiras tropas “ve- lhas” que serviram em Pernmabuco	-	Índias Ocidentais (destino)	-
11. navios (4 embarcações)	Arca Noe, Het Wapen van Delft, De Faeger, Pater	11/04 (saída)	-	Açúcar	Países Baixos (destino)	-
12. navios (6 embarcações)	-		Soldados veteranos	-	Índias Ocidentais (destino)	-

21 Resultado de apresamento de uma caravela espanhola.

22 Resultado de apresamento de duas caravelas espanholas “bem carregadas de açúcar” próximo ao Rio Formoso.

Tabela de embarcações que entraram e saíram do porto Recife²³

Ano 1635						
Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga e/ou informações	Procedência/ destino	Câmara
1. Navio	Walcheren	27/03 entrada	166	Farinha e outros	Países Baixos (procede)	Zelândia
2. Cruzador	DeVledermuis	29/03 entrada	-	-	Barra Grande (procede)	-
3. Cruzador	Ter Veere	29/03 saída	-	Açúcar e pau-brasil	Paraíba e Países Baixos (destino)	-
4. Cruzador	T'Wapen van Hoorn	29/03 saída	-	Açúcar e Pau-brasil	Paraíba e Países Baixos (destino)	-
5. Navio	Adam e Eva	02/04 entrada	89	Munições e provisões	Países Baixos (procede)	Groningen
6. Navio	Salamander	02/04 entrada	200	Munições e provisões	Países Baixos (procede)	Amsterdã
7. Barco	Gijseling	05/04 entrada	-	-	Paraíba (procede)	-
8. Chalupa	Duitzenbeem	06/04 entrada	-	2 pipas de cal; 700 bananas e 20 cocos de Igarassu	Itamaracá (procede)	-
9. Navio	Walcheren	06/04 saída	-	Provisões e munições	Cabo de Santo Agostinho (destino)	Zelândia
10. Navio	Ter Veere	11/04 entrada	Quantidade não informada	Provisões outros	Países Baixos (procede)	Zelândia
11. Navio	Sint Martijn	12/04 entrada	48	Provisões	Países Baixos (procede)	Zelândia

23 Informações Colhida nas Dagelijckse *Notulen* do governo holandês no Brasil.

Ano 1635

Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga e/ou informações	Procedência/ destino	Câmara
12. Chalupa	Duizenbeen	13/04 entrada	-	320 cocos	Itamaracá (procede)	-
13. cruzador	De Vledermuis	13/04 saída	-	-	Barra Grande (destino)	-
14. cruzador	De Bonte Craij	13/04 saída	-	-	Cabo de Santo Agostinho e Barra Grande (destino)	-
15. cruzador	Ceulen	13/04 entrada	-	-	Não informada	-
16. cruzador	Ceulen	15/04 saída	-	Provisões	Sul de Pernambuco (destino)	-
17. navio (aprisionado pelo cruzador Itamaracá)	Nossa Senhora do Carmo	15/04 chegada	-	93,5 pipas de vinho	Costa de Angola (procede)	-
18. cruzador	Gijseling	16/04 chegada	-	Cartas do Sr. Carpentier pedindo provisões	Paraíba (procede)	-
19. navio	Sint Martha	16/04 chegada	-	-	-	Zelândia
20. 2 barcos	-	16/04 chegada	-	7 caixas de açúcar branco e mascavado	Ilha em frente ao Forte Amélia (procede)	-
21. cruzador	Lichthart (sofreu avarias)	19/04 chegada	-	-	Sul de Pernambuco (procede)	-

Ano 1635

Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga e/ou informações	Procedência/ destino	Câmara
22. cruzador	Lichthart	21/04 saída	-	Provisões	Sul de Pernam- bucó (destino)	-
23. cruzador	De Goutvinck	22/04 chegada	-	68,5 caixas de açúcar para a wic e 15 para serem vendidas a particulares	Goiana (procede)	-
24. cruzador	De Spreeuw		-			-
25. cruzador	Gijsseling	23/04 Saída	Efetivo não infor- mado	Provisões e carta ao comandante Lichthardt	Porto Calvo (destino)	-
26. cruzador	De Vledermuis	24/04 chegada	-	Carta do comandante Lichthardt	Barra Grande (procede)	-
27. cruzador	De Sperwer van Zeeland	25/04 chegada	-	Carta de Carpentier solicitando viveres	Paraíba (procede)	Zelândia
28. navio	De Liefde	27/04 chegada	37	Descarregou em função de uma tem- pestade na Inglaterra	Países Baixos (procede)	Amster- dam
29. cruzador	De Sperwer	01/05 saída	-	Missiva para Carpentier e 2.700 florins	Paraíba (destino)	Zelândia
30. cruzador	De Goutvinck	01/05 saída	-	-	Goiana (destino)	-
31. cruzador	De Spreeuw	01/05 saída	-	Missiva para Eijssens e 1.200 florins	Goiana (destino)	Zelândia

Ano 1635

Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga e/ou informações	Procedência/ destino	Câmara
32. chalupa	Groningen	04/05 chegada	-	Missiva do Capitão Jacob Petri e 6 pipas de cal	Itamaracá	-
33.cruzador	Gijsseling	07/05 saída	36	Provisões para o governador e o Sr. Schott	Cabo de Santo Agostinho (destino)	-
34.cruzador	De Vliegende Sperwer	12/05 chegada	-	-	Porto Calvo (procede)	-
35.cruzador	De Leeuwerick	23/05 chegada	-	-	Porto calvo (procede)	-
36. cruzador	De Goutvinck	24/05 saída	-	Carregará 12 caixas de açúcar, passará em Goiana e irá abastecer um navio na Paraiba	Itamaracá, Goiana e Paraíba (destino)	-
37. cruzador	Schoppe	25/05 chegada	-	-	Cabo de Santo Agostinho (procede)	-
38.barco Obs: aprisionado pelo cruzador Schoppe no Cabo de Sto Agostinho	Nossa Senhora do Rosário	25/05 Chegada	1 capitão e cinco marinheiros	100 potes pequenos de óleo de feijão, 72 tonéis de bacalhau, 12 tonéis de sardinha, 3000 vadem de pavio e 4 toneis de farinha portuguesa	Cabo de Santo Agostinho (procede)	-

Ano 1635

Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga e/ou informações	Procedência/ destino	Câmara
39. navio	Pernambuco	27/05 chegada	-	Açúcar	Porto Calvo (procede)	-
40. navio	Erasmus	27/05 chegada	-	Carta do Fiscal de Ridder pedin- do víveres	Porto Calvo (procede)	-
41. cruzador	De Bonte Craij	27/05 chegada	-	Madeira para as padarias do Recife	Itamaracá (procede)	-
42. cruzador	De Leeuwerick	27/05 Saída	21	Provisões para o Forte Ceulen	Rio Grande do Norte (destino)	-
43. barco	Nossa Se- nhora do Rosário	27/05 Saída	-	Missiva para o capitão Jan Vos	Sul de Pernambuco (destino)	-
44. navio	Mauritius	29/05 Saída	-	Provisões	Alagoas (destino)	-
45. cruzador	Gijseling	29/05 chegada	-	Açúcar e missiva do capitão de Ridder	Porto Calvo (procede)	-
46. cruzador	Schoppe	30/05 saída	-	2 missivas para o capitão de Ridder e provisões	Porto calvo (destino)	-
47. cruzador	De Meerminne	08/06 chegada	-	Sem provisões	Paraíba (procede)	Amster- dam
48. cruzador	De Meerminne	16/06 chegada	-	-	Ilha de Santo Aleixo (procede)	Amster- dam
49. navio Fluit	Het Land van Belothe	19/06 chegada	Sem soldados	Provisões	Países Baixos (procede)	Amster- dam

Ano 1635

Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga e/ou informações	Procedência/ destino	Câmara
50. navio	De Winthond van Hoorn	19/06 chegada	-	Sem provisões	Cabo de Santo Agostinho (procede)	-
51. navio	De Moriaen	28/06 Saída	-	Provisões e munições	Cabo de Santo Agostinho (destino)	-
52. cruzador	De Vledermuis	29/06 chegada	-	-	Bahia (procede)	-
53. cruzador	Snaphaen	29/06 saída	-	Busca de materiais para a construção do forte de Barra Grande	Não informado	-
54. navio	Het Land van Belofte	10/07 saída	-	Será carregado de sal	Índias Ocidentais e Países baixos	-
55. cruzador	De Meermine	17/07 saída	soldados portugueses prisioneiros	-	Cuba e Países Baixos (destino)	Amsterdã
56. cruzador	De Zuijdsterre	17/07 saída	soldados portugueses prisioneiros	-	Cuba e Países Baixos (destino)	Zelândia
57. cruzador	Schoope	17/07 Saída	soldados portugueses prisioneiros	-	Cuba e Recife (destino)	-
58. barco	Angola	17/07 Saída	soldados portugueses prisioneiros	-	Cuba e Países Baixos (destino)	-
59. cruzador	De Kemphaen	17/07 chegada	-	Carta do Fiscal de Ridder	Barra Grande (procede)	-

Ano 1635

Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga e/ou informações	Procedência/ destino	Câmara
60. cruzador	De Bonte Craij	30/07 chegada	-	-	Cabo de Santo Agostinho (procede)	-
61. cruzador	De Kempphaen	30/07 chegada	-	-	Cabo de Santo Agostinho (procede)	-
62. cruzador	De Winthond van Hoor	30/07 chegada	-	-	Cabo de Santo Agostinho (procede)	-
63. navio	Enckhuisen	02/08 chegada	-	Aprisionou um navio de Lubeck no litoral da Bahia	Bahia (procede)	-
64. navio (aprisionado)	Não informado	02/08 chegada	-	27 peças de artilharia, tabaco, pau-brasil e 1.900 caixas de açúcar	Bahia (procede)	-
65. cruzador	Ceulen	02/08 Saída	-	-	-	-
66. cruzador	De kemphaen	02/08 Saída	-	Provisões	Porto Calvo (destino)	-
67. cruzador	De Vinthond van Hoor	02/08 Saída	-	Provisões	Porto Calvo (destino)	-
68. cruzador	De Spreeuw	04/08 chegada	-	-	Porto Calvo (procede)	Amster-dam
69. cruzador	De Vliegende Spewer	06/08 Chegada	-	-	Não informa-do	-
70. cruzador	Tortelduijf	06/08 Chegada	-	-	Não informa-do	-

Ano 1635

Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga e/ou informações	Procedência/ destino	Câmara
71. navio	De Bonte Craij	06/08 Chegada	Quantidade não informada	Viveres, artigos para o comércio e material para o exército; missiva da Câmara de Groningen	Países Baixos (procede)	Groningen
72. cruzador	De Leeuwinne	06/08 Saída	-	Missiva para Carpentier	Paraíba (destino)	Zelândia
73. cruzador	De Kempphaen	06/08 Chegada	Soldados espanhóis prisioneiros	-		-
74. cruzador	De Goutvinck	06/08 Chegada		800 alqueires de farinha	Cabo de Santo Agostinho (procede)	-
75. cruzador	De Winthond de Hoor	06/08 Chegada		-		-
76. navio	De Swaen	13/08 Saída	Não informado	Provisões (receberam instruções para carregarem-se de sal e madeira em Curaçau)	Índias Ocidentais (Ilhas Marguerita e Curaçau) (destino)	-
77. navio	Erasmus					
78. navio	Mercurius					
79. navio	Ernestus					
80. barco	-	13/08 chegada	-	-	Porto Calvo (procede)	-
81. cruzador	Ceulen	13/08 chegada	-	24 caixas de açúcar do Arraial do Bom Jesus	-	-
82. cruzador	Deventer	16/08 chegada	-	Provisões	-	-

Ano 1635

Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga e/ou informações	Procedência/ destino	Câmara
83. navio	Salamander	16/08 chegada	-	Poucas provisões	Litoral da Bahia (procedem)	-
84. navio	Walcheren					
85. navio	De Maagd van Dort					
86. navio	De Faem					
87. navio	Westfriesland	16/08 chegada	94	Provisões e cartas da Câmara de Maas	Países Baixos (procede)	Maas (Roter- dam)
88. cruzador	De Kempphaen	16/08 chegada	-	-	Cabo de Santo Agostinho (procede)	-
89. cruzador	De Vliegende Sperwer	16/08 Saída	-	Provisões	Barra Grande, Porto Calvo e Santo Antônio (destino)	Delft
90. cruzador	De Canarie- vogel	17/08 Chegada	-	Trouxe carta de Arcizewnsk	Santo Antônio (procede)	-
91. cruzador	De Spreeuw	26/08 Saída	-	Viveres e municiões	Santo Antonio (destino)	Amster- dam
92. barco (grande)	-	26/08 chegada	-	Cartas pedin- do viveres	Santo Antonio (procede)	-
93. navio	Enckhuisen	28/08 chegada	-	Será carrega- do de açúcar	-	-
94. barco (avariado)	De Nortsche pip	30/08 chegada	-	-	Santo Antônio (procede)	-
95. navio	Alckmaer	30/08 chegada	-	Viveres, ma- terial de trem e bens para comércio	Países Baixos (procede)	Amster- dam

Ano 1635

Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga e/ou informações	Procedência/ destino	Câmara
96. cruzador (avariado)	De Vliegende Spreeuw	30/08 chegada	-	-	Barra Grande (procede)	Maas (Rotterdam)
97. 3 barcos portugueses	-	05/09 chegada	-	-	Porto Calvo (procedem)	-
98. navio	Overijssel	07/09 Saída	-	-	Bahia (destino)	-
99. navio	De Haes		-	-		-
100. barcos portugueses	-	08/09 Saída	Prisioneiros luso-brasileiros	-	Índias Ocidentais (destino)	-
101. cruzador	De Spreeuw	10/09 Chegada	-	-	Paraíba (procede)	Zelândia
102. cruzador	Lichthart	12/09 Saída	-	Viveres e artilharia	São Gonçalo (destino)	-
103. cruzador	De Spreeuw	13/09 Chegada	-	-	Porto Calvo (procedência)	Amsterdã
104. navio	Salamander		-	-		-
105. navio	Walckeren		-	-		-
106. navio	De Maagd van Doort	18/09 Saída	-	-	Barra Grande (destino)	-
107. navio	De Faem		-	-		-
108. navio	De Sperwer	18/09 chegada	-	-	Barra Grande (procede)	Zelândia
109. navio	Alckmaer	23/09 Saída	-	Carga não especificada	Índias Ocidentais e Países Baixos (destino)	Amsterdã

Ano 1635

Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga e/ou informações	Procedência/ destino	Câmara
110.cruzador	De Canarie-vogel	23/09 Saída	80	Viveres e produtos para comércio	Sul de Pernambuco (destino)	-
111.navio	De Wesfries-landt		-	Carga não especificada		-
112.chalupa (acompanhando o navio Westfriesland)	-	30/09 Saída	-	Completara a sua carga nas Índias Ocidentais	Índias Ocidentais e Países baixos (destino)	-
113.cruzador	De Goutvinck	30/09 chegada	-	Viveres	Itamaracá (procede)	-
114.chalupa	Groningen	30/09 chegada	-	-	Não informado	-
115.cruzador	De Bontecraij	30/09 chegada	-	-	Rio Grande do Norte (procedência)	-
116. navio	Overijssel	30/09 chegada	-	-	Bahia (procedência)	-
117.cruzador	De Bontecraij	03/10 Saída	-	Pau-brasil para abastecer o navio De Moriaen	Cabo de Santo Agostinho (destino)	-
118.navio de carga	De Wassende Maen	03/10 Saída	-	-	Índias Ocidentais e Países Baixos	-
119.cruzador	De Canarie-vogel	05/10 chegada	-	Carta do Governador pedindo 3 Cias de soldados	São Gonçalo (procedência)	-
120. navio	Ter Toolen	05/10 Saída	Quantidade não informada	Viveres	Sul de Pernambuco (destino)	-

Ano 1635

Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga e/ou informações	Procedência/ destino	Câmara
121.cruzador	De Spreeuw	05/10 Saída	-	Viveres	Sul de Pernambuco (destino)	Amsterdam
122.navio	Overijssel	05/10 chegada	-	-	Paraíba (procede)	-
123. barco (fluit)	Passmoij	08/10 Saída	-	Será abastecido pelo navio Hércules	Ilha de Santo Aleixo (destino)	-
124.cruzador	De Cambe	08/10 Saída	-	Viveres e munições	Cabo de Santo Agostinho (destino)	-
125. navio	Sint Clara	08/10 chegada	-	Bens de comércio, ervilhas, feijão, cevada e farinha/carta do Cons. XIX	Países Baixos (procede)	Amsterdam
126. galeão	De Doffer	08/10 Saída	-	Controlar o descarregamento do Hércules	Ilha de Santo Aleixo (destino)	-
127.cruzador	De Bontecreij	12/10 chegada	-	Pau-brasil	Rio Grande do Norte (procede)	-
128.cruzador	Kemphaen	12/10 chegada	-	-	Santo Antonio (procede)	-
129.cruzador	Lichthart	12/10 chegada	-	-	Santo Antonio (procede)	-
130.cruzador	De Leeuwerick	18/10 Saída	-	Viveres	Paraíba (destino)	-
131.galeota	Het Duifje	18/10 chegada	-	Tinha levado materiais p/ a ilha	Itamaracá (procede)	-

Ano 1635

Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga e/ou informações	Procedência/ destino	Câmara
132. navio	De Speeljatch	19/10 Saída	-	Recebera a carga do Hércules	Ilha de Santo Aleixo (destino)	-
133. galeota	De Doffer	27/10 chegada	-	-	Ilha de Santo Aleixo (procede)	-
134. cruzador	Itamaracá	31/10 chegada	-	Pau-brasil	Ilha de Santo Aleixo (procede)	-
135. cruzador	De Winthond van Hoor	31/10 Saída	-	Viveres e munições	Santo Antonio (destino)	-
136. cruzador	De Cauwe	31/10 Saída	-	Viveres	Cabo de Santo Agostinho (destino)	Zelândia
137. fluit	De Zeerob	03/11 Chegada e saída (permanência de 1 hora no Recife)	-	Pau-brasil e cidadãos livres	Ipojuca (destino)	-
138. cruzador	De Spreeuw	08/11 chegada	-	-	Santo Antônio (procede)	Amsterdam
139. cruzador	Lichthart	09/11 Saída	-	Viveres	Barra Grande (destino)	-
140. navio	De Oragieboom	09/11 chegada	-	Óleo e vinho aprisionados em butim	Países Baixos (procede)	Zelândia
141. cruzador	De Bonte Craij	13/11 chegada	-	Lenha para padaria	Itamaracá (procede)	-

Ano 1635

Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga e/ou informações	Procedência/ destino	Câmara
142.navio	De Moriaen	19/11 chegada	-	Pau-brasil e açúcar	Cabo de Santo Agostinho (procede)	-
143.cruzador	De Goutvinck	19/11 chegada	-	Lenha para padaria	Paraíba (procede)	-
144.cruzador	De Bonte Craij	20/11 Saída	-	Viveres	Itamaracá (destino)	-
145. navio	De Doffer	20/11 chegada	-	Cartas de Arcizensck	Sul de Pernambuco (procede)	-
146.cruzador	De Spreeuw	23/11 Saída	-	Viveres e munições	Sul de Pernambuco (destino)	Amsterdam
147.cruzador	De Spewer	26/11 Saída	-	Viveres	Barra Grande (destino)	Zelândia
148.cruzador	De Kemphaen	27/11 Saída	-	-	Sul de Pernambuco (destino)	-
149.cruzador	De Winthond	27/11 Saída	-	-	Sul de Pernambuco (destino)	-
150.cruzador	De Spreeuw	27/11 Saída	-	-	Sul de Pernambuco (destino)	-
151. navio	Ter Tholen	27/11 Saída	-	-	Sul de Pernambuco (destino)	-
152 .navio	Salamander	27/11 Saída	-	-	Sul de Pernambuco (destino)	-
153 .navio	De Maagd van Dort	27/11 Saída	-	-	Sul de Pernambuco (destino)	-

Ano 1635

Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga e/ou informações	Procedência/ destino	Câmara
154. navio	Walcheren	27/11 Saída	-	-	Sul de Pernambuco (destino)	-
155. navio	De Faem	27/11 Saída	-	-	Sul de Pernambuco (destino)	-
156. navio	Goeree	27/11 Saída	-	-	Sul de Pernambuco (destino)	-
157. cruzador	Het Haentje	27/11 chegada	-	Cartas informando as vitórias da Espanha sobre terras neerlandesas	Amsterdam (procede)	-
158. cruzador	Het Haentje	28/11 saída	-	-	Norte de Pernambuco (destino)	-
159. cruzador	De Meermine	28/11 Saída	-	-	Norte de Pernambuco (destino)	Zelândia
160. cruzador	De Sperwer	28/11 Saída	-	Viveres e munições	Sul de Pernambuco(?) (destino)	-
161. cruzador	-	06/12 chegada	-	Veio comercializar pau-brasil	Países Baixos (procedência)	-
162. cruzador	De Goutvinck	06/12 Saída	-	Viveres	Paraíba (destino)	-
163. cruzador	De Meermine	06/12 Saída	-	Viveres	Sul de Pernambuco (destino)	-

Ano 1635

Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga e/ou informações	Procedência/ destino	Câmara
164. cruzador	Canarevogel	06/12 Saída	-	Viveres	Sul de Pernambuco (destino)	-
167. navio	Het Haus van Nassau	06/12 Chegada	-	Foi buscar a carga do navio Hercules	Ilha de Santo Aleixo (procede)	-
168. navio	Spitsbergen	07/12 Chegada	Cidadãos -livres	Bens de comércio, vinho e vinagre para a WIC	Países Baixos (procede)	-
169. navio	De Sperwer de Zeland	07/12 Chegada	-	Trouxe informes acerca da marcha de Arcizenski para Alagoas	Barra Grande (procede)	-
170. chalupa	-	07/12 Chegada	-	Informa acerca do carregamento do navio Mauritius	Paraíba (procede)	-
171. navio	Overijssel	07/12 Saída	-	-	Ilha de Santo Aleixo (destino)	-
172. cruzador	De winthond van Hoor	15/12 Chegada	-	-	Foi buscar os navios que se encontravam nas latitudes 10 e 11 graus de latitude	-
173. cruzador	De Leeuwinwe	15/12 Chegada	-	-	Latitude 10 e 11 graus (procede)	-
174. cruzador	Zeeridder	15/12 Chegada	-	-	Latitude 10 e 11 graus (procede)	-

Ano 1635

Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga e/ou informações	Procedência/ destino	Câmara
175. cruzador	Ceulen	15/12 Chegada	-	Informa cerca da falta de viveres das tropas de Alagoas	Sul de Pernambuco (procede)	-
176. galeota	De Doffer	16/12 Chegada	-	Açúcar	Barra Grande (procede)	-
177. cruzador	De Sprreeuw de Zelândia	16/12 Chegada	-	Informa acerca da vinda da esquadra espanhola	-	-
178. cruzador	De Cauwe	16/12 Chegada	-	Informa a falta de viveres do Sr. Stachouwer	-	Zelândia
179. cruzador	De Canarivogel	17/12 Chegada	-	-	-	-
180. cruzador	De Goutvinck	17/12 Chegada	-	Missiva do Sr. Eijssens	Paraíba (procede)	-
181. galeota	De Duijft	23/12 Chegada	-	-	Barra Grande (procede)	-
182. cruzador	De Cauwe	23/12 Saída	-	Provisões	Itamaracá (destino)	-
183. navio	De Holand-sche Tuijn	23/12 Chegada	-	Bens para os cidadãos livres, viveres, armas e material de artilharia	Amsterdam (procede)	Amsterdã
184. navio	Enckhuisen	23/12 Saída	-	Pau-brasil	-	-

Ano 1635

Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga e/ou informações	Procedência/ destino	Câmara
185. cruzador	Het Haentje	27/12 Chegada	-	Noticias do possível ataque inimigo por terra	Sul de Pernambuco (procede)	-
186. cruzador	Lichhart	27/12 Chegada	-	Noticias do possível ataque inimigo por terra	Sul de Pernambuco (procede)	-
187. cruzador	De Canarivogel	31/12 Chegada	-	-	Sul de Pernambuco (procede)	-

Ano 1636

Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga	Procedência/ destino	Câmara
1. cruzador	Goutvinck	03/01 Saída	-	-	Paraíba (destino)	-
2. cruzador	De Doffer	03/01 Saída	-	-	Paraíba (destino)	-
3. cruzador	Ceulen	03/01 Saída	-	Viveres	Sul de Pernambuco (destino)	-
4. cruzador	De Cauwe	07/01 Saída	-	Munições	Sul de Pernambuco (destino)	-
5. cruzador	De Phaesant	07/01 Chegada	-	62 caixas de açúcar	Ilha de Santo Aleixo (procede)	-
6. navio	Goeree	07/01 Chegada	-	-	Barra Grande (procede)	-

Ano 1636

Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga	Procedência/ destino	Câmara
7. cruzador	De Bonte Craij	08/01 Saída	-	Munição	Sul de Pernambuco (destino)	-
8. cruzador	De Canarivogel	17/01 Saída	-	Viveres e munição	Barra Grande (destino)	-
9. cruzador	De winhond van Hoorn	18/01 chegada	-	Cartas pedindo viveres	Barra Grande (procede)	-
10. cruzador	De Doffer	18/01 Saída	-	Mercadorias para cidadãos livres e viveres para as guarnições	Paraíba (destino)	-
11. cruzador	Lichthart	18/01 Saída	-	Viveres	Barra Grande (destino)	-
12. navio	Salamander	19/01 Saída	-	Navegar em direção a Peripueira e transportar o exército de Arcizenscki até Barra Grande	Peripueira/ Barra Grande (destino)	-
13. navio	Walcheren		-			-
14. navio	Ht Wapen van Mademblick		-			-
15. navio	De Faem		-			-
16. navio	Overijssel		-			-
17. navio	Ter Toolen		-			-
18. navio	Goeree		-			-
19. chalupa	-	19/01 (chegada)	-	-	Serinhaém (procede)	-
20. navio	De Meerminne	19/01 Chegada	Quantidade não informada	-	Paraíba (procede)	-
21. navio	De Leeuwinne	19/01 Saída	-	-	-	Zelândia

Ano 1636

Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga	Procedência/ destino	Câmara
22. navio	De goutvinck	19/01 Saída	-	Bens de cidadãos livres	Paraíba (destino)	-
23. navio	Out Vlissingen	19/01 Chegada	-	-	Santo Aleixo (procede)	-
24. navio	De Cauwe	19/01 Chegada	-	-	Cabo de Santo Agostinho (procede)	-
25. cruzador	De Haes		-	Viveres e		-
26. cruzador	De Winthond van Hoorn	20/01 Saída	-	material para construção de fornos	Barra Grande (destino)	-
26. cruzador	Het Haentje	21/01 Chegada	-	Trouxe notícias da derrota de Rojas y Borja em Porto Calvo	Barra Grande (procede)	-
27. cruzador	Vliegendehart	21/01 Saída	-	Viveres	Barra Grande (destino)	-
28. cruzador	De Meerminne	22/01 Saída	-	Viveres e recomendações para que se inspecione a milícia	Itamaracá (destino)	-
29. galeota	De Doffer	24/01 chegada	-	Missiva do Sr. Eisens pedindo viveres e um cruzador para transportar açúcar	Goiana (procede)	-
30. galeota	De Doffer	27/01 Saída	Doentes e feridos	-	Itamaracá (destino)	-
31. navio	Amsterdam	27/01 Chegada	Não informado	Viveres e material de trem	Amsterdam (procedência)	-

Ano 1636

Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga	Procedência/ destino	Câmara
32. cruzador	De Phaesant	27/01 Saída	-	Viveres	Cabo de Santo Agostinho (destino)	-
33. cruzador	De Goutvinck	28/01 Chegada	-	-	Paraíba (procede)	-
34. galeota	De Doffer	01/02 Chegada	-	Carta pedindo material de construção para construção do Forte Orange	Itamaracá (procede)	-
35. cruzador	-	01/02 Chegada	-	Informações sobre 13 navios holandeses que estavam na ilha de Santo Aleixo	Cabo de Santo Agostinho (procede)	Zelândia
36. navio	Out Vlissingen	04/02 Chegada	-	Noticia acerca de ataque do inimigo a guarnições da região	Barra Grande (procede)	-
37. navio	De Meerminne	06/02 Saída	-	Viveres	Rio Grande do Norte (procede)	-
38. navio	De Leeuwinne	06/02 Saída	-	Viveres	Paraíba (destino)	-
39. galeota	De Duijff	12/02 Chegada	-	-	Barra Grande (procede)	-
40. navio	Salamander	13/02 Saída	-	-	Sul de Pernambuco	-
41. navio	Ter Toolen	-	-	-	(destino)	-

Ano 1636

Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga	Procedência/ destino	Câmara
42. navio	De Faem	13/02 Saída	-	-	Sul de Pernambuco (destino)	-
43. navio	Dordrecht		-	-		-
44. navio	Overijssel		-	-		-
45. navio	Walcheren		-	-		-
46. navio	De Phaesant	13/02 Chegada	-	Missiva pe- dindo viveres	Cabo de Santo Agostinho (procede)	-
47. cruzador	Ceulen	13/02 Chegada	-	Missiva pe- dindo viveres	Barra Grande (procede)	-
48. navio	Enckhuijsen	22/02 Saída	-	-	Países Baixos (destino)	-
49. navio	De Tijger		-	-		-
50. navio	De Moriaen		-	-		-
51. navio	De Bonte Coeij		-	-		-
52. navio	St Clara* ²⁴		-			-
53. navio	Speeljatch*		-			-
54. navio	Spitsbergen*		-			-
55. navio	De Leeuwin- ne*		-	Açúcar e pau-brasil		-
56. navio	Pasmoij*		-			-
57. navio	Mauritius*		-			-
58. navio	Zeerob*		-			-
59. cruzador	Lichthart		-	Viveres	Itamaracá (destino)	-
60. cruzador	De Haen	23/02 Saída	-	Viveres	Sul de Pernambuco (destino)	-

24 (com asterisco) Embarcações saídas da Paraíba.

Ano 1636

Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga	Procedência/ destino	Câmara
61. navio	Out Vlissingen	07/03 Chegada	-	Trouxe informações da luta travada entre navios da wic e 2 galeões espanhóis no litoral da Bahia ²⁵	Litoral da Bahia (procede)	-
62. navio	Salamander		-	-		-
63. navio	Ter Tholen		-	-		-
64. navio	De Faem		-	-		-
65. navio	De Maecht van Doot	12/03 Chegada	-	-	Litoral da Bahia (procede)	-
66. navio	Overijssel		-	-		-
67. navio	Walcheren		-	-		-
68. navio	De Holandsche Tuijn		-	-		-
69. navio	Ter Tholen	12/03 Saída	-	-	Baia Formosa (destino)	-
70. cruzador	De Sperwer	14/03 Chegada	-	-	Sul de Pernambuco (procede)	-
71. navio	De Leeuwvinne	14/03 Saída	-	Levou algumas “instructies” do Recife	Paraíba (destino)	-

25 A notícia trazida por esta embarcação foi que os navios Salamander, Ter Tholen, De Faem, De Maecht van Doort, Overijssel, Walcheren, Out Vlissingen e De Holandsche Tuijn entraram em combate contra dois galeões e um patacho espanhóis no litoral da Bahia. Na refrega, o navio Salamander saiu com o mastro do traquete e o grande mastro avariados.

Ano 1636						
Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga	Procedência/ destino	Câmara
72. cruzador	De Duijff	14/03 Chegada	9 prisioneiros lusobrasileiros ²⁶	-	Sul de Pernambuco (procede)	-
73. navio	De Duijff	18/03 Saída	-	Viveres	Paraíba (destino)	-
74. cruzador	De Haen	20/03 Chegada	-	-	Serinhaém (procede)	-
75. navio	De Liefde		Cidadãos- livres	Informações das embarcações que viriam à seguir ²⁷	Países Baixos (procede)	Amster- dam
76. navio	De Trompet		-			
77. cruzador	De Goutvinck	21/03 Chegada	-	-	Paraíba (procede)	-
78. cruzador	De Zeeridder		-	-	Sul de Pernambuco (procede)	Zelândia
79. cruzador	De Kemphaen		-	-		-
80. cruzador	De Spreeuw	21/03 Saída	-	Bens de consumo	Goiana (destino)	Zelândia
81. cruzador	De Doffer	21/03 Chegada	-	-	Serinhaém (procede)	-

26 Entre eles, tinham 1 Alferes e 3 frades capuchinhos. Trouxeram também cartas para o almirante Lichthart informando que os cruzadores De Spreweuw, De Winthond e De Leewinne navegariam até o Porto Francisco (altura de Camaragibe?).

27 Segundo os tripulantes, sete embarcações viriam, em seguida, carregadas de viveres. A documentação chama estes navios de Amsterdam de “navios de carga”. Os navios partiram de Texel no dia 1 de dezembro de 1635.

Ano 1636

Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga	Procedência/ destino	Câmara
82. navio	Het Land van Belofte	22/03 Chegada	-	Viveres	Países Baixos (procede)	-
83. navio	Haerlem ²⁸	24/03 Chegada	Soldados e marujos	bens de comércio e viveres		-
84.cruzador	De Doffer	26/03 Saída	-	Bens de comércio	Paraíba (destino)	-
85. navio	Ter Tholen	26/03 Chegada	-	-	Baia Formosa (procede)	-
86.cruzador	De Phaesant		-	-	Serinhaém (procede)	-
87. navio	De Crabbe	27/03 Chegada	-	-	Países Baixos (procede)	-
88.cruzador	Ceulen		-	-	Serinhaem (procede)	-
89.cruzador	De Duijff	31/03 Chegada	-	-	Paraíba (procede)	-
90. navio	Out Vlissingen	01/04 Saída	-	-	Litoral da Bahia ²⁹ (destino)	-
91.cruzador	De Brack	01/04 Chegada	5 soldados	-	Países Baixos (procede)	Gronin- gen
92.cruzador	Lichthart		-	18 caixas de açúcar	Serinhaem (procede)	-

28 Junto ao Haerlem vieram mais 15 navios, que saíram dos Países Baixos no dia 15 de Janeiro. Todos carregados de soldados, marinheiros, viveres e produtos para serem vendidos pelos cidadãos-livres. A documentação, infelizmente, não especifica as embarcações. Chamou-se a atenção do navio Haerlem, pelo fato desse ter trazido o conselheiro político Hendrick Schilt.

29 Foi em missão de saber se a armada espanhola ainda se encontrava nalgum porto daquela região.

Ano 1636

Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga	Procedência/ destino	Câmara
93.cruzador	Ceulen	13/04 Chegada	-	-	Serinhaem (procede)	-
94.cruzador	De Spreeuw	15/04 Chegada	-	-	Paraíba (procede)	-
95. navio	Zeelandt		-	-		-
96. navio	Domburch	15/04 Chegada	-	-	Países Baixos (procede)	-
97. navio	De Soone ³⁰		-	-		-
98.cruzador	De Leeuwerick		-	Viveres	Paraíba (destino)	-
99.cruzador	Ceulen	17/04 Saída	-	-	Serinhaém (destino)	-
100. cruzador	De Spreeuw		-	Viveres	Sul de Pernambuco (destino)	-
101. navio	Out Vlissingen	18/04 Chegada	-	Informações sobre a frota espanhola	Litoral da Bahia (procede)	-
102. navio	Goeree	18/04 Saída	“tapuias”	Viveres	Sul de Pernambuco (destino)	-
103. cruzador	Lichthart	21/04 Chegada	-	-	Goiana (procede)	-
104. Cruzador	De Cauwe	24/04 Chegada	-	-	Sul de Pernambuco (procede)	-
105. Cruzador	De Phaesant	24/04 Saída	-	Bens de comércio	Itamaracá (destino)	-

30 Tais embarcações traziam uma embarcação ganhada aos luso-brasileiros (ao que tudo indica). A presa estava cheia de vinho e viveres.

Ano 1636

Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga	Procedência/ destino	Câmara
106. navio	Sint Michiel		-	Informações de navios na Bahia	Litoral da Bahia (procede)	Rotterdam
107. cruzador	De Vledermuis	26/04 Chegada	-	-	Paraíba (procede)	-
108. cruzador	Ceulen		-	Informando que as tropas lá estavam sob o comando do governador	Serinhaém (procede)	-
109. cruzador	De Sperwer	27/04 Saída	-	Munição para guerra	Goiana (destino)	-
110. Cruzador	Ceulen		-	Cartas para o Governador	Provavelmente para Serinhaém	-
111. Cruzadores ³¹	-	27/04 Chegada	-	Aprisionaram um barco espanhol	Sul de Pernambuco (procede)	-
112. cruzador	De Doffer	29/04 Saída	-	Munição de guerra	Cabo de Santo Agostinho (destino)	-
113. cruzador	De Duijffer		-	-	São Gonçalo (destino) ³²	-

31 Os nomes das embarcações não foram informados. O barco espanhol aprisionado transportava 36 prisioneiros (marinheiros, brasileiros e escravos). Também trazia muitas cartas que revelavam planos dos luso-brasileiros em atacar as tropas da WIC a partir de Porto Calvo com um efetivo de 600 homens.

32 Para fins de patrulhamento da costa sul da conquista, as instruções foram dadas no sentido de que essas embarcações deveriam navegar ao máximo para o sul e o máximo possível longe da costa.

Ano 1636

Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga	Procedência/ destino	Câmara
114. Cruzador	De Vledermuis	29/04 Saída	-	-	São Gonçalo (destino) ³³	-
115. cruzador	De Haen		-	-		-
116. cruzador	De Kemphaen		-	-		-
117. cruzador	De Sperwer	29/04 Chegada	-	Informações de que os luso-brasilei- ros tinham feito um ata- que ao forte de Peripueira	São Gonçalo (procede)	-
118. cruzador	Lichthart		-	-	Serinhaém (procede)	-
119. navio	Het Wapen van Medenblick	29/04 Saída	-	-	São Gonçalo (destino) ³⁴	-
120. navio	Out Vlissingen		-	-		-
121. navio	De Witte Valck		-	-	Paraíba (destino) ³⁵	-
122. navio	Kampen		-	-		-
123. navio	De Faem	01/05 Saída	-	-	Ilha de Santo Aleixo (destino) ³⁶	-
124. navio	Overijssel		-	-		-
125 navio	Walcheren		-	-		-

33 Para fins de patrulhamento da costa sul da conquista, as instruções foram dadas no sentido de que essas embarcações deveriam navegar ao máximo para o sul e o máximo possível longe a costa.

34 O destino era se encontrar com as embarcações De Duijffer, De Vledermuis, De Haen e De Kemphaen nos limites das latitudes 10 e 11,5 graus sul.

35 Foi ser carregado na Paraíba.

36 Na verdade, o destino final será cruzar o litoral da Bahia.

Ano 1636						
Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga	Procedência/ destino	Câmara
126. navio	Ter Tholen	05/05 Saída	-	-	Paraíba (destino)	-
127. navio	Amsterdam		-	-		-
128. navio	Salamander	08/05 (saída)	-	-	Ilha de Santo Aleixo (destino)	-
129. navio	De Hollandsche Tuin		-	-		-
130. navio	Haarlem		-	-	Ilha de Santo Aleixo (destino)	-
131. navio	De Goude Leeuw	08/05 (saída)	-	-		-
132. navio	Nassau		-	-		-
133. cruzador	De Doffer	12/05 (saída)	-	Viveres e outros	Cabo de Santo Agostinho (destino)	-
134. cruzador	De Dijffer		-			-
135. navio	De Zoutberg	19/05 (saída)	-	Soldados ³⁷	Serinhaém (destino)	-
136. cruza- dor	Vledermuis	04/07 (chega- da)	-	Carta relatan- do a falta de viveres	São Gonçalo (procede)	-

37 A *notulen* fala que a embarcação irá se encontrar com outras que estão no sul da capitania de Pernambuco. Fala-se numa quantidade de 2100 homens. Possivelmente, esse efetivo não era todo para o navio em questão e sim seria dividido entre as embarcações que lá estavam.

Anexo II: Lista de escabinos no Brasil Holandês (1637-1643)³⁸

CÂMARA DA PARAÍBA

1637-38

Jorge Homem Pinto, Manuel D'Almeida, Isaacq de Rasiere, Garpar Fernandes Dourado e Jan van Ool

1638-39

Jan van Ool e Manuel D'Almeida (reconduzidos), Alonso Francez, Geraldo Mendes e Eduart Munickhoven

1639-40

Geraldo Mendes e Alonso Francez (reconduzidos), Manuel D'Azevedo, Francisco Camelo de Valcácer, Manuel da Costa

1641-42

Francisco Gomes de Muniz, Gaspar van Solpten, Pieter Coets, Jacob Phibel, Jacques van der Neese, Manuel Queiroz Siqueira e Sebastião da Cunha

1642-43

Manuel Queiroz Siqueira, Sebastião da Cunha, Samuel Gerards, Michiel van de Veene, Pieter Toenemann, Jan van Oolen e André Dias Figueredo

1643-44

Jan van Ool, Michiel van de Veene, Gaspar do Valle, Tomé (?) Leitão, Antônio de Mattos Cardoso e André Dias Figueredo

³⁸ Atas do Governo Holandês no Brasil.

CÂMARA DE ITAMARACÁ

1637-38

Johan Wijnants, Roelant Carpentier, Gonsalvo Cabral de Caldas, João Garcez, e Estevão Couceiro de Serqueira

1638-39

Johan Wijnants e Estevão Couceiro de Serqueira (reconduzidos), David van Kessel, Joris Stuart e Francisco de Souza Brito

1639-40

Francisco de Souza Brito e David van kessel (reconduzidos), Gonsalvo Cabral de Caldas, João Garcez e Pieter Seullin

1641-42

Johannes Carpentier, Couret Pauli, Estevão de Couceiro Siqueira, David van kessel, Jan Haeck, Francisco de Souza Brito e Rui vaz Pinto

1642-43

David van kessel, Francisco de Souza Brito, Rui vaz Pinto, Michiel Hendricks, Jan (Johan) Wijnants, Francisco Soares e Noel de la Garamé

1643-44

Michiel Hendricks, Jan Wijnants, Francisco Soares, Laubrecht Lieuvenco (?), Pieter Seullen, Pedro de Freitas e Jorge de Castro Vieira

CÂMARA DE IGARASSU

1637-38

João Malheiros da Rocha, Francisco Dias D'Oliveira e André Dias de Figueredo

1638-39

Francisco Dias D'Oliveira (reconduzido), João Lourenço Francez e Bernardo Dias

1639-40

João Lourenço Francez (reconduzido), Vicente Serqueira e Pedro Mariz

1641-42

Gonsalvo Novo de Lira, João Malheiros da Rocha, Jacob de Poex, Willen Elpingsten

1642-43

Gonsalvo Novo de Lira, Willen Elpingsten, Jaques Ballon, João Pimentel e Vicente Cerqueira

1643-44

Jacques de Ballon, João Pimentel, Vicente Cerqueira, Johannes Pretorius e Francisco Dias D'Oliveira

CÂMARA DE SERINHAÉM

1637-38

Miguel de Sá, Guillen Placcard e Jaques Pires

1638-39

Miguel de Sá (reconduzido), Garpar Correia Régua e Francisco de la Tour

1639-40

Gaspar Correia Régua (reconduzido), Roelant Carpentier e Manuel Velho Ferreira

1641-42

Francisco de la Tour, Roberto Cadarte, Jan Dapper Steijn, Francisco Fernandes Anjo, Manuel da Cunha D'Andrade e Miguel Sá

1642-43

Matheus Ves, Manuel da Cunha D'Andrade, Guillame Plancker, Diogo Nunes Fontes e Francisco Fernandes Anjo

1643-44

Guillame Plancker, Diogo Nunes Fontes, Francisco Fernando Anjo, johan Hick e Roelant Carpentier

CÂMARA DE PORTO CALVO

1639-40

Manuel de Queiroga, Manuel de Gonsalves Mazagão, Francisco de Souza Falcão Julien de Lima e David de Vries

1641-42

David de Vries, Jan Fletcher, André da Rocha Dantas, Bartholomeu Luis D'Almeida, Jacob Welthuisen, Gaspar Gonsalves Filgueiras e Domingos Mazagão

1642-43

David de Vries, Jan Fletcher, Jacob Welthuisen, Gaspar Gonsalves Mazagão, Francisco de Souza Falcão e Francisco Alves Pinto

1643-44

Dauids de Vries, Jan Fletcher, Jacob Welthuisen, Francisco de Souza Falcão, Antônio Alvares Pinto e Balthazar Leitão D'Olanda

CÂMARA DO DISTRITO DE SÃO FRANCISCO

1639-40

João Fernandes de Paiva, João Velho Tinoco (?), Gaspar Gonsalves Novo, Moraes de Barros e Valentin da Rocha Pitta

1641-42

João Fernandes de Paiva, João Velho, Gaspar Fernandes, Domingos Martins e Diogo Fernandes Cardoso

1642-43

Manuel Gomes Rebelo, Roque Leitão, Antônio de Souza, Diego da Costa, Coubert van Couverden

CÂMARA DE OLINDA E CIDADE MAURÍCIA³⁹

1637-38

Wilhelm Doncker, Jacques hack, Francisco de Brito Pereira, Gaspar Dias Ferreira e João Carneiro de Mariz

1638-39

Wilhelm Doncker e Gaspar Dias Ferreira (reconduzidos), Casper van Niehof van der Ley, Samuel Halters e Luís Braz Bezerra

1639-40

Samuel Halters e Luís Braz Bezerra (reconduzidos), Antônio de Bulhões, Paulo de Araújo de Azevedo e Christoffel Eyerschettel

39 Lista extraída do levantamento realizado por José Antônio Gonsalves de Mello. Ref. Fontes para a História do Brasil Holandês, tomo II, A Administração da Conquista.

Com a transferência da câmara para Antônio Vaz, foram acrescentados ao conselho Theodosius l'Empereur, Abrahan Francisco Cabeljau, Bartholomeus van Ceulen e Gaspar Dias Ferreira

1640-41

Gaspar Dias Ferreira (reconduzido), Gillis van Luffel, Mathis Beck, Gregório de Barros Pereira, Cosmo de Castro Passos e Antônio Vieira

1641-42

Gillis van Luffel, Mathis Beck, Gregório de Barros Pereira, Cosmo de Castro Passos e Antônio Vieira (reconduzidos), Samuel Halters, Jacob Coets, Hans van der Góes e João Fernandes Vieira

1642-43

Samuel Halters, Jacob Coets, Hans van der Goes e João Fernandes Vieira (reconduzidos), Albert Warsonck, gillis Krol, Antônio Cavalcanti, Antônio de Bulhões e Francisco Berenguer de Andrade

1643-44

Albert Warnsinck, Gillis Krol, Antônio Cavalcanti e Francisco Berenguer de Andrade (reconduzidos), Crhistiffel Eyerschettel, Mathijs Beck, Bartholomeus van Ceulen, Antônio de Abreu e Arnau de Holanda

Título O Desconforto da Governabilidade: guerra,
administração e cotidiano no Brasil holandês (1630-1644)
Autoria Rômulo Luiz Xavier do Nascimento
Formato E-book (PDF)
Tipografia Scala Pro (texto) e Scala Sans Pro (títulos)
Desenvolvimento Editora UFPE



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife-PE
CEP: 50740-530 | Fone: (81) 2126.8397
E-mail: editora@ufpe.br | Site: www.editora.ufpe.br

ISBN 978-65-86732-29-0



9

786586

732290